

HISTÓRIA NO SUL DO BRASIL:

O LOCAL EM PERSPECTIVA



WAGNER FELONIUK
GLÊNIA CAETANO FREITAS ALVES
JOSÉ CARLOS DA SILVA CARDOZO
Organizadores



HISTÓRIA NO SUL DO BRASIL: O LOCAL EM PERSPECTIVA

WAGNER FELONIUK
GLÊNIA CAETANO FREITAS ALVES
JOSÉ CARLOS DA SILVA CARDOZO
Organizadores



HISTÓRIA NO SUL DO BRASIL: O LOCAL EM PERSPECTIVA

WAGNER FELONIUK
GLÊNIA CAETANO FREITAS ALVES
JOSÉ CARLOS DA SILVA CARDOZO
Organizadores

Expediente

Projeto, diagramação editoração:
Glênia Alves e Wagner Feloniuk.

Copyright ©2026 dos Autores.

A organização não se responsabiliza pelas
opiniões emitidas pelos autores.

Fotografia de capa:

Coluna comemorativa à libertação dos escravos
(1889), localizada na Praça Xavier Ferreira,
cidade do Rio Grande/RS.
Registro de Diogo Martins Bodim.
Agradecimentos à profa. Carmem Schiavon.

H673 História no Sul do Brasil: o local em perspectiva. / Wagner
Feloniuk, Glênia Caetano Freitas Alves, José Carlos da
Silva Cardozo (orgs.). Porto Alegre, RS: IHGRGS, 2026.
214 p. : il. color.

ISBN.: 978-65-86542-13-4

Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/>

1. História e geografia. 2. Rio Grande do Sul 3.
Conhecimento Histórico. I. Título. II. Feloniuk, W., org. III.
Alves, G. C. F. org. IV. Cardozo, J. C. da S. org.

CDD 981.65
CDU 94(816.5)

Catálogo elaborado por
Bibliotecária Amanda N. P. Silveira CRB 10/2836

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil
Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h
Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min
Telefone/Fax: (51) 3224-3760
E-mail: ihgrgs@terra.com.br / ihgrgs.biblioteca@gmail.com
Site: www.ihgrgs.org.br



HISTÓRIA NO SUL DO BRASIL:

O LOCAL EM PERSPECTIVA

WAGNER FELONIUK
GLÊNIA CAETANO FREITAS ALVES
JOSÉ CARLOS DA SILVA CARDOZO
Organizadores

Conselho Editorial

Docentes do Programa de Pós-Graduação em História da FURG

Adriana Kivanski de Senna
Carmem G. Burgert Schiavon
Daniel Porciuncula Prado
José Carlos da Silva Cardozo
José Vicente de Freitas
Júlia Silveira Matos
Jussemar Weiss Gonçalves
Marlon Borges Pestana
Mayara Roberta Martins
Paulo Roberto Staudt Moreira
Renata Braz Gonçalves
Rita de Cássia Grecco dos Santos
Rosane Márcia Neumann
Vivian da Silva Paulitsch
Wagner Silveira Feloniuk
Wilian Junior Bonete



APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH-FURG) é um dos pioneiros no país na oferta de pós-graduação *stricto sensu* profissional em História. Em atuação desde 2011, tem apoiado o desenvolvimento de historiadores e profissionais de diversas áreas que atuam no ensino de História, na pesquisa e na intervenção social em defesa de uma sociedade mais democrática e com acesso ao seu passado.

Em 2024, foi aprovado o curso de Doutorado no âmbito do Programa, que, desde então, atua com três linhas: Prática e Pesquisa no Ensino de História; Campos e Linguagens da História; História Pública e Lugares de Memória. Em cada uma delas, docentes e discentes atuam para produzir com método científico e profundidade.

Este livro é conectado, em sua concepção, ao V Colóquio do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH-FURG), realizado entre 15 e 17 de outubro de 2025, um evento institucional no qual palestras e grupos de trabalho trouxeram pesquisadores de várias cidades até Rio Grande. Professores e professoras inicialmente envolvidos no evento deram os primeiros passos para que pesquisas apresentadas no evento se tornassem um livro. Felizmente, no entanto, o livro cresceu em adesões e abarcou um grande número de docentes e discentes, tornando-se um meio de divulgação de diversas pesquisas feitas.

É um livro focado, sobretudo, na história local. A escravidão e seus trágicos legados locais constituem um dos temas da obra. Outra grande preocupação é o ensino de História, tema ao qual diversos autores se voltam, tanto com reflexões sobre o papel dos profissionais quanto com experiências práticas nas escolas, seja no presente, seja no passado. Por fim, o livro ainda traz diversos estudos sobre acontecimentos ligados à cultura, ao poder e ao cotidiano de Rio Grande e de outras cidades próximas. É um livro focado no conhecimento e na produção desta região, antiga no Estado do Rio Grande do Sul, marcada por dificuldades bem conhecidas, mas também sede de duas universidades federais que atuam para fortalecer a qualidade do ensino e, em sentido mais amplo, o bem-estar dos cidadãos da região.

Espera-se que, com ele, o leitor possa conhecer mais sobre as pesquisas e os interesses de trabalho de tantos profissionais que atuam na área de História. Mais do que isso, espera-se que ele possa colaborar trazendo os resultados dos trabalhos, enriquecendo a história local, apresentando reflexões sobre método, sobre os desafios de ser historiador e professor. Os votos são de que novas

iniciativas assim possam ser realizadas e continuem tendo a participação de um amplo número de docentes. Que estes capítulos incentivem novas pesquisas, sejam utilizados como base para disseminar conhecimento em outros meios e promovam ainda mais integração dentro e fora do PPGH-FURG.

Rio Grande, junho de 2026.

Wagner Feloniuk

Glênia Caetano Freitas Alves

José Carlos da Silva Cardozo

SUMÁRIO

Apresentação	4
Forjar-se Historiador-Docente: entre a Pesquisa Histórica e a Didática da História	8
<i>Júlia Silveira Matos</i>	
“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)	24
<i>Paulo Roberto Staudt Moreira</i>	
Evidências da resistência negra dos calhanbolas de Manoel Padeiro no Boqueirão, São Lourenço do Sul, Brasil	50
<i>Marlon Borges Pestana</i>	
<i>Marco Vinício Machado Nunes</i>	
<i>Deise Vieira Alves</i>	
Perspectivas e desafios do Ensino de História da África no Brasil: invisibilidade dos cristianismos do Continente Africano (Século I-VII)	63
<i>Paulo G. N. Silva</i>	
<i>Rita de Cássia Grecco dos Santos</i>	
“A Educação das Meninas em Pelotas”: a Cultura Escolar Produzida no Internato Confessional Católico do Colégio São José	74
<i>Rita de Cássia Grecco dos Santos</i>	
Construção da identidade profissional por meio de memórias escolares: EMEI Vereador Oscar Ferreiro de Campos Moraes, Rio Grande/RS	89
<i>Fernanda Anchieta Soldera</i>	
<i>Mariana Alves Gonçalves</i>	
<i>Rita de Cássia Grecco dos Santos</i>	
História como Ferramenta Transdisciplinar	100
<i>Rosângela Moura Samaniego</i>	
<i>Mayara Roberta Martins</i>	
A alegoria do apagamento: colonialidade nas cidades e o Direito ao Patrimônio ..	114
<i>Glênia Caetano Freitas Alves</i>	
<i>José Carlos da Silva Cardozo</i>	
Bastos Guerra e o Circuito Teatral em Rio Grande/RS: entre a tradição europeia e a cultura local	125
<i>Lara Freitas de Oliveira</i>	
<i>Vivian Paulitsch</i>	

Entre a Memória e o Manifesto: o teatro como espaço de pertencimento e a voz de Coriolano Benicio na crise cultural em Rio Grande (1977).....	144
<i>Carmem G. Burgert Schiavon</i>	
<i>Thiago Gonzaga Telles</i>	
Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra.....	155
<i>Wagner Feloniuk</i>	
Correio do Sul e as elites políticas de Bagé: educação, memória e disputas de poder (1944-1992).....	181
<i>Simone Gomes de Faria</i>	
Histórias de um futebol à sombra: relatos do Projeto Atletas Livres - Polo Pelotas.....	198
<i>Gabriel Gonçalves Ribeiro</i>	
<i>Mauro Dillmann Tavares</i>	



Forjar-se Historiador-Docente: entre a Pesquisa Histórica e a Didática da História

Forging Oneself as a Historian-Teacher: Between Historical Research and History Didactics

RIO GRANDE

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o processo histórico que fundamenta o conceito de historiador-docente a partir do deslocamento epistemológico da ciência da História, compreendida não mais como estudo do passado em si, mas como produção de sentido na relação entre passado, presente e futuro. A investigação parte da análise de obras clássicas e contemporâneas da historiografia, identificadas a partir de planos de ensino de cursos de História de universidades federais brasileiras, com foco em autores recorrentes como Langlois e Seignobos, Glénisson, Bloch, Fontana e Rüsen. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, orientada por uma abordagem hermenêutica e articulada à perspectiva da Didática da História e da teoria da consciência histórica. Os resultados evidenciam a permanência de categorias como verdade, método e função social da História, ao mesmo tempo em que demonstram um deslocamento significativo da objetividade historicista para uma concepção interpretativa e formativa do conhecimento histórico. Destaca-se, nesse percurso, a contribuição de Jörn Rüsen ao conceber a ciência histórica como forma de orientação da vida prática, articulando historiografia, didática e cultura histórica. Conclui-se que o forjar-se historiador-docente depende da compreensão dessa mudança paradigmática, **que reafirma a indissociabilidade entre pesquisa e ensino e o caráter formativo da História.**

Palavras-chave: Didática da História; Consciência histórica; Historiador-docente.

Abstract: This article aims to analyze the process of becoming a historian-teacher based on the epistemological shift in the concept of History as a science, no longer understood as the study of the past itself, but as the production of meaning in the relationship between past, present, and future. The investigation is grounded in the analysis of classical and contemporary historiographical works, identified through course syllabi of History programs in Brazilian federal universities, focusing on recurring authors such as Langlois and Seignobos, Glénisson, Bloch, Fontana, and Rüsen. Methodologically, this is a qualitative bibliographic research guided by a hermeneutic approach and articulated with the field of History Didactics and the theory of historical consciousness. The results reveal the persistence of categories such as truth, method, and the social function of History, while also demonstrating a significant shift from positivist objectivity to an interpretative and formative conception of historical knowledge. Particular emphasis is given to Jörn Rüsen's contribution in defining historical science as a form of orientation for practical life, integrating historiography, didactics, and historical culture. The study concludes that becoming a historian-teacher depends on understanding this paradigmatic shift, which reinforces the inseparability between research and teaching and the formative role of History.

Keywords: History Didactics; Historical consciousness; Historian-teacher.

Júlia Silveira Matos*

* Doutora em História, Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, docente permanente do Programa de Pós-graduação em História - PPGH, coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Ensino em Didática da História - LAPEDHI, pesquisadora membro da Associação Ibero-Americana de Pesquisadores da Educação Histórica - AIPEDH. Jul_matos@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A constituição do ofício do historiador, ao longo da modernidade, foi marcada por tensões entre a consolidação da História como ciência e sua função social de orientação da vida prática. Se, por um lado, a tradição historiográfica do século XIX, especialmente vinculada à escola metódica, buscou afirmar a cientificidade da História a partir da crítica documental e do rigor metodológico, por outro, autores como Marc Bloch, Josep Fontana e Jörn Rüsen deslocaram essa compreensão ao enfatizar que a História não se reduz ao estudo do passado em si, mas constitui uma forma de interpretar temporalmente a experiência humana, articulando passado, presente e futuro. Nesse sentido, como afirma Rüsen (2015, p. 50), a ciência histórica deve ser compreendida como um modo específico de conferir sentido ao passado, orientando a vida prática no presente.

É nesse horizonte de deslocamento epistemológico que se insere o presente artigo, intitulado *Forjar-se Historiador-Docente entre a pesquisa histórica e a Didática da História*. Nosso objetivo central é discutir o processo de constituição do historiador-docente como sujeito que articula, de forma indissociável, a produção do conhecimento histórico e sua mediação didática, superando a dicotomia entre pesquisa e ensino. Partimos da compreensão de que o fazer historiográfico e o ensinar História não são esferas separadas, mas dimensões constitutivas de um mesmo ofício, cuja função social é a formação de sujeitos capazes de atribuir sentido histórico às suas experiências na vida prática.

O problema que move esta investigação pode ser sintetizado na seguinte questão: como compreender e fundamentar epistemologicamente o processo de formação do historiador-docente diante do deslocamento da História enquanto ciência do passado para uma ciência da relação entre passado e presente? Tal problemática implica revisitar os fundamentos da ciência histórica e, simultaneamente, dialogar com o campo da Didática da História, especialmente em sua vertente reconstrutivista, conforme proposto por Maria Auxiliadora Schmidt (2019), que compreende o ensino como espaço de produção e reconstrução de sentido histórico sobre o passado e o presente.

Como fontes primárias, este estudo mobiliza obras clássicas e fundamentais para a definição da ciência da História, tais como *Introdução aos Estudos Históricos* de Charles Seignobos e Charles Langlois, *História: análise do passado e projeto social* de Josep Fontana, *Introdução aos Estudos Históricos* de Jean Glenisson, *Apologia da História ou o ofício do historiador* de Marc Bloch e *Teoria da História* de Jörn Rüsen. A análise dessas obras permite identificar permanências e rupturas na definição do objeto, método e função da História, evidenciando o movimento de ampliação de seu campo de compreensão para além da mera reconstrução do passado.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se fundamenta em uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e analítica, articulada a uma leitura hermenêutica das obras selecionadas. Tal procedimento visa compreender os conceitos-chave que estruturam a ciência histórica, como tempo, narrativa, sentido e experiência, e suas implicações para o ensino de História. A análise é orientada pela perspectiva da Didática da História a partir da proposta de Jörn Rüsen, bem como pelos aportes de Maria Auxiliadora Schmidt e Isabel Barca no campo da Educação Histórica.

A orientação teórica do trabalho ancora-se, portanto, na interlocução entre Teoria da História e Didática da História, compreendendo o conhecimento histórico como produção de sentido e o ensino como espaço de sua reconstrução. Nessa trilha, o conceito de historiador-docente, tal como desenvolvido em nossos estudos anteriores (MATOS e SENNA, 2012), é tomado como categoria central de análise, permitindo pensar o profissional da História como aquele que pesquisa, ensina

e reflete sobre sua própria prática, constituindo-se simultaneamente como produtor, mediador e orientador no e do processo de construção conhecimento histórico.

Assim, ao propor uma reflexão sobre o processo de “forjar-se” historiador-docente, neste artigo buscamos contribuir para o debate contemporâneo acerca da formação de professores de História, defendendo a indissociabilidade entre pesquisa e ensino e reafirmando o caráter formativo e não meramente informativo da disciplina histórica.

Continuando a escrita de nosso artigo, a questão central que se impõe é que a visão de História, isto é, a compreensão acerca de seu papel científico, formativo e, conseqüentemente, didático, constitui o fio condutor que orienta tanto as práticas docentes quanto os processos de aprendizagem discente. Tal compreensão não é neutra nem universal, mas historicamente situada. Trata-se de reconhecer que a forma como os sujeitos, em determinado tempo, conceituam o fazer do historiador e a natureza da ciência histórica orienta diretamente suas relações com o conhecimento histórico, suas finalidades e seus usos sociais.

Nesse sentido, é fundamental afirmar que a própria ideia de História enquanto ciência é um fenômeno histórico. Como demonstrou Pascal Payen (2011), no século XIX se consolidou um processo de institucionalização, definição metodológica e delimitação epistemológica da História como campo científico, estabelecendo suas funções na sociedade e sua relação com outras formas de conhecimento. Assim, a História passa a ser compreendida, simultaneamente, como produção de conhecimento controlável, como narrativa interpretativa e como prática social situada.

Desse modo, antes de procedermos à análise individual de cada autor, torna-se necessário considerar que, por mais contributivas que sejam as diferentes perspectivas historiográficas acerca do papel e dos fundamentos da ciência histórica, elas são expressões de contextos históricos específicos, atravessadas por disputas teóricas, políticas e epistemológicas. Não se trata, portanto, de tomar essas concepções como verdades universais, mas de compreendê-las como construções históricas que respondem a problemas de seu tempo.

A constituição da História como ciência no século XIX exemplifica de forma contundente esse processo. Conforme destacou Pascal Payen,

A história era definida como “ciência” e essa ciência nova se inscrevia, de acordo com a ideologia herdada das Luzes e da Revolução Francesa, na linha de um progresso. Este, de acordo com Monod, estava situado em uma dupla perspectiva: por um lado, o progresso desinteressado, na medida em que ilustrava o “espírito científico” próprio às “ciências morais” - diríamos, hoje, ciências humanas e sociais -; por outro, o progresso útil, e mesmo utilitário, na medida em que não podia ser separado de sua contribuição à “direção da sociedade moderna” (PAYEN, 2011, p. 104).

A partir da citação, observemos que para o autor o desenvolvimento dos estudos históricos naquele contexto esteve diretamente vinculado à emergência de um “espírito científico” nas ciências morais, sendo a História concebida como parte desse movimento intelectual mais amplo, voltado tanto à produção de conhecimento quanto à orientação da sociedade moderna. Nesse sentido, a ciência histórica nasce articulada a uma dupla função: por um lado, o progresso do conhecimento; por outro, sua utilidade social e política.

Essa dupla dimensão, científica e formativa, revela que a História nunca foi apenas um campo de investigação do passado, mas também um instrumento de orientação no presente. Desde as concepções humanistas que a entendiam como *magistra vitae*, até as formulações positivistas e

historicistas que a instituíram como ciência, a História sempre esteve implicada na formação de sujeitos, na construção de identidades e na organização das experiências coletivas.

Assim, ao afirmarmos que a visão de História orienta o ensinar e o aprender, estamos reconhecendo que toda prática pedagógica em História está ancorada, explícita ou implicitamente, em uma concepção historiográfica. Ensinar História como narrativa factual, como interpretação crítica, como construção de sentidos ou como prática social implica diferentes escolhas didáticas, diferentes relações com as fontes, com o tempo e com a própria ideia de verdade histórica.

Portanto, ao nos debruçarmos sobre os autores selecionados neste estudo, é preciso compreendê-los não apenas como referenciais teóricos, mas como expressões de regimes de historicidade e de modelos de ciência histórica que disputam a definição do que é a História e para que ela serve. Tais regimes foram definidos por François Hartog “Definamos o que é e o que não é o regime de historicidade. Ele não é uma realidade dada. Nem diretamente observável nem registrado nos almanaques dos contemporâneos; é construído pelo historiador” (Hartog, 2013, p. 13). É nesse horizonte que suas contribuições devem ser analisadas: não como respostas definitivas, mas como produções históricas que continuam a influenciar e tensionar as formas contemporâneas de pensar, ensinar e aprender História.

Dando continuidade ao percurso analítico deste artigo, partimos de um movimento metodológico que buscou compreender como a própria formação universitária em História, no Brasil, tem mobilizado determinados referenciais teóricos para definir o campo historiográfico e o ofício do historiador. Para isso, realizamos um levantamento dos Quadros de Sequência Lógica dos cursos de História Licenciatura e Bacharelado, de 50 universidades brasileiras, ranqueadas pelo Ministério da Educação (MEC) entre aquelas com melhores avaliações.

A partir desse mapeamento, optamos por analisar os planos de ensino de disciplinas que abordam os fundamentos da ciência histórica, tais como “Introdução aos Estudos Históricos”, “Ofício do Historiador”, “Historiografia” e “Teoria da História”. O objetivo desse recorte foi identificar os autores mais recorrentes nesses planejamentos, verificar sua repetição entre diferentes instituições e, com base nesses índices, selecionar aqueles que se consolidam como referenciais estruturantes da formação historiográfica contemporânea. Ao final desse levantamento, obtivemos o conjunto de autores aqui analisados, cujas obras constituem um campo de disputas e redefinições acerca do conceito de ciência da História e de sua função social.

A partir das considerações introdutórias apresentadas, que situaram o problema de pesquisa, os fundamentos teórico-metodológicos e o deslocamento epistemológico na compreensão da ciência da História, torna-se necessário avançar para a análise das obras e autores que estruturam esse debate. Nesse sentido, na sequência do artigo, serão examinados os principais referenciais identificados nos planos de ensino analisados, com o objetivo de compreender como cada autor conceitua a ciência da História, quais funções lhe atribui em seu contexto histórico e de que maneira suas formulações contribuem para a constituição do historiador-docente. Essa análise permitirá evidenciar permanências, rupturas e deslocamentos no interior do pensamento historiográfico, articulando teoria da História, historiografia e Didática da História como dimensões indissociáveis da formação e da prática histórica.

1 A CIÊNCIA DA HISTÓRIA E SUAS RECONSTRUÇÕES

Charles Langlois e Charles Seignobos, com a obra *Introdução aos Estudos Históricos*, representam a consolidação da História enquanto ciência no final do século XIX, marcada pelo paradigma positivista e pela centralidade do método crítico. Para os autores, a História deve fundamentar-se na análise rigorosa dos documentos, sendo estes a base empírica do conhecimento histórico. Nesse sentido, o trabalho do historiador consiste em decompor o documento, submetendo-o à crítica, a fim de atingir o “fato puro” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 134). A ciência da História foi, portanto, concebida como uma disciplina metódica, cuja função seria reconstruir os fatos do passado com base em evidências documentais, afastando-se de interpretações subjetivas. Tratava-se de uma História que buscava a objetividade científica, alinhando-se ao ideal de neutralidade do conhecimento. Essa visão de História e do fazer do Historiadores foi geradora de um modo de agir e pensar a função social e formativa do Ensino da disciplina.

Na sequência dos debates sobre o fazer historiográfico, já no século XX Jean Glénisson, em *Iniciação aos Estudos Históricos*, dialogou com essa tradição metódica, mas já apontava para uma ampliação do campo historiográfico no século XX. Sua obra teve como propósito formar o historiador no domínio do método e das técnicas da disciplina, enfatizando que a:

Cada vez mais se exige que a história sirva ao presente. Pretende-se, às vezes, que o historiador não renuncie ao juízo de valor. Nega-se a atribuir à história tal tarefa como dever de ofício, quando não, afirma-se que lhe é impossível omitir essa responsabilidade, dadas as contingências da natureza de seu próprio trabalho. A maior parte dos historiadores, entretanto, continua convicta de que ao historiador não compete julgar (Glenisson, 1975, p. 328).

A citação de Jean Glénisson explicita uma tensão constitutiva do campo historiográfico, especialmente acentuada ao longo do século XX: a relação entre o conhecimento histórico e sua função no presente. Ao afirmar que “cada vez mais se exige que a história sirva ao presente”, o autor evidenciou uma mudança nas expectativas sociais em relação à História, que deixava de ser concebida apenas como investigação do passado para assumir uma função social mais explícita, vinculada à interpretação das questões contemporâneas. Essa demanda, contudo, colocava em xeque um dos pilares da tradição historiográfica moderna: a ideia de neutralidade e a recusa do julgamento por parte do historiador.

Glénisson destacou que há uma divisão no campo: de um lado, aqueles que defendem que o historiador não deve assumir juízos de valor como parte de seu ofício; de outro, aqueles que argumentam ser impossível evitar tais juízos, dado que o próprio processo de seleção, interpretação e narrativa já implicaria escolhas e posicionamentos. Ainda assim, o autor ressaltou que a maioria dos historiadores permanecia vinculada à tradição que entendia que “não compete julgar”, reafirmando um ideal de objetividade herdado da historiografia do século XIX.

Essa posição revela, portanto, uma permanência significativa da matriz historicista e metódica, na qual o historiador era concebido como um observador que descreveria e explicaria os fatos, mas não os julgaria. No entanto, a própria formulação de Glénisson ao reconhecer a essência do seu trabalho, indicou uma fissura nesse modelo, ao admitir que o fazer historiográfico não é isento de implicações valorativas.

É precisamente nesse ponto evidenciamos o deslocamento operado por autores posteriores, como Marc Bloch, Michel de Certeau e, sobretudo, Jörn Rüsen. Para esses autores, a ideia de

neutralidade absoluta é insustentável, pois o conhecimento histórico é sempre produzido a partir de problemas do presente e orientado por necessidades de sentido. Assim, o que Glénisson apresentou como um dilema em julgar ou não julgar, é reformulado: não se trata de abandonar o rigor científico, mas de reconhecer que a História possui uma função orientadora e formativa, o que implica, necessariamente, uma dimensão ética e política.

Dessa forma, a citação de Glénisson ocupa um lugar de transição no debate historiográfico. Ela revela, ao mesmo tempo, a permanência de um ideal de ciência neutra e a emergência de questionamentos que abriram caminho para uma compreensão mais complexa da ciência da História. No contexto deste artigo, essa reflexão é fundamental, pois evidencia que o forjar-se historiador-docente depende justamente do reconhecimento dessa tensão: entre a tradição que busca afastar o juízo e a perspectiva contemporânea que entende a História como produção de sentido orientadora para a vida prática. E o autor ainda enfatizou que “Há vários modos de conceber a história, assim como há várias maneiras de praticar o ofício de historiador” (Glénisson, 1991, p. 308), destacando a necessidade de domínio técnico e rigor na prática historiográfica, mas também criativa do historiador. Ao mesmo tempo, Glénisson rejeitou uma filosofia da história abstrata, defendendo que a tarefa do historiador seria “descrever e explicar, e não julgar” (GLÉNISSON, 1991, p. 4). A ciência da História, nesse contexto, seria compreendida como prática investigativa orientada por métodos, cuja função é explicar os processos históricos a partir de problemas concretos.

Nesse processo de deslocamento do olhar, Marc Bloch, autor central na recorrência dos planos analisados, promoveu uma inflexão decisiva ao redefinir o objeto da História. Em *Apologia da História*, afirmou que “a história é a ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 67), deslocando o foco da simples análise documental para a compreensão das experiências humanas em sua temporalidade. Sua tese central rompeu em partes com o historicismo ranqueano ao afirmar o caráter interpretativo da História e o papel ativo do historiador, cuja função seria formular problemas e interpretar o passado em relação ao presente.

A diferença marcante entre as reflexões apresentadas por esses autores é exatamente o deslocamento de uma concepção objetivante da ciência da História para o entendimento de seu caráter relacional com o presente, além de formativo enquanto função para a vida prática. Entretanto, ainda temos uma longa trajetória de pesquisas e trabalhos para consolidar essa nova perspectiva.

Em direção a consolidação de uma nova definição de História, Fernand Braudel, representante da segunda geração dos Annales, ampliou essa perspectiva ao propor uma nova concepção de tempo histórico. Em *História e Ciências Sociais: a longa duração*, o autor destacou que as ciências humanas enfrentavam uma crise diante da complexidade dos fenômenos sociais e da necessidade de novas abordagens (Cf. Braudel 1958, p. 41). Sua principal contribuição foi a noção de múltiplas temporalidades, especialmente a “longa duração”, que permitiu compreender estruturas profundas da vida social para além dos eventos imediatos. A ciência da História, nesse sentido, não se limitaria ao acontecimento, mas buscaria apreender ritmos distintos do tempo, sendo sua função explicar as permanências e transformações estruturais das sociedades.

Essa proposição conceitual, novamente nos remete ao deslocamento promovido pela historiografia do século XX, em especial pela escola dos Annales, ao ampliar o objeto e o tempo da análise histórica. Dizer que a ciência da História “não se limita ao acontecimento” significa romper com uma tradição centrada nos eventos pontuais, como guerras, revoluções e ações de

grandes personagens, que durante muito tempo foram considerados o núcleo da explicação histórica.

Ao contrário dessa perspectiva, a História passaria a ser concebida como um campo que investigaria diferentes ritmos do tempo histórico. Fernand Braudel, por exemplo, propõe a ideia de múltiplas temporalidades: o tempo curto dos acontecimentos (rápido, visível e episódico), o tempo médio das conjunturas (processos econômicos, sociais e políticos que se desenvolvem ao longo de décadas) e o tempo longo das estruturas (formas profundas de organização da sociedade, como mentalidades, sistemas econômicos, relações com o espaço e o ambiente, que podem durar séculos).

Nesse sentido, apreender “ritmos distintos do tempo” significaria reconhecer que os fenômenos históricos não se explicam apenas pelo que acontece de forma imediata, mas por processos mais amplos e duradouros que condicionam, limitam ou possibilitam esses acontecimentos. Por exemplo, uma revolução não pode ser compreendida apenas por seus eventos desencadeadores, mas pelas estruturas sociais, econômicas e culturais que a tornaram possível.

Assim, a função da História passaria, na visão de Bloch, a ser: explicar tanto as permanências quanto as transformações. As permanências referem-se àquilo que muda lentamente ou se mantém ao longo do tempo, como determinadas desigualdades sociais, formas de organização econômica ou padrões culturais. Já as transformações dizem respeito às mudanças, rupturas e reconfigurações que ocorrem nas sociedades.

Dessa forma, a ciência da História assumiria um caráter mais complexo e interpretativo: ela não apenas narraria o que aconteceu, mas buscaria compreender por que as sociedades mudam e, ao mesmo tempo, o que permanece nelas. Esse olhar amplia o papel do historiador e aproxima a História de sua função formativa, pois permite aos sujeitos perceberem que o presente é resultado de múltiplas temporalidades em interação. E devemos destacar que Isso é fundamental para o desenvolvimento dos estudos sobre a consciência histórica e seu papel na orientação no tempo e na vida prática dos sujeitos.

Ainda no século XX, Michel de Certeau, em *A escrita da história*, continuou o deslocamento conceitual da História e propôs uma reflexão crítica sobre a própria operação historiográfica. Para o autor, a História não seria apenas um conjunto de fatos, mas uma prática situada, que envolveria um lugar social, uma prática e uma escrita. Sua tese central era que o conhecimento histórico seria produzido a partir de condições sociais e discursivas específicas, o que implicaria reconhecer que a História é também uma construção. Assim, a ciência histórica é entendida como uma prática discursiva que organizaria o conhecimento sobre o passado a partir das questões do presente, e sua função seria produzir sentidos sobre a experiência histórica, evidenciando seus limites e possibilidades.

Ainda nessa direção, François Dosse, em *A História*, apresentou uma síntese das transformações do campo historiográfico ao longo do século XX, destacando a passagem de uma História centrada na verdade objetiva para uma História marcada pela pluralidade de abordagens e pela problematização da narrativa. O autor retoma a questão clássica “o que é a história?” para demonstrar que sua definição é histórica e mutável (Dosse, 2003, p. 3). Sua tese aponta para a crise dos paradigmas tradicionais e para a emergência de uma História que dialogasse com outras ciências humanas, reconhecendo seu caráter interpretativo e narrativo. A função da História, nesse contexto, seria compreender os processos de construção da memória e das representações do passado. Entretanto, ainda percebemos um certo conservadorismo em não destacar o papel dos

conhecimentos históricos para a vida prática. Aqui sua grande contribuição para o debate é seu destaque na problemática como pilar sustentador e desencadeador da pesquisa histórica.

François Furet, em *A Oficina da História*, insere-se no debate sobre a renovação da historiografia ao enfatizar o trabalho do historiador como construção interpretativa. Sua obra destacou que fazer História é operar escolhas, construir problemas e elaborar interpretações a partir das fontes. A metáfora da “oficina” remete ao caráter artesanal e intelectual do trabalho historiográfico, afastando-se da ideia de uma História puramente objetiva. A ciência da História, para Furet, seria uma prática interpretativa, cuja função é produzir inteligibilidade sobre o passado. Ainda estamos muito voltados ao passado por ele mesmo e pouco deslocados para perceber seu papel fundante na compreensão do presente e projeção do futuro.

No Brasil, o historiador, Ciro Flamarion Cardoso, em *Uma Introdução à História*, contribuiu para esse debate ao discutir o estatuto científico da História e suas especificidades. O autor afirmou que a chamada “História nova”, com seu caráter problematizador e enfoque nas estruturas sociais, seria mais adequada à produção de conhecimento crítico (CARDOSO, s/d, p. 1). Ao discutir se a História é uma ciência, destacou suas particularidades, especialmente o fato de lidar com acontecimentos únicos e irrepetíveis, o que a diferenciaria das ciências naturais. Assim, a ciência histórica para ele seria concebida como interpretativa, e sua função seria compreender e explicar processos históricos, ainda que não possa formular leis universais. Aqui o Historiador centrou sua análise em uma corrente historiográfica afirmando que essa seria mais adequada e não considerou que a questão não é puramente teórica, mas epistemológica.

Josep Fontana, em *História: análise do passado e projeto social*, aprofundou essa perspectiva ao afirmar que a História estaria intrinsecamente ligada às preocupações do presente e às disputas sociais. Sua tese central é que o conhecimento histórico não é neutro, mas orientado por projetos sociais, sendo sua função contribuir para a compreensão crítica da realidade e para sua transformação. A ciência da História, portanto, aparece em seu texto como prática social e política, comprometida com a análise das desigualdades e com a construção de alternativas. O autor afirmou que:

O passado está aí, nos documentos, esperando que os historiadores recolham os fatos, os lapidem - dando-lhes forma narrativa - e os sirvam ao público. A estes homens nem sequer se lhes ocorre pensar que a sua concepção da sociedade condiciona a sua prática de historiadores, desde a escolha dos "fatos relevantes", até a forma de apresentá-los, encadeando-os de modo que conduzam "espontaneamente" à ordem social presente legitimada assim pela história (Fontana, 1998, p. 121).

A citação de Josep Fontana explicita, de forma contundente, uma crítica ao paradigma tradicional da historiografia, especialmente à concepção metódica/historicista que entendia o passado como um dado objetivo, disponível nos documentos, aguardando apenas ser revelado pelo historiador. Ao afirmar que o passado está aí nos documentos, Fontana ironizou essa visão empirista, evidenciando seu caráter ingênuo ao desconsiderar o papel ativo do historiador na produção do conhecimento histórico.

O autor problematizou, sobretudo, a ideia de neutralidade, ao demonstrar que o processo historiográfico é atravessado por escolhas, seleções e interpretações que não são neutras, mas condicionadas por uma determinada concepção de sociedade. Nesse sentido, desde a definição do que constitui um “fato relevante” até a forma de organizá-lo em uma narrativa coerente, o

historiador opera a partir de referenciais teóricos, valores e posicionamentos que influenciam diretamente o resultado de seu trabalho. Assim, a narrativa histórica não é uma simples reprodução do passado, mas uma construção que atribui sentido aos acontecimentos.

A crítica se aprofunda quando Fontana apontou que essas narrativas podem contribuir para legitimar a ordem social vigente, ao encadear os fatos de modo que conduzam “espontaneamente” ao presente. Aqui, a História aparece como instrumento de naturalização das estruturas sociais, ocultando conflitos, desigualdades e alternativas históricas que poderiam questionar o presente. Trata-se, portanto, de uma denúncia do uso ideológico da História, que, ao se apresentar como neutra, reforça determinadas visões de mundo.

No contexto deste artigo, essa reflexão é central para nós, pois reforça a necessidade de compreender a ciência da História como uma prática interpretativa e socialmente situada, em diálogo com as demandas do presente. E enquanto uma ciência interpretativa deve ter como princípio a sua didática e seu perceber seu papel reflexivo como prática do ato reconstrutivo em sala de aula. A contribuição de Fontana dialoga diretamente com o deslocamento epistemológico discutido ao longo do texto, ao evidenciar que o fazer historiográfico implica responsabilidade social e política. Nesse sentido, o historiador-docente não pode se limitar à transmissão de conteúdos, mas deve assumir uma postura crítica diante das narrativas históricas, problematizando seus pressupostos e seus efeitos.

Assim, a citação de Fontana contribui para reafirmar a tese de que o conhecimento histórico é inseparável de sua função formativa. Ao reconhecer que toda História é construída e situada, abre-se espaço para um ensino que não apenas reproduz narrativas, mas que forma sujeitos capazes de questionar, interpretar e produzir sentidos sobre o passado, compreendendo suas implicações no presente e suas possibilidades para o futuro.

Ainda nessa direção, apresentamos um quadro analítico-comparativo que constitui um esforço de sistematização das principais obras e autores que emergiram como recorrentes nos planos de ensino analisados nos cursos de História das universidades investigadas. Sua elaboração não se limita a uma organização descritiva, mas responde a uma necessidade teórico-metodológica do presente estudo: explicitar, de forma comparativa, como diferentes tradições historiográficas conceituaram a ciência da História e atribuíram a ela determinadas funções ao longo do tempo, como foco em demonstrar como essas acabaram por influenciar nossas práticas docentes no Ensino da História.

Ao reunir, em uma mesma estrutura, obras clássicas da tradição metódica, reflexões da historiografia do século XX e contribuições contemporâneas da Teoria da História e da Didática da História, o quadro permite visualizar tanto permanências quanto deslocamentos nas formas de compreender o fazer historiográfico. Nesse sentido, evidenciamos que não há uma definição única e estável de ciência histórica, mas sim um campo em constante transformação, atravessado por disputas epistemológicas, metodológicas e políticas.

A organização do quadro em categorias que estabelecemos, sendo: obra, autor, data de publicação, síntese e concepção de ciência da História, possibilita identificar, de maneira mais clara, as diferentes ênfases atribuídas ao conhecimento histórico. O qual seria, ora centrado na objetividade documental e na reconstrução do passado, como na tradição Historicista; ora orientado pela interpretação, pela problematização e pela função social da História, como nas correntes críticas e contemporâneas. Tal diversidade reforçaria a compreensão de que a ciência da

História é historicamente constituída e que suas definições respondem às demandas e aos contextos de cada tempo.

Além disso, o quadro cumpre um papel fundamental na argumentação deste artigo ao tornar visível o vínculo entre concepção historiográfica e prática docente. Ao demonstrar que cada autor mobiliza uma determinada visão de História, seja como ciência empírica, prática interpretativa, construção narrativa ou produção de sentido. Assim, se evidencia que essas concepções não permanecem restritas ao campo teórico, mas orientam diretamente as formas de ensinar e aprender História.

Assim, mais do que um instrumento de síntese, o quadro analítico deve ser compreendido como um dispositivo interpretativo que sustenta a tese central deste trabalho: a de que a formação do historiador-docente está intrinsecamente ligada às concepções de ciência histórica que circulam na formação acadêmica e que essas concepções, por sua vez, são produtos de processos históricos mais amplos.

Quadro 01 - Analítico-Comparativo das Obras e Concepções de Ciência da História

Obra	Autor	Data de publicação	Resumo da obra	Visão de Ciência da História
<i>Introdução aos Estudos Históricos</i>	Charles Langlois e Charles Seignobos	1898	Obra fundadora da escola metódica, sistematiza o método histórico baseado na crítica documental, análise das fontes e busca da objetividade científica. Define regras rigorosas para o trabalho do historiador.	História como ciência empírica e positiva, baseada em documentos. Seu objetivo é reconstruir os fatos do passado com rigor metodológico e neutralidade.
<i>Iniciação aos Estudos Históricos</i>	Jean Glénisson	1977 (ed. original)	Manual de formação do historiador que enfatiza o domínio técnico, metodológico e o caráter prático do “ofício do historiador”. Dialoga com a tradição, mas atualiza o campo para novas problemáticas.	História como ofício científico baseado em métodos e técnicas. A ênfase está na prática investigativa e na explicação dos fenômenos históricos, não no julgamento.
<i>Apologia da História ou o Ofício do Historiador</i>	Marc Bloch	1949 (póstuma)	Reflexão sobre o fazer histórico, crítica ao positivismo e defesa de uma história-problema. Destaca o papel ativo do historiador e a centralidade da pergunta histórica.	História como ciência dos homens no tempo. Ciência interpretativa que articula passado e presente, orientada por problemas e pela compreensão da experiência humana.
<i>História: análise do passado e projeto social</i>	Josep Fontana	1998	Análise crítica da historiografia tradicional e defesa de uma história comprometida com as questões sociais e políticas.	História como prática social e política. Ciência orientada pelas questões do presente, com função crítica e transformadora da realidade.

Obra	Autor	Data de publicação	Resumo da obra	Visão de Ciência da História
			Destaca o papel do historiador no presente.	
<i>Teoria da História</i>	Jörn Rüsen	2015 (ed. brasileira)	Sistematização teórica da ciência histórica a partir da noção de consciência histórica. Articula narrativa, sentido e orientação temporal.	História como produção de sentido sobre o tempo. Ciência que orienta a vida prática, articulando passado, presente e futuro.
<i>A Oficina da História</i>	François Furet	1982 (aprox.)	Reflexão sobre o trabalho do historiador como construção interpretativa. Destaca o caráter intelectual e artesanal da produção histórica.	História como prática interpretativa. Ciência construída a partir de problemas, escolhas e narrativas elaboradas pelo historiador.
<i>A Escrita da História</i>	Michel de Certeau	1975	Análise da operação historiográfica, considerando o lugar social, a prática e a escrita. Problematisa a produção do conhecimento histórico.	História como prática discursiva e socialmente situada. Ciência que produz representações do passado a partir do presente.
<i>Uma Introdução à História</i>	Ciro Flammarion Cardoso	1981 (aprox.)	Discussão sobre o estatuto científico da História, seus métodos e suas especificidades em relação às demais ciências.	História como ciência interpretativa, baseada em evidências, mas sem leis universais. Destaca seu caráter explicativo e crítico.
<i>A constituição da história como ciência no século XIX</i>	Pascal Payen	2011	Análise da formação da História como ciência no século XIX, articulando tradição antiga e transformações modernas.	História como ciência moderna vinculada ao espírito científico e à organização social. Possui função intelectual e política.

Fonte: quadro desenvolvido pela autora (2026)

A análise dos resultados apresentados no quadro evidencia, em primeiro lugar, a recorrência de determinados núcleos conceituais que atravessam as diferentes obras e autores, ainda que ressignificados ao longo do tempo. Entre esses núcleos, destacam-se três ideias que aparecem com frequência significativa: (1) a relação entre História e verdade, (2) o papel do método na legitimação científica do conhecimento histórico e (3) a função formativa e social da História.

No que se refere à relação entre História e verdade, observa-se que, nos autores do século XIX, especialmente em Langlois e Seignobos, essa relação é concebida em termos de objetividade e verificação empírica. A verdade histórica seria alcançada por meio da crítica rigorosa das fontes e da eliminação da subjetividade do historiador. A História, nesse contexto, é entendida como ciência positiva, cujo objetivo é reconstruir o passado “tal como ele foi”. Essa concepção se articula

diretamente com o movimento mais amplo de constituição da História como ciência no século XIX, no qual o conhecimento histórico passa a ser visto como “controlável e demonstrável”.

Já nos autores do século XX, essa ideia de verdade sofreu um deslocamento significativo. Em Bloch, por exemplo, a verdade histórica deixa de ser entendida como mera correspondência com o passado e passa a ser concebida como resultado de um processo de investigação orientado por problemas. Em Certeau e Furet, esse deslocamento é ainda mais acentuado, uma vez que a História passou a ser compreendida como construção discursiva e prática interpretativa. Em Rüsen, por sua vez, a verdade histórica é articulada à produção de sentido, ou seja, ao modo como os sujeitos atribuem significado à experiência temporal. Assim, não se abandona a preocupação com a verdade, mas ela deixa de ser absoluta e passa a ser compreendida como histórica, situada e mediada pela narrativa.

O segundo eixo recorrente diz respeito ao papel do método. Nos autores do século XIX, o método aparece como o principal elemento de cientificidade da História. A ênfase recai sobre a crítica documental, a análise rigorosa das fontes e a construção de procedimentos que garantam a objetividade do conhecimento. O método é, portanto, entendido como um conjunto de regras que orientam o historiador na busca pela verdade dos fatos.

Nos autores do século XX, embora o método continue sendo um elemento central, sua função é ressignificada. Em vez de garantir a neutralidade, o método passa a ser compreendido como instrumento de problematização. Em Bloch, o historiador é definido como aquele que formula perguntas; em Certeau, o método está inserido em uma operação historiográfica que envolve escolhas, recortes e posições sociais; em Fontana, o método é atravessado por compromissos políticos e sociais. Assim, o método deixa de ser visto como garantia de objetividade e passa a ser entendido como parte do próprio processo interpretativo.

O terceiro eixo diz respeito à função da História, que também apresenta mudanças significativas. Nos autores do século XIX, a função da História está fortemente vinculada à construção de um conhecimento científico útil à organização da sociedade. Como aponta Payen, a História, ao se constituir como ciência, inseriu-se no “espírito científico” das ciências morais e passa a contribuir para a “direção da sociedade moderna”. Nesse sentido, sua função é ao mesmo tempo intelectual e política, ainda que marcada por uma pretensão de neutralidade.

Nos autores do século XX, essa função é ampliada e explicitada. A História passou a ser entendida como prática formativa, capaz de orientar a ação no presente. Em Fontana, essa função assumiu um caráter crítico e transformador; em Rüsen, ela se articula à formação da consciência histórica; em Certeau, ela envolve a produção de sentidos sobre o passado a partir das demandas do presente. Assim, a função da História deixa de ser apenas explicativa, para ser entendida como formativa e orientadora.

A partir desses três eixos, é possível identificar um movimento de continuidade e ruptura entre os autores dos séculos XIX e XX. Há continuidade na preocupação com a cientificidade da História, com o uso de fontes e com a necessidade de fundamentação metodológica. No entanto, há uma ruptura significativa na forma como esses elementos são compreendidos.

Os autores do século XIX tendem a conceber a História como uma ciência objetiva, centrada no passado e orientada pela busca da verdade factual. Já os autores do século XX deslocaram essa perspectiva ao enfatizar o caráter interpretativo, narrativo e social do conhecimento histórico. A História deixa de ser apenas uma ciência do passado e passa a ser uma ciência da relação entre passado, presente e futuro, orientada pela produção de sentido.

Esse deslocamento é fundamental para a compreensão do historiador-docente, pois implica uma mudança na própria finalidade do ensino de História. Se, no modelo metódico/historicista, ensinar História significava transmitir fatos verdadeiros sobre o passado, no modelo contemporâneo, ensinar História implica promover condições para que os sujeitos desenvolvam capacidade de interpretar o tempo, construir narrativas e orientar sua ação no mundo.

Dessa forma, a análise do quadro confirmou a tese central que propusemos nesse artigo: que as concepções de ciência da História não apenas se transformam ao longo do tempo, mas também orientam diretamente as práticas de ensino e aprendizagem, evidenciando a indissociabilidade entre teoria da História, historiografia e Didática da História.

Encaminhando para a síntese final deste artigo, a contribuição de Jörn Rüsen revela-se decisiva para o deslocamento epistemológico da ciência da História, sobretudo ao romper definitivamente com a compreensão restrita da História como estudo do passado, para afirmá-la como uma forma específica de orientação temporal da vida humana. Esse deslocamento não é apenas conceitual, mas implica uma reconfiguração profunda do próprio estatuto da ciência histórica, de sua função social e de sua relação com o ensino.

Em Rüsen, a ciência da História foi compreendida como um processo de construção de sentido que articularia temporalmente a experiência humana. Nesse horizonte, o passado não é um objeto em si mesmo, mas um elemento constitutivo da interpretação do presente e da projeção do futuro. Como indicam seus estudos sobre aprendizagem histórica, o pensamento histórico se organiza a partir de quatro dimensões fundamentais: experiência, interpretação, orientação e motivação que estruturam a relação dos sujeitos com o tempo. Isso significa que o conhecimento histórico não se encerra na análise do que foi, mas se realiza plenamente quando orienta o agir no presente.

Esse movimento representa uma inflexão fundamental: a História deixa de ser apenas explicativa e passa a ser orientadora da vida prática. Nesse sentido, Rüsen afirmou que a aprendizagem histórica e a didática da História devem responder aos “desafios da orientação histórica”, especialmente no que se refere à formação dos sujeitos em diferentes espaços sociais, com destaque para a escola. Assim, em seu pensamento a ciência histórica assume explicitamente sua dimensão formativa, articulando conhecimento, sentido e ação. O autor afirmou que: “História é uma conexão temporal, plena de eventos, entre passado e presente (com uma projeção para o futuro), que, por sua representação sob a forma de narrativa, possui sentido e significado para a orientação da vida prática atual” (Rüsen, 2015, p. 52). Nessa citação de Jörn Rüsen sintetizou de forma precisa o deslocamento contemporâneo na compreensão da ciência da História ao defini-la como uma “conexão temporal” que articula passado, presente e futuro por meio da narrativa. Diferentemente das concepções tradicionais que isolavam o passado como objeto autônomo, Rüsen enfatizou que a História só adquire sentido quando vinculada às necessidades de orientação do presente e às expectativas de futuro. Nesse processo, a narrativa histórica assumiria na visão do autor, um papel central, pois é por meio dela que os eventos são organizados, interpretados e dotados de significado. Assim, a História não é apenas um conjunto de fatos, mas uma forma de pensamento que produz sentido para a vida prática, permitindo aos sujeitos compreenderem sua posição no tempo e orientarem suas ações. Essa concepção reforça o caráter formativo da ciência histórica, ao evidenciar que sua função não se limita à explicação do passado, mas envolve a construção de referências para agir no presente e projetar o futuro, articulando diretamente teoria da História, historiografia e Didática da História no processo de formação da consciência histórica.

Entretanto, essa orientação não se dá de forma automática. Rüsen demonstra que ela depende diretamente da articulação entre três níveis da História e de sua apropriação cognitiva: a empírica, a formal e a funcional. Nesse contexto de explicativo Jörn Rüsen, (2015, p. 114-115), estruturou a própria racionalidade do conhecimento histórico, demonstrando que a ciência da História não se sustenta em uma única dimensão, mas na articulação entre três níveis interdependentes: o empírico, o formal e o funcional. O nível empírico refere-se ao contato com o passado por meio das fontes, isto é, ao conjunto de vestígios, documentos e evidências que fundamentam o conhecimento histórico. É nesse nível que se ancora a exigência de rigor e criticidade, herdada da tradição científica da disciplina. A dimensão formal, por sua vez, diz respeito à forma como esse material empírico é organizado e interpretado, especialmente por meio da narrativa histórica. Aqui, o historiador não apenas reúne dados, mas constrói relações de sentido, estabelecendo conexões temporais, causalidades e significados. Já o nível funcional refere-se ao papel que esse conhecimento desempenha na vida prática, ou seja, à sua capacidade de orientar os sujeitos no tempo, contribuindo para a formação da consciência histórica. Por fim, o ser docente emerge como dimensão fundamental, pois é no ensino que esse conhecimento se socializa, se reconstrói e se torna efetivamente formativo.

Nesse sentido, Rüsen foi categórico ao afirmar que a Didática da História não pode ser compreendida de maneira dissociada da teoria da História e da própria cultura histórica de seu tempo. O ensino de História deve estar consciente de seu papel na cultura histórica e de sua função no desenvolvimento da consciência histórica dos sujeitos. Isso implica reconhecer que o historiador-docente não é apenas transmissor de conteúdos, mas mediador de processos de produção de sentido.

Dessa forma, a História, enquanto ciência formativa, encontra sua realização plena no processo de ensino e aprendizagem. É nesse espaço que a relação entre passado e presente se torna significativa para os sujeitos, permitindo-lhes compreender sua inserção no tempo e projetar possibilidades de futuro. Como evidenciam os estudos sobre aprendizagem histórica, o desenvolvimento da competência narrativa é central nesse processo, pois é por meio da narrativa que os sujeitos organizam suas experiências temporais e constroem orientações para a ação.

Importa destacar, ainda, que essa função formativa da História não se restringe aos espaços formais de ensino. Rüsen amplia essa compreensão ao introduzir o conceito de cultura histórica, entendida como o conjunto de práticas, discursos e representações por meio dos quais a sociedade se relaciona com o passado. Nesse sentido, a aprendizagem histórica ocorre tanto na escola quanto em outros espaços sociais, como a mídia, os museus, as memórias coletivas e os usos públicos da História. A escola, contudo, ocupa um lugar privilegiado, pois é nela que esse processo pode ser sistematizado, problematizado e orientado de forma crítica.

Assim, ao articular teoria da História, historiografia e Didática da História, Rüsen ofereceu uma chave interpretativa fundamental para compreender o processo de “forjar-se” historiador-docente. Sua contribuição evidencia que não há separação entre produzir conhecimento histórico e ensiná-lo: ambos fazem parte de um mesmo processo de construção de sentido que visa orientar a vida prática.

Em síntese, o deslocamento promovido por Rüsen reafirma que a ciência da História é, antes de tudo, uma ciência da orientação temporal humana. E é precisamente no ensino, entendido como espaço de mediação, reconstrução e produção de sentido, que essa função se concretiza de maneira

mais plena, formando sujeitos capazes de interpretar o passado, compreender o presente e projetar o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo permitem afirmar que o processo de “forjar-se historiador-docente” está intrinsecamente ligado ao deslocamento epistemológico na forma de compreender a ciência da História e sua função na sociedade. Não se trata apenas de uma mudança conceitual, mas de uma transformação profunda no modo como se entende o próprio ofício do historiador e, consequentemente, o papel do ensino de História.

A análise das obras clássicas e contemporâneas evidenciou que a História deixou de ser concebida exclusivamente como uma ciência voltada à reconstrução objetiva do passado para afirmar-se como uma prática interpretativa, orientada pela produção de sentido e pela articulação entre passado, presente e futuro. Esse deslocamento, sistematizado de maneira consistente por Jörn Rüsen, reposiciona a ciência histórica como uma forma de orientação da vida prática, conferindo-lhe uma função eminentemente formativa e social.

Nesse horizonte, o historiador-docente não pode mais ser compreendido como aquele que domina conteúdos e os transmite, mas como um sujeito que articula investigação, interpretação e mediação didática. O forjar-se historiador-docente implica, portanto, reconhecer a indissociabilidade entre pesquisa histórica e ensino, compreendendo ambos como dimensões constitutivas de um mesmo processo de produção de sentido. É nesse movimento que a Didática da História deixa de ser um campo aplicado e passa a ser entendida como parte integrante da própria ciência histórica.

Ao longo da análise, tornou-se evidente que as concepções de História mobilizadas na formação inicial e continuada dos historiadores orientam diretamente as práticas pedagógicas e os modos de aprendizagem. Assim, uma concepção metódica/historicista tende a gerar práticas transmissivas e centradas na informação, enquanto uma concepção orientada pela produção de sentido e pela consciência histórica favorece práticas investigativas, problematizadoras e formativas. Dessa forma, o deslocamento da compreensão da ciência histórica é condição fundamental para a transformação do ensino de História.

Além disso, ao reconhecer a História como parte da cultura histórica, amplia-se o entendimento de que o processo formativo não se restringe aos espaços escolares, embora estes desempenhem um papel central. O historiador-docente atua, portanto, em um campo ampliado de produção e circulação de sentidos históricos, sendo responsável por mediar, problematizar e qualificar as relações que os sujeitos estabelecem com o passado em diferentes contextos sociais.

Diante disso, as considerações finais deste estudo reafirmam que o forjar-se historiador-docente depende, necessariamente, da incorporação desse novo olhar sobre a ciência da História: uma ciência que não apenas investiga o passado, mas que produz sentidos para o presente e orienta a construção do futuro. É nesse entrelaçamento entre teoria, historiografia e didática que se constitui um profissional capaz de atuar de forma crítica, reflexiva e socialmente comprometida.

Assim, defender a formação do historiador-docente é, em última instância, defender uma concepção de História como conhecimento formativo, comprometido com a formação de sujeitos históricos conscientes, capazes de interpretar o mundo em que vivem e de agir sobre ele. É nesse processo contínuo de reflexão, investigação e prática que se forja, de fato, o historiador-docente.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais: a longa duração*. In: _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à história*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DOSSE, François. *A história*. Tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2003.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Tradução de Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 1998.
- FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1982.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Lisboa: Europa-América, 1991.
- LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. Tradução de Laerte Ramos de Carvalho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 4, n. 6, p. 103 -122, 2011. DOI: 10.15848/hh.v0i6.250. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/250>. Acesso em: 2 jun. 2026.
- RÜSEN, Jörn. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Tradução de Peter Horst Rautmann et al. Curitiba: W.A. Editores, 2012.
- RÜSEN, Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Organização de Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca e Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2010.
- RÜSEN, Jörn. *Contribuições para uma teoria da didática da História*. Organização de Maria Auxiliadora Schmidt e Estevão de Rezende Martins. Curitiba: W.A. Editores, 2016.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba. Editora UFPR, 2015.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria, historiografia, didática*. Organização de Margarida Maria Dias de Oliveira, Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior e Caio Rodrigo Carvalho Lima. Ananindeua: Editora Cabana, 2022.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

“A Black Man Found Drowned on the Beaches of This City”: Health, Disease, and Death in the Port City of Rio Grande (RS, 19th Century)

Resumo: Em abril de 2025 uma ação conjunta do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e do Ministério Público do Rio Grande do Sul apreendeu diversos documentos históricos, que estavam sendo oferecidos ilegalmente à venda nas redes sociais. Integrando esse lote de documentos resgatados existe um códice de registro de sepultamentos de escravizados e escravizadas no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, abrangendo o período de 1863 a 1888. Esse artigo versa sobre esse livro manuscrito, analisando quantitativa e qualitativamente os dados ali preservados sobre os habitantes cativos daquela importante cidade portuária atlântica: proveniência/origem, faixa etária, causas das mortes, etc. Trata-se de uma análise no campo da história social da escravidão, no diálogo com os estudos sobre doença, saúde, morbidade e cura.

Palavras-chave: escravidão; saúde; doença; óbitos.

Abstract: In April 2025, a joint action by the Public Archive of the State of Rio Grande do Sul and the Public Ministry of Rio Grande do Sul seized several historical documents that were being illegally offered for sale on social media. Among this batch of rescued documents is a codex of burial records of enslaved individuals in the cemetery of the Santa Casa de Misericórdia of Rio Grande, covering the period from 1863 to 1888. This article discusses this manuscript book, analyzing quantitatively and qualitatively the data preserved there about the captive inhabitants of that important Atlantic port city: provenance/origin, age range, causes of death, etc. It is an analysis in the field of the social history of slavery, engaging with studies on disease, health, morbidity, and healing.

Keywords: slavery; health; disease; deaths.

Paulo Roberto Staudt Moreira*

* Doutor em História - UFRGS, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Professor FURG e UFPEL. E-mail: staudtmoreira315@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1286-2874>.

INTRODUÇÃO

Postagens feitas nas redes sociais, em abril de 2025, alertaram e causaram ansiedade ao público preocupado com o patrimônio público documental. Dois irmãos, negociantes de livros raros, anunciaram repetidamente que estavam de posse de códices manuscritos do século XIX, de grande interesse histórico e de proveniência pública, os quais eram oferecidos ilegalmente para a venda.¹ Alertado sobre o fato, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) acionou o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), o qual empreendeu uma diligente investigação, da qual resultou a apreensão, em 25 de abril de 2025, de sete livros de registros diversos, de rara importância para a pesquisa nacional. Os envolvidos nesse ilícito negócio responderão ações baseadas no artigo 305 do Código Penal², no artigo 62 da Lei de Crimes Ambientais³ e na Lei 8.159/1991, que “Dispõe sobre a polícia nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”.⁴

Ainda não está bem certa a origem destes códices e como foram desviados de seus lugares de memória originais e colocados à venda, mas eram evidentes os riscos que eles corriam em suas integridades físicas, já que eram precariamente guardados e manuseados. Outrossim, se fossem entesourados por algum colecionador privado, seriam retirados definitivamente ao acesso dos pesquisadores em geral.

Após o exame meticuloso dos documentos apreendidos por funcionários do APERS, foi confirmada a raridade e a importância para o conhecimento histórico dos livros que agora farão parte, em sua maioria, do acervo daquela instituição. O lote de códices agora restituídos ao patrimônio público por essa inusual e louvável ação do MPRS/APERS é composto de dois livros de registros de escravizados presos na cadeia de Rio Grande (um de 1857 a 1859 e outro de 1866 a 1868), dois registros de saídas do porto de Rio Grande (entre 1846 e 1869), um livro de sepultamentos de escravizados no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (de 1863 a 1888), o livro de classificação de escravizados que tinham de ser libertados pelo Fundo de Emancipação de Arroio Grande e o livro de atas do mesmo fundo, da cidade de Rio Grande (ambos criados de acordo com a lei de 18 de setembro de 1871 e o seu regulamento, de 13 de novembro de 1872).

Mesmo aqueles que não são especialistas na história da escravidão, entendem a importância do resgate destes documentos para a pesquisa histórica e a memória nacional. Torná-los acessíveis aos pesquisadores em geral contribui para um melhor conhecimento do período escravista na parte mais meridional do Império brasileiro. Nesse território sulista vicejou uma sólida sociedade escravista, mesmo que posteriormente discursos diversos tenham veiculado ideologias de enaltecimento das suas raízes europeias, invisibilizando as presenças e contribuições advindas do continente africano (LEITE, 1996; SALAINI, 2006; ROSA, 2014).

¹ Ver notícias o caso em: www.mprs.mp.br/noticias/62516/ e <https://planejamento.rs.gov.br/arquivo-publico-do-estado-e-mprs-atuam-no-resgate-de-possiveis-documentos-publicos-comercializados-ilegalmente>.

² “Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor” - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

³ Lei 9.605/1998 - Seção IV - Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural - Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar: I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial; II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm

⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

A proposta deste texto é, justamente, proceder a uma investigação quantitativa e qualitativa de um destes documentos apreendidos pelo MPRS/APERS. Trata-se do livro de registro de sepultamentos de escravizados e escravizadas no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, que abrange o período de 1863 a 1888, e que traz o seguinte termo de abertura:

Há de servir este livro para nele se lançar os óbitos de escravos sepultados no Cemitério desta cidade, do que para constar se lavrou o presente Termo de Abertura, que vai por mim assinado. Rio Grande, 15 de setembro de 1856.
[assinatura] João de Miranda Ribeiro, provedor.

Apesar do termo de abertura deste códice ser datado no ano de 1856, os registros começam apenas em 1863, indo até 1888, mas nada sugere que tenha havido algum dano no livro original, ocasionando perda de páginas e assentamentos. O códice tem 200 páginas, sendo que 106 estão devidamente preenchidas, com 18 nomes em cada, 9 no retro e 9 no verso, e as restantes em branco.

Segundo o Padre Zeferino Dias Lopes, em suas *Nótulas sobre a história eclesiástica do RS* (1891: pp. 194/195), o embrião da Santa Casa de Caridade de Rio Grande remonta ao ano de 1806, quando “por vontade do vigário do Rio Grande, padre Francisco Inácio da Silveira e boa vontade dos moradores” foi criada uma Sociedade de Beneficência, “com o fim de socorrer famílias pobres”. Como em setembro de 1825 fosse fechado um Hospital Militar que funcionava em Rio Grande, dirigido pelo cirurgião mor Manoel Gonçalves da Silva, a Sociedade de Beneficência ampliou suas funções, atendendo os 16 a 20 doentes pobres ali internados. Em 13 de novembro de 1831 a sociedade decidiu – “por meio de subscrição” –, construir um hospital, sendo iniciada a obra. Com essa finalidade e com a liderança de Rodrigo Fernandes Duarte, a Sociedade de Beneficência passou, em 1835, a condição de Irmandade do Espírito Santo e Caridade, guiando-se pelo compromisso da congênera de Lisboa, tendo um próprio apenas com a Lei Provincial nº 418, de 15.04.1876, aprovado por Provisão do Bispo Sebastião Dias Laranjeira em 07.11.1867. Em 1841 surge, então, a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande.⁵

Tão logo foi constituída a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, recebeu o encargo do presidente da província, em dezembro de 1841, de erigir um novo cemitério, já que o antigo estava em ruínas “e só nele sepultando-se indigentes e escravos” (LOPES, 1891: p. 142). Depois de terminado esse campo santo, a Santa Casa erigiu nos fundos uma capela dedicada do Senhor do Bom Fim, benta em 13.05.1843. O relatório do Vice-Presidente da província Luís Alves Leite de Oliveira Belo, de 01.10.1852, informa que o “cemitério público” de Rio Grande estava a cargo da Santa Casa local, e que o seu Regulamento estava em execução desde agosto do ano passado, sendo a sua receita “muito inferior a despesa”.⁶

Mas logo este campo santo demonstrou não estar à altura do crescimento da povoação e em 1857 a Lei do Orçamento provincial entregou 8 contos de réis para a Santa Casa de Rio Grande, “para construção de novo cemitério”, sendo que mais 2 contos foram fornecidos pelo Barão de Muritiba.⁷ No ano seguinte, a presidência da província relata que somavam 14 contos de réis o empréstimo dos cofres provinciais para aquela Santa Casa para “construção de um cemitério extra-

⁵ ALVES & TORRES, 1997; EICHOLZ, 2022; RODRIGUES, 1985.

⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) - Relatório do Vice-Presidente da Província Luís Alves Leite de Oliveira Belo na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 1 de outubro de 1852: p. 19.

⁷ AHRS - Relatório do Vice-Presidente da Província Patrício Correia da Câmara na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857: pp. 14 e 58.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

muros” e que as obras estavam em andamento, tendo já se escolhido “um terreno fora das trincheiras, ao lado do sul, onde já existia um cemitério”.⁸

Em 1860, a presidência da província, certamente informado por correspondências e relatórios da Santa Casa de Rio Grande, considerava o cemitério quase pronto, cercado por 240 catacumbas para adultos, 92 para menores e 130 braças de muros “com os competentes portões”, “além de 50 catacumbas pertencentes a Ordem 3^a de N. S. do Carmo, que vão ser aumentadas com as da Ordem 3^a de São Francisco e de Nossa senhora da Conceição”. A despesa até aquele momento tinha sido de 36 contos de réis, sem incluir a soma de 1:800\$ “porque contratou a construção de um carro rico para condução de anjinhos”.⁹ No ano seguinte, 1861, o cemitério é dado por terminado, com uma despesa total de 39:357\$840.¹⁰

No “Relatório apresentado à Mesa da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Rio Grande do Sul pelo Irmão Ex-Provedor Porfírio Ferreira Nunes”, em 1861, encontramos um retrospecto interessante da construção do “Cemitério Geral”.¹¹ Segundo o ex-Provedor, certamente todos ainda traziam na “imaginação, as cenas de pranto e dor que presenciamos na calamitosa quadra de novembro de 1855 a março de 1856”, quando o Cólera Mórbus assolou a cidade. Assim, graças “a este funesto acontecimento com que a Providência Divina quis castigar o povo brasileiro, que é devida a existência do cemitério geral no local onde se acha”. A população, “transida de terror” pediu um campo santo “mais distante que o cemitério do Bom Fim” e a Santa Casa e a Câmara Municipal, de comum acordo, escolheram um terreno, principiando-se o serviço em 12-12-1855, “sendo apenas um pequeno cercado de taboas”.

O Ex-Provedor Porfírio Ferreira Nunes se orgulha de informar aos Irmãos da Misericórdia de Rio Grande que ele tomou a tarefa do Cemitério Geral com árdua dedicação pessoal e levou o campo santo “ao ponto em que se acha”. Segundo ele, existiam naquele ano 559 catacumbas (400 grandes e 159 pequenas), sendo a maioria pertencentes à Santa Casa e as demais a Ordem 3^a do Carmo, Irmandade da Conceição e Ordem de São Francisco. Segundo o relatório de 1861, ali estavam sepultadas 2.390 pessoas, sendo 809 escravizados e escravizadas (33,85 %) e 1.581 livres (66,15 %), sendo o pessoal composto do encarregado, coveiro, boleiro e servente, “estes dois últimos são pretos escravos da Santa Casa”.

Esta questão será evidenciada ao longo do texto, mas salientamos que a cidade portuária de Rio Grande, apesar de comportar variáveis que a tornam um local imprescindível de pesquisa, carece ainda de investigações sobre o seu passado escravista.¹² Trata-se do único porto atlântico da capitania/província de São Pedro do Rio Grande do Sul, cuja ocupação luso-brasileira começou pela instalação do presídio de Jesus, Maria José, em 1737, tornando-se posteriormente a primeira vila do território (KÜHN, 2006; MIRANDA, 2000 e 2009; FORTES & WAGNER, 1963). Sua localização estratégica junto ao oceano Atlântico e a laguna/lagoa dos Patos, tornou seu porto (mesmo com a instabilidade de sua barra) ponto de convergência de pessoas de várias procedências

⁸ AHRS - Relatório do Presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz à Assembleia Legislativa Provincial na 1^a sessão da 8^a legislatura, em 5 de novembro de 1858: pp. 60 e 88.

⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) - Relatório apresentado à Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 1^a sessão da 9^a legislatura, pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Tipografia do Correio do Sul, 1860: p. 25.

¹⁰ AHRS - Relatório com que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Vice-Presidente Comendador Patrício Correia da Câmara, em 17 de outubro de 1861. Porto Alegre, Tipografia do Jornal A Ordem, 1861: p. 16.

¹¹ AHRS – Assuntos Religiosos - Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, maço 03, caixa AR 02.

¹² Sugerimos as seguintes leituras sobre a escravidão em Rio Grande: GATTIBONI, 1993; MOLET, 2022; OLIVEIRA, 2013; REISDORFER, 2024; SCHERER, 2008.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

nacionais e internacionais, por onde escoava parte considerável das exportações e importações da província (BERUTE, 2006 e 2011), destacando-se produtos derivados da pecuária e das charqueadas (VARGAS, 2013). Destaque-se que esse contato privilegiado com o Atlântico Negro fez com que por aqueles cais circulassem culturas e religiosidades afro-diaspóricas (CORRÊA, 2005 e 2016; OLIVEIRA & GOMES & SCHERER, 2021).

O códice em questão está bem conservado e foi relativamente fácil a sua transcrição paleográfica, embora o procedimento seja lento e demorado, porém prazeroso. Os dados foram inseridos em uma planilha excel, permitindo análises quanto ao sexo, faixa etária, origem/procedência, estado civil, cor e causas das mortes dos indivíduos escravizados sepultados naquele cemitério. Tal cuidadosa operação gerou um banco de dados com 1.892 registros de sepultamentos.

Tratando-se de um códice que registrou os óbitos e respectivos sepultamentos em covas e catacumbas, os dados mais relevantes e sensíveis são os relativos aos motivos dos falecimentos. Tais dados remetem ao campo dos estudos da saúde e da doença, que tem crescido de forma imensurável nos últimos anos.¹³ Estabelecemos categorias amplas nas quais englobamos as causas individuais dos óbitos, nos baseando em dicionários médicos do período, como os dos doutores Pedro Luiz Napoleão Chernovitz (1890) e Theodoro J. H. Langaard (1872) e na já consistente historiografia a respeito.¹⁴

NOTAS SOBRE UM BENFEITOR: O NEGOCIANTE RODRIGO FERNANDES DUARTE

Em 27.10.1809 Rodrigo Fernandes Duarte alforriou o pardo Bibiano, para que pudesse, “livremente de hoje em diante, ganhar a sua vida em Domínios e Senhorios de Portugal, onde bem lhe pareça”. A carta de alforria foi passada na Vila de São Pedro do Rio Grande, mas como lá “não há Tabelião do Público e notas”, acabou registrada em 21.11.1809 em Porto Alegre. Nesta alforria, Duarte se apresenta como solteiro e negociante da vila de Rio Grande, com 45 anos de idade. No ano seguinte, em 14.08.1810, ele também alforriou a angola Francisca.¹⁵

O negociante Duarte era português, batizado na Matriz de São Martinho de Lordelo, bispado do Porto, onde estavam sepultados seus pais, Manoel Fernandes Duarte e Ana Maria da Conceição.

Na noite de 2 de março de 1837, em plena guerra civil farroupilha, Rodrigo Fernandes Duarte estava internado, aos 70 anos de idade, no Hospital de Caridade de Rio Grande, localizado na rua da Caridade, em prédio doado por ele para aquele fim. Repentinamente, ele sofreu um “ataque, pelo qual julgando-se em perigo iminente de vida e achando-se em seu juízo perfeito”, chamou seis amigos ou conhecidos: o sacristão português Antônio José Gomes de Azevedo (com 73 anos de idade), o major José Antônio de Almeida (59 anos e natural da Colônia de Sacramento,

¹³ Ver, por exemplo: ARMUS, 2003 e 2005; CHALHOUB, 1996 e 2003; CUETO & PALMER, 2016; HOCHMAN, 1998 e 2004. Especificamente sobre investigações a respeito da saúde no século XIX, no Rio Grande do Sul: BRIZOLA, 2014; GILL, 2004; TOMASCHEWSKI, 2014; WITTER, 2007.

¹⁴ A respeito recomendamos: COSTA, 1976; FLORENTINO, 1997; KARASCH, 2000; LONER & GILL, 2012; MOREIRA, 2010; MOREIRA & GARCIA, 2011; NADALIN, 2004; PETIZ, 2007; PORTO, 2006; SOUSA, 2003; VAILATI, 2010.

¹⁵ APERS – 2º Cartório do Civil de Rio Grande, inventário nº 49, inventariado: Rodrigo Fernandes Duarte, inventariante: Manoel José Barreiros, 1837; 2º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 7 de Registros Diversos, p. 123; 1º Tabelionato de Rio Grande, Livro s/nº de registros diversos, 22.04.1813: p. 48v.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

que vivia de seus soldos), o proprietário português Antônio José da Rocha (de 53 anos), além de três negociantes: Eleutério Teixeira Carneiro (60 anos e também natural da Colônia de Sacramento), Manoel da Silveira Machado (de Portugal, com 60 anos) e Antônio Manoel dos Santos (de Portugal, de 44 anos).

Reunido este grupo de pessoas de sua confiança e sentindo-se em perigo de vida, Duarte “de viva voz fez as suas disposições de última vontade, proferindo as mesmas disposições, tais quais nesse ato apresentou por ele mesmo escrito”. Essas pessoas depois depuseram em juízo, reduzindo tudo a um testamento nuncupativo.¹⁶ Na verdade, naquela noite, enfraquecido pelo “ataque” que sofrera, Duarte acrescentou três parágrafos a um texto que ele iniciara em 26 de maio de 1834, na mesma Vila de São Pedro do Rio Grande, e que encerrava com a seguinte frase - “e como por hora nada mais me lembra, dou por finalizado este meu testamento, e quando me lembre neste mesmo testamento continuarei”.

Em seu testamento nuncupativo, Rodrigo Fernandes Duarte informa que não tinha “herdeiros forçados”, já que nunca contraira matrimônio ou tivera filhos legítimos ou naturais e seus pais já haviam falecido, e por isso instituiu por herdeira, “por efeito de testamento”, a Irmandade do Divino Espírito Santo e Caridade desta cidade”. O seu óbito foi registrado no dia 3 de março de 1837 e o cadáver foi depositado nas catacumbas da Capela da Ordem 3ª de Nossa Senhora do Carmo, já que ele era irmão desta irmandade e da do Santíssimo Sacramento. A anotação de seu óbito diz que ele tinha 75 anos, idade diferente da informada em seu testamento, e que doara “todos os seus bens ao Hospital da Caridade desta Cidade, do qual foi Protetor”.¹⁷

O testamento iniciado em 1834 começava com uma explicitação de sua fé católica:

Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, Espírito Santo, verdadeira fé em que tenho vivido e pretendo morrer. Este é o meu Testamento, feito e assinado por minha letra, estando em meu perfeito juízo, com lembrança da Eternidade.

O testamenteiro e inventariante do benfeitor do Hospital da Caridade de Rio Grande foi Manoel José Barreiros, que era o procurador da Irmandade do Espírito Santo e Caridade de Rio Grande, entidade imensamente interessada naqueles legados.

O septuagenário negociante Rodrigo Fernandes Duarte tinha três sobrados na vila de Rio Grande, um deles já doado e onde funcionava o Hospital de Caridade. Os outros dois ficavam na segunda rua da vila. Junto com o sobrado que abrigava o Hospital, Duarte já havia doado para a obra do prédio novo para aquela instituição, abundante material de construção, telhas, madeiras, etc. Ele também declara, em um texto que denuncia certo enfraquecimento do autor em função da sua senioridade, que Luiz Pereira Leal lhe devia 2:235\$600 réis, que ele lhe supriu “para estabelecimento de uma Olaria na Ilha dos marinheiros”, e que combinara com ele que a dívida seria paga em tijolos para a obra do Hospital.

Além dos imóveis, o protetor também lega para aquela Irmandade do Divino Espírito Santo e Caridade, dois escravizados que ele possuía, ambos provenientes da Costa da África - João e Antônio. Era muito comum as Santas Casas de Misericórdia receberem bens legados em

¹⁶ APERS – Juízo do Civil da Cidade do Rio Grande, Justificação para redução de testamento, testador: Rodrigo Fernandes Duarte, nº 4197, 1837; Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande, Testamento nº 2808, testador: Rodrigo Fernandes Duarte, testamenteiro: Manoel José Barreiros, 1840.

¹⁷ Arquivo da Cúria Diocesana de Rio Grande, Livro nº 7 de Óbitos de Pessoas Livres de Rio Grande: p. 1v.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

testamento e entre eles escravizados e escravizadas (TOMASCHEWSKI, 2014: p. 161). Entre os cativos sepultados no cemitério da Misericórdia de Rio Grande que estamos analisando, de 1863 a 1888, encontramos três cuja senhora era a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, todos descritos como pretos e africanos: Genoveva (36 anos, sepultada em 22.07.1864, causa da morte: hidropisia geral), Antero (50 anos, 20.05.1867, causa da morte: febre tifoide) e Lucas (62 anos, 09.06.1869, causa da morte: meningite gástrica).¹⁸

Rodrigo Fernandes Duarte deixa alguns legados para comadres e agregadas e para aliviar a sua consciência pede para que missas fossem rezadas no Rio de Janeiro:

Declaro que se mandem dizer 60 missas no Rio de Janeiro, por tensão de Alguém que possa ter sido lesado em algum trato, e quando assim não aconteça serão aplicadas pelas Almas mais necessitadas do purgatório ou por aquelas que forem do agrado de Deus.

A Corte do Rio de Janeiro e seu porto atlântico era uma conexão fundamental para as redes mercantis que se espalhavam até o território mais meridional do Império e mais além ainda. Em sua tese, o historiador Jonas Vargas (2013: p. 131) cita o caso do charqueador Domingos de Castro Antiquiera, que em seu testamento de 1852 mandou rezar mil missas no Rio de Janeiro “por atenção daquelas pessoas com quem tratei negócios”. Essa tipologia documental serve para investigar várias questões, entre elas os contatos que esses comerciantes forjavam e mantinham em suas atividades mercantis, que certamente carregavam amizades, desavenças e mágoas.

Além dos imóveis, dívidas ativas, escravizados, o benfeitor-protetor Duarte tinha algum dinheiro vivo consigo, normal no cotidiano dos negociantes. O seu testamenteiro conseguiu arrecadar a quantia de 960\$680 réis, dos quais foram gastos em seu funeral cerca de 24 % - 238\$740 réis, sem contar as esmolas distribuídas. Percebe-se com isso como a *boa morte* era uma forma de distinção social (REIS, 1991).

“JESUS MEU DEUS DO CÉU, POBRE DO MEU PARCEIRO”: UM CRIME NA ILHA DOS MARINHEIROS

No dia 11 de junho de 1866, em pleno inverno, foi depositado em uma cova simples do cemitério da Santa Casa de Misericórdia, da cidade de Rio Grande, o corpo do preto João.¹⁹ O sucinto registro de seu enterramento omitia sua idade, filiação, onde nascera, apenas informava que morrera com um “tiro no peito” e que era escravizado do senhor João de Miranda Ribeiro, justamente o indivíduo que, como provedor da Santa Casa daquela cidade, assinara o termo de abertura do códice onde aquele sepultamento fora anotado.

Não sabemos se pessoas do seu afeto acompanharam seu corpo até ser depositado ao solo ou quem chorou por seu passamento, entretanto, podemos adensar um pouco mais os últimos momentos da saga afro-diaspórica do preto João, cotejando a reduzida anotação de seu sepultamento com o processo criminal montado em função do seu assassinato. Tal cruzamento de fontes foi facilitado pelo excelente sistema de buscas do site do APERS e pelos catálogos produzidos por projeto executado por essa instituição, os Documentos da Escravidão, em especial o volume relativo aos processos criminais. (APERS, 2010)

¹⁸ APERS - Livro de Óbitos de Escravos - 1863 a 1888 - Rio Grande: p. 10v, nº 1127; p. 36, sem nº; p. 50, sem nº.

¹⁹ APERS – Livro de Óbitos de Escravos de Rio Grande (1863/1888): p. 25v.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

No canal do Rio Grande, a oeste da cidade do mesmo nome, localiza-se a maior ilha do estado, denominada Ilha dos Marinheiros, até hoje local cujos habitantes se dedicam à agricultura e a pesca. Nos inventários post-mortem oitocentistas encontramos inúmeras chácaras nessa ilha, evidenciando como esse território era importante para o abastecimento do núcleo urbano de Rio Grande de produtos de primeira necessidade (FARIA, 1914).

Foi na Ilha dos Marinheiros que o preto João recebeu um mortífero tiro no peito. O crime aconteceu em 10 de junho de 1866, quando a província estava agitada pela ampla movimentação de tropas ocasionada pela Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai.²⁰ Naquele mesmo dia, o senhor de João comunicou ao delegado de polícia tenente Francisco da Silva Flores, o dramático acontecimento, e essa autoridade na segunda-feira remeteu ao juiz municipal da 1ª vara Luiz Cândido de Assis Araújo a arma de fogo empregada no crime e o suposto homicida, o preto Clementino.²¹

Na segunda-feira, 11 de junho de 1866, foi realizado o “Auto de exame e autópsia” no cadáver do preto João, escravizado do comendador João de Miranda Ribeiro, na Santa Casa de Misericórdia local, com a presença dos médicos José de Pontes França e Teodósio Martins de Oliveira. Os doutores começaram o exame descrevendo as roupas do cadáver, encontrando-o vestido com “quatro camisas, a primeira de baeta azul, a segunda de meia grossa, e a terceira branca de morim fino e a quarta de chita, calça azul e o pé direito calçado”. Segundo os facultativos, João *representava* ter mais de 40 anos, tendo cabelos brancos, “constituição robusta, musculoso e pouco tecido adiposo, estatura baixa”. A morte teria sido provocada por tiro de “chumbo grosso de caça” dado a “pequena distância, no estômago”, deixando um *rombo* nas quatro camisas, sendo os projéteis encontrados na coluna vertebral do falecido.

Curioso o fato dos médicos descreverem a roupa do falecido, o que não era comum nos exames da época, mas isso nos traz o dado interessante de que João se protegia do frio de junho trajando quatro camisas e que andava calçado, o que como se sabe era um raro hábito entre os escravizados. Ele já tinha cabelos brancos, mas os médicos se admiraram com a sua condição física, avaliando os custos com sua morte em 1:200 mil réis, “além da despesa do processo”.

Os médicos fizeram o que podiam confeccionando o “Auto de Exame e Autópsia”, mas não lhes cabia apontar o criminoso e o cadáver de João pouco podia revelar sobre o episódio que ocasionou a sua morte. As autoridades, então, passaram a arrolar testemunhas que tivessem presenciado ou que soubessem de algo do ocorrido. Os interrogatórios se sucederam sem grandes novidades, sendo que os homens chamados a depor se dividiram em dois grupos: aqueles que estiveram presentes e testemunharam a morte de João e os que vagamente *ouviram falar* do caso e apenas podiam contar o que dizia a *voz pública* a respeito do caso e dos diretamente envolvidos.

Das falas registradas nos autos, percebemos que o falecido João integrava um grupo de quatro homens que, em 10 de junho de 1866, em um domingo, saíram pela Ilha dos Marinheiros a desempenhar pequenas tarefas daquele universo rural, as quais se encerrariam em uma caçada de marrecos e quero-queros. O único homem livre presente era o menor Antônio (filho de Bernardo José Pereira), que estava acompanhado do preto João, além de outros dois pretos: Garcia (do major Miguel Tito de Sá) e Clementino (do tenente coronel Porfírio Ferreira Nunes).

²⁰ Sobre a Guerra do Paraguai: DORATIOTO, 2002; FERREIRA, 2006; IZECKSOHN, 2002, 2025 e 2025a.

²¹ APERS – Tribunal do Júri, Rio Grande, processo criminal nº 226, réu: Clementino, 1866. Como ordenava a rotina policial, o delegado de polícia Flores, em 11.06.1866, comunicou do ocorrido ao chefe de polícia da província, Gervásio Campelo Pires Ferreira (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2023: p. 133).

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

Com 14 anos de idade, Antônio contou que sua família estava parando, na Ilha dos Marinheiros, na chácara do senhor Porfírio Ferreira Nunes. Depois do meio-dia daquele domingo, Antônio saiu da chácara de Porfírio acompanhado do preto Clementino, para comprar frangos para seu pai que estava doente, além de levar uma vaca na chácara de um tal de Afonso, “para trocar por outra”.²² Quando a dupla passou pela chácara do comendador João de Miranda Ribeiro, de lá saiu o preto João, e mais adiante no caminho engrossou o grupo o preto Garcia. Cada um dos quatro portava uma arma de fogo, supondo “haver muitos marrecos na praia da chácara de José Mendes”.

Chegando na chácara de José Mendes, logo ao passar pela porteira, o grupo fez uma parada. O preto João “puxou por um lenço com farinha e açúcar” e dividiu com os demais, que comeram tranquilamente. Dali seguiram por um caminho estreito em direção da praia, indo “por carreiro, uns atrás dos outros” e por medo dos cachorros o menor Antônio, único branco do grupo, mandou Clementino na frente, indo ele atrás, seguido dos pretos João e Garcia. Clementino carregava a arma debaixo do braço e nela batia levemente com uma faca, procurando consertá-la, já que era velha. De repente, a arma disparou, passando o tiro tão perto do menor Antônio que esse ficou com o rosto “denegrado”, desmaiando em seguida. João recebeu o tiro em cheio na barriga e caiu no chão “esperneando”, morrendo em seguida. O preto Garcia, que tudo assistiu, deu um “grito de espanto” – “Jesus meu Deus do Céu, pobre do meu parceiro” –, e logo foi acudir Clementino, que chorava e ameaçava se degolar com uma faca. Enquanto o menor Antônio corria assustado para casa, os dois pretos tiraram o corpo do falecido do caminho e foram contar o ocorrido aos seus senhores.

O réu Clementino era crioulo, nascido nesta província, solteiro, roceiro e representava 40 anos de idade. Ele reiteradamente afirmou, ao longo do processo, que não dera o tiro de propósito e que havia sentido muito aquele “acidente”, tendo vontade de se matar, “para não padecer inocente”, pois nunca teve “resinga” com o falecido, que era muito “camarada”. Eles apenas queriam “caçar quero-queros na praia”.

O delegado de polícia tenente Francisco da Silva Flores achou procedente a ação, e o juiz municipal Luiz Cândido de Assis Araújo pronunciou o réu por homicídio, no artigo 193 do Código Criminal de 1830, podendo, se condenado, receber penas que iam das galés perpétuas, no grau máximo, de prisão com trabalho por doze ou, no mínimo, por seis anos. Clementino ficou preso até a audiência de 1º de setembro de 1866, quando o juiz de direito 1º suplente em exercício Antônio Ferreira Garcez o absolveu, por verificar não ter havido intenção naquela morte.

O preto Garcia era africano, de nação cabinda, e como era comum entre os africanos, ignorava a sua idade, mas *representava* ter mais de 40 anos de vida, trabalhando como lavandeiro. Ele não foi um figurante naquela cena, pois evitou o suicídio do réu Clementino e correu atrás do menor Antônio, temendo que aquele menino branco se ferisse correndo para casa carregando uma arma de fogo, o que complicaria muito a situação daqueles escravizados. Desesperado com o disparo do tiro, ele gritou por Jesus, mostrando como os africanos estavam imersos em um ambiente afro-católico (GRIGIO, 2016; MOREIRA (e outros), 2022; MÜLLER, 1999; REGINALDO, 2005). Aliás, aquele passeio tranquilo em um domingo, por parte de três escravizados, fazia parte de uma tradição luso-brasileira católica de que aquele dia da semana fosse reservado para o descanso e o culto divino.

²² Clementino em seu depoimento chama Afonso de “senhor moço”, assim deduzimos que ele era filho do seu senhor Porfírio.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

Quando o cabinda Garcia descreve, em seu depoimento, a passagem do grupo pela chácara do comendador João Miranda Ribeiro ele chama aquele proprietário de “senhor velho Miranda”, pois seu senhor, o tenente coronel Miguel Tito de Sá, era casado com a filha única do comendador, Maria Delfina de Miranda e Sá.²³

O comendador João de Miranda Ribeiro faleceu em Rio Grande, em 17 de agosto de 1879 e a sua inventariante e herdeira foi sua filha única Maria Delfina.²⁴ No seu testamento, redigido em 13 de abril de 1875, ele informava que era português, mas naturalizado cidadão brasileiro, e filho legítimo de João Pinto Ribeiro e Ana Maria de Miranda, “falecidos há anos”. Ele desposou em primeiras núpcias Maria Clemência de Freitas Miranda, com quem teve a sua única filha e, depois de viúvo, casou em segundas núpcias com dona Maria Carolina Rheingantz.

Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande entre os anos de 1854 a 1857²⁵, o comendador foi vereador e negociante, tendo inclusive possuído uma embarcação, a sumaca Emiliana, de 120 toneladas. Ele presidiu a Câmara do Comércio em 1844 e integrou a Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense.²⁶ Quando Dom Pedro II e sua ilustríssima esposa passaram pela cidade de Rio Grande, em novembro de 1845, em comemoração a pacificação após a guerra civil farroupilha, o casal foi passear na Ilha dos Marinheiros, jantando na casa do cidadão João de Miranda Ribeiro, “que os fez servir como a quem são”²⁷, o que só confirma a sua ligação íntima com o Império, recebendo no ano seguinte o título de Comendador.

A casa comercial ou armazém do comendador ficava em um imóvel próprio, localizado na rua Riachuelo nº 24, no centro de Rio Grande, com duas portas de frente, avaliado em 1879 em 13 contos de réis, tendo o monte-mor de seus bens chegado a 274:265\$720 réis.²⁸

FALECEU REPENTINAMENTE NA RUA: MORTES EM CATIVEIRO

O livro de assentamentos de sepultamentos de escravizados e escravizadas no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande sobre o qual versa o presente texto, registra 1.892 mortes, contemplando anotações de 4 de janeiro de 1863 a 18 de janeiro de 1888.

Inicialmente acreditamos ser imprescindível evidenciar a presença escravizada naquela zona portuária, por isso reproduzimos abaixo a tabela organizada pelo historiador Jovani Scherer em sua dissertação:

²³ O inventário post-mortem do senhor Miguel Tito de Sá foi aberto em 1875, quando de sua morte, e nele encontramos uma escravaria de 13 indivíduos, sendo 8 homens e 5 mulheres. O preto Garcia está ali listado, com 48 anos de idade, avaliado por 500 mil réis. A saga afro-diaspórica de Garcia se encerra no dia 20.03.1879, quando ele, representando 60 anos de idade, é sepultado no campo santo da Misericórdia de Rio Grande, abatido por uma meningite cerebral (APERS - Livro de Óbitos de Escravos - 1863 a 1888 - Rio Grande: p. 91v, sem nº; Vara de Família, Sucessão e Provedoria da Comarca de Rio Grande, processo nº 986. APERS, 2010, p. 259/260).

²⁴ APERS – 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande, inventário nº 1067, inventariado: João de Miranda Ribeiro, inventariante: Maria Delfina de Miranda Sá, 1879.

²⁵ O genro do Comendador Miranda Ribeiro, Miguel Tito de Sá, também foi provedor desta Santa Casa, no período de 1869 a 1875.

²⁶ BERUTE, 2011; ALVES & TORRES, 1997; EICHOLZ, 2022; RODRIGUES, 1985.

²⁷ Museu da Comunicação Hipólito José da Costa - Jornal do Comércio, Ano XXI, Quinta-feira, 09.04.1846, nº 99, p. 3; Jornal do Comércio, Ano XX, Segunda-feira, 08.12.1845, nº 334, p. 2.

²⁸ Patrimônio assim dividido - Móveis: 2:466\$698 réis, Prata: 3:199\$022 réis, Escravaria: 10:450\$000 réis, Bens de Raiz: 163:000\$000 e Apólices e ações: 95:150\$000 réis.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

Tabela 1 – População livre e escrava de Rio Grande, século XIX

Ano	Livre		Escravos		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
1780	1.825	75,38	596	24,61	2.421
1814	2.245	62,53	1.119	31,17	3.590
1819	2.855	61,73	1.770	38,27	4.625
1842	3.866	58,24	2.772	41,76	6.638
1858	15.541	78,02	4.369	21,98	19.910
1872	16.605	79,50	4.282	20,50	20.887

Fonte: Scherer, 2008: p. 25; OLIVEIRA, 2013: p. 83.

Sabemos a precariedade dos censos populacionais do Brasil Império, mesmo assim os números acima nos ajudam a visualizar a presença negra cativa nesta região. Destaquemos que o censo de 1872 tem relação com a lei de 28 de setembro de 1871 – a Lei do Ventre Livre –, que determinou que não nasceriam mais escravizados e escravizadas no Império do Brasil, universalizando a categoria de ingênuos para esses frutos dos ventres de mulheres ainda escravizadas. Assim, os párocos eram instados a registrar em livros específicos os batismos e óbitos dos ingênuos, visando fraudes por parte dos senhores, que certamente ocorreram²⁹. No livro que ora analisamos não existem óbitos de ingênuos, o que acarretou a diminuição dos óbitos após 1872 e alterações na faixa etária daqueles depositados nas covas e catacumbas da Misericórdia de Rio Grande.

Tabela 2 – Nº total de sepultamentos de escravizados no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1863/1888)

Ano	Nº	Masc	Fem	Ano	Nº	Masc	Fem
1863	118	61	57	1876	60	38	22
1864	101	60	41	1877	48	34	14
1865	151	84	67	1878	40	28	12
1866	141	94	47	1879	59	35	24
1867	196	120	76	1880	46	31	15
1868	113	72	41	1881	37	22	15
1869	135	80	55	1882	37	19	18
1870	131	76	55	1883	22	11	11
1871	107	58	49	1884	20	12	8
1872	76	44	32	1885	20	9	11
1873	73	45	28	1886	12	8	4
1874	63	34	29	1887	16	6	10
1875	69	44	25	1888	01	XX	1
Total	1.474 (100%)	872 (59,16%)	602 (40,84%)	Total	418	253 (60,53%)	165 (39,47%)

Fonte: APERS – Livro de Óbitos de Escravos de Rio Grande (1863/1888).

Os números acima evidenciam uma diminuição nos óbitos da população escravizada ao longo do período, causada pelo registro separado de ingênuos, mesmo que estes tenham vivido, na sua maioria, em uma “escravidão disfarçada”, e pelo aumento do número de alforrias, lembrando que as mortes dos forros eram anotadas junto aos “livres”. A ambivalência das condições de livres, forros e escravizados, entretanto, fez com que alguns equívocos ocorressem, como por exemplo

²⁹ Sobre os ingênuos: ALANIZ, 1997; CARDOZO, 2011; GEREMIAS, 2005; GUTERRES, 2005; PAPALI, 2003; PERUSSATTO, 2010; TEIXEIRA, 2007; ZERO, 2004.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

em 24 de abril de 1886, quando foi anotado o sepultamento do “contratado” crioulo Manoel, com 58 anos, escravizado de Joaquim Gomes Campos, solteiro, morto pela tísica pulmonar. Provavelmente o “libertando” Manoel estivesse cumprindo alguma cláusula inserida em sua carta de alforria por seu senhor, prestando anos de trabalho gratuito provavelmente. No ano anterior, em 06.07.1885, desceu a cova o cadáver da preta septuagenária Úrsula, abatida por uma lesão cardíaca. Ela era descrita como ex-escravizada de Joaquim Gomes Campos, mas não conseguimos encontrar as cartas de alforria nem dela, ou do contratado Manoel.³⁰

Outra variável interessante é a ausência do nome dos senhores nos assentamentos de sepultamentos de pretensos escravizados e escravizadas, o que indica, no mínimo, desinteresse das autoridades, afinal deixava uma lacuna considerável para crimes relacionados a maus tratos por parte dos senhores, suas famílias e empregados. Temos dezesseis casos assim, que indica que as autoridades eram relapsas com a morte negra, coniventes com a violência senhorial ou que negros em geral, quando de difícil identificação, presumia-se que eram escravizados, a cor preta sendo sinônimo de cativo.

Metade destes dezesseis casos de omissão do nome dos senhores, referiam-se a homens negros mortos por afogamento ou, como se dizia na época, asfixiados por submersão. Em 21.02.1867 um indivíduo sem nome, mas descrito como preto, foi sepultado por ter “aparecido afogado”. Em 28.08.1863 outro cadáver preto foi depositado em uma cova, pois “apareceu afogado na Boa Vista”. Em 30.11.1863, outro indivíduo foi enterrado por ter “aparecido afogado na Macega”.³¹ Em 29.09.1866 o sepultamento foi de um preto que apareceu “asfixiado por submersão nas praias”. Em 30.06.1865 deu-se sepultura ao preto Henrique, sem indicação da idade, origem ou nome do senhor, apenas constando seu afogamento e que era “de bordo do iate Monteiro”.³²

Quando brevemente contextualizamos o cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, explicamos que ele comportava catacumbas gerenciadas por algumas irmandades: Ordem 3ª de N. S. do Carmo, Ordem 3ª de São Francisco e de Nossa senhora da Conceição. Continuando a comentar os casos de defuntos pretos que eram sepultados sem a indicação dos senhores, vejamos apenas mais um caso. Aos 31 anos de idade, em 20.06.1880, foi sepultado o preto crioulo Caetano Veloso, tendo sua morte sido provocada por tubérculos pulmonares. Ele é único preto sepultado que consta com sobrenome, o que nos alerta para sua importância na hierarquia da senzala senhorial ou que estava ali registrado erroneamente, por ser já forro. Não encontramos sua carta de alforria, mas no registro de seu sepultamento consta que ele foi depositado na “catacumba do Rosário nº 8”.³³

Estas catacumbas do Rosário foram construídas e gerenciadas, como diz o nome, pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Rio Grande. Novamente acessando as pesquisas do padre Vicente Zeferino Dias Lopes, sabemos que essa irmandade existia desde 1790, mas naquele tempo os irmãos não escreveram um compromisso “e nem em seu arquivo há escrituração desse tempo; e por isso julga-se que funcionasse por devoção; e nesta qualidade fez um altar na Matriz, onde veneravam a Imagem de Nossa Senhora do Rosário”. O primeiro livro de entrada de irmãos

³⁰ APERS - Livro de Óbitos de Escravos - 1863 a 1888 - Rio Grande: p. 104V, sem nº.

³¹ Segundo o dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Estado do RS de Octavio Augusto de Faria (1914: p. 217), Macega é uma “ponta no canal do Rio Grande”.

³² APERS - Livro de Óbitos de Escravos - 1863 a 1888 - Rio Grande: p. 30v, sem nº; p. 5v, nº 1039; p. 6v, nº 1063; p. 28, sem nº; p. 16v, sem nº.

³³ APERS - Livro de Óbitos de Escravos - 1863 a 1888 - Rio Grande: p. 95v, sem nº. Temos 9 registros de óbitos em que os defuntos são depositados em catacumbas e não em covas, mas apenas no de Caetano aparece a menção a irmandade do Rosário, os outros são apenas numerados.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

e irmãs é de 1807, mas “até o ano de 1824 continuou como devoção”, sendo seu compromisso confirmado “na parte temporal” por Provisão Imperial de 07.08.1828 (LOPES, 1891: p. 176).

O baiano José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, faleceu em 1º de novembro de 1880. Ele foi considerado um dos grandes estadistas do Império e se destacou em especial por ser o Presidente do Conselho de Ministros quando da aprovação da chamada Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. Cinco dias depois de sua morte, no dia 6 de novembro de 1880, a mesa administrativa da irmandade do Rosário de Rio Grande reuniu-se no consistório da Igreja Matriz da mesma cidade para “sufragar a alma daquele sempre lembrado estadista, como prova de gratidão da Lei de 28 de setembro”, obrigação de uma agremiação “composta de homens de cor parda e preta, e parte inda escravos”. Essa pequena frase configura essa irmandade do Rosário como afro-católica.³⁴

Em reunião de 15.11.1873, o secretário da irmandade do Rosário de Rio Grande comunicou o recebimento de um “requerimento despachado pela Santa Casa da Misericórdia, concedendo o terreno para fabricar as catacumbas para esta irmandade”. A exiguidade dos recursos da irmandade, entretanto, retardou até 1875 a construção das catacumbas, quando os irmãos, em reunião de 28.04.1875, reconheceram a “deficiência de meios pecuniários” e decidiram pela venda de “uma propriedade de casa que a mesma irmandade possui na rua Paissandu, visto que a mesma casa acha-se quase em total ruína, e seu concerto orçara uma quantia superior as posses da Irmandade”. A casa foi então vendida, segundo a ata de 07.05.1875, por 1:200\$ réis, aos senhores Luiz Augusto de Almeida e João Gomes Pereira da Silva e em reunião de 12.06.1875 os mesários comemoram que as 17 catacumbas estavam prontas, feitas pelo mestre pedreiro José Pereira dos Santos Sereno, precisando ainda ser bentas.

A questão funerária era um aspecto importante no associativismo representado pelas irmandades oitocentistas, inclusive das afro-católicas. Possuir catacumbas nos cemitérios locais aumentava o prestígio dessas associações, fazendo crescer o número de irmãos e abrindo possibilidades em termos de arrecadação de receitas. Aquele Caetano Veloso, que foi enterrado na “catacumba do Rosário nº 8”, em 20.06.1880, portando sobrenome e sem qualquer menção ao seu status, se livre, forro ou escravizado, aparece dois anos antes, segundo a ata de eleição de 27.12.1878, assumindo como mesário, para o período de 1878 a 1879, com o nome de Caetano Veloso da Silveira. Não encontramos a sua carta de alforria, mas nos parece mais um caso em que a sua cor preta o fez ser confundido, e enterrado, como um escravizado.

Os casos de mortes causadas por afogamentos derivam da localização de Rio Grande, com a circulação e moradia de inúmeros trabalhadores ligados as atividades da navegação (fluvial e oceânica) e da pesca. Infelizmente, em poucos casos temos os dados dos ofícios e profissões dos falecidos, tendo isso aparecido em apenas 43 casos, todos homens.

³⁴ Núcleo de Documentação Histórica – UFPEL - Acervo Beatriz Loner – Livro de Termos, Atas e Resoluções da mesa da irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Rio Grande - 1857 a 1885.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

Tabela 3 – Profissões/ofícios dos homens sepultados no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1863/1888)

Profissões	Nº	Profissões	Nº
Alfaiate	01	Marinheiro	14 ³⁵
Calafate	01	Marítimo	03
Campeiro	01	Padeiro	05
Carpinteiro	07	Pedreiro	01
Cozinheiro	03	Pintor	02
Ferreiro	01	Sapateiro	03
Marceneiro	01	Total	43

Fonte: APERS – Livro de Óbitos de Escravos de Rio Grande (1863/1888).

Percebe-se que a maioria dos casos acima refere-se ao universo da navegação, com marinheiros e marítimos compondo 39,52% do total, isso sem esquecer que existiam cozinheiros e carpinteiros em muitos dos barcos maiores (REDIKER, 2024: p. 97; OLIVEIRA, 2013).

Outra questão interessante dos números da tabela 2, é o crescente número de óbitos durante ou logo após a Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança, provavelmente causado pela precariedade do estado sanitário local, com a circulação de tropas e prisioneiros de guerra.

Quanto a origem ou proveniência dos defuntos cativos, em 258 casos (13,64%) este dado não aparece, sendo 551 africanos (29,12 %) e 1.083 crioulos (57,24 %). Infelizmente, os indivíduos que forneceram os dados para esses registros de sepultamento, raramente forneceram maiores especificidades sobre as proveniências dos defuntos africanos. Temos apenas um benguela³⁶, uma cabinda³⁷, cinco minas³⁸ e um Moçambique.³⁹

Este número considerável de africanos entre estes indivíduos sepultados no cemitério de Rio Grande, provavelmente influenciou a disparidade entre os sexos da tabela 2, já que sabemos que mais homens africanos do que mulheres cruzaram o Atlântico escravizados. Considerando o total de 1.892 sepultamentos, temos 1.290 homens (68,18%) e 767 mulheres (52,02 %). Dos 551 africanos sepultados, 427 eram homens (77,49 %) e 125 mulheres (22,69 %). Já os 1.083 crioulos, dividiam-se em 530 indivíduos do sexo feminino (48,94%) e 553 do masculino (51,06 %).⁴⁰

Dos 1.083 crioulos, indivíduos nascidos no Brasil, em 576 registros apenas temos esta denominação - crioulos -, (representando 53,18%), 443 nasceram na província de São Pedro do

³⁵ Sendo três deles tripulantes do iate Espírito Santo, que deve ter naufragado.

³⁶ O cadáver do preto benguela Francisco foi depositado em uma cova no dia 24.01.1883. Ele tinha 60 anos de idade e faleceu de “diarreia coliquativa” e era escravizado de Antônio Martins de Castro & C. (APERS - Livro de Óbitos de Escravos - 1856 a 1888 - Rio Grande: p. 101, sem nº).

³⁷ A cabinda Isabel foi sepultada em 13.03.1863, aos 60 anos de idade, escravizada de Josefa Teixeira de Araújo, sendo a causa de sua morte a anasarca (APERS - Livro de Óbitos de Escravos - 1856 a 1888 - Rio Grande: p. 2, nº 982).

³⁸ Os cinco homens minas foram: o preto Francisco (31.01.1864, 36 anos, de José Joaquim da Cunha, morto por tétano traumático), Antônio (01.02.1870, 70 anos, de Francisco Bento, causa da morte: apoplexia cerebral), Tomás (24.02.1876, 60 anos, de Antônio Martins de Freitas, causa da morte: tétano espontâneo), José (09.03.1876, 60 anos, de José Antônio Cordeiro, causa da morte: disenteria) e Joaquim (01.05.1886, 68 anos, de Vicente Francisco Botelho, causa da morte: peritonite) – (APERS - Livro de Óbitos de Escravos - 1856 a 1888 - Rio Grande: pp. 8, 54v, 83v, 105, nº 1085 e os demais sem nº).

³⁹ Aos 66 anos de idade o preto moçambique Paulo foi enterrado no cemitério da Santa Casa de Rio Grande, em 21.04.1884, morto por uma lesão orgânica pulmonar. Era escravizado de Manoel Antônio Martins de Freitas (APERS - Livro de Óbitos de Escravos - 1856 a 1888 - Rio Grande: p. 103, sem nº).

⁴⁰ Só para constar, entre aqueles 258 casos em que a origem não aparecia, temos 109 pessoas do sexo feminino e 149 do masculino, ou seja, 42,25 e 57,75 % respectivamente.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

Rio Grande do Sul (40,90 %) e 64 em outras províncias. As três províncias que mais aparecem, são exatamente aquelas que a historiografia tem apontado como as fornecedoras dos cativos sulinos: Pernambuco, com 21 indivíduos, a Bahia, com 19, e o Rio de Janeiro com 14⁴¹. Do Maranhão temos 3 mortos e de São Paulo, 2, sendo as restantes províncias mencionadas apenas com um registro cada: Ceará, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Sergipe.

Tabela 4 – Faixas etárias dos escravizados e escravizadas sepultados no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1863/1888)

Faixas	1863/1872			1873/1888		
	Africanos	Crioulos	NC	Africanos	Crioulos	NC
0/7	XX	430	XX	XX	25	XX
8/14	XX	47	XX	XX	34	XX
15/25	XX	74	34	XX	93	07
26/45	105	97	64	22	123	16
+ 45	236	49	72	175	94	22

Fonte: APERS – Livro de Óbitos de Escravos de Rio Grande (1863/1888).

A tabela 4 evidencia uma realidade oitocentista, a enorme mortalidade infantil escravizada. De 0 a 7 anos, temos 455 crianças falecendo, o que significa 25 % do número total dos registros em que constam a idade (1.819). Se somarmos todos os de 0 a 14 anos, o número sobe para 536 óbitos, representando 29,47 % do total.

Note-se que não temos africanos entre os falecidos até 25 anos de idade. Passados apenas 13 anos do fim definitivo do tráfico transatlântico (1850), essa ausência causa admiração, principalmente se considerarmos o crescimento do número de crianças e moleques entre as vítimas do tráfico (BERUTE, 2011: p. 53; FLORENTINO & VILLA, 2016; MATTOSO, 1982 e 1988; RESENDE JÚNIOR, 2021). Os africanos e africanas estão concentrados nas faixas entre 26 e 45 anos (127 óbitos – 6,98 % do total) e mais de 45 anos de idade (411 – 22,60 %). Isso considerando que em 73 registros não temos a idade dos cadáveres depositados nas covas e catacumbas da Misericórdia de Rio Grande, sendo destes 13 africanos, 18 crioulos e 42 que não consta a origem ou procedência. É possível que as idades de muitos dos africanos e africanas tenham sido elevadas em função das doenças que os fragilizavam, já que normalmente a sociedade branca avaliava como os anos de vida a aparência, a condição física, afinal, que idade aqueles indivíduos *representavam* ter. Entretanto, certamente muitas vítimas da diáspora transatlântica foram incluídas entre os crioulos ou tiveram suas origens apagadas, pois eram vítimas do tráfico ilegal, considerando que legislações antitráfico já existiam desde 1815, 1818, 1831. Com isso, senhores, médicos e autoridades em geral, evitavam criar provas de seus crimes de escravização ilegal, em um grande pacto pelo silenciamento a respeito do cativeiro em grande parte ilegítimo, imoral e desumano que vigia nos oitocentos (CONRAD, 1978; MAMIGONIAN, 2017 e 2023; MATHEUS & MOREIRA, 2023). Mas a ilegalidade da escravidão oitocentista, principalmente na segunda metade do século, era tamanha, que esses registros de sepultamentos – mesmo com suas lacunas –, denunciam a quantidade de africanos e africanas entradas no país após as leis antitráfico.⁴²

⁴¹ Adicionamos entre os nascidos no Rio de Janeiro a “fluminense” Maria. Essa parda morreu de “peritonite puerperal” aos 38 anos de idade, sendo sepultada em 03.12.1871, escravizada de Manoel Correia da Silva (APERS - Livro de Óbitos de Escravos - 1856 a 1888 - Rio Grande: p. 67, sem nº).

⁴² Sobre aquele que se julga ter sido o último desembarque de africanos escravizados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, após da lei de 1850, ver: BARCELLOS (e outros, 2004; OLIVEIRA, 2006).

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

Outra questão interessante do acesso aos registros de óbitos ou sepultamentos é a causa das mortes ali anotadas, que podem nos fornecer dados importantes sobre as vidas de homens e mulheres subalternizados pela escravidão.

Tabela 5 – Causas dos óbitos dos escravizados e escravizadas sepultados no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1863/1888)

Causas Mortes	Homens			Mulheres			Total
	Cri.	Afr.	NC	Cri.	Afr.	NC	
Sistema respiratório	100	85	28	141	20	21	395
Sistema nervoso	19	48	12	32	19	04	129
Sistema geniturinário	03	04	XX	04	XX	XX	11
Sistema digestivo	78	65	20	64	31	20	278
Sistema circulatório	29	45	08	19	12	04	117
Primeira Infância	69	XX	03	64	XX	01	137
Não consta	24	08	05	19	02	05	63
Morte violenta e acidental	26	14	24	10	02	04	80
Mal definidas	63	70	14	70	28	18	263
Infecto contagiosas	126	87	35	112	16	28	404
Gravidez, parto e puerpério	XX	XX	XX	11	XX	04	15

Fonte: APERS – Livro de Óbitos de Escravos de Rio Grande (1863/1888).

Algo que nos chamou a atenção nesses registros é a pouca incidência de casos em que a causa morte não apareceu. Apenas 63 sepultamentos, cerca de 3,33 % do total (1.892), envolviam mortes não justificadas, o que pode indicar uma capilaridade policial maior naquela cidade, talvez em função de sua condição portuária.

Se excetuarmos estes 63 casos, teremos um número total de 1.829 enterros, com os motivos dos falecimentos assim distribuídos por tipologias: Sistema respiratório: 395 / 21,60%; Sistema nervoso: 129 (7,05 %), Sistema geniturinário: 11 / 0,60 %; Sistema digestivo: 278 / 15,20 %; Sistema circulatório: 117 / 6,40 %, Primeira Infância: 137 / 7,49 %; Morte violenta e acidental: 80 / 4,37 %; Mal definidas: 263 / 14,38 %; Infecto contagiosas: 404 / 22,09 %; e Gravidez, parto e puerpério: 15 / 0,82 %.

Criar uma tipologia específica para mortes violentas ou acidentais, não aponta que apenas aqueles falecimentos eram diretamente relacionados com a violência, já que a falta de cuidados médicos, as dietas deficientes, as moradias precárias, certamente faziam parte daquele sistema escravista que causava uma mortalidade elevada na população negra, principalmente escravizada (NASCIMENTO, 1978). Entre as causas explicitamente violentas ou acidentais, a maioria delas relacionavam-se com a localização da cidade e, como já apontado, a importância das atividades de pesca e navegação em geral: 36 homens morreram afogados ou mediante a asfixia por submersão. Pelo menos 10 morreram por suicídio (dois enforcados e um por “estrangulação voluntária”), mas outros casos de “envenenamento” poderiam engrossar esse número se tivéssemos mais detalhes a respeito.

As doenças infecto contagiosas (parasitárias) causaram 404 mortes pelo menos, já que muitas vezes os óbitos são referidos por sintomas que não conseguimos relacionar a uma doença específica. Temos 26 mortes causadas pelo Cólera Morbus, todas no ano de 1867. O tifo matou 44

pessoas. A tísica (ou tuberculose) levou ao túmulo 68 indivíduos, a varíola (ou bexiga), 26. Mas foi a disenteria que se destacou, com 82 mortes.

Se as infecto contagiosas se destacam em primeiro lugar, as doenças do sistema respiratório vêm logo em seguida (395 / 21,60%). No auto de corpo de delito feito no cadáver do preto João, morto na Ilha dos Marinheiros, que vimos anteriormente, os médicos se admiraram de sua constituição robusta e mencionaram que ele estava vestido com quatro camisas. Os viajantes sempre destacam o clima desse território mais meridional do Império do Brasil, com um inverno rigoroso e um verão escaldante. A umidade característica se acentua ainda mais em regiões litorâneas. Homens e mulheres malvestidos, precariamente alimentados, habitando locais sem rede de esgoto e água limpa tornavam-se alvos fáceis de doenças respiratórias como pneumonia, bronquite, lesões orgânicas dos pulmões, etc.

Mas longe de querermos esgotar as possibilidades destes registros, julgamos acertado dar destaque para as causas das mortes das crianças cativas, já que, como já destacamos, chama muito a atenção a elevada mortalidade encontrada nesta faixa etária. Portanto, enfatizaremos os motivos dos falecimentos das crianças entre 0 e 14 anos de idade.

Tabela 6 – Causas dos óbitos das crianças escravizadas sepultadas no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1863/1888)

Causas mortes	Masculino	Feminino	Total
Sistema respiratório	46	60	106
Sistema nervoso	08	04	12
Sistema geniturinário	02	XX	02
Sistema digestivo	33	42	75
Sistema circulatório	XX	02	02
Primeira Infância	72	65	137
Não consta	11	10	21
Morte violenta e acidental	03	03	06
Mal definidas	29	31	60
Infecto contagiosas	61	54	115
Total	265	271	536

Fonte: APERS – Livro de Óbitos de Escravos de Rio Grande (1863/1888).

No dia 20 de março de 1863, foi colocado para repousar em uma cova do cemitério da Misericórdia de Rio Grande o cadáver de José, com apenas um ano de idade, morto pela disenteria. Não sabemos o nome do funcionário responsável pela escrituração desses sepultamentos, mas ele cometeu um erro e logo o corrigiu. José foi descrito como “menino”, mas o diligente funcionário, conhecedor do vocabulário escravista, logo corrigiu para “crioulinho”. No dia 19 de fevereiro de 1872, aos dois anos de idade e morta por “tétano traumático”, foi a vez de Corina ser acomodada em uma cova, e novamente um lapso ocorreu e imediatamente foi corrigido - “menina, aliás, parda”. Em 14.12.1869 foi enterrada, com apenas 20 dias de vida, Afra, morta por inanição. O funcionário só percebeu o seu equívoco após ter feito a anotação e por isso sublinhou a palavra – “menina” -, mostrando que sabia ter se enganado.⁴³ Ou seja, a infância escravizada exigia racialização, com a nomenclatura usada estabelecendo uma hierarquia quando ao luto dirigido a cada criança, se pardinhos, crioulinhos e pretinhos ou *meninos* e *meninas* brancos (VAILATI, 2010).

⁴³ APERS – Livro de Óbitos de Escravos de Rio Grande (1863/1888): p. 2v, nº 986; p. 53v, sem nº; p. 68, sem nº;

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

Crianças com poucos meses ou alguns meses, assim como os adultos, também morriam afogados, queimados ou por “asfixia por abafamento”, mas é muito triste ler que o “pardinho” José Maria, sepultado em 30.06.1874, se suicidou.⁴⁴

O elevado número de crianças escravizadas morrendo acabou vulgarizando termos genéricos, como “nasceu morta” ou morreu “ao nascer” (24 casos), faleceu por convulsões (19), “repentinamente” (22), por “inanição” (15)⁴⁵ ou por “marasmo” (14)⁴⁶. Muito provavelmente, além das precárias condições da vida nas senzalas, os recém-nascidos tinham muitas vezes que acompanhar as suas mães nas jornadas de trabalho, amarrados nas costas. Tal rotina era acionada por muitas dessas mães negras como uma forma de manter seus rebentos por perto para cuidá-los e amamentá-los e mesmo para afastá-los da sanha ambiciosa dos senhores, que em muitos casos preferiam que essas crianças morressem para que suas mães fossem alugadas a preços mais elevados como amas de leite. Mas isso expunha essas crianças ao clima adverso e a situações de perigo, o que deve ter encerrado cedo algumas dessas vidas negras, com vários padecendo de doenças respiratórias, como pneumonia (40) ou broncopneumonia (19), bronquite (17), tornando-se suscetíveis a doenças como a disenteria (36 mortes), ou a queimaduras, quedas, etc.

Quarenta e duas crianças tiveram suas mortes provocadas pelo chamado mal dos sete dias, tétano dos recém-nascidos, gangrena umbilical, trismo ou tétano umbilical:

É uma afecção que, sem dúvida, parte da medula espinhal [...] É frequente nos países tropicais e em toda a América do Sul; é raro na Europa. A moléstia começa ordinariamente doze horas depois do parto, raras vezes ou talvez nunca, depois do sétimo dia, razão porque mui acertadamente o vulgo lhe dá o nome.

O doutor Langaard considerava que esta doença, que causava uma mortalidade *extraordinária*, poderia ser evitada com o cumprimento de alguns preceitos higiênicos, por exemplo, não deixando como era comum nas fazendas as “*negras paridas*” em quartos pequenos, escuros e úmidos. Recomendava como tratamento *empírico* a aplicação de “*uma ou duas sanguessugas na nuca*”, pequeníssimas doses de ópio, etc. (LANGAARD, volume 3, 1872: p. 578).

Vejamos agora as causas das mortes das vítimas diretas da diáspora transatlântica, os africanos e africanas.

⁴⁴ APERS – Livro de Óbitos de Escravos de Rio Grande (1863/1888): p. 77v, sem nº.

⁴⁵ “Estado de abatimento das forças vitais em que se acha o organismo, quando as perdas que sofre não são reparadas pela alimentação” (CHERNOWIZ, volume 2, 1890: p. 214).

⁴⁶ “Designa-se com este termo, um emagrecimento geral, extremo, de todo o corpo, ordinariamente em consequência de moléstias crônicas e prolongadas” (LANGAARD, livro 3, 1872: p. 11).

Tabela 6 – Causas dos óbitos dos africanos e africanas escravizadas sepultadas no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1863/1888)

Causas mortes	Masculino	Feminino	Total
Sistema respiratório	85	20	105
Sistema nervoso	48	14	62
Sistema geniturinário	04	XX	04
Sistema digestivo	65	31	96
Sistema circulatório	45	12	57
Não consta	08	02	10
Morte violenta e acidental	14	02	16
Mal definidas	70	28	98
Infecção contagiosas	87	16	103
Total	426	125	551

Fonte: APERS – Livro de Óbitos de Escravos de Rio Grande (1863/1888)

A africana Catarina, aos 28 anos de idade, foi sepultada em 02.05.1872 e sua morte foi explicada como sendo provocada pela “inanição por falta de nutrição”. A causa da morte dessa mulher “preta” deveria ser inserida entre as mortes violentas, tendo em vista a negligência de sua senhora Eufrásia Nasbaumer, ou a sua “falta de nutrição” tinha outra causa?⁴⁷ Usamos esse caso apenas como provocação, evidenciando as dificuldades que enfrentam pesquisadores que tentam entender as enfermidades e causas das mortes dos escravizados oitocentistas. Os dados são sucintos e sem convicção padronização, e os dicionários médicos do período transparecem que os facultativos navegavam sem muitas certezas pelos mistérios da saúde e da doença (Witter, 2007; WEBER, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romancista Jeferson Tenório escreveu em sua coluna no jornal Zero Hora, em 4 de agosto de 2021, que o Brasil é assombrado por “dois grandes temas muito mal resolvidos [...] a escravidão e a ditadura”. Por isso parece interessante refletirmos sobre essa mercantilização de registros da escravidão com que iniciamos esse artigo. Não eram pesquisadores os interessados em adquirir pecuniariamente esses documentos, mas colecionadores brancos. Fica-nos a pergunta: o que os atraía nesses papéis? Que sentimentos os motivariam a despendar recursos financeiros para possuir esses códices do arquivo da escravidão que provavelmente seriam por eles entesourados e integrados a coleções pré-existentes? Solidariedade, sadismo, curiosidade, (in)sensibilidade com o sofrimento alheio?

A filósofa norte-americana Judith Butler (2018: p. 45) nos ajuda a refletir sobre a “distribuição diferencial da condição de ser passível de luto”, argumentando que “formas de racismo instituídas e ativas no nível da percepção tendem a produzir versões icônicas de populações que são eminentemente lamentáveis e de outras cuja perda não é perda, e que não é passível de luto”. As crianças escravizadas sepultadas no cemitério da Misericórdia em Rio Grande, não eram “meninos” ou “meninas”, eram “crioulinhos”, “pardinhos”, “pretinhos”, em suma, “negrinhos”, não merecendo da sociedade branca e de seus funcionários, “disposições afetivas politicamente significativas”. Ao contrário, diferenciava-se racialmente a infância oitocentista

⁴⁷ APERS - Livro de Óbitos de Escravos - 1863 a 1888 - Rio Grande: p. 68, sem nº.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

Para Mbembe (2018: p. 28/29), a violência era um componente da etiqueta escravista, algo socialmente aceitável. Mas isso não se esgota na violência física explícita, mas nos próprios documentos do arquivo da escravidão e nas formas precárias com que as vidas negras eram tratadas, compondo o que Berenice Bento (2022: p. 26) alcunhou de *necrobiopoder*, ou seja:

[...] um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver.

Em contraponto e em diálogo com os descasos com as mortes negras, a irmandade afro-católica do Rosário de Rio Grande, “composta de homens de cor parda e preta, e parte inda escravos”, não mediu esforços para erguer as suas catacumbas, procurando dar uma morte digna aos seus irmãos de devoção.

O códice que baseou este artigo contém as anotações dos sepultamentos de escravizados e escravizadas no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, entre os anos de 1867 a 1888. No total, são 1892 enterros ali registrados, numa média de cerca de 90 por ano.

Os funcionários da Misericórdia não estavam interessados nos parentes de nação, familiares, amigos, que porventura acompanharam os mortos até a sua derradeira morada. Os registros de óbito, por isso, transmitem uma objetividade burocrática, seca, por vezes preguiçosa, que escorega para uma desumanização dos falecidos e um silenciamento dos contextos hediondos da escravidão racial. Talvez seja isso que a historiadora Saidiya Hartman (2021, 2025) chama de “violência do arquivo”, e da qual tentamos escapar cruzando fontes desesperadamente, mas sempre resultando um sentimento de insatisfação.

Os documentos de óbito nos serviram para uma imersão na sociedade escravista meridional, analisando a distribuição de sexo, causas mortais, origens e proveniências, faixas etárias. Esperamos que a inusual e louvável ação do MPRS e APERS tenha continuidade e que outros documentos dos arquivos da escravidão sejam resgatados de acervos privados e tornados públicos, para que possamos enfrentar as cicatrizes da escravidão racial que até hoje nos assombram.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, Anna Gicelle. **Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição. 1871-1895.** Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **A cidade do Rio Grande. Uma abordagem histórico-histórica.** Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1997.

ARMUS, Diego. Disease in the Historiography of Modern Latin America. In: ARMUS, Diego (ed.). **Disease in the History of Modern Latin America: from malaria to AIDS.** Durham: Duke University Press, 2003, p. 1-24.

ARMUS, Diego. Legados y tendencias en la historiografía sobre la enfermedad en América latina moderna. In: ARMUS, Diego (org.). **Avatares de la medicalización en América latina (1870-1970).** Buenos Aires: Lugar Editorial, 2005, p. 13-40.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS. Fundo Polícia – documentação avulsa (1826/1888)**. 2ª edição [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu**. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 2010. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva)

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Documentos da escravidão. Inventários: o escravo deixado como herança (2º volume)**. Porto Alegre, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi)

BARCELLOS, Daisy Macedo de (e outros). **Comunidade negra de Morro Alto. Historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BENTO, Berenice. Gênero: Uma categoria útil de análise? **Revista de História Comparada**. Ano 16, edição 16, 2022, número 1, pp. 15-50.

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825**. Dissertação (Mestrado em História) Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BRIZOLA, Jaqueline Hasan. **A terrível moléstia. Vacina, epidemia, instituições e sujeitos: a história da varíola em Porto Alegre no século XIX (1846-1874)**. Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra. Quando a vida é passível de luto?** 4ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

CARDOZO, José Carlos. **Enredos tutelares: o juizado de órfãos e a (re)organização da família porto-alegrense no início do século XX**. Dissertação (Mestrado em História) - São Leopoldo: PPGH/Unisinos, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas: Ed. Campinas. 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias acessórias para uso das famílias**. 6.ed., Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. 2 v.;

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORRÊA, Norton F. Origens do Batuque. In: SANTOS, Irene (org.). **Negro em Preto e Branco: História fotográfica da População Negra de Porto Alegre**. Porto Alegre: do Autor, 2005.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

_____. **O Batuque do Rio Grande do Sul. Antropologia de uma religião afro-rio-grandense.** 3ª Ed. São Luís: Cultura e Arte, 2016.

COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: mortalidade e morbidade (1799-1801). In: BUESCU, M. & PELÁES, C. M. (coord.). **A moderna história econômica.** Rio de Janeiro: APEC, 1976, p. 115-127.

CUETO, Marcos; PALMER, Steven. **Medicina e Saúde Pública na América Latina: uma história.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra – Nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EICHOLZ, Josué. A Elite Benfeitora da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande - RS: 1835-1909. In: **Anais do XVIII Encontro Regional de História da ANPUH-PR.** Foz do Iguaçu. XVIII Encontro Regional de História da ANPUH-Pr, 2022. p. 1-11.

FARIA, Octavio Augusto de. **Diccionario Geographico, Historico e Estatistico do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1914.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial.** São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro.** São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo; VILLA, Carlos. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil (1810-1850). 2016. **História (São Paulo).** V. 35 e 78, 2016.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1963.

GATTIBONI, Rita. **A Escravidão Urbana na cidade de Rio Grande.** Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, PUC/RS, 1993.

GEREMIAS, Patrícia Ramos. **Ser “ingênuo” em Desterro/SC: a lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889).** Dissertação (Mestrado em História) - Niterói: PPGH/UFF, 2005.

GILL, Lorena Almeida. **Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930.** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GRIGIO, Ênio. **“No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942).** Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2016.

GUTERRES, Letícia. **Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos (Santa Maria – 1844-1882).** Dissertação (Mestrado em História) - Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2005.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe. Uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2021.

_____. **Cenas da Sujeição. Terror, escravidão e criação de si na América do século 19**. São Paulo, Fósforo, 2025.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil**. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 1998.

HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. Cuidar, controlar, curar em perspectiva histórica: uma introdução. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 11-27.

IZECKSOHN, Vitor. **Duas Guerras nas Américas. Raça, cidadania e construção do estado nos Estados Unidos e no Brasil (1861-1870)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2025.

_____. **Guerra do Paraguai**. São Paulo: Contexto, 2025a.

_____. **O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro - 1808 / 1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII**. Tese (Doutorado em História) – Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2006.

LANGAARD, Theodoro J. H. **Dicionário de medicina doméstica e popular**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1872.

LEITE, Ilka Boaventura (org.) **Negros no sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele. Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, RS (1870-1880). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 19, p. 133-152, 2012.

LOPES, Vicente Zeferino Dias. **Nótulas sobre a história eclesiástica do Rio Grande do Sul – 1737-1891**. Cachoeira do Sul, 1891.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz G.; PEDROZA, A. M. N. (Org.). **Escravidão ilegal no Brasil**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023.

MATHEUS, Marcelo; MOREIRA, Paulo. O tráfico e a escravização ilegal de africanos no Rio Grande do Sul (c.1831-1850). In: MAMIGONIAN, Beatriz G.; PEDROZA, Antônio Márcia (Org.). **Escravidão ilegal no Brasil**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023.

MATTOSO, Kátia de Queiros. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

_____. O Filho da Escrava (Em Torno da Lei do Ventre Livre). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Ed. Marco Zero, n. 16, 1988.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIRANDA, Marcia Eckert. **A estalagem e o Império. Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)**. São Paulo, Aderaldo & Rothschild, 2009.

MIRANDA, Márcia Eckert. **Continente de São Pedro. Administração pública no período colonial**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS / Ministério Público do Estado do RS / Corag, 2000.

MOLET, Cláudia Daiane Garcia. **Entre o trabalho e a correção. Escravas e forras na cadeia de Rio Grande/RS (1864-1875)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2011.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (e outros). **Irmandade de Nossa Senhora do Rozario e São Benedito dos Pretos da Caxoeira (do Sul; RS): as artes da devoção afro-católica** - E-book.. São Leopoldo: Editora Oikos, 2022.

MOREIRA, Paulo. Portanto, os senhores exigindo dos escravos mais do que podem, cometem um homicídio. Vida e morte de indivíduos cativos nos oitocentos através dos registros de óbitos (Porto Alegre/RS). **Espaço Plural**, Paraná, v.11, n.22, p.78-89. 2010.

MOREIRA, Paulo; GARCIA, Natália. O cadáver de um preto, que parecia ser crioulo: a morbidade dos trabalhadores escravos em Porto Alegre e Pelotas (1830-1850). **História Unisinos**. São Leopoldo, v.15, p.124-128, jan.-abr. 2011.

MÜLLER, Liane S. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**. Irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920). Dissertação de Mestrado. PUCRS, Porto Alegre, 1999.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais / ABEP, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **Genocídio do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; GOMES, Denis Pereira; SCHERER, Jovani de Souza. **Histórias de batuques e batuqueiros. Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre**. Pelotas: Ed. dos Autores, 2021.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **De Manoel Congo a Manoel de Paula. Um africano ladino em terras meridionais**. São Leopoldo: EST, 2006.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira. **Sobre Águas Revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)**. Porto Alegre, PPGH - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

PAPALI, Maria Aparecida. **Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)**. São Paulo: Annablume, 2003.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Par do/RS (c.1860-c.1888)**. Dissertação (Mestrado em História) - São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2010.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. **Enfermidades de escravos no Sul do Brasil**. In: PORTO, Ângela (Org.). **Doenças e escravidão. Sistemas de saúde e práticas terapêuticas**. Rio de Janeiro: Casa Osvaldo Cruz, 2007.

PORTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.13, n.4, p.1019-1027. 2006.

REDIKER, Marcus. **Entre o Demônio e o Mar Azul Profundo. Marinheiros mercantes, piratas e o Mundo Marítimo Anglo-americano, 1700-1750**. São Paulo, Unifesp, 2024.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas. Irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2005.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa**. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

REISDORFER, Douglas. **Um porto negro ao sul do Império. Estudo sobre escravidão e criminalidade em Rio Grande (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

RESENDE JÚNIOR, José Ricardo Marques. **Crianças pretas passeiam em total liberdade: infância escravizada e processos criminais em Pelotas e Rio Grande (1820-1870)** – Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

RODRIGUES, Sued de Oliveira. **A Santa Casa do Rio Grande. A saga da Misericórdia**. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, 1985.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em porto alegre durante o pós-abolição (1884-1918)**. Tese (Doutorado em História Social) – Campinas, UNICAMP, 2014.

SALAINI, Cristian. **"Nossos Heróis Não Morreram": um estudo antropológico sobre formas de "ser negro" e de "ser gaúcho" no estado do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2006.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca de liberdade. Alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SOUSA, Jorge Prata de. Anotações a respeito de uma fonte: os registros de óbitos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, século XIX. **Cadernos Saúde Coletiva**. Volume XI, nº 1, Jan-jun (33-58), 2003.

TEIXEIRA, Heloisa Maria. **A não-infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)**. Tese (Doutorado em História) - São Paulo: USP, 2007.

“Um preto que apareceu asfixiado por submersão nas praias desta cidade”: saúde, doença e morte na cidade portuária de Rio Grande (RS, século XIX)

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: a distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 – c. 1891.** Tese (Doutorado em História) – Porto Alegre, PPGH/PUC/RS, 2014.

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina. Infância e morte infantil no Brasil dos Oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo).** São Paulo: Alameda, 2010.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas Margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas/Rio Grande do Sul (século XIX).** Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de Curar. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense - 1889 - 1928.** Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru:EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

WITTER, Nikelen. **Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX).** Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007.

ZERO, Arethusa. **O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada – Rio Claro (1871-1888).** Dissertação (Mestrado em História) - Campinas: UNICAMP, 2004.

Evidências da resistência negra dos *calhanbolas* de Manoel Padeiro no Boqueirão, São Lourenço do Sul, Brasil

Evidence of the Black Resistance of Calhanbolas of Manoel Padeiro in Boqueirão, São Lourenço do Sul, Brazil

Resumo: O presente artigo apresenta algumas evidências simbólicas que indicam a passagem do líder revolucionário quilombola Manoel Padeira pela localidade do Boqueirão, município de São Lourenço do Sul, na região sudeste do Rio Grande do Sul. Até o momento não havia materialidade histórica do patrimônio cultural local e, através de pesquisa juntamente com as comunidades locais foi possível identificar a presença dos indicativos aqui apresentados. O objetivo deste estudo é fortalecer as relações de identidade étnica e cultural, do pertencimento cultural e da etnicidade do povo quilombola na Serra de Tapes, em especial nas que cercas os municípios de São Lourenço do Sul, provável rota afrodiaspórica de grupos em processo de aquilombamento oriundos das revoltas causadas pela violência das charqueadas. Usamos como quadro teórico para a análise a referência de cosmovisão do antropólogo Kabenguele Munanga tendo como perspectiva metodológica o roteiro descrito por João Lorandi Demanchi. Como resultado, obteve-se elementos simbólicos irrefutáveis da passagem do líder quilombola pela Boqueirão, material muito rico que poderá ser utilizado em futuros percursos e caminhos negros.

Palavras-Chave: Quilombola Manoel Padeiro; Boqueirão; Arqueologia Popular.

Resumen: This article presents some symbolic evidence that indicates the passage of the quilombola revolutionary leader Manoel Padeira through the town of Boqueirão, municipality of São Lourenço do Sul, in the southeast region of Rio Grande do Sul. Until now there was no historical materiality of the local cultural heritage and, through research together with local communities, it was possible to identify the presence of the indicators presented here. The objective of this study is to strengthen the relationships of ethnic and cultural identity, cultural belonging and ethnicity of the quilombola people in the Serra de Tapes, especially in those surrounding the municipalities of São Lourenço do Sul, a probable Afro-diasporic route of groups in the process of quilombola desirous of the revolts caused by the violence of the charqueadas. We used the anthropologist Kabengele Munanga's worldview reference as a theoretical framework for analysis, using the script described by João Lorandi Demanchi as a methodological perspective. As a result, irrefutable symbolic elements of the quilombola leader's passage through Boqueirão were obtained, very rich material that could be used in future routes and black paths.

Keywords: Manoel Padeiro; Boqueirão; People's arqueology.

Marlon Borges Pestana*

Marco Vinicio Machado Nunes**

Deise Vieira Alves***

* Professor adjunto do Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: mbpestana@furg.br

** Acadêmico quilombola de licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Rio Grande - FURG do Campus de São Lourenço do Sul - FURG/SLS. Ativista do Movimento Negro; acadêmico de Serviço Social da causa negra pela Faculdade Católica Paulista de Marília, São Paulo. E-mail: marco.machado71@gmail.com.

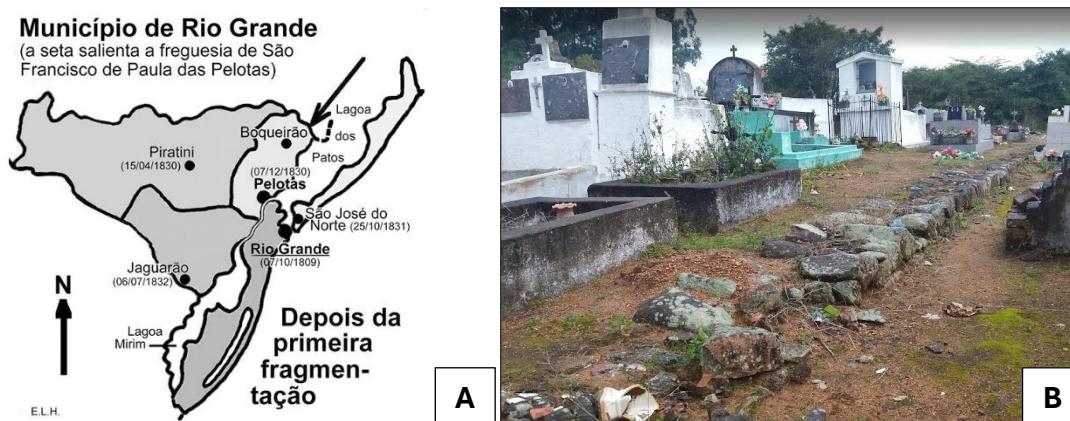
*** Acadêmica quilombola de licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Rio Grande - FURG do Campus de São Lourenço do Sul - FURG/SLS e mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: vieiraalvesdeise@gmail.com

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A História da população negra no Sul Brasil é marcada por diversas formas de resistência contra a escravidão e o racismo estrutural. Entre essas formas de luta, os quilombos ocuparam um papel fundamental na construção de territórios de liberdade, solidariedade e preservação cultural. No Rio Grande do Sul, uma importante referência dessa resistência foi a do revolucionário Manoel Padeiro, liderança quilombola que atuou na Serra dos Tapes, na região em Pelotas, durante o século XIX. Na historiografia é largamente conhecida a obra da historiadora Natália Pinto Garcia (GARCIA *et al* 2020) que investigou as andanças de Manoel Padeiro, as suas trajetórias e correlações indicando que a localidade do Boqueirão, teria sido uma dessas paragens. Nesta análise, investigamos as evidências do patrimônio edificado e simbólico da localidade, para verificar se há realmente indícios da presença negra, na força de elementos da concretude e materialidade da resistência negra.

O Boqueirão, datado das últimas décadas do século XVIII é um pequeno lugarejo histórico colonial, anterior ao centro urbano de São Lourenço do Sul, composto de uma arquitetura barroca com casarios coloniais de janelas com aberturas em guilhotina e telhados meia goiva, típicas do período. O cemitério foi construído sob uma grande muralha taipada, em cantaria e embrechamento, indicam os elementos fundamentais para a busca das principais paragens de resistência armada ou não, mas defensivas da resistência negra. A muralha, existente antes do cemitério, está num local de boa visualização e assentamento, próximo a cacimbas de água potável, construídas com a mesma técnica africana.

Figura 1 A) Mapa indicando a localidade do Boqueirão; B) Muralha taipada abaixo do cemitério do Boqueirão, São Lourenço do Sul.



Fonte: A) Marlon Borges Pestana e B) Mapa: <https://www.jornaltradicao.com.br/sao-lourenco-do-sul/espaco-do-leitor/a-curiosa-evolucao-historica-do-municipio-de-sao-lourenco-do-sul/>

Ao analisar o material *in loco* notou-se que na historiografia tradicional, o local era considerado um lugarejo colonial português, mas que fora esquecido pela presença marcante da imigração alemã no município que comemora sua fundação com o mito da imigração e tem pouco mais de cem anos, o Boqueirão tem mais de duzentos anos. Então, o ponto de partida foi perceber como a historiografia tradicional, eurocentrada, apresenta uma versão que invisibilizou a nítida presença negra no Boqueirão. Para definir a problemática, recorreremos ao quadro teórico de Kabengele Munanga (MUNANGA, 2009, p. 4) que defina a identidade como ponto central da definição do outro, na rememoração e nos fatores históricos, rememorar uma identidade em

Evidências da resistência negra dos calhanbolas de Manoel Padeiro no Boqueirão, São Lourenço do Sul, Brasil

relação a outra é um dos principais fatores do esquecimento e invisibilidades. O caso do Boqueirão é emblemático do que indica Munanga (2009, p. 21) porque suas estruturas simbólicas intrínsecas atribuem um sentido do ser negro em São Lourenço do Sul. É essa construção de sentido que nos propomos, observando o protagonismo da cosmovisão afrocentrada, materializada nas “cacimbas” e cantarias locais.

A trajetória de Manoel Padeiro e dos chamados “calhambolas” representa um importante marco da luta negra no Sul do Brasil, demonstrando que homens e mulheres negras não aceitaram passivamente a escravidão, mas construíram estratégias coletivas de sobrevivência, resistência e organização política. Sua memória permanece viva como símbolo de luta antirracista, de afirmação da identidade negra e de valorização das comunidades quilombolas. Essa sensação de presença, luta e resistência negra é sentida àqueles que “atravessam” a localidade do Boqueirão pela rodovia Geraldo Pegoraro RS-265, sentido Canguçu. A antiguidade e a construção colonial indicam a presença de luta e resistências, inclusive na toponímia da hidrografia local representada pelo “arroio Candango”.

COSMOVISÃO: RESISTÊNCIA NEGRA E PROCESSO DE AQUILOMBAMENTO

Manoel Padeiro foi um líder quilombola que organizou ações de resistência negra na região da Serra dos Tapes, em Pelotas (RS), por volta do ano de 1835. Conhecido como “General Manoel Padeiro”, tornou-se símbolo da luta pela liberdade da população negra escravizada no extremo sul do Brasil. Apresenta-se nesse artigo os resultados de algumas pesquisas que buscaram evidências dessa resistência negra, simbolizadas através de muralhas, cantarias, seteiras, cacimbas, embrechamentos e casas de torrão. Como vimos anteriormente, é sentida na historiografia local um forte eurocentrismo e tentativa, intencional ou não, em invisibilizar o povo negro como coadjuvantes na formação histórica do município. Por isso, a identificação da presença de Manoel Padeiro é fundamental para a patrimonialização de sentido e cosmovisão de caminhos negros para a liberdade. A memória dessa resistência é mantida através da oralidade pelos mestres griôs regionais, dois deles agraciaram a pesquisa com os seus relatos.

Sua trajetória está relacionada aos chamados “calhambolas”, grupos quilombolas que circulavam pela Serra dos Tapes realizando ações de enfrentamento ao sistema escravista, protegendo fugitivos, estabelecendo redes de solidariedade e criando formas alternativas de sobrevivência. Segundo Pinto, Moreira e Al-Alam (2020), essas experiências quilombolas revelam práticas sociais complexas, marcadas por relações de apoio mútuo, circulação de informações e construção de identidades negras coletivas. Essas relações teriam deixados marcas indelévels de sentido no patrimônio edificado da localidade, bem como evidências dessas relações sociais complexas de proteção e defesa (seteiras e amuralhamento de cantaria), além de ser uma presença constante na memória oral dos quilombolas de São Lourenço do Sul.

Os autores destacam ainda que os quilombos não eram apenas espaços isolados de fuga, mas territórios organizados política e culturalmente, conectados com a população negra livre, libertos e escravizados da região (PINTO; MOREIRA; AL-ALAM, 2020). A ideia de caminhos para a liberdade, se enquadra na análise de uma cosmovisão afrocentrada como indica Kabengele Munanga (2009), ou seja, a construção histórica de sentido, precisa ser estruturada em símbolos que foram deixados na paisagem cultural. É o olhar que precisa mudar, de uma percepção que nega a resistência para outra que acolhe os símbolos, os lê e os integra numa nova historiografia negra.

CONTEXTO HISTÓRICO E ÁREA DE RESISTÊNCIA NEGRA¹

A atuação de Manoel Padeiro ocorreu em um contexto marcado pelo crescimento econômico das charqueadas em Pelotas. Durante o século XIX, a cidade tornou-se um dos principais polos produtores de charque do Brasil, sustentando sua riqueza a partir do trabalho escravizado. Após a vila de São Francisco de Paula se emancipar de Rio Grande, boa parte dos estancieiros charqueadores buscaram a localidade de Pelotas, pela centralidade distante das sedes que representavam os olhares da monarquia, inclusive por interesses de alívio fiscal e maus tratos à mão de obra (STAUDT MOREIRA, 2014). Inclusive já é bem documentada a questão da vinda de escravizados “Mina”, das Minas Gerais, para penitência nas charqueadas, reconhecidamente um local insalubre e de rigorosos castigos (Assumpção, 2009).

De acordo com Vargas (2010), o sistema charqueador concentrava milhares de pessoas negras escravizadas e desempenhava um papel central na economia sul-rio-grandense. Nesse período, Pelotas possuía uma população majoritariamente negra, composta por africanos, afrodescendentes, libertos e escravizados (PINTO; MOREIRA; AL-ALAM, 2020). Parece que no espaço das charqueadas, não era possível reproduzir o modo de vida africano, em especial a moradia típica e hábitos culturais. Ao encontrar um espaço livre, através da fuga e aquilombamento, o quilombola poderia reproduzir sua moradia e modo de vida. A imagem desse momento é a casa de Torrão, “*maçambiqueira*”, que ilustra como seriam as casas nas nações Jejê/Nago e/ou Iorubânicas no Oeste/atlântico africano reproduzidas no Boqueirão. A casa de Torrão, é um dos símbolos dessa resistência, por que além de representar o modo de vida, é também resistente, paredes espessas, em que projéteis não atravessam, além de promover conforto térmico e afetivo (fogo interior).

Figura 2. Casa de Torrão na rua João Prestes no Boqueirão, São Lourenço do Sul.



Fonte: Marlon Borges Pestana

As casas de Torrão já foram mais abundantes na região, principalmente na região do Faxinal, próximo a Canguçu, é interessante, porém observar que graças a conservação promovida pelos moradores do Boqueirão, hoje ainda temos uma casa de Torrão, que representa essa presença simbólica sendo é parte fundamental do caminho negro e da memória afrodiaspórica. Diante desse cenário de violência e exploração, a Serra dos Tapes transformou-se em território estratégico para

¹ Agradecemos à mestre Griô Sra. Vera Macedo e a seu marido Pedro Prestes pelas informações pessoais e relatos históricos, bem como o mestre Griô Sr. Jesus Volnei pelos relatos da resistência histórica no Boqueirão.

Evidências da resistência negra dos calhanbolas de Manoel Padeiro no Boqueirão, São Lourenço do Sul, Brasil

a formação de quilombos e redes de resistência negra. Os calhambolas conheciam profundamente a geografia da região e utilizavam esse conhecimento como ferramenta de luta e proteção.

Ao perceber que existem indícios dos elementos afrodiaspóricos, principalmente para a reprodução dos modos de vida africanos, hábitos e costumes, outras evidências puderam ser identificadas na paisagem arquitetônica que foram compreendidas através do que compreendemos como uma arqueologia popular ou uma educação patrimonial em conjunto com os movimentos sociais e pensadores locais. Dessa forma, a visão de mundo dos protagonistas é incluída como fundante, sendo a memória ancestral a ótica principal de análise dos símbolos e objetos investigados o que promove um sentido de cidadania e memória que transcende o local e se insere na amplitude na memória de resistência afrodiaspórica, para interpretar também esses “esquecimentos”, segundo Demarchi (2016):

Por isso, reconhece em todas as pessoas sujeitos históricos que podem mudar a realidade de desigualdade social. Desigualdade refletida no reconhecimento seletivo dos bens patrimoniais. A educação patrimonial aqui defendida problematiza essa condição e trabalha para a valorização de todas referências culturais e patrimônios, sendo eles tombados e registrados ou não. Cabe à educação patrimonial, portanto, como busca Ecléa Bosi (2003, p. 18), “interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento” (DEMARCHI, 2016, p. 288).

A nossa referência, nessa citação é definitivamente a “desigualdade refletida no reconhecimento seletivo dos bens patrimoniais”, que é justamente o que procuramos corrigir com os resultados desta pesquisa que ilustra, de forma significativa a resistência negra no Boqueirão que é cotidianamente “esquecida” pela seletividade de bens culturais em São Lourenço do Sul. As evidências materiais, simbolizadas nas fachadas, nos cemitérios e nas ruas nos possibilitaram relacionar pessoas e coisas, objetos e sujeitos históricos que ainda possuem uma memória oral latente e simbólica facilmente identificável na localidade do Boqueirão.

Esse sentir da resistência é algo indelével na figura do imaginário local, aos transeuntes que visitam o cemitério do Boqueirão é inevitável perceber e questionar “e essa muralha aqui”? (Figura 1b) alicerce de uma grande estrutura defensiva, no centro do cemitério. Mesmo ao reconhecer como os antigos muros da necrópole, como é interpretado pela historiografia tradicional, por que ter esse tamanho de espessura, com rochas maiores, firmes e bem talhadas? A construção de sentido parte da oralidade negra local, ou seja, das múltiplas vozes que identificam e reconhecem a pertença do seu rico patrimônio cultural, inclusive, essas múltiplas vozes já foram registradas e publicadas em trabalho anterior (PESTANA, 2017, p. 140).

Na antiga garagem do DAER, foram identificadas algumas estruturas colônias do mesmo período. Ao primeiro olhar tratam-se de rochas ígneas lascadas em blocos e empilhadas organizadamente com adobe e barro “liguento”, sem antiplástico, mas com pequenas pedras grudadas no barro-cola que sustentam as maiores (Figura 3 A). A técnica simples ao primeiro olhar, indica uma forma de construção complexa e antiga, aos moldes dos adobes ancestrais africanos, que permanecem firmes ao longo do tempo. As seteiras de respiro (Figura 3 B) são de complexa funcionalidade, deste a passagem de alimentos, oxigênio em caso de confinamento defensivo, seta de mira e duto de comunicação, essa estrutura em si mesma, concentra em si o Demarchi (2016) sugere como “valorização de todas as referências culturais”, como indicativos da complexidade das práticas sociais dos aquilombados em resistência ou escondidos do modo de produção escravagista.

Figura 3: Amuralhamento taipado na técnica da cantaria e embrechamento de blocos. Na direita se observa três tijolos que cobrem uma seteira que é circundada por blocos maiores de rocha.



Fonte: Marlon Borges Pestana

As muralhas da antiga garagem do DAER, no Boqueirão, como vistas nas figuras acima, passam despercebidos na narrativa histórica oficial do mito de fundação imigrante de São Lourenço do Sul, mas são intensamente sentidas e relatadas pelos moradores negros do Boqueirão. Na época da pesquisa, o guardião do local, um senhor negro conhecido como “Pelé” nos fez questão de contar sobre a preciosidade daquelas estruturas que lembravam os “de antigamente”. Logo, há uma profunda conexão do presente com as referências ancestrais que são constantemente trazida há oralidade negra, em especial quando contatados e perguntados a respeito de seu próprio patrimônio.

Outro detalhe importante que apareceu durante a pesquisa de campo, é a resistência atual com relação às burocracias acadêmicas e metodologias sistematizantes. O povo prefere a conversa aberta, olho no olho, sentar para um café, pensamentos congruentes e coerente. Ao perguntarem o que achavam de entrevistas com perguntas norteadoras, as respostas foram unânimes: “quer controlar o que a gente vai responder?” Logo, o fluxo antropológico proposto por Munanga foi de fato o mais adequado, quando a identidade de sobressai na narrativa do outro é necessário acolher a dinâmica desse impulso identitário, para evitar controle consequentemente apagamento (MUNANGA, 2009). No nosso caso, o quadro teórico também permitiu uma melhor segurança na abordagem metodológico, permitindo que o próprio povo manifestasse o seu patrimônio sem interferência.

Figura 4: A) Algumas casas sobre taipas de pedra, lascadas em cantaria e embrechadas com pequenos blocos, unidas por barro ligante, estuque e adobe; B) Identificação de uma casa de adobe sobre afloramento rochoso granítico usado como alicerce resistente.



Fonte: Marlon Borges Pestana

A descoberta deste assentamento, ilustrado na foto acima, indica uma evidente preocupação com a segurança do grupo em assegurar a pulsão identitária, preservar o pertencimento, talvez tendo a ver com a seguinte correlação: quem construiu? Mão de obra especializada em cantaria, naquele espaço, por quem? Pessoas de origem africana, pela evidência do domínio da técnica, teriam construído as estruturas? Eram forros? Ou pessoas negras consolidando um espaço de segurança e proteção. A nobreza teria condições técnicas de construir aquelas estruturas com as próprias mãos? Em diálogos com os movimentos sociais, a disputa por espaços de memória, na própria arquitetura simbólica da construção, ficou evidente que o povo negro se reconheceu nas estruturas construídas pelos seus ancestrais:

Algumas referências geográficas colhidas nos documentos produzidos demonstram que o grupo circulou pelas atuais regiões dos distritos quilombo do Monte Bonito, Cascata, da atual cidade do Arroio do Padre inclusive na fronteira com o atual município de São Lourenço do Sul, antigamente freguesia do Boqueirão, na época de Padeiro vinculada a Pelotas. (PINTO et al, 2020, p. 51)

Segundo Gomes (2020), os quilombos eram espaços de construção de autonomia, defesa coletiva e enfrentamento político ao sistema escravista. Além disso, funcionavam como territórios de preservação cultural e fortalecimento das identidades africanas e afro-brasileiras. O Boqueirão aparece na documentação histórica como um espaço de refúgio, representado pela típica toponímia (grotão, fundão, boqueirão, cafundó, etc.) utilizado para territórios com a finalidade de abrigo e acolhimento humano, espaços para a liberdade, longe do domínio colonial.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E LEGADO

O principal legado de Manoel Padeiro está relacionado à construção de uma memória negra de resistência no Rio Grande do Sul. Durante muitos anos, a história oficial do estado priorizou narrativas centradas nas elites brancas e nos grandes proprietários rurais, invisibilizando a participação da população negra na formação da sociedade gaúcha. Com isso, a ideia de patrimonialização da memória negra, alicerçada em fontes material e evidências reais da resistência e luta protagonizada por Manoel Padeiro e aliados, cumpre a proposta da educação patrimonial como um ato de amor que busca a compreensão do outro e sua importante construção simbólica dos bens culturais da população afro-brasileira, assim como orientado por Demarchi (2016):

O patrimônio pode ser um importante mediador no processo que leva à compreensão do outro e ao entendimento da alteridade. A educação patrimonial, como ato de amor, de pensamento crítico e que busca a compreensão do outro, pode partir da problematização do patrimônio local para pensar outros patrimônios. Olhando para nós, entendemos como se construiu o significado simbólico de nossos bens culturais e podemos compreender outras construções simbólicas (DEMARCHI, 2016, p. 286).

Ao perceber as construções simbólicas, é possível aferir epistemes negras que são modos de ser no mundo, relacionados à uma profunda cosmovisão de África, com centenas de anos acumulados em jeitos de conhecer e fazer na paisagem. Essas evidências simbólicas, deixam evidências e registros indeléveis no cenário de resistência de Manoel Padeiro que, graças ao trabalho da pesquisadora Natália Pinto Garcia (PINTO et al, 2020) que identificou na documentação histórica o seu núcleo de resistência e luta, foi possível identificar estruturas intencionais de defesa,

feitas por mãos negras. Abaixo, o mestre Griô Jesus Volnei nos apresenta uma cacimba que melhor representa uma episteme negra, no Boqueirão, modo de ser ancestral representado por estruturas simbólicas construídas.

Figura 5: Cacimba e detalhe da cacimba feira em cantaria e embrechamento (sobreposição de blocos em talha - técnica africana) sendo apresentada pelo mestre Griô Jesus Volnei na localidade do Boqueirão



Fonte: Marlon Borges Pestana

A apresentação dessas estruturas, na oralidade griô, e no próprio reconhecimento do saber fazer afro originário indica um profundo interesse em identificar e preservar as epistemes negras do Boqueirão. Nesse sentido, a trajetória dos calhambolas rompe com a lógica de apagamento histórico, demonstrando que os negros também foram protagonistas das lutas sociais e políticas da região. Conforme destacam Pinto, Moreira e Al-Alam (2020), Manoel Padeiro passou a ser reconhecido como importante símbolo da resistência africana e afrodescendente contra a escravidão sendo considerado Zumbi dos Pampas. Aqui neste trabalho apresentamos evidências concretas e simbólicas dessa resistência, demonstrando que o reconhecimento como Zumbi dos Pampas, não é nem um pouco exagerado, pelo contrário é adequado e coerente com as inúmeras fontes apresentadas.

Outro aspecto relevante é que as experiências quilombolas lideradas por Manoel Padeiro contribuem para fortalecer a educação antirracista prevista pela Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas brasileiras. O próprio livro *Os Calhambolas* do General Manoel Padeiro apresenta exercícios didático-pedagógicos voltados para o trabalho dessas temáticas em sala de aula (PINTO; MOREIRA; AL-ALAM, 2020). E, ao unir a obra, aos materiais aqui apresentados, é possível também a consolidação de “caminhos negros” para orientar professores e estudantes, estimulando-os a visitar esses locais de resistência e permanência das experiências negras no município de São Lourenço do Sul. As seteiras da antiga garagem do DAER, são alguns dos exemplos interessantes para a visita e compor os caminhos negros, pois ilustram de forma clara tanto a episteme negra de construção quanto a qualidade defensiva das estruturas.

Figura 6: Seteiras da antiga garagem do DAER: A) detalhe interno; B) detalhe externo, locais de confinamento e defesa; C) é comum aparecer vidros de remédio junto a essas estruturas.



Fonte: Marlon Borges Pestana

Além disso, o livro evidencia a importância das mulheres negras nas experiências quilombolas, destacando personagens como Tereza Vieira da Cunha e Negra Rosa que se vestia de homem e lutava na linha de frente e Clementina, mulheres que participaram ativamente das redes de solidariedade, cuidado e resistência negra (PINTO; MOREIRA; AL-ALAM, 2020). Uma das coautoras deste trabalho é reconhecida com a Medalha Negra Rosa, o que indica uma profunda preocupação com os movimentos sociais e seu protagonismo com a cosmologia histórica de sua ancestralidade.

MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA NEGRA E COSMOVISÃO AFROCENTRADA

A episteme negra, o modo de ser no mundo, o aquilombamento, os caminhos para a liberdade são manifestações da memória coletiva negra do Boqueirão. E, ao escolher Manoel Padeiro como referência histórica significa reconhecer que a produção de memória do Rio Grande do Sul também é profundamente marcada pelas lutas da população negra. Sua trajetória ajuda a romper com o silenciamento histórico das experiências quilombolas e fortalece a valorização das comunidades negras locais e regionais. A história dos *calhambolas* dialoga diretamente com a educação antirracista, pois permite compreender que homens e mulheres negros(as) sempre resistiram às opressões e construíram formas coletivas de luta por liberdade, dignidade e justiça social. O acesso a esse campo simbólico da memória coletiva é atribuído à manifestação do Eu Ancestral, personificada nos relatos da História Oral.

Figura 7: Registro o patrimônio imaterial e oralidade do Mestre Griô Jesus Volnei e da Mestre Griô Vera Macedo no momento da reunião com o coletivo quilombola do Boqueirão.



Fonte: Marlon Borges Pestana

Os relatos ficam concentrados no que era antigamente, na memória falada, na palavra e na linguagem como manifestação do Eu Ancestral e seus símbolos do inconsciente coletivo, em particular dos sonhos lúcidos em que “sonhei com um negro alto, forte” ou mesmo com visões nítidas em que a mestre Griô “viu uma mulher grávida dando a luz no confinamento defensivo”, naqueles porões de pedra para esconder dos capitães. Além disso, associar estes relatos com os estudos sobre o Manoel Padeiro contribui para ampliar o reconhecimento das territorialidades negras na Serra dos Tapes e em Pelotas, Cangussu e São Lourenço do Sul valorizando memórias que historicamente foram invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas. Como educador e sujeito comprometido com as relações étnico-raciais, considero fundamental trazer para os espaços educativos referências negras locais, pois elas fortalecem o sentimento de pertencimento, identidade e valorização da cultura afro-brasileira e das epistemes negras.

Para os pesquisadores (PINTO et al 2020), é um fato de que a última paragem de Manoel Padeiro tenha sido o Boqueirão, conforme a seguir:

O fato é que a última descrição que aparece na documentação, feita quando da prisão de Mariano, é de que Padeiro havia deixado avisado que partira em direção ao Boqueirão, localidade atual da cidade de São Lourenço do Sul. Parece ter acompanhado os paredões da Serra dos Tapes. (PINTO *et al* 2020, p. 121)

Outro fator importante do reconhecimento do Eu Ancestral, na episteme negra é a presença de símbolos relacionados ao pensamento epistêmico negro ancestral, como a cabeça de bengala” descoberta em 2018 através da mestra griô Vera Macedo. O artefato é a cabeça de uma bengala, em estilo Jejê/Nagô para a conexão com o sagrado, utilizada pelos pretos velhos para a incorporação das entidades. Servia de ligação entre astral e terra, conectando as forças ancestrais, espirituais com os pretos médiuns locais com capacidade de canalização com o sagrado ancestral.

Figura 8: Cabeça de bengala descoberta pela griô quilombola Vera Macedo, artefato de conexão ancestral com as forças sagradas através dos pretos velhos; No detalhe, o nariz e lábios africanóides.



Fonte: Marlon Borges Pestana

A cabeça de bengala, descoberta e apresentada pela dona Vera, foi uma das principais descobertas desta pesquisa. Representa, em primeiro lugar, a episteme negra e o modo de ser como parte integral do Eu Ancestral quilombola na Serra de Tapes. Por outro lado, indica que o comportamento defensivo de Manoel Padeiro não se baseou apenas nos aspectos materiais das muralhas que construiu, mas na força simbólica da ancestralidade e da espiritualidade. Essa força ancestral teria erguido uma “muralha espiritual” que servira de abrigo aos escravizados que vinham para os quilombos de São Lourenço do Sul. Ou seja, havia à época, uma expressão simbólica de defesa e proteção espiritual que abrigava e dava esperança para quem se dirigia à rota dos quilombos. Essa expressão simbólica também foi conscientemente construída pela presença revolucionária diaspórica de Manoel Padeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os resultados da pesquisa estão as descobertas arqueológicas e antropológicas realizadas na localidade do Boqueirão, município de São Lourenço do Sul. O projeto inicial teve como principal objetivo identificar a presença material e simbólica das revoluções protagonizadas pelo líder quilombola Manoel Padeiro, também conhecido como Zumbi dos Pampas. Além da materialidade dessa indubitável presença, sugerida pelas pesquisas de Natália Garcia Pinto, foram identificadas também, para além da materialidade arqueológica, as evidências simbólicas de um Eu Ancestral de episteme negra claramente representado na oralidade da memória coletiva o que favorece a identificação de caminhos negros e a potencialização de uma educação antirracista.

A trajetória de Manoel Padeiro e dos *calhambolas* demonstra que a resistência negra no Brasil assumiu diferentes formas e esteve presente também no sul do país. Seus legados revelam a força das redes quilombolas, da ancestralidade africana e da luta coletiva pela liberdade. Valorizar essas memórias é contribuir para uma educação comprometida com a justiça racial, com a valorização das histórias e epistemes negras e com o enfrentamento do racismo estrutural. Assim, Manoel

Padeiro permanece como importante referência de coragem, resistência e construção de futuros mais igualitários.

E, por fim, essa pesquisa demonstrou que o movimento negro regional indica a preferência por pesquisa que se utiliza uma ampla variedade de fontes dialogantes entre si, o que possibilitaria o acesso a um campo de memória que vai além da dualidade, favorecendo um olhar epistêmico da totalidade ou unicidade da presença negra o que, na historiografia tradicional, seria invisível.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: Escravidão E Charqueadas (1780 1888)**. Porto Alegre: Coleção Malungo PPGH/UPF, Clube de Autores, 2009.

DEMARCHI, João Lorandi. **Perspectivas para atuação em educação patrimonial**. Revista CPC, n. 22, p. 267-291, 2016.

GOMES, Flávio dos Santos. **Prefácio: territórios da escravidão e da liberdade**. In: PINTO, Natália Garcia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio cultural**. Brasília, 2023.

PINTO, Natália Garcia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)**. 2. ed. rev. e ampl. São Leopoldo: Oikos, 2020.

MARQUES, Janote Pires. Educação patrimonial e ensino da História local na educação básica. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 4, 2021.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos avançados**, v. 18, p. 51-66, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PESTANA, Marlon Borges; FONSECA, Éder Ribeiro; FUNK, Tanja Raquel. As quatro pedras de xangô: educação patrimonial dos quilombos agroecológicos de São Lourenço do Sul, rs. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 10, n. 1, p. 417-428, 2022.

PESTANA, Marlon Borges. A pertença do patrimônio cultural pelo campesinato de São Lourenço do Sul através das escolas do campo. **Historiæ**, v. 8, n. 1, p. 133-144, 2017.

STAUDT MOREIRA, Paulo Roberto. Escravidão, família e compadrio: a comunidade escrava no processo de ilegalidade do tráfico internacional de escravos (1831-1850). **História Unisinos**, v. 18, n. 2, 2014.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte:** uma análise da elite charqueadora pelotense (1840-1870). Pelotas: UFPEL, 2010.

Perspectivas e desafios do Ensino de História da África no Brasil: invisibilidade dos cristianismos do Continente Africano (Século I-VII)

Perspectives and Challenges in Teaching African History in Brasil: The Invisibility of African Christianities (1st-7th Centuries)

Resumo: Este artigo analisa as possibilidades de ressignificação do ensino de História da África no Brasil mediante a incorporação das narrativas históricas sobre os cristianismos primitivos e autóctones do Norte e Nordeste africanos (séculos I-VII). Partindo de uma perspectiva decolonial, problematizamos a predominância de visões eurocêntricas que associam o cristianismo no continente africano (cristianismos africanos) exclusivamente à expansão colonial europeia, negligenciando a antiguidade, complexidade e autonomia das experiências religiosas africanas. A pesquisa, de natureza qualitativa e documental, combina análise bibliográfica especializada, revisão de fontes patrísticas e arqueológicas, e exame crítico de currículos e projetos pedagógicos de cursos de História. Tendo a proposição de como a invisibilização dessas narrativas reforça estereótipos e a perpetuação de equívocos. Concluímos a indicação das diretrizes para a integração desses saberes nos currículos e conteúdos de história, visando à efetivação do artigo 26a da lei 9.394/1996 (Brasil, 1996), LDB, atualizado pelas leis 10.639/2003 (Brasil, 2003) e a lei 11.645/2008 (Brasil, 2008) de uma educação histórica antirracista e pluriépistêmica.

Palavras-chave: Ensino de História da África; Cristianismos Africanos; Lei 10.639/2003.

Abstract: This article examines the possibilities of re-signifying the teaching of African History in Brazil through the incorporation of historical narratives about the primitive and autochthonous Christianities of Northern and Northeastern Africa (1st-7th centuries). From a decolonial perspective, we problematize the predominance of Eurocentric views that associate Christianity in the African continent (African Christianities) exclusively with European colonial expansion, neglecting the antiquity, complexity, and autonomy of African religious experiences. The research, qualitative and documentary in nature, combines analysis of specialized literature, review of patristic and archaeological sources, and critical examination of curricula and pedagogical projects of History courses. We argue that the invisibility of these narratives reinforces stereotypes and perpetuates misconceptions. In conclusion, we propose guidelines for integrating these knowledges into history curricula and content, aiming at the effective implementation of Article 26-A of Law 9.394/1996 (LDB), as updated by Laws 10.639/2003 and 11.645/2008, towards an anti-racist and pluriepistemic historical education.

Keywords: Teaching African History; African Christianities; Law 10.639/2003.

Paulo G. N. Silva*

Rita de Cássia Grecco dos Santos**

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG e Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

** Doutora em Educação - Filosofia e História da Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas - PPGE/UFPEL. Professora Associada do Instituto de Educação - IE e do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e da Informação - PPGH-ICHI da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande/RS. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa EDUCAMEMÓRIA - Educação e Grupos de Pesquisa Laboratório de Pesquisa e Ensino em Didática da História - GLAPEDH da FURG. E-mail: ritagrecco@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O ensino de História da África no Brasil, mesmo após mais de duas décadas da promulgação da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), permanece refém de perspectivas reducionistas e estereotipadas, profundamente enraizadas no imaginário colonial. Este artigo se dedica a explorar um aspecto específico estrategicamente negligenciado pela historiografia hegemônica: a rica e complexa trajetória dos cristianismos primitivos e autóctones que floresceram no Norte e Nordeste da África entre os séc. I e VII da Era Comum. Regiões como o Egito copta, a Núbia cristã (atual sul do Egito e o norte do Sudão) e o reino de Axum (atualmente ao norte da Etiópia, abrangendo também regiões da Eritreia, Djibuti e Sudão) não apenas testemunharam o surgimento de vigorosas comunidades cristãs antes mesmo de muitas partes da Europa, mas também produziram tradições teológicas, litúrgicas e eclesiais profundamente originais e influentes.

A hipótese central que orienta nossa investigação é que a sistemática invisibilização ou distorção dessas experiências históricas nos currículos e materiais didáticos de História no Brasil não é um mero acaso ou lacuna, mas um sintoma do que Aníbal Quijano (1992) denominou colonialidade do saber. Esta opera através da hierarquização dos conhecimentos, relegando as produções intelectuais e até mesmo espirituais africanas a um lugar de inferioridade ou inexistência. Ao associar o cristianismo em África quase que exclusivamente à empresa colonial europeia a partir do século XV, reforça-se a narrativa hegemônica de um continente sem história própria, uma tábula rasa à espera da civilização ocidental.

Nossa proposta, portanto, vai além da simples inclusão de um novo tópico. Buscamos demonstrar como a recuperação e o estudo detalhado dos cristianismos africanos primitivos pode servir como um potente eixo decolonizador para o ensino de História como um todo. Este recorte temporal e temático permite:

- a) Desconstruir a noção de que as religiões abraâmicas são intrinsecamente europeias.
- b) Evidenciar a agência histórica de povos africanos na produção de sistemas de pensamento complexos.
- c) Complexificar a compreensão do continente africano, rompendo com visões homogeneizantes.
- d) Oferecer um contraponto histórico concreto às narrativas racistas que negam a capacidade intelectual e espiritual dos povos africanos.

O objetivo geral deste artigo é analisar criticamente as potencialidades e os desafios da incorporação das narrativas sobre os cristianismos primitivos do Norte e Nordeste africanos (séculos I-VII) como ferramenta para a descolonização curricular no ensino de História da África no Brasil. Para tanto, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- a) Mapear e analisar as principais fontes históricas (patrísticas, documentais, arqueológicas) que atestam a existência e a vitalidade dos cristianismos africanos no período em questão.
- b) Examinar criticamente as ementas, os conteúdos programáticos e os projetos pedagógicos de cursos de licenciatura em História de instituições públicas, identificando a presença ou ausência dessas narrativas.
- c) Problematicar, à luz dos estudos decoloniais e da historiografia crítica africana, os pressupostos eurocêntricos que fundamentam a exclusão curricular desses temas.
- d) Propor diretrizes pedagógicas para a integração qualificada desses saberes nos currículos da educação básica e superior, com vistas à formação de professores e estudantes críticos.

A justificativa para esta investigação é dupla: histórica e pedagógica. Historicamente, é imperativo corrigir uma distorção secular que apaga milênios de história intelectual e religiosa africana. Pedagogicamente, a efetiva implementação do artigo 26a da lei 9.394/1996 (Brasil, 1996), LDB, atualizado pelas leis 10.639/2003 (Brasil, 2003) e a lei 11.645/2008 (Brasil, 2008), exige muito mais do que a menção obrigatória à África; exige uma revisão profunda dos marcos interpretativos que organizam o conhecimento histórico escolar. A formação de identidades positivas entre estudantes negros e não negros, bem como o combate ao racismo epistêmico, passam necessariamente pelo reconhecimento da centralidade africana na história global, inclusive no âmbito das tradições religiosas majoritárias.

Nossa proposição metodológica adota uma perspectiva qualitativa, centrada na análise documental e bibliográfica. Realizaremos:

a) Revisão bibliográfica especializada: fundamentação em autores referenciais da história africana e dos cristianismos antigos, como Cheikh Anta Diop (2023), Joseph Ki-Zerbo (2010), Valentin Yves Mudimbe (2013), Thomas C. Oden (2022), John Baur (2002), entre outros.

b) Análise de fontes primárias indiretas: revisão de textos patrísticos de autores africanos (e.g., Tertuliano, Cipriano, Atanásio, Agostinho), do Kebra Nagast etíope e de registros arqueológicos (igrejas rupestres de Lalibela, mosteiros da Núbia).

c) Análise documental de currículos: exame crítico de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de História e de Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de escolas da educação básica, com foco na abordagem da história africana.

A estrutura deste artigo divide-se em três seções principais. A primeira se dedica a reconstituir, com base na historiografia crítica, a história dos cristianismos no Norte e Nordeste africanos nos séculos I-VII, destacando sua antiguidade, autonomia e contribuições teológicas. A segunda seção analisa a persistência do epistemicídio nos currículos de História, através do exame de como esses temas são tratados (ou ignorados) nos documentos curriculares. A terceira e última seção propõe caminhos para uma pedagogia decolonial, articulando teoria, fontes e prática docente para a superação das limitações identificadas.

OS CRISTIANISMOS AFRICANOS PRIMITIVOS: UMA HISTÓRIA DE AUTONOMIA E INTELECTUALIDADE

A narrativa convencional sobre a expansão do cristianismo frequentemente privilegia o eixo Mediterrâneo-Europeu, relegando a África a um papel periférico e tardio. No entanto, evidências históricas e arqueológicas robustas demonstram que o continente africano, particularmente suas regiões Norte e Nordeste, foi não apenas um dos primeiros territórios a receber a mensagem cristã, mas também um centro dinâmico de produção teológica e eclesial desde o século I. Compreender essa história é fundamental para desmontar os alicerces eurocêntricos do ensino de História.

AS RAÍZES APOSTÓLICAS E A CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL

A tradição cristã na Etiópia remonta, segundo o relato bíblico de Atos dos Apóstolos (8.26-40), ao batismo do eunuco da rainha Candace (Kandake, título das soberanas de Kush/Meroé) por Filipe. Embora a historicidade desse evento seja objeto de debate, ele simboliza a antiguidade da conexão cristã com a África. Mais documentado é a tradição da Igreja Ortodoxa Etíope, que atribui a evangelização do reino de Axum ao missionário sírio Frumêncio, consagrado posteriormente

como primeiro Abuna (bispo) de Axum por Santo Atanásio de Alexandria por volta do ano 330 d.C. (Oden, 2022).

O *Kebrä Nagast* (Glória dos Reis), épico nacional etíope compilado no século XIV, mas baseado em tradições muito mais antigas, vincula a linhagem imperial etíope diretamente ao rei Salomão e à rainha de Sabá, fundando uma identidade nacional profundamente entrelaçada com o Antigo Testamento e uma forma de cristianismo distintamente africana (Machado, 2024).

No Egito romano, a comunidade cristã de Alexandria rapidamente se tornou um dos principais centros intelectuais do cristianismo primitivo. A Escola Catequética de Alexandria, fundada no século II, foi berço de figuras monumentais como Panteno, Clemente e Orígenes, este último um dos mais originais e influentes (e controversos) teólogos da Antiguidade. Orígenes desenvolveu uma exegese bíblica alegórica sofisticada e contribuiu decisivamente para a formulação doutrinária cristã. No século III, surgiram importantes figuras do cristianismo latino no Norte da África romana (atuais Tunísia e Argélia): Tertuliano de Cartago, um dos primeiros autores a produzir uma extensa obra teológica em latim e a cunhar termos como Trindade (Trinitas); e Cipriano, bispo de Cartago, mártir e importante escritor eclesiástico (Eastman, 2022).

No século IV, Atanásio, patriarca de Alexandria, foi uma figura central na defesa da ortodoxia nicena contra o arianismo. E, é claro, Agostinho de Hipona (354-430), talvez o mais influente pensador cristão ocidental, era um berbere nascido em Tagaste (atual Argélia). Sua obra, profundamente marcada por suas experiências africanas, é um testemunho eloquente da vitalidade intelectual do cristianismo na região (Eastman, 2022).

IGREJAS AUTÓCTONES E RESISTÊNCIA CULTURAL

O desenvolvimento desses cristianismos não se deu como mera extensão da Igreja Imperial Romana. Pelo contrário, caracterizou-se pela formação de identidades eclesiásticas autônomas e resilientes. Após o Concílio de Calcedônia (451 d.C.), a Igreja Copta do Egito e a Igreja Ortodoxa Etíope distanciaram-se da ortodoxia bizantina, aderindo à doutrina miafisita. O miafisismo sendo base da fé das Igrejas Ortodoxas Orientais (que não aderiram ao Concílio de Calcedônia, em 451 d.C.), uma doutrina cristológica que defende que Jesus Cristo possui uma única natureza (divina e humana, sendo unidas em uma só). Este cisma teológico também teve profundas implicações políticas e culturais, representando uma afirmação de independência face ao poder imperial centrado em Constantinopla (Baur, 2002).

Na Núbia, região situada no atual sul do Egito e norte do Sudão, reinos cristãos como Nobácia, Makuria e Alódia floresceram entre os séculos VI e XIV. A cristianização da Núbia, impulsionada por missionários tanto do Império Bizantino quanto do Egito copta, resultou na construção de catedrais, mosteiros e um rico patrimônio artístico, como os afrescos das igrejas de Faras. A existência desses reinos cristãos desmente a ideia de que a África abaixo do Saara era um vácuo histórico antes do Islã ou do colonialismo europeu (Sundkler; Steed, 2010).

A resistência dessas igrejas africanas é um capítulo impressionante de perseverança. A Igreja Copta sobreviveu à conquista árabe-muçulmana do Egito no século VII, mantendo sua língua, liturgia e identidade até os dias atuais. A Igreja Ortodoxa Etíope, por sua vez, permaneceu como instituição central do estado etíope por séculos, isolada do resto da cristandade durante a expansão islâmica, o que permitiu o desenvolvimento de características únicas, como a observância de práticas judaicas (como a circuncisão e as leis alimentares) e um vasto corpus de literatura religiosa própria (Oden, 2022).

A COLONIALIDADE DO SABER E O APAGAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Diante dessa riqueza histórica, por que esses cristianismos primitivos são tão marginalizados no ensino de História? A resposta reside naquilo que Valentin Y. Mudimbe (2013) chamou de invenção da África. A partir do século XV, com a expansão marítima europeia e a escalada do tráfico transatlântico de escravizados construíram-se um discurso que justificava a dominação colonial pela suposta inferioridade cultural e religiosa dos africanos. Nesse contexto, tornou-se conveniente apagar a memória de um cristianismo africano anterior, autônomo e intelectualmente vibrante.

Intelectuais e filósofos como a exemplo de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1995), desempenharam um papel crucial na consolidação desse imaginário da falta de importância histórica africana. Isso é consolidado com assertivas que a África, de forma alguma é uma parte histórica do mundo, e que seus povos estariam imersos na obscuridade de saberes, nessa perspectiva Hegel forneceu uma base para a exclusão do continente da narrativa universal da civilização. O cristianismo, nessa visão, só poderia chegar à África como um presente da Europa civilizadora (Hegel, 1995).

Essa perspectiva distorcida impregnou a historiografia ocidental e, por consequência, os currículos escolares. A história da África passou a ser contada a partir de marcos definidos pela experiência europeia: a chegada dos portugueses, a descoberta, a missão. Os cristianismos primitivos do Norte e Nordeste africanos, quando mencionados, são frequentemente apresentados como meros apêndices da história do Império Romano ou como curiosidades exóticas, sem que se reconheça sua centralidade para a história do cristianismo e sua importância como expressão da agência histórica africana. Este apagamento constitui uma forma de epistemicídio, isto é, a aniquilação sistemática de saberes e cosmovisões não europeias (Diop, 1979; Diop, 2023).

SUPRESSÃO DE SABERES: ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDOS E EMENTAS

A legislação brasileira, com o artigo 26-A da lei 9.394/1996-LDB (Brasil, 1996), atualizado pelas leis 10.639/2003 (Brasil, 2003) e a lei 11.645/2008 (Brasil, 2008), representou um avanço crucial ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. No entanto, a mera existência da lei não garante sua efetiva implementação. Nesta seção, analisamos criticamente como os temas relacionados aos cristianismos africanos primitivos são tratados (ou ignorados) nos documentos curriculares que orientam a formação histórica no Brasil, revelando a persistência da supressão histórica de saberes na estrutura pedagógica e histórica.

A INVISIBILIDADE NAS GRADES CURRICULARES DA GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Temos a proposição de analisar os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de graduação em História FURG. Como esta pesquisa ainda está em fase inicial não foi possível ainda passar por esta fase para a verificação analítica, dentro do recorte temporal e temático, e se privilegiam ou não a especificidade de nosso estudo:

a) A África Antiga: frequentemente reduzida ao Egito faraônico, que paradoxalmente é muitas vezes dissociado do continente africano em uma operação intelectual que Diop (2023) criticou como roubo civilizatório.

b) Os Impérios Medievais da África Ocidental: Gana, Mali e Songhai, importantes sem dúvida, mas que reforçam um foco quase exclusivo na história política e econômica, em detrimento da história intelectual e religiosa.

c) O Tráfico Transatlântico e a Escravização: eixo central a partir do qual a África é majoritariamente abordada, correndo o risco de reduzir a complexidade histórica do continente à sua relação com a Europa e à experiência da diáspora.

Nesse panorama, os cristianismos primitivos do Norte e Nordeste africanos simplesmente desaparecem. Séculos de história - do florescimento das comunidades no Egito romano e na Etiópia axumita à resistência das igrejas coptas e núbias - são obliterados. Essa ausência não é neutra. Ela reforça a narrativa implícita de que a história religiosa significativa na África começa com os missionários europeus no século XV. Ignora-se, por exemplo, que enquanto a Europa mergulhava na Alta Idade Média, a Etiópia mantinha uma monarquia cristã e a Igreja Copta produzia uma rica literatura teológica.

A consequência direta para a formação docente pode ser, na minha percepção, grave. Sendo possível que os licenciandos em História concluam o ensino superior sem o repertório necessário para abordar a complexidade da experiência religiosa africana. Nessa perspectiva passam a reproduzir, assim, em suas futuras salas de aula, a mesma visão que foi limitada e eurocentrada da mesma forma que a receberam, perpetuando o ciclo de invisibilidade.

A INVISIBILIDADE NAS GRADES CURRICULARES DA GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Os materiais didáticos, muitas vezes a principal ferramenta do professor da educação básica, por vezes podem refletir e reforçar a lacuna para o avanço crucial ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. É possível que a História da África ainda seja tratada como uma abordagem generalista e superficial. Os manuais raramente dedicam espaço à discussão aprofundada das fontes patrísticas e africanas, à arquitetura cristã núbia ou à história e teologia etíopes. Dessa forma, o cristianismo é apresentado como um elemento externo, um produto ou mero subproduto de importação colonial.

É a essência da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), em minha concepção vai além da inserção pontual de conteúdos sobre a África nos currículos e conteúdos. Pressupõe uma revisão crítica dos programas de ensino e a desconstrução de estruturas de saberes e perspectivas disruptivas que não perpetuam narrativas marginalizadoras. A omissão dos cristianismos autóctones africanos nos currículos de História evidencia uma limitação na concretização desse marco legal. A transformação necessária não se restringe à inclusão de novos temas, mas exige uma reorientação do conhecimento histórico, o que implica questionar periodizações consolidadas e categorias analíticas que organizam o saber escolar e acadêmico sob perspectivas hegemônicas.

A periodização clássica: Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, por exemplo, é profundamente eurocêntrica (Chesneaux, 1995). A aplicação acrítica desses marcos temporal provavelmente contribui para a distorção da história africana, encaixando-a forçosamente em modelos que não dão conta de sua especificidade. A ausência dos cristianismos primitivos nos

currículos é, portanto, sintoma de uma estrutura curricular mais ampla que necessita de sua descolonização.

A NECESSÁRIA SUPERAÇÃO DE ABORDAGENS SUPERFICIAIS

Muitas vezes, a inclusão da temática africana nos currículos ocorre de forma instrumental, visando apenas ao cumprimento da lei ou à discussão sobre racismos. Embora esses aspectos sejam fundamentais, é preciso ir além. A valorização dos cristianismos africanos primitivos oferece a oportunidade de apresentar a África como sujeito ativo na produção de conhecimento histórico, teológico e filosófico de alto nível, contribuindo para a história das ideias em escala global.

Como afirma Chimamanda Ngozi Adichie (2019) sobre o "perigo de uma única história", a repetição incessante da narrativa que associa a África à pobreza, à guerra e à falta de agência histórica cria estereótipos que são difíceis de desconstruir. Incluir a história dos cristianismos primitivos significa oferecer outras histórias, outras possibilidades, uma história de sofisticação intelectual, resistência cultural e contribuição civilizatória. Isso é essencial não apenas para a autoestima de estudantes negros, mas para a formação de todos os estudantes, que precisam compreender o mundo em sua complexidade e interdependência.

PARA ALÉM DO EUROCENTRISMO: INCORPORAÇÃO DE SABERES AFRICANOS

A constatação de supressão de conteúdo curricular não pode ser um ponto de chegada, mas de partida para a ação transformadora. Nesta seção, propomos diretrizes concretas para uma educação decolonial que integre de forma qualificada as narrativas sobre os cristianismos africanos primitivos ao ensino de História, visando à efetiva descolonização do saber histórico, sempre buscando a valorização da agência histórica africana.

CRITICIDADE DOS CONTEÚDOS E ABORDAGENS

O primeiro passo é uma revisão profunda dos conteúdos programáticos nos cursos de graduação em História e na educação básica. Isso implica:

- a) Inserção de unidades temáticas específicas evitando ser tratado como um apêndice curricular.
- b) Integração Transversal: Para além de unidades específicas, o tema pode ser tratado também de forma transversal em disciplinas já consolidadas. Por exemplo, ao estudar o Império Romano, é crucial incluir a África romana como parte integrante e vital do mundo antigo, destacando figuras como Agostinho de Hipona. No estudo da Idade Média, a Etiópia cristã e os reinos núbios podem ser apresentados como pólos de poder e cultura que são contemporâneos a Europa.
- c) Subversão das Periodizações: É fundamental problematizar a periodização eurocêntrica em sala de aula. Proponha-se aos estudantes a tarefa de criar marcos temporais alternativos a partir da história africana.

ARTICULAÇÃO ENTRE FONTES E REFLEXÃO TEÓRICA

Partindo da ideia de que a integração curricular deve ser feita com base em fontes e no diálogo com a teoria decolonial, evitando uma abordagem superficial ou mesmo folclórico. Propus no anteprojeto de pesquisa um caderno pedagógico, com fontes diversificadas: Este material pode incluir:

- a) Citações de textos patrísticos africanos, Trechos de Tertuliano (Apologético), Agostinho (Confissões), ou ainda escritos de Atanásio.
- b) Documentos etíopes: Passagens do Kebra Nagast que ilustrem a construção de uma identidade nacional e religiosa singular.
- c) Registros arqueológicos: Imagens e análises das igrejas escavadas na rocha de Lalibela (Etiópia), dos afrescos de Faras (Núbia) ou de manuscritos coptas.
- d) Diálogo com a Teoria Decolonial: A análise dessas fontes deve ser acompanhada pela leitura de autores como Cheikh Anta Diop (sobre a unidade cultural africana), Valentin Y. Mudimbe (sobre a invenção da África) e Aníbal Quijano (sobre a colonialidade do poder/saber). Permitindo assim compreender por qual motivo essas histórias foram apagadas e qual o significado político de recuperá-las hoje.

FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Nenhuma mudança curricular é efetiva sem a devida formação docente. Devendo as diretrizes incluir:

- a) Cursos de Formação Continuada: Oferecer cursos e oficinas para professores da educação básica sobre a história dos cristianismos africanos, metodologias de ensino decoloniais e o uso de fontes primárias em sala de aula.
- b) Produção de Materiais Didáticos: Fomentar a criação e disseminação de materiais complementares aos livros didáticos, como sequências didáticas, planos de aula e recursos audiovisuais que abordem o tema de forma crítica e engajada.
- c) Abordagem Interdisciplinar: Incentivar projetos que articulem História com outras áreas, como:
 - Artes: Análise da iconografia cristã copta e etíope.
 - Literatura: Estudo de textos contemporâneos de autores africanos que dialoguem com essa herança (embora em outro contexto, possa mostrar o encontro entre religiões).
 - Geografia: Análise do contexto geográfico e das rotas de comércio e difusão religiosa no Norte e Nordeste africano.
 - Fortalecimento da Consciência Histórica: podendo usar a teoria de Jörn Rüsen (2007; 2015) para orientar práticas pedagógicas que liguem a experiência do passado (os cristianismos africanos) à interpretação no presente (o combate ao racismo) e à orientação para o futuro (a construção de uma sociedade mais justa). A noção de Sankofa, símbolo adinkra que representa a importância de aprender com o passado para construir o futuro, pode ser um conceito mobilizador nesse processo (Nascimento, 2008; Nascimento, 2022).

É bem possível que a implementação dessas diretrizes não seja simples e poderá enfrentar resistências, desde a carência de tempo e recursos até a força da inércia curricular. No entanto, penso ser um caminho necessário para transformar a letra da lei em uma prática pedagógica possível. Ao inserir os cristianismos africanos primitivos no mapa mental dos estudantes e

professores, estamos dando um passo decisivo para desmontar a hierarquia racial do conhecimento e construir uma educação histórica à altura dos desafios de uma sociedade multicultural e antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou demonstrar que a recuperação e a valorização das narrativas históricas sobre os cristianismos primitivos do Norte e Nordeste africanos (séculos I-VII) constituem uma ferramenta poderosa para a descolonização do ensino de História no Brasil. Partindo da constatação de que a colonialidade do saber operou um sistemático apagamento dessas experiências, argumentamos que sua invisibilidade nos currículos e materiais didáticos ainda que supostamente sem intencionalidade tendam à perpetuação de estereótipos racistas e à negação da agência histórica e intelectual dos povos africanos.

A análise realizada percorreu três eixos interligados. Primeiro, reconstituímos, com base na historiografia crítica, a trajetória robusta e complexa desses cristianismos, destacando sua antiguidade, autonomia e contribuições teológicas, desde as comunidades do Egito até os reinos cristãos da Núbia e da Etiópia. Em segundo lugar, examinamos como esse rico passado é obliterado nos documentos curriculares que orientam a formação histórica no país, evidenciando a persistência de um apagamento ou invisibilidade que a legislação antirracista (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008) ainda não conseguiu superar plenamente. Por fim, propusemos um conjunto de diretrizes para uma pedagogia decolonial, centrada na revisão crítica de conteúdos, na articulação entre fontes e teoria, e na formação docente qualificada.

A integração qualificada dessas narrativas aos currículos é mais do que um preenchimento de lacuna historiográfica; é um ato de justiça cognitiva e reparação simbólica. Significa oferecer aos estudantes - em especial aos jovens negros - referências de sofisticação intelectual, resistência cultural e contribuição que por vezes lhes têm sido sonegadas. Significa, também, complexificar a compreensão do cristianismo, mostrando-o como uma tradição global e multicultural desde suas origens, e não como um monopólio europeu.

Por fim, as recomendações aqui apresentadas - que vão desde a revisão de ementas universitárias até a produção de materiais didáticos contextualizados - apontam para a necessidade de um esforço coletivo e contínuo. Universidades, sistemas de ensino, editoras e, sobretudo, os professores em sua prática cotidiana são agentes fundamentais nesse processo. A descolonização do currículo de História é uma tarefa urgente e inacabada, e a inserção ou reinserção dos cristianismos africanos primitivos no cânone histórico representa um passo decisivo na construção de uma educação antirracista, pluriepistêmica e comprometida com a dignidade humana de todos os povos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BAUR, John. **2000 Anos de Cristianismo em África: Uma História da Igreja Africana**. Lisboa, Paulinas, 2002

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639** de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da Rede de Ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 09 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645** de 10 de março de 2008. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2008.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** São Paulo: Editora Ática, 1995.

DIOP, Cheikh Anta. **Nations nègres et culture. De l'Antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique noire d'aujourd'hui**. Paris: Présence Africaine, 1979 (or. 1954).

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra**. São Paulo: Editora Ananse, 2023.

EASTMAN, David L. **Cristianismo Primitivo no Norte da África: Como Teólogos Africanos Moldaram a Teologia Cristã**. Rio de Janeiro: Pro Nobis Editora, 2022.

HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora da UnB, 1995.

KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Editado por Joseph Ki-Zerbo. - 2.ed. rev. - Brasília: UNESCO, 2010.

MACHADO, Deniro. **As Raízes Africanas da Fé Cristã: uma introdução ao cristianismo africano**. São Paulo: Editora Upbooks, 2024.

MUDIMBE, Valentin Y. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do saber**. Lisboa: Edições Pedagogo, 2013.

NASCIMENTO, Elisa Narkin. **Sankofa: significados e intenções. Em: A matriz africana no mundo**. São Paulo, SP: Selo Negro, 2008. Disponível em: <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/a-matriz-africana-no-mundocolec3a7c3a3o-sankofa.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; Gá, Luiz Carlos. **Adinkra: sabedoria em símbolos africanos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó: Ipeafro, 2022.

NIANE, Djibril Tamsir (org.). **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. São Paulo: Ed. Ática/UNESCO, 1981-1991, 4 vols.. (Ed.) História Geral da África. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010.

ODEN, Thomas C. **Quão africano é o Cristianismo?** São Paulo: Editora Hagnos, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade y Modernidad-racionalidad. In: BON ILLO, Heraclio (comp.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992 .pp. 437-449. Tradução de

Wanderson flor do nascimento. Disponível em: <https://doceru.com/doc/ncnns11n> - Aníbal Quijano - Colonialidade e Modernidade-Racionalidade. Acesso em: 16 jun. 2025.

RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história**. Brasília: Editora UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: Uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SUNDKLER, Bengt; STEED, Christopher. **Uma História da Igreja na África**. Tradução de Carlos Caldas. São Paulo: Paulinas, 2010.

“A Educação das Meninas em Pelotas”: a Cultura Escolar Produzida no Internato Confessional Católico do Colégio São José

“The Education of Girls in Pelotas”: School Culture Produced in São José’s Confessional Boarding

Resumo: A partir da caracterização da cultura escolar produzida no internato confessional feminino do Colégio São José, em Pelotas, Rio Grande do Sul, e da contextualização de sua fundação, o problema de pesquisa inseriu-se numa preocupação acerca da relação entre educação e processos de diferenciação social dos indivíduos (Durkheim, 1955); não ficando restrita a uma análise institucional isolada do contexto social ou pensada apenas a partir deste viés. A delimitação do recorte temporal ocorreu, sobretudo, pelo período de implementação do Internato, que iniciou seus trabalhos com a fundação da instituição, em 19 de março de 1910. Promovendo a formação de “meninas dóceis, cultas e cristãs”, em consonância com o modelo familiar, católico e higienista, próprio das primeiras décadas do século XX, creio que a cultura que ao mesmo tempo reproduziu as relações sociais vigentes, também proporcionou brechas à construção de um comportamento de resistência. Assumi a Historiografia como perspectiva teórico-metodológica para a pesquisa, através da utilização e triangulação de fontes plurais, assim, busquei entender de que forma esta cultura escolar foi incorporada pelas internas. Fundamentada em Certeau (2007), Julia (2001) e Magalhães (1998), a pesquisa evidenciou que o projeto educativo engendrado no Colégio São José teve uma ressonância na comunidade local, pois além do conteúdo formativo obrigatório, proporcionou uma formação sociopolítica articulada nas interações advindas dos trabalhos assistenciais. Concluo, a partir destes achados que, a cultura escolar do Internato Confessional Católico do Colégio São José permitiu a constituição de uma educação feminina afinada com as transformações socioculturais brasileiras.

Palavras-chave: Internatos Confessionais; Cultura Escolar; História das Instituições Escolares.

Abstract: From the characterization of school culture produced in the female confessional boarding of São José in Pelotas, Rio Grande do Sul, and contextualization of its foundation, the research problem was part of a concern about the relationship between education and social differentiation of individuals processes (Durkheim, 1955); not only about an isolated institutional analysis of the social context or thought just from this bias. The delimitation of the time frame was, mainly, the implementation period of the internship, which began its work with the foundation of the institution, on March 19, 1910. Promoting the formation of "docile, educated and Christian girls", in line with the Catholic and hygienist family model, proper of the first decades of the twentieth century, I believe that the culture at the same time reproduced the prevailing social relations, also provided gaps to build a resistance behavior. I took Historiography as a theoretical and methodological approach to research, using triangulation and plural sources, so, I try to understand how this school culture was incorporated by students. Based on Certeau (2007), Julia (2001) and Magalhães (1998), the research showed that the educational project in São José school had a resonance in the local community, because besides the mandatory training content, the project provided a sociopolitical formation articulating in the interactions of charity work. I conclude from these findings that the school culture of São José's Catholic Confessional Boarding allowed the formation of an ally education to the Brazilian sociocultural changes.

Keywords: Boarding Confessional; School culture; History of School Institutions.

Rita de Cássia Grecco dos Santos*

* Doutora em Educação – Filosofia e História da Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – PPGE/UFPEL. Professora Associada do Instituto de Educação – IE e do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – PPGH-ICHI da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande/RS. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa EDUCAMEMÓRIA - Educação e Grupos de Pesquisa Laboratório de Pesquisa e Ensino em Didática da História – GLAPEDHI da FURG. E-mail: ritagrecco@yahoo.com.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

[...] a história das instituições escolares não é um relato ou recitação de acontecimentos, mas uma narrativa com interpretações, releituras que se apresentam na dimensão de representação, de uma versão da história institucional (Werle, 2004, p. 14).

No presente texto exponho a tese de que a cultura escolar produzida no Internato Confessional Feminino Católico do Colégio São José, não apenas reproduziu as relações sociais vigentes, mas também produziu algumas resistências. A pesquisa evidenciou que o projeto educativo engendrado pelas Irmãs do Colégio São José teve uma significativa ressonância na comunidade local, afinal, além do conteúdo formativo obrigatório, esta educação proporcionou especialmente às internas uma formação sociopolítica articulada nas interações advindas dos trabalhos assistenciais e das ações formativas no âmbito do internato.

Nesse sentido, entendo que a partir destas constatações, o projeto educativo foi para além da formação humana e cristã própria das instituições confessionais, uma vez que a cultura escolar do Internato Confessional Católico do Colégio São José permitiu a constituição de uma educação feminina afinada com as transformações socioculturais brasileiras.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa empreendida tem o caráter de um Estudo Historiográfico, tendo como principais referenciais teóricos os seguintes autores: Geertz (1989), Burke (1997), Chartier (1990) e Certeau (2007). Com a indicação destes autores, faz sentido à compreensão da opção pela busca de estratégias e de um “que ou como saber buscar e fazer” próprio, para além das mesoanálises ou interpretações meramente estruturais.

Dessa forma, uma preocupação que esteve presente desde a escolha do tema de pesquisa e delimitação do objeto, foi de que a mesma não se constituísse numa pesquisa identificada com a forma restrita e/ou equivocada de entender e fazer a pesquisa em História da Educação como uma tentativa de “resgate” dos fatos ou como uma reificação do passado, mas como define Pesavento (2005, p. 63), a busca por um “saber-fazer” próprio, construído culturalmente. Pois: “O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (Burke, *ibid.*, p. 11).

Essa busca do estabelecimento de estratégias para empreender a pesquisa, pode e deve ser relacionada com a busca por uma metodologia que seja a mais adequada para a abordagem do objeto e suas possíveis especificidades e que, em consonância, o pesquisador tenha conhecimento e habilidade suficientes para empreendê-la.

Assim, busco através do referencial temático da História Cultural ancorado na História das Instituições Escolares (Magalhães, 1998; Buffa, 2002; Werle, 2004), apreender e interpretar os dados oriundos das fontes, elaborando assim sentidos e significados através do estabelecimento de triangulações de informações. Pois, a mesma:

[...] envolve descrições sobre o ciclo de vida das instituições - criação, desenvolvimento, crises e extensão -, elementos da arquitetura, perfil de seus agentes, envolvendo corpo docente funcionários, apoio, perfil de alunos, projetos e propostas pedagógicas, dentre outras (Werle *et al.*, 2007, p. 147-148).

Portanto, objetivando ir para além da confirmação de possíveis hipóteses ou perenização de obviedades e indícios de permanência de comportamento, de classe, etc., pretendo ao reconstituir o cenário do internato confessional feminino do Colégio São José, encontrar indícios não apenas de reprodução das relações sociais, mas um movimento de resistência, que também favoreceu a produção de uma cultura escolar própria. Uma vez que existe uma distância entre aquilo que as Irmãs pretendiam e o que era efetivamente incorporado pelas alunas, afinal, a cultura escolar não é aprendida e apreendida automaticamente. Opção esta que encontra eco em Sousa Santos, pois:

No paradigma emergente, o carácter autobiográfico e auto-referenciável da ciência é plenamente assumido. A ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência. Hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos (2001, p. 53-54).

Por isso é fundamental que assumamos o lugar de onde falamos e as lentes que utilizamos para interpretar determinado fenômeno, pois elas muitas vezes “enquadram/condicionam” nossas compreensões e construções de sentido e significado, uma vez que se concebe o princípio de que todas as relações sociais são perpassadas por relações de poder que devem ser percebidas a partir da análise das interpretações que os sujeitos fazem das suas próprias situações.

Nesse sentido, estabelecendo-se aí um processo de identificação e inclusive de proximidade entre pesquisador e objeto de pesquisa, indicando que toda a investigação se baseia numa perspectiva teórica do comportamento humano e social. Daí a pertinência dos métodos qualitativos para efetuarem um verdadeiro “processo de captura” da intersecção entre a estrutura social e a ação humana, cabendo ressaltar que, atualmente, os documentos para a educação:

[...] precisam ser tomados, portanto, na sua mais ampla acepção: escritos, ilustrados, transmitidos pelas imagens, pelo som ou de qualquer outra maneira. De fato, estamos vivendo hoje o impacto de uma revolução documental e de uma enorme ampliação da memória histórica, já detectada nos anos de 1960 [...] (Nunes; Carvalho, 2005, p. 38).

E para tanto, são apontadas como fontes privilegiadas para o desenvolvimento desta pesquisa: a arquitetura do internato e seu mobiliário, o uniforme das internas, os Livros de Matrícula do Externato e especialmente do Internato, o Regimento do colégio, as atas das Associações vinculadas à instituição (Ex-alunas, Filhas de Maria e Pais e Mestres), anúncios nos periódicos locais “A Opinião Pública”, “A Reforma” e mais focadamente o “Diário Popular”¹, documentos particulares da Congregação Religiosa (mantenedora do Internato do Colégio em voga), fotografias, bem como a própria revisão bibliográfica e narrativas de algumas egressas do internato e religiosas que trabalharam no internato, ou seja, não se restringe à revisão bibliográfica sobre o tema ou aos Relatórios da cidade e da Unidade Federativa sobre Educação e mais especificamente sobre as Redes Escolares.

¹ Anuncio focadamente no “Diário Popular”, pois encontrei todos os volumes do mesmo no acervo da Bibliotheca Pública Pelotense, fato que não ocorreu com os demais jornais, além da regular frequência de anúncios do Colégio São José neste veículo.

“A Educação das Meninas em Pelotas”: a Cultura Escolar Produzida no Internato Confessional Católico do Colégio São José

3 PERCEBENDO O MUNDO ATRAVÉS DO INTERNATO E CONSTRUINDO UMA CULTURA ESCOLAR PRÓPRIA

Desde que se estabeleceu em São Paulo, a Congregação das Irmãs de São José, logo expandiu o ideário doutrinário do ultramontanismo para outras partes do Brasil - inicialmente, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Tanto em São Paulo, como em outras regiões, mesmo tendo criado escolas externas e orfanatos, o modelo pedagógico adotado, por excelência, foi o internato (Manoel, 1996, p. 50). Destarte, a opção pelo internato relacionava-se com a concepção de educação, de projeto pedagógico que as Irmãs pretendiam implementar, atingindo todas as dimensões do sujeito.

No São José, concomitantemente à abertura do estabelecimento de ensino foram abertas as portas do internato, com um projeto formativo que contemplava constituição de um modelo de civilidade, de comportamento feminino adequado a ser seguido, portanto, era fundamental que as Irmãs cuidassem bem das meninas e impusessem modelos e regras rígidas.

Figura 1 - Grupo de Internas da Instituição, em 1914.



Fonte: Acervo do Colégio São José.

O internato impunha uma educação altamente disciplinadora, articulada com a contribuição da forma arquitetônica dos prédios, fechados para o exterior e parcialmente abertos para o interior, com muros e paredes que isolam, convertendo-se em espaços controlados.

Dessa forma, ao regular as práticas cotidianas das internas, tornava-se viável o cerceamento de qualquer iniciativa que questionasse os princípios organizativos da Congregação. Os altos muros e a vigilância constante não favoreciam um espaço de liberdade às alunas, ao contrário, todo movimento era controlado, em princípio, saídas e entradas não eram permitidas sem prévia autorização.

O Regimento² era minucioso em detalhar esse controle, conforme indicava determinados artigos: “[...] Art. 44.º - As pensionistas estão constantemente sob a vigilância das professoras, tanto nos recreios e passeios, como nos trabalhos escolares. [...]”. Além do mais estabelecia com anterioridade certas normas: “[...] Art. 51.º - Não se aceitam alunas que tenham sido eliminadas de outros colegios. Art. 52.º - Indocilidade e faltas contra a moral são motivos de exclusão. [...]” (1929, p. 6).

Figura 2 - Internas depois da Missa, em 1940.



Fonte: Acervo do Colégio São José.

Porém, uma das ex-internas, Luiza Maria, relata que durante as décadas de 1950 e 1960 o espaço de transgressão também era possível, pois:

[...] não, eu não tinha vigia nenhuma... a tal ponto que nos domingos todo mundo quando saía... ou saía em fila, eu também saía na fila até a Praça dos Macacos e tinha outros domingos que não, se saía e a Irmã cuidava a porta e ela me deixava sair ...é que minha cabecinha era boa porque se não fosse boa eu ficava na rua das duas horas até as seis [...] (Luiza Maria, Entrevista, 7 de junho de 2011).

O cotidiano escolar constituía-se numa rotina conhecida de todas as internas: audiência às aulas num turno e atividades complementares ao currículo no outro, participação na missa diária, festas e comemorações religiosas, como festividades do Sagrado Coração de Jesus, da Imaculada Conceição de Maria, da Primeira Comunhão, etc., entre outras atividades.

² Regimento do Colégio São José, editado em 1929, trata-se de um documento composto de 60 artigos, que define as normas de funcionamento do estabelecimento de ensino.

“A Educação das Meninas em Pelotas”: a Cultura Escolar Produzida no Internato Confessional Católico do Colégio São José

Todas as refeições eram realizadas no refeitório do internato, um espaço onde o silêncio e as boas maneiras eram um imperativo, um modelo de civilidade a ser incorporado.

Destarte, “ausentes do mundo”, as alunas facilmente absorviam os ensinamentos e preceitos educativos da Congregação, baseados no projeto de formação de um alicerce religioso, sobre o qual se ergueria uma sociedade de acordo com os critérios e propostas da Igreja, isto é, “[...] uma sociedade católica, ordeira, hierarquizada, moralizada, antimoderna, antiliberal, antifeminista [...]” (Manoel, 1996, p. 52).

Atendendo aos processos de educação e de instrução dessas meninas, de 1910 a 1967, o Colégio São José atendeu três modalidades diferentes de matrícula: internato, semi-internato e externato.

Grande parte dessa estrutura estava voltada para o internato, proposta evidenciada tanto nos regulamentos, como nos discursos, afinal constituía-se como o espaço onde as estratégias de dominação e execução do projeto educacional poderiam ser potencialmente mais efetivas.

Assim, as Irmãs passaram a formar as jovens na prática das virtudes que convêm a uma boa moça de família, inculcando hábitos de disciplina, modéstia e respeito à religião, revestindo os seus espíritos com uma instrução apropriada às suas idades e preparando-as adequadamente para as futuras obrigações.

Em relação à educação, cabia a formação do caráter e da conduta das educandas dentro dos preceitos e valores do cristianismo. Deste modo, as atitudes e os comportamentos eram seriamente vigiados e valorizados, como podemos verificar em parte do texto intitulado “Boas Maneiras”:

[...] ATITUDE NA RUA

Na rua, a atitude mantida deve ser discreta. Não se fala alto; evitam-se gargalhadas escandalosas, não se corre, não se fazem movimentos bruscos. Quando duas pessoas estão juntas, caminhando a pé, de automóvel, etc., a pessoa mais moça ou de posição menos elevada, dá sempre a direita à mais velha ou à superior.

O cumprimento deve ser amável, geralmente acompanhado de um sorriso e de leve inclinação da cabeça, demonstrando a nossa consideração e o nosso prazer. Um aluno nunca deixa de cumprimentar seu mestre. [...] (O São José, 1960, p. 62).

Interessante, também, é que mesmo quando as internas tinham a oportunidade de sair daquele ambiente isolado que se constituiu o internato, era exigido o uso do uniforme. Uma vez que, o uso do mesmo dentro do recinto do Colégio como fora dele, assegurava o controle, a visibilidade e o pertencimento das internas a essa instituição.

Figura 3 - Internas da 2ª série Ginásial do Colégio São José em passeio a Praça dos Macacos, 1951.



Fonte: Acervo particular de Branca Shirley Lima Piraine.

Um conjunto de regras determinava que padrões e comportamentos a mulher deveria adotar: postura, conduta, gestos, fala, vestimenta e formas de cumprimento, tudo era controlado e rigorosamente inculcado. As normas eram para serem obedecidas, jamais questionadas ou rompidas.

Mas, além disso, o uniforme também representava uma identidade, significava uma distinção entre as alunas deste colégio e dos demais, conferia status às mesmas. Posto que, ser aluna do São José indicava uma condição socioeconômica e também cultural privilegiada.

Mesmo havendo um amplo conjunto de regras, isso não impedia pequenas transgressões das meninas, como afirmou a ex-interna, Baby Nunes Ferreira, ao proferir seu discurso no jubileu do colégio, em 1960: “[...] Qual de nós poderá esquecer jamais aqueles dias de nossa infância, onde não faltavam traquinadas e repreensões?” [...] (O São José, *ibid.*, p. 8).

O prédio onde foi instalado o internato era constituído de três andares: porão, primeiro pavimento e segundo pavimento. A ala das internas estava localizada no segundo pavimento, com frente para a parte interna do prédio, isto é, com as janelas voltadas para o jardim interno do colégio. Cabe ressaltar que, havia uma divisão das internas no dormitório, mantinha-se o dormitório das maiores e o dormitório das menores, sendo que, sempre existia a presença de duas Irmãs em cada dormitório.

Antes de dormir sempre rezavam, momento invariavelmente sucedido pelo silêncio absoluto. Na década de 50, ao redor das camas existia uma cortina, possibilitando certa privacidade, porém, acompanhada de um controle constante, pois, sabedoras que nem sempre as regras eram cumpridas, as Irmãs inculcavam na mente das jovens, que todos os atos ilícitos, os atos impuros, os atos de rebeldia, eram constantemente vigiados pelos olhos de Deus, o Pai todo poderoso que tudo via, de tudo sabia. Diversos depoimentos de internas atestam essa realidade: acima dos olhos e ouvidos humanos, estava o olhar permanente de Deus. Como narra a ex-interna, Zilá: “tinha-se um certo medo” (Zilá, Entrevista, 12 de julho de 2011).

Para além das normas de boa conduta, existia um currículo estruturado para o universo feminino. Estudava-se ainda toda espécie de trabalhos de agulha³ e⁴, ginástica de salão e civilidade⁵. Como Curso Facultativo ensinava-se: alemão; inglês; italiano; piano; violino; bandolim; pintura a óleo e aquarela; pirogravura, etc. (Primeiro Lustro, *ibid.*).

Embora a centralidade da educação católica não fosse a profissionalização feminina, com o estabelecimento da Escola Normal, no ano de 1942, duas obras de caráter pedagógico passaram a ser bastante usadas. O livro das irmãs Francisca e Maria Augusta, fornecia um panorama geral da Pedagogia e na parte final dedicava um capítulo sobre a história da educação brasileira, contendo ainda um apêndice, “Esboço histórico da educação da mulher nos tempos modernos”. A obra procurou contemporizar o universo feminino com as mudanças que surgiam no alvorecer do século XX:

Até o surto do movimento feminista que começou em fins do século XIX, [...] a educação das classes abastadas tinha um cunho de formação literária e de distinção notável. Não se preocupavam as moças da procura duma carreira. As ciências físicas e naturais eram ensinadas como complemento da instrução e meio de conhecer de compreender algo do movimento científico crescente; mas a literatura, a história, as disciplinas formadoras da cultura geral dominavam as demais (Peeters; Cooman, 1937, p. 149).

E, por não estarem imbuídas de um espírito profissionalizante, de pouco valia certos conhecimentos:

[...] a técnica que predomina o caráter educativo nessas mesmas ciências, de nada aproveita ao espírito feminino, mais apto para as ciências de cunho literário e até filosófico do que para os estudos de orientação profissional (Peeters; Cooman, *ibid.*, p. 149).

Quanto à motivação para o término do internato que, reconhecidamente, foi um sucesso ao longo de seus 57 anos de manutenção, estranhamente não foi encontrado nenhum documento explicativo no acervo do Colégio, nos documentos do Bispado e nem mesmo em periódicos locais.

Afirmo, estranhamente, pois no último ano de seu funcionamento, 1967, o mesmo atendia um quantitativo de aproximadamente 100 alunas internas, ou seja, um expressivo número de alunas. Ademais, o acervo do Colégio conta com documentos desde a fundação da Comunidade das Irmãs de São José em Pelotas, em 16 de março de 1910, sendo cuidadosamente conservado até os dias atuais.

³ Ressalta-se que os trabalhos manuais foram integrados às disciplinas escolares particularmente a partir do período Imperial, porém, com o advento do período Republicano, tais práticas adquiriram novas nuances, notadamente após a criação dos grupos escolares e a ampliação do papel da escola como instituição formadora. Pelo “Regulamento da Instrução”, de 1928, os trabalhos manuais tornaram-se parte constituinte do currículo das escolas urbanas. Augusto Simões Lopes, o então Intendente de Pelotas, considerava que, juntamente com o desenho, os trabalhos manuais eram: “[...] disciplinas da mais relevante magnitude [e] vão influir, sobremaneira, na formação do espírito infantil, educando-lhe o senso artístico, disciplinando-o para os longos esforços pacientes [...]” (Relatório, p. 219) [grifo da pesquisadora].

⁴ Nesses trabalhos manuais também havia toda uma dimensão de preparo à futura vida de casada, como destaca Irmã Luisa Maria: “[...] elas bordavam assim toalhas coisinhas assim talvez para fazer o enxovalzinho delas né... e faziam isso pro casamento delas [...]”.

⁵ De acordo com Elias (1994, p. 111), o conceito de civilidade, paulatinamente, elevou-se à categoria de comportamento social e aceitável. Assim, nas escolas, o mesmo constitui-se como uma pedagogia do comportamento, pois, não eram raros os livros de civilidade que circulavam nesse ambiente.

“A Educação das Meninas em Pelotas”: a Cultura Escolar Produzida no Internato Confessional Católico do Colégio São José

Assim, cabem os seguintes questionamentos: Por que o regime de internato foi encerrado em 1967? Por que não há algum registro escrito explicando a motivação para o término de seu funcionamento?

A única explicação que encontrei para o término do mesmo foi no depoimento de Irmã Enedina:

[...] primeiro nós sabemos que nós vivemos uma época muito difícil, uma época da Revolução política aqui no Brasil e as exigências se tornaram muito grandes, os desafios, as exigências, outra coisa também as exigências dos pais mudaram... e outra coisa também, havia pais que queriam que a jovem saísse, entrasse, saísse... não, não, nosso estado de vida não era esse então, houve momentos muito difíceis pra nós também pra nós é... começamos a discernir o que era melhor para a jovem e se acontecesse alguma coisa como é que nós ficaríamos diante dos pais... nós tivemos pais que diziam assim “nós confiamos na família tal, ela pode ir pra família tal”, mas na realidade não era bem assim, quando nós íamos ver eram jovens que ficavam a noite fora... entende? e isso tudo nos preocupava muito, pra nós era um tormento, era um grande desafio, e são razões muito fortes porque nós decidimos fechar... (Irmã Enedina, Entrevista, 10 de maio de 2011).

O projeto educativo inicialmente implementado pelas Irmãs, na década de 1910, já não encontrava mais ressonância na década de 1960, a autoridade que os pais lhes concediam para educar suas filhas no regime de Internato também não era a mesma, inclusive, os próprios objetivos e anseios das alunas não conseguiam mais ser silenciados e/ou abafados sob a justificativa da formação de uma menina bem comportada, as exigências eram outras:

[...] e também a questão da... da política do Estado, a política que nós tínhamos, a repressão, a vigia, a vigia dentro da escola nós éramos vigiadas aqui, nós éramos muito vigiadas para que não houvesse um contratempo entende? um contratempo é... a favor ahn... contra ou a favor da leis do regime revolucionário você sabe disso não é? isso tudo são razões muito fortes que nós analisamos e fechamos o Internato [...] você sabe que nós aqui em Pelotas, nós tínhamos o Quartel General, e tudo qualquer ato da escola qualquer ato nós éramos veementemente vigiadas nesse sentido... eu mesma... ((risos)) eu mesma fui vigiada no tempo da Direção... entende? e isso tudo causou pânico pra todo mundo... e na realidade os meus objetivos junto com a Associação de Pais e Mestres era outro, mas o entendimento deles era outro... então... imagina só o que poderia acontecer [...] eu tenho a impressão no momento era muito forte muito quente o clima, muito forte muito pesado e a vigia não era só aqui no São José... e nós tínhamos muitos alunos e muitas alunas aqui do São José que eram filhos de militares, de generais do Exército e isso tudo era uma ameaça pra nós... nós não podíamos não podíamos fazer muita coisa não entende? mesmo que quiséssemos fazer uma maravilha, deixar uma MARCHA, por exemplo, como aconteceu... 7 de setembro era OBRIGATÓRIO a marcha e realmente nós elaboramos um projeto LINDÍSSIMO de uma semana cívica aqui dentro, com exposições, com convites, com gincanas com MARAVILHAS, com estudos, e mesmo assim nós fomos chamadas, vieram aqui nos vigiaram, passaram a manhã toda aqui... pra ver se realmente era... entende? notas? então, eram coisas que dão... nossos objetivos era diferentes por que? porque as alunas elas... enganavam os pais... eles não queriam que os filhos marchassem... então sobre mil e setecentos alunos às vezes nós tínhamos mil e duzentos alunos atestados frios médicos... porque não queriam marchar então, vendo essa resposta de alunos nós nos reunimos a Associação de Pais e Mestres junto com a Direção e elaboramos um projeto e enviamos para todas as famílias, o projeto... que nós não iríamos ter marcha suspendemos as marchas... mas no lugar da marcha nós colocamos uma semana inteira cívica... UMA MA-RA-VI-LHA com abertura pra toda a sociedade... mas não entenderam assim... entende? [...] (Irmã Enedina, Entrevista, 10 de maio de 2011).

A partir dessa narrativa, é possível ratificar o quão relevantes são as ações de negociações, trocas, entendimentos e/ou submissões, dependendo da circunstância, dos interesses e dos grupos envolvidos nas relações entre Estado, Igreja e Educação.

Ademais, entre as décadas de 1910 e 1960 ocorreram mudanças substanciais na dinâmica das relações sociais, tais como o desenvolvimento e fortalecimento do movimento feminista⁶, um forte tensionamento nas relações entre Igreja e Estado no Brasil, em virtude da Ditadura Militar, bem como notáveis modificações dentro da organização eclesiástica em função do Concílio Vaticano II, que acabou apontando novas diretrizes de ação para a Igreja Católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação fundamental das Irmãs de São José direcionou-se à formação das jovens dentro de princípios que reforçassem a ordem, as boas maneiras, o respeito e a obediência, desde o ato de levantar-se da cama até o de deitar, traduzido num rol de obrigações, práticas de sociabilidades, rotinas e aprendizagens; ou seja, dentro de um modelo de civilidade que visava um fim precípuo: formar moças educadas, cultas, obedientes, crentes em Deus, potenciais “Rainhas do Lar” e por extensão, educadoras na/da fé, bem como seguidoras das normas sociais vigentes. Pois, como lembra Almeida:

A mulher deveria se cultivar para viver em sociedade e ser agradável ao homem, porém não poderia concorrer com ele profissional e intelectualmente, pois isso seria ultrapassar os limites da segurança social, e ela representaria um risco se lhe fosse dado liberar-se economicamente do marido ou dos pais e tornar-se igual no intelecto. Em princípio, caberia-lhe regenerar a sociedade e, para isso, precisaria ser instruída. Mas instruída de uma forma que o lar e o bem-estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução [...] (2007, p. 109-110).

Porém, partindo do pressuposto de que existe uma distância entre aquilo que as Irmãs pretendiam e o que foi efetivamente incorporado pelas alunas internas, entendo que a cultura escolar não é aprendida ou apreendida e muito menos absorvida automaticamente. Deste modo, a partir da compreensão das relações estabelecidas entre Estado, Igreja e Educação, procuro assimilar e interpretar os dados oriundos das fontes, elaborando assim sentidos e significados através do

6 Nesse sentido, cabe enfatizar o significativo contingente de egressas do Colégio São José que se projetou, local, nacional e até mesmo internacionalmente, em virtude do status profissional conquistado em distintas áreas. Na Educação: Eny Fetter Zambrano, Professora Universitária; Alice Flora Loréa, Professora, ex-diretora do Colégio Diocesano de Pelotas e fundadora da Escola Bosque Encantado; Yolanda Nunes, Professora e fundadora da Escola Recanto Infantil, atualmente, Escola de Ensino Fundamental Castro Alves; Carmen Anselmi Duarte da Silva; Professora Universitária e ex-vice-diretora da Faculdade de Educação da UFPEL; Ceres Maria Torres Bonatto, Professora Universitária e ex-diretora da Faculdade de Educação da UFPEL; Regina Maria Machado Iruzum, Professora e ex-delegada de Educação da 5ª Delegacia de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, atualmente, Coordenadoria Regional de Educação. No Direito: Gilda Maria Maciel Corrêa Meyer Russomano, Advogada, Professora Universitária, Jurista, Escritora e, até o momento, a única Presidente mulher da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - OEA, Representante da América Latina, em comitê de juristas da Organização das Nações Unidas - ONU; Rosah Russomano de Mendonça Lima, Advogada, Professora Universitária, Jurista e Escritora; Nailê Russomano de Mendonça Lima, Advogada, Professora Universitária, Jurista e Escritora. Na Saúde: Lucy Maria Kneib, Odontóloga; Zilda Maria Tavares Perez de Moura, Sócia-proprietária e Administradora do Laboratório Rouget Perez; Thaís Russomano, Médica, Pesquisadora, Escritora, Coordenadora do Centro de Microgravidade/FENG-PUCRS (centro de referência na América Latina no estudo da Fisiologia Humana Espacial e da Engenharia Biomédica Espacial) e *Guest Scientist* da Agência Espacial Alemã. Nas Artes: Beatriz Rosselli, Musicista e Professora de Música; Lyl Recuero, Bailarina e Professora de Dança.

“A Educação das Meninas em Pelotas”: a Cultura Escolar Produzida no Internato Confessional Católico do Colégio São José

estabelecimento de triangulações de informações. Sendo importante frisar que assumo a Historiografia como perspectiva teórico-metodológica para a implementação desta pesquisa.

Destarte, constato que, ao promover a formação de “meninas dóceis, cultas e cristãs”, em consonância com o modelo familiar, católico e higienista, próprio das primeiras décadas do século XX, esta cultura que, ao mesmo tempo reproduziu as relações sociais vigentes, também proporcionou brechas à construção de um comportamento de resistência, favorecendo, assim, a constituição de uma cultura escolar própria.

Sendo assim, em que pese a articulação de um discurso que objetivasse uma educação adestradora, foi possível perceber nitidamente movimentos de resistência de algumas alunas, como é comprovado na narrativa de Ivone:

[...] eu fui pro internato e pro Normal pela profissão... meu maior sonho era ser independente... e porque meu pais acharam que filha mulher tinha de ser professora... mas é isso aí...quer dizer que a gente se criou ouvindo aquilo, ah vamos botar no São José pra ser professora, porque tem que estudar e pra ser independente [...] (Ivone, Entrevista, 17 de junho de 2011).

E ainda, no seguinte relato de Celi, quando ao rememorar as necessárias aprendizagens acerca das prendas domésticas, lembrou-se que mesmo que naquele contexto sócio histórico a destinação social da mulher fosse o casamento e/ou a docência, as internas não eram obrigadas a optar pelo Curso Normal, poderiam sim, inclusive, matricular-se e cursar o Científico que, via de regra, direcionava a outras profissões.

[...] cuidar de casa, cuidar de toda casa... nada daquelas coisas que a gente fazia, elaborava pratos... aquelas coisas a metade fazia, porque tinha que fazer pra ganhar nota... mas não que fosse pra o dia que tivesse a casa... tinha a liberdade, quem quisesse ir pro Normal ia, quem quisesse ir pro Científico pra tirar uma faculdade ia... elas não interferiam [...] (Celi, Entrevista, 9 de julho de 2011).

Ao compreender a constituição de uma cultura escolar própria no Colégio São José, sobretudo no Internato, creio que engendrada desde a fundação do Colégio, penso que consegui entender de que forma esta cultura foi assimilada pelas internas, permitindo ressaltar a dimensão não consciente dos processos de socialização e corroborar a tese de que as experiências vividas no interior das instituições confessionais produzem efeitos sobre as trajetórias individuais das pessoas, constituindo-se em filtros por meio dos quais os indivíduos irão posteriormente perceber o mundo exterior e basear suas escolhas futuras, como enfatiza Bourdieu (1980).

Portanto, percebendo a irredutibilidade das mudanças na dinâmica social local e global, as Irmãs de São José procuraram aos poucos adequar-se aos novos tempos, para além da profissionalização das jovens, buscaram manter a base construída, ou seja, ornar o espírito dentro de uma sociedade, predominantemente, patriarcal. Pois:

Neste tempo de especialização deformadora a defesa e a conservação da cultura geral deveria pertencer à mulher instruída, bem como a manutenção do bom tom e da distinção que desaparecem dum modo lamentável da nossa sociedade hodierna. A mulher por essência educadora, deveria ser acima de tudo educada. Certos estudos tendem a diminuir nela a fineza e a delicadeza dos sentimentos. De mais a mais a acumulação das matérias de ensino nem sempre deixa tempo para cultivarem-se os dotes propriamente femininos (Peeters; Cooman, 1937, p. 149).

Com certeza, o papel desempenhado pelo projeto educativo do Colégio São José deixou marcas em diversas gerações. Assim, concordando com Magalhães, nas diversas relações construídas dentro da instituição escolar, posso dizer que a dimensão pedagógica se constituiu num princípio que, para além do instituído, evoluiu e transformou-se no e pelo processo educativo. Dentro dos muros escolares, o cotidiano, os hábitos, as rotinas, as práticas escolares, revelam sujeitos frágeis que “[...] suportam a adaptação e a mudança, pelo que a educação e, por consequência, a escolarização são processos de colonização ideológica, cultural e afetiva” (2004, p. 63).

Por fim, cabe ressaltar que a pesquisa evidenciou que o projeto educativo engendrado pelas Irmãs do Colégio São José teve uma notável ressonância na comunidade local, pois além do conteúdo formativo obrigatório, esta educação proporcionou especialmente às internas uma formação sociopolítica articulada nas interações advindas dos trabalhos assistenciais, bem como das ações formativas no âmbito do internato.

Concluo, a partir destas constatações, que para além da formação humana e cristã própria das instituições confessionais, a cultura escolar do Internato Confessional Católico do Colégio São José permitiu a constituição de uma educação feminina afinada com as transformações socioculturais brasileiras.

Esta investigação demonstrou que o projeto de implantação de uma escola, predominantemente, dedicada ao público feminino em Pelotas é resultado de um movimento muito bem organizado pela Igreja Católica no sentido de ocupar os aparelhos de formação educacional em regiões onde ainda a resistência ao catolicismo ultramontano era ainda acentuada.

De modo que se observou a existência de uma verdadeira guerra de posição no sentido criado por Gramsci (2002). No processo de romanização da Igreja no Rio Grande do Sul, esta primeiro consolidou suas posições nas regiões de colonização alemã e italiana e a partir destas bases expandiu-se para outras regiões.

Assim como Pelotas, Rio Grande, Uruguaiana, Bagé, Jaguarão, Passo Fundo e muitos outros municípios foram contemplados com a fundação de estabelecimentos de ensino católicos no final do século XIX e início do século XX. Também como Pelotas, resultado do trabalho de congregações religiosas afinadas com o processo de romanização. Destarte, fez parte deste estratégia a criação de novas dioceses no Rio Grande do Sul em 1910: Pelotas, Uruguaiana e Santa Maria, todas elas em regiões onde predominou o Regalismo.

Este trabalho evidenciou como os protagonistas do processo de implantação da cultura escolar no colégio São José constituíam-se, em sua maioria, de elementos exógenos à comunidade pelotense. Havia uma verdadeira legião estrangeira trabalhando na cidade na consecução dos ideais do processo de romanização.

Os dados mostram que o corpo diretivo, os professores e mesmo funcionários subalternos que atuavam no Colégio São José provinham de fora do município, tanto como o clero da cidade, principalmente o das congregações religiosas, como os jesuítas, os lassalistas, os franciscanos, os capuchinhos, as Irmãs do Imaculado Coração de Maria etc.

Evidencia-se aqui claramente um mecanismo de resistência na comunidade, pois a Igreja não conseguiu neste período a implantação, com sucesso, de um sistema de recrutamento de membros “nativos” para seus quadros.

De modo que, pode-se fazer a ilação de que a elite pelotense constituiu-se em inocente útil para os interesses do catolicismo ultramontano em seu processo expansionista. Para a Igreja era conveniente expor à comunidade que a presença de congregações religiosas dedicadas à educação

da mocidade era uma decorrência da solicitação dos dirigentes municipais e mesmo da sociedade pelotense como um todo. A congregação de São José apresentou-se assim como um objeto de desejo da comunidade, obliterando o processo intrínseco de um movimento que pouco tinha a ver com este desejo.

Como demonstrado, somente assim se compreende o processo de canonização que foi realizado com a filha do Intendente José Barboza Gonçalves que, num processo de fetichização, foi apresentada com a capacidade de realizar o milagre de trazer para a cidade a congregação de São José e o consequente colégio.

Esta pesquisa demonstrou a potencialidade da congregação para trabalhar e construir diferentes culturas escolares adaptadas a ambientes sociais diferenciados, como foi executado com as elites propriamente ditas no Colégio São José e com outros extratos sociais, tais como o Colégio São Pedro, no bairro Fragata, núcleo proletário da cidade e na região do Gasômetro, trabalhando com o lupen-proletário, a exemplo de outras congregações que atuavam na cidade como os lassalistas (na então Escola e Assistência Social Hipólito Leite, hoje Escola Fundamental La Salle Hipólito Leite, no bairro Cruzeiro, antiga Vila dos Agachados).

Evidentemente, com objetivos e métodos diferenciados, percebeu-se que a atuação da Congregação das Irmãs de São José conformou corpos e mentes aos interesses da ordem vigente. Este processo ocorreu por vezes à revelia do propugnado pela ortodoxia ultramontana. Exemplo desta situação é a formação para a atuação pública de significativo número de mulheres que puderam resistir à atuação exclusiva no âmbito doméstico, como propugnado pela ideologia hegemônica à época - o Positivismo - em decorrência da formação obtida no Colégio São José.

Muitas ex-alunas foram protagonistas em movimentos claramente contestatórios à ordem vigente, como partidos políticos, associações de classe, movimentos populares, tanto como muitas outras atuaram em segmentos tipicamente conservadores. Esta, sem dúvida, é uma característica marcante da cultura escolar católica que consegue atender a vários senhores.

É incontestável que o investimento na monumentalidade dos prédios dos estabelecimentos de ensino católico, São José e Gonzaga, contrastavam com os de ensino público que por muitos anos ocuparam prédios alugados, adaptados para o ensino, e quando construídos pela municipalidade não rivalizavam com aqueles neste aspecto. Ora, este investimento está associado a um processo que é global e não é exclusivo de Pelotas.

Em termos concretos, os dados demonstram que ao contrário do que é pensado, não foi a elite pelotense a protagonista do processo de estabelecimento do Colégio São José em Pelotas, mas sim ela fez parte de um mecanismo de cooptação ideológica em que teve uma atuação subordinada. A Igreja Católica, paulatinamente, foi-se impondo e ocupando os diversos aparelhos ideológicos na região, um exemplo desta situação é a ascensão à direção do Ginásio Pelotense de Joaquim Luis Osório, um verdadeiro acólito da mitra diocesana. De modo especial no período de bispado de Dom Antônio Zattera percebe-se uma verdadeira orquestração das forças católicas neste sentido.

Por fim, destaco que a pesquisa evidenciou que o projeto educativo engendrado pelas Irmãs do Colégio São José teve uma ressonância na comunidade local, pois além do conteúdo formativo obrigatório, esta educação proporcionou uma formação sociopolítica articulada nas interações advindas dos trabalhos assistenciais. Concluo, a partir destes achados que, para além da formação humana e cristã própria das instituições confessionais, a cultura escolar do Internato Confessional Católico do Colégio São José permitiu a constituição de uma educação feminina afinada com as transformações socioculturais brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?*. São Bernardo do Campo/Campinas: Universidade Metodista de São Paulo; Autores Associados, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José; GATTI JUNIOR, Décio (orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas/Uberlândia, Brasil: Autores Associados/EDUFU, 2002. p.25-38
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales. 1929-1989 - A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: EDUNESP, 1997.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*, v.1. Trad. Ruy Jungman, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004.
- MANOEL, Ivan. *A Igreja e a educação feminina (1859-1919): Uma face do conservadorismo*. São Paulo: EDUNESP, 1996.
- NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta. Historiografia da educação e fontes, em José Gondra (org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.17-62
- O SÃO JOSÉ. O Colégio São José no seu Cinquentenário: 1910 -1960. Pelotas: Ano X, n.1.
- PRIMEIRO CONGRESSO Catholico Diocesano de Pelotas (1910-1935) em comemoração dos 25 anos da criação da diocese. Porto Alegre: Typographia Santo Antonio do Pão dos Pobres, 1935.
- PEETERS, Francisca; COOMAN, Maria Augusta. *Educação: história da Pedagogia*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1937
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- RELATÓRIO apresentado ao Conselho municipal em 20 de setembro de 1927, pelo Intendente Augusto Simões Lopes. Pelotas: Of. do Diário Popular, 1927.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 2001.
- WERLE, Flávia. História das instituições escolares: de que se fala?. In: LOMBARDI, José;

NASCIMENTO, Maria Isabel (orgs). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p.13-35

Construção da identidade profissional por meio de memórias escolares: EMEI Vereador Oscar Ferreiro de Campos Moraes, Rio Grande/RS

Construcción de la Identidad Profesional a Través de los Recuerdos Escolares: EMEI Vereador Oscar Ferreiro de Campos Moraes, Rio Grande/RS

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo compreender o processo de construção da identidade profissional docente a partir da trajetória das professoras da EMEI Vereador Oscar Ferreiro de Campos Moraes. Por meio da aplicação de um questionário reflexivo com cinco professoras voluntárias, busca-se promover uma análise sobre como as vivências individuais e coletivas no ambiente escolar contribuem para a formação da figura educacional. A abordagem adotada é qualitativa, valorizando as percepções subjetivas das participantes. A pesquisa garante sigilo e respeito à privacidade das colaboradoras. Espera-se que os resultados contribuam para o debate sobre formação continuada e valorização da identidade profissional das professoras.

Palavras-Chave: Memória; Identidade profissional; Cultura escolar; Narrativas.

Resumen: El objetivo de esta investigación es comprender el proceso de construcción de la identidad profesional docente a partir de la trayectoria de las profesoras de la EMEI Vereador Oscar Ferreiro de Campos Moraes. Mediante la aplicación de un cuestionario reflexivo a cinco profesoras voluntarias, se busca promover un análisis sobre cómo las experiencias individuales y colectivas en el entorno escolar contribuyen a la formación de la figura educativa. El enfoque adoptado es cualitativo, valorando las percepciones subjetivas de las participantes. La investigación garantiza la confidencialidad y el respeto a la privacidad de las colaboradoras. Se espera que los resultados contribuyan al debate sobre la formación continua y la valorización de la identidad profesional de las profesoras.

Palabras clave: Memoria; Identidad profesional; Cultura escolar; Narrativas.

Fernanda Anchieta Soldera*

Mariana Alves Gonçalves**

Rita de Cássia Grecco dos Santos***

* Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História (PPGH) - Universidade Federal do Rio Grande (Furg). Email: fernandasolderars@gmail.com.

** Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEdu) - Universidade Federal do Rio Grande (Furg). Email: marianaagi201@gmail.com.

*** Doutora em Educação - Filosofia e História da Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas - PPGE/UFPEL. Professora Associada do Instituto de Educação - IE e do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e da Informação - PPGH-ICHI da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande/RS.

INTRODUÇÃO

A identidade profissional docente é construída de forma contínua, a partir das experiências que atravessam diferentes momentos da trajetória escolar e acadêmica. Entre estes marcos, destacam-se tanto as experiências do ensino básico, que fornecem referenciais afetivos e pedagógicos iniciais, quanto às vivências da graduação em que teoria e prática começam de fato a se articular ao processo de formação profissional. Embora a relação entre memória e identidade na educação venha despertando crescente interesse, ainda são poucos estudos que investigam de forma integrada essas duas etapas formativas e como elas refletem na formação docente. Esta lacuna torna-se especialmente relevante em contextos de escolas municipais com longa tradição, como neste caso, a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Vereador Oscar Ferreiro de Campos Moraes em Rio Grande (Rio Grande do Sul), cujo corpo de docentes da Educação Infantil atua em um contexto em que a prática pedagógica atual pode carregar marcas destas experiências passadas.

Ainda que reconheçamos a relevância das experiências vividas no ensino básico e na graduação para a constituição da identidade profissional docente, este estudo não se propõe a aprofundar essas etapas formativas de maneira específica. No entanto, reconhecemos que essas experiências desempenham um papel significativo na constituição da identidade profissional das professoras da EMEI que analisamos ao decorrer da nossa pesquisa.

Neste estudo, parte-se da compreensão da memória como fenômeno social, seletivo e narrativo, que se articula à construção da identidade profissional. Essa abordagem é sustentada por perspectivas que reconhecem a memória como prática cultural (Catroga, via Freire, 2016), coletiva e institucional com Halbwachs evocado por Tognoli (2009) e Nora (1993), atravessada por disposições múltiplas de Santos (2015) e constitutiva da trajetória docente. Tais fundamentos teóricos orientam a análise da experiência formativa das professoras, permitindo refletir sobre como suas lembranças influenciam concepções de ensino, aprendizagem e educação.

Com base neste cenário, este artigo científico investiga como as memórias individuais e coletivas das docentes foram construídas a partir de suas experiências no ensino básico e na graduação. Em seguida, analisa de que maneira suas lembranças influenciam em suas concepções sobre ensino, aprendizagem e educação. E ao integrar estas dimensões, pretende-se discutir como tais memórias podem contribuir para práticas pedagógicas mais críticas, ainda mais conscientes e socialmente comprometidas. Nos permitindo construir uma análise vantajosa no que tange a percepção da identidade profissional dessas professoras que estão presentes na etapa da Educação Infantil.

O presente estudo parte da requisição como atividade final da disciplina: “*Memória e Práticas na formação de professores*” na qual as presentes autoras cursam e fora proposto para possível continuidade até uma publicação científica. A proposta da disciplina cuja esta foi descrita anteriormente, a proposta disciplinar é em torno de debates sobre memória e como nos enxergamos como docentes em uma formação continuada, de que modo podemos dialogar e discutir sobre a complexidade da formação de professores. Instigando-nos a refletir sobre como nos constituímos enquanto educadoras em processo contínuo de formação, e de que maneira tais reflexões podem dialogar com os desafios da prática docente.

Nosso referencial teórico combina contribuições de Diego Freire (2016) elucidando as ideias práticas de Fernando Catroga sobre o conceito de memória. Para além disso, nos baseamos na ideia de Santos (2015), Tognoli (2009) para compreensão de Maurice Halbwachs e Pierre Nora

(1993). Pois cada um destes autores irá compor nosso embasamento teórico sobre memórias, institucionalização da memória e a identidade docente. Estes autores serão mobilizados ao longo do artigo para que fundamentam as discussões e análises, especialmente no que tange às implicações para formação de professores.

Com os fundamentos teóricos delineados e o contexto formativo devidamente apresentados, voltamo-nos agora à vivência concreta dos sujeitos da formação. No primeiro tópico iremos conceituar, sobre a memória a partir da perspectiva empírica, entendendo-a como prática viva, enraizada na experiência que molda a trajetória docente. Por desseguído, os nossos dois sub tópicos abordarão sobre uma mesma linha de conceitualização e problemáticas sobre a memória e a identidade docente que serão estudadas neste artigo.

CONCEITUANDO MEMÓRIA ATRAVÉS DA PERSPECTIVA EMPÍRICA AUTORAL

Para alguns historiadores contemporâneos a memória ultrapassa o papel de simples lembrança gerada por nosso cérebro, deixando de ser vista como passiva e se tornando ativa, dinâmica e complexa. Ela não é um depósito fixo de eventos que são armazenados em uma região única, podemos dizer que é um fenômeno construído a partir das experiências do dia a dia e está em permanente evolução, sujeita a lembranças e esquecimentos, construção e reconstrução dos acontecimentos. Ela se configura como uma prática, que não apenas conserva o que foi vivido, mas também o transforma, permitindo que os sujeitos reinterpretem sua trajetória.

Assim, compreendemos a memória como um conjunto de vivências e narrativas, cujas interações se entrelaçam na construção de sentidos e na formação de identidades históricas. Por isso, nos utilizaremos da ideia central de Stephanou e Bastos (2005) que nos convidam a refletir não como uma espécie de arquivo inerte, mas sim como um processo vivo, dinâmico e intrinsecamente ligado a nossa identidade e de que modo construímos nossa realidade. Enfatizando dessa maneira, que somos constantemente autores e editores de nossa própria história enquanto indivíduos subjetivados em nossas próprias concepções. De igual modo, consta que nosso presente desempenha um papel fundamental na forma que recordamos o passado, e consequentemente iremos dar sentido à nossa existência. A luz deste exemplo, analisemos a seguinte descrição:

A memória é uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas e formas. Movemos tudo isso incessantemente e a cada movimento do caleidoscópio a imagem é diversa, não se repete, há infinitas combinações, assim como, a cada presente, ressignificamos nossa vida. Esse ressignificar consiste em nossos atos de lembrar e esquecer, pois é isso a Memória, os atos de lembrar e esquecer a partir das evocações do presente (Stephanou; Bastos, 2005, p. 420)

Ressignificar os processos da memória nos permitem compreender que cada análise do passado é única, pois está atravessada pelas experiências e percepções do sujeito no presente. Ao lembrar e narrar um acontecimento que marcou nossa existência, não apenas o revivemos, mas o reinterpretamos, já que aquele que recorda não é o mesmo daquele que viveu o fato. Suas concepções, percepções e sentidos foram transformados ao longo do tempo, o que implica em uma nova forma de compreender aquele episódio. Sendo essas memórias afetadas pelas mudanças

subjetivas, emocionais e contextuais que moldam o indivíduo. Estamos, portanto, constantemente suscetíveis à ressignificação daquilo que vivemos. Halbwachs suscitado por Tognoli (2009) nos mostra que, ao ressignificar nossas lembranças, estamos também atualizando o modo como nosso grupo social compreende sua própria história, seus traumas, conquistas e sentidos “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço”. A ressignificação das lembranças não apenas preserva a memória individual, mas também reconstrói e atualiza a memória coletiva do grupo social.

Essa perspectiva empírica se aprofunda quando incorporamos a visão de Maurice Halbwachs, que compreende a memória não apenas como um fenômeno individual, mas fundamentalmente social. Para o autor, mesmo as lembranças mais íntimas e pessoais são moldadas pelos grupos sociais aos quais pertencemos, pois é neles que encontramos os quadros de referência que nos permitem organizar e dar sentido ao passado. Ademais, lembrar é também um ato coletivo, mediado pela linguagem, pelos costumes, pelas tradições e pelas interações que mantemos com os outros.

A memória empírica, não se constrói no isolamento do sujeito, mas no entrelaçamento de suas vivências com os valores, significados e narrativas compartilhadas em sociedade. Isso significa que cada reinterpretação do passado também carrega marcas culturais e históricas, revelando como a identidade individual se constitui em constante diálogo com a coletividade.

Dessa forma, compreender a memória como um processo dinâmico e sensorial nos permite olhar para as narrativas docentes com maior profundidade. Ao lermos os relatos das professoras, percebemos que suas lembranças não se organizam de forma cronológica, mas sim em algo mutável e seletivo, que se constrói a partir da evocação de suas narrativas. A memória como algo vivo, não linear, se revela conforme as narrativas se desenrolam. Falarmos de identidade profissional envolve acessar camadas de memória que muitas vezes só emergem no ato de narrar. Por isso, em nossa próxima subseção trataremos sobre estas questões.

MEMÓRIA E A HISTÓRIA EM CONFLITO: O PAPEL DA EMEI COMO LUGAR DE MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE

No contexto desta pesquisa, Fernando Catroga, conforme a leitura de Diego Freire, oferece-nos uma conceitualização da memória que contrasta diretamente com a visão tradicional e instrumental da história. Para o nosso estudo, a ideia central de Catroga é de que a memória não é um “armazém inerte”, ou seja, um depósito passivo onde as lembranças são arquivadas sem vida.

Em oposição a este tipo de versão, Catroga irá definir a memória como uma relação “afetiva e latente”. Isto significa que a memória é um processo ativo e vivo, profundamente entrelaçado com as emoções, as experiências sensoriais e as subjetividades de cada indivíduo. Portanto, é a partir dessa noção de memória “latente”, pessoal e em constante movimento que se estabelece o conflito com a história institucional da escola.

Ao adotarmos essa visão de Catroga que Freire (2016) nos ajuda a materializar nesta pesquisa, este estudo se fundamenta sobre a análise de como a memória individual e afetiva de cada professor, construída no cotidiano da EMEI, entrará em tensão com a história oficial e formal da instituição. É neste tipo de dinâmica que nos permitirá de certo modo investigar a memória como elemento central na formação e negociação da identidade docente.

A identidade profissional do professor não se constrói de forma isolada, na verdade ela é forjada na e pela experiência imersa em um contexto institucional que a molda. Nesta sequência

lógica, iremos descrever como a EMEI Vereador Oscar Ferreiro de Campos Moraes Rio Grande/RS, é investigada não apenas como um cenário, mas de fato como um lugar de memória conforme é conceituado por Pierre Nora (1993, p. 12) nos dizendo que: “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção.” Nesta perspectiva, a EMEI investiga é vista como um espaço vivo, cujas práticas e rituais e as experiências cotidianas se acumulam e sedimentam as memórias dos seus docentes.

Analizamos este espaço escolar, não apenas como algo físico, como um prédio repleto de janelas, portas, corredores e demais objetos que a ela constitui-se como uma escola. Mas sim como um lugar de repertório de valores, tradições e saberes que são ativamente mobilizados pelas professoras. Ao investigarmos as memórias destes profissionais, buscamos compreender os restos (acima referido), de suas vivências no ambiente escolar que se manifestam em suas identidades, ressignificando o passado para dar sentido ao seu trabalho no presente. Como destaca a uma das professoras participantes, o que mais marcou sua trajetória profissional foi justamente essa dimensão relacional, em que destacamos o seguinte trecho:

[...] “O que mais influenciou minha identidade profissional foi o acolhimento. Percebi que não se trata apenas de ser inserido em um espaço, mas de ser verdadeiramente acolhido. Essa vivência me inspira a atuar de forma sensível e colaborativa, para que o aluno também se sinta pertencente, não apenas no momento da chegada, mas em todo o tempo em que vivencia a escola. Isso reforça em mim o valor do acolhimento e das relações como parte essencial do processo educativo.” (P4, 2025)

Este relato traz à tona a dimensão afetiva e relacional na prática docente, que se entrelaça com a memória institucional da EMEI e os processos de construção identitária dos professores. Na narrativa desta professora, conseguimos evidenciar como a escola se configura como um verdadeiro lugar de memória, onde práticas como o acolhimento transcendem o momento da chegada e se tornam a parte constitutiva da cultura institucional. Com sua experiência compartilhada, a docente nos revela que a memória não se limita à recordação de eventos passados, mas se manifesta como experiência viva que transforma sua identidade profissional e orienta sua atuação pedagógica.

Com o referencial teórico aportado neste capítulo sobre memória e identidade docente já consolidado, a próxima seção será a escrita concisa de nosso caminho metodológico até alcançarmos nossos resultados e discussões. Apresentaremos, posteriormente, os procedimentos e estratégias adotadas para investigar, na prática, as questões levantadas em nossa fundamentação, buscando como a escola avaliada se configura como um lugar de memória para seus professores e como este espaço institucional molda suas identidades.

OBJETIVOS

Nossos objetivos constituem-se em investigar como as memórias formativas, construídas a partir das experiências escolares e acadêmicas das professoras da EMEI Vereador Oscar Ferreiro de Campos Moraes, influenciam na constituição de suas identidades profissionais e nas concepções sobre ensino, aprendizagem e educação. Em específico, mantendo a profundidade da análise e alinhamento com os objetivos gerais do estudo, pretendemos estabelecê-los de forma que seja

organizado desta maneira:

- a) Investigar como as experiências vividas pelas professoras no contexto da EMEI contribuem para a constituição de suas memórias profissionais.
- b) Compreender o papel da EMEI como espaço institucional e simbólico na articulação entre memória, identidade docente e prática pedagógica.
- c) Refletir sobre como as lembranças das docentes influenciam suas concepções de acolhimento, pertencimento e formação continuada.

A partir destes objetivos, busca-se compreender como as memórias profissionais das docentes se articulam à construção de suas identidades e práticas pedagógicas no contexto da educação infantil. Com base na perspectiva, o próximo tópico apresenta os nossos procedimentos ordenados e adotados na pesquisa, detalhando os instrumentos utilizados, os sujeitos participantes e os caminhos percorridos para a produção e análise de dados.

METODOLOGIA

Em primeira instância, nos propomos a fazer de praxe um levantamento bibliográfico sobre os conceitos centrais de memória e identidade profissional, para que então pudéssemos começar o esboço do trabalho científico. Atendendo aos critérios para a escolha do nosso referencial teórico que servisse de aporte para discorrermos sobre memória, a identidade profissional e o espaço escolar como protagonista das memórias institucionais, neste caso, a escola de educação infantil selecionada para uma análise profícua.

Para a construção metodológica, faremos uma revisão de literatura atendendo aos critérios de Echer (2001, p.7) “A revisão da literatura em projetos deve ser consistente e reflexiva a luz de referenciais norteadores.” Nesta esteira aplicamos um questionário semiestruturado via Google Forms¹ para cinco professoras da escola EMEI Vereador Oscar Ferreiro de Campos Moraes. Rio Grande/RS. O motivo para a escolha das professoras, foi a participação voluntária para contribuição das narrativas de docentes presentes no quadro permanente do espaço institucional de ensino, junto a isso, as depoentes presentes na categoria subjetivam estão inseridas numa subanálise referente ao tempo de serviço prestados para a escola contratante.

Antes da aplicação do questionário, realizamos a apresentação da proposta de pesquisa às participantes por meio de vídeo-convites, enviados previamente. Essa estratégia teve como objetivo garantir uma comunicação clara e acessível sobre os objetivos do estudo, bem como reforçar o caráter voluntário da participação.

O questionário reuniu dados sociodemográficos tais como (idade, tempo de experiência, formação docente e a rede de atuação), além das perguntas abertas voltadas às narrativas docentes. Antes da aplicação do questionário, apresentamos o estudo às participantes que se dispuseram em contribuir para nossa pesquisa acadêmica, esclarecendo sua voluntariedade e anonimato perante ao que fora descrito nas perguntas de caráter investigativo. Importa esclarecer que para devidos fins acadêmicos e de ética entre os participantes e as autoras deste trabalho, será entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que se trata de um documento com fins de assegurar a participação voluntária e consciente dos sujeitos da pesquisa.

¹ Link para visualização do formulário elaborado por Soldara e Gonçalves (2025), disponível em: file:///D:/Downloads/Identidade%20profissional%20das%20professoras%20da%20EMEI%20Oscar%20Moraes_%20-%20Formul%C3%A1rios%20Google.pdf

Optamos pelo questionário semiestruturado para captar, simultaneamente, dados objetivos e narrativas ricas, permitindo um diálogo direto com as participantes. Essa escolha está alinhada à abordagem qualitativa-quantitativa, permitindo que façamos a análise descritiva dos aspectos sociodemográficos coletados, como também permite a interpretação aprofundada das narrativas por meio da análise de conteúdo. É por esta razão que faremos das palavras de Manzato e Santos (2012) nossa fundamentação sobre o método escolhido, uma vez que:

Os métodos de pesquisa quantitativa, de modo geral, são utilizados quando se quer medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes etc. de um universo (público-alvo) através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada. Isto não quer dizer que ela não possa ter indicadores qualitativos. Desde que o estudo permita, isso sempre é possível. (Manzato e Santos, 2012, p.7)

O formato semiestruturado mostrou-se por sua vez, o mais adequado para conciliar a comparabilidade entre as respostas e a flexibilidade necessária para captarmos as nuances individuais de cada depoente. Tal escolha encontra respaldo em autores que defendem a combinação de perguntas fechadas e abertas para ampliar a compreensão do fenômeno estudado, garantindo uma maior densidade interpretativa. Conforme apontam Oliveira, Guimarães e Ferreira (2023), ao ser combinado um roteiro com perguntas principais e questões complementares adaptadas ao contexto da interação, o pesquisador consegue equilibrar comparabilidade e liberdade de expressão dos participantes de modo que favoreça a coleta de dados ricos e devidamente contextualizados.

Portanto, este desenho lógico garantirá a coerência entre os objetivos desta pesquisa, a natureza do objeto a ser estudado e as estratégias da coleta de dados, que permita fortalecer o rigor acadêmico. Esta construção dialoga diretamente com os referenciais teóricos de memória e identidade profissional, assegurando que as evidências obtidas sejam interpretadas à luz destes conceitos. Ao ser articulado procedimentos qualitativos e quantitativos, o estudo amplia nossa capacidade de identificar padrões objetivos, tal como compreender nuances subjetivas que servirão de base sólida para conclusões mais consistentes alinhadas aos nossos objetivos com este estudo.

A partir do que obtivemos como resposta de nossa metodologia de análise, em nosso próximo passo iremos demonstrar sistematicamente nosso resultado da aplicação do que obtivemos de resposta das professoras e em seguida também explanamos o que conseguimos tomar como proveitoso para o endosso deste artigo científico.

RESULTADO

Nosso resultado parte da premissa do nosso questionário aplicado para as docentes que se disponibilizaram a participar, cujo objetivo foi compreender como elas constroem e ressignificam sua identidade profissional ao longo da trajetória docente, considerando suas experiências, percepções e desafios enfrentados no cotidiano escolar. E, através das suas respostas, optamos por destacar trechos que pudessem redarguir a nossa indagação centrada na identidade profissional, valorizando as narrativas que revelam sentidos atribuídos à docência, os processos formativos vivenciados e os elementos que contribuem para a consolidação ou transformação dessa identidade ao longo do tempo.” (Resende et al., 2014). Abaixo, estará esboçado nossa tabela o retorno de cada uma das narrativas trazidas pelas cinco professoras voluntárias.

Tabela: Identidade Profissional Docente na EMEI

Código da professora e tempo de serviço:	Trecho sobre identidade profissional escolhido:
P1 - 25 anos	[...] “Acho que os primeiros anos de trabalho foram um marco, onde pude colocar toda teoria, conhecimento em prática, com o passar dos anos tudo foi se aprimorando.”
P2- 25 anos	[...] “Aprendi muito com as pedagogas das infâncias, elas me ensinaram muito, linguagens, abordagens, metodologia. Minha formação formal era mais antiga. A partir daí percebi a necessidade da Formação continuada e mantenho essa prática até os dias atuais.”
P3 - 15 anos	[...] “Um dos marcos mais significativos da minha formação como professora na EMEI foi perceber a importância de desenvolver uma sensibilidade maior para compreender cada criança em sua singularidade. Aprendi a ter um olhar atento às necessidades individuais, reconhecendo que cada uma possui seu próprio ritmo, interesses e formas de expressão. Esse aprendizado me ajudou a planejar propostas com intencionalidade pedagógica, buscando não apenas ocupar o tempo, mas criar experiências significativas de aprendizagem. Além disso, vivenciei de perto o valor do relacionamento entre família e escola, entendendo que essa parceria fortalece o desenvolvimento das crianças e enriquece o trabalho docente.”
P4 - 7 anos	[...] “O que mais influenciou minha identidade profissional foi o acolhimento. Percebi que não se trata apenas de ser inserido em um espaço, mas de ser verdadeiramente acolhido. Essa vivência me inspira a atuar de forma sensível e colaborativa, para que o aluno também se sinta pertencente, não apenas no momento da chegada, mas em todo o tempo em que vivencia a escola. Isso reforça em mim o valor do acolhimento e das relações como parte essencial do processo educativo.”
P5 - 6 meses	[...] “O início desta trajetória profissional.”

Fonte: Soldera e Gonçalves (2025)

DISCUSSÃO

A identidade profissional docente é um processo dinâmico e contínuo que pode ser construído ao longo do tempo, por meio das experiências vividas pelos sujeitos em seus grupos sociais e está intimamente ligada às memórias individuais dos mesmos que por sua vez, se constitui por meio de memórias coletivas. Nesse sentido, se faz necessário entender o conceito de memória coletiva de Halbwachs na visão de Tognoli (2009), onde ela afirma que as lembranças podem ser classificadas a partir de duas perspectivas, individuais ou compartilhadas coletivamente.

Observando as respostas das professoras da EMEI, podemos evidenciar o pensamento de memória coletiva sobre essa ótica, uma vez que as docentes relatam sobre as memórias afetivas da escola, dos vínculos construídos com as crianças, as famílias e os colegas, ao longo dos anos. Fatos marcantes que moldaram suas percepções e práticas pedagógicas, revelando que o tempo de serviço na escola é um fator fundamental para o aprofundamento dessa construção identitária. Muitas contando seus primeiros passos na instituição com sentimentos de expectativa e felicidade, mas também com desafios que exigiram resiliência e sensibilidade. Esses momentos iniciais, embalados pela cultura acolhedora da escola, foram decisivos para a formação de um sentimento de pertencimento e compromisso com a comunidade escolar.

De acordo com os relatos, a cultura da escola centrada no cuidado, no acolhimento e na valorização da infância, contribuiu essencialmente para a formação desses docentes. Essa visão

colaborativa e respeitosa fortalece a identidade profissional ao promover espaços de troca e aprendizagem contínua, embora haja reconhecimento da necessidade de fortalecer ainda mais os laços profissionais por meio de maior diálogo e partilha de experiências.

Além disso, a identidade profissional compartilhada é permeada pelas memórias afetivas que revelam o compromisso ético das professoras com o desenvolvimento integral das crianças, reforçando a importância do vínculo para a prática docente. Portanto, se percebe que a construção dessa identidade é um processo coletivo que transcende a técnica e o saber acadêmico, mas que se constitui diariamente no ambiente escolar. Em que, essa identidade profissional docente emerge conforme as professoras transitam entre suas histórias pessoais, os desafios e aprendizagens vivenciadas, e os valores e práticas compartilhadas nesse ambiente.

Esse processo reafirma que o sujeito professor é, ao mesmo tempo, agente e produto da cultura da instituição, construindo uma identidade que se fortalece no entrelaçamento das experiências e relações afetivas vividas na escola. Santos (2015) *apud* (Santos e Silva, 2016) “A cultura profissional assenta em um código interno, criado através da interação social entre todos os atores desse campo, permitindo desenvolver uma identidade própria do seu grupo. Essa afirmação leva a refletir que a identidade profissional se constrói também pela experiência, na interação no campo com outros profissionais”. Essa dinâmica contínua de construção identitária demonstra que a identidade profissional docente é fruto da negociação permanente entre o indivíduo e o coletivo, onde a interação social, o compartilhamento de saberes e a reflexão crítica sobre a prática são elementos essenciais para o fortalecimento do pertencimento e da autonomia profissional dentro do ambiente escolar.

Quando analisamos as respostas das docentes com mais tempo, há cerca de 25 anos evidenciamos que estão se constituindo nesse espaço pois, dizem que quando chegaram na escola a ideia do fazer pedagógico era muito diferente dos dias atuais, naquela época inicial da sua caminhada, a escola recém havia sido municipalizada. E a professora que trabalha há sete anos, afirma que está se constituindo como professora nesse lugar. Já a professora com menos tempo de serviço, percebemos que também está formando a sua identidade nesse grupo, porque ela relata que é o início de sua trajetória profissional. Neste seguimento, apreendemos a informação que há uma multiplicidade de ideias de identidade profissional quando retratadas por estas docentes. O que fica mais compreensível é a razão do espaço escolar ser uma unidade que abarca diversas histórias e faces de um educador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da identidade profissional docente na EMEI Vereador Oscar Ferreiro de Campos Moraes revela-se como um processo contínuo e dinâmico, permeado por memórias individuais e coletivas que se entrelaçam com as experiências vividas no cotidiano escolar. As narrativas das professoras evidenciam que a identidade profissional não se limita às competências técnicas e acadêmicas, mas se fundamenta também nas relações afetivas e na cultura institucional, especialmente marcada pelo acolhimento, cuidado e valorização da infância. O tempo de serviço e as vivências compartilhadas colaboram significativamente para o aprofundamento e ressignificação dessa identidade, mostrando que a escola é também um lugar de memória, onde o passado e o presente dialogam para moldar as práticas pedagógicas atuais. Nesse sentido, a identidade docente emerge do entrelaçamento entre histórias pessoais, relações interpessoais e os valores institucionais, constituindo-se tanto na dimensão individual quanto coletiva.

Este estudo destaca a importância da formação continuada e do diálogo entre os profissionais para fortalecer os vínculos e garantir práticas pedagógicas comprometidas com a infância. A compreensão da identidade profissional docente como uma característica social e afetiva amplia a perspectiva sobre a formação dos professores, ressaltando a relevância dos espaços escolares como protagonistas na construção identitária. Assim, para promover o desenvolvimento integral das crianças e a qualidade da educação, é fundamental valorizar as memórias e experiências dos docentes.

Os achados deste estudo confirmam que memórias afetivas e práticas coletivas são elementos centrais na constituição da identidade profissional docente, atuando como motores de sentido que orientam decisões pedagógicas e relações institucionais. É preciso reconhecer de certa forma que a identidade docente como fenômeno situado e relacional, cuja a consolidação depende tanto de práticas cotidianas de cuidado quanto de espaços formais de formação e reflexão coletiva.

Entendemos que de fato fortalecer a identidade profissional exige ações práticas como instruir momentos regulares de partilha reflexiva, vincular formação continuada à realidade escolar e implementar acolhimento estruturado para docentes iniciantes; preservar registros da memória escolar e reconhecer publicamente trajetórias docentes amplia de certo o reconhecimento profissional. Reconhece-se também que há limitações de amostra e recorte temporal, portanto sabemos que é necessário que os estudos sejam ampliados para outras unidades e que devem adotar um desenho mais longitudinal que tenha como avaliar mudanças identitárias.

Também se espera que futuras pesquisas investiguem de igual modo as relações entre identidade docente, bem-estar profissional e indicadores de desenvolvimento infantil. Além de promover uma qualidade educativa que possa valorizar memórias e as relações docentes, alinhando as políticas e práticas escolas à construção contínua de identidades comprometidas com o cuidado e a valorização da infância.

Desejamos que nossa investigação contribua para que outros pesquisadores se sintam provocados a explorar, questionar e ampliar as fronteiras do conhecimento sobre identidade profissional em contextos institucionais, fortalecendo o diálogo e a construção coletiva de saberes.

REFERÊNCIAS

BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. (Org.). **Histórias e memórias da Educação: século XX**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. v.3, p.416-429.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 5, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/4365>>. Acesso em: 4 set. 2025.

FERNANDES FREIRE, D. J. O (des) encontro entre História e memória. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 9, n. 21, 2016. DOI: 10.15848/hh.v0i21.1020. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1020>>. Acesso em: 4 set. 2025.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Silvaney de; GUIMARÃES, Orlney Maciel; FERREIRA, Jacques de Lima. As

entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 210-236, 2023. DOI: 10.5965/1984723824552023210. Disponível em: <<https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/21779>>. Acesso em: 4 set. 2025.

RESENDE, R.; CARVALHO, M., Silva, E.; ALBUQUERQUE, A., Lima, R.; CASTRO, J. (2014). **Identidade profissional docente**: Influência do conhecimento profissional. In: P. Queirós, P. Batista & R. Rolim (Eds.). Formação inicial de professores: Reflexão e investigação da prática profissional. Porto: Editora FADEUP, 2004.

SANTOS, Andreia Mendes dos; SILVA, Renata Santos da. **O processo de construção da identidade docente no Brasil**. 2016. Disponível em <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/14403>>. Acesso em: out. 2025.

TOGNOLI, Sônia Kátia do Amaral. Maurice Halbwachs: **A memória coletiva**. Scripta Alumni Uniandrade, n. 02, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/286087054_Maurice_Halbwachs_A_Memoria_Coletiva>. Acesso em: out. 2025.

História como Ferramenta Transdisciplinar

History as a Transdisciplinary Tool

Resumo: O presente artigo investiga o potencial da História como ferramenta transdisciplinar no contexto da Educação Básica, a partir da experiência da Escola Municipal de Ensino Fundamental Sant'Ana, em Rio Grande/RS, durante o período pós-pandemia de COVID-19. A pesquisa, de caráter qualitativo, constitui-se como estudo de caso sistematizado por meio de relato de experiência, articulando registros institucionais, planos de aula e memórias da atuação docente. Parte-se da hipótese de que a utilização da História, ancorada em um tema gerador significativo para a comunidade escolar, contribui para a ressignificação do currículo e para o engajamento dos estudantes, ao promover uma aprendizagem contextualizada, integradora e afetivamente significativa. A análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), possibilitou identificar categorias relacionadas às estratégias didáticas implementadas, ao papel da História na integração de diferentes áreas do conhecimento e aos sentidos atribuídos pelos sujeitos à experiência. Os resultados indicam que a abordagem transdisciplinar, centrada na História e vinculada à realidade local, favoreceu a participação ativa dos estudantes, fortalecendo vínculos comunitários, promovendo aprendizagens significativas e contribuindo para a reflexão crítica sobre práticas pedagógicas no período pós-pandêmico.

Palavras-chave: História; Educação transdisciplinar; Currículo; Ensino pós-pandemia; Relato de experiência.

Abstract: This article investigates the potential of history as a transdisciplinary tool in the context of basic education, based on the experience of the Sant'Ana Municipal Elementary School in Rio Grande, RS, during the post-COVID-19 pandemic period. This qualitative research consists of a systematized case study through experience reports, articulating institutional records, lesson plans, and memories of teaching practice. The hypothesis is that the use of history, anchored in a meaningful theme for the school community, contributes to the redefinition of the curriculum and student engagement by promoting contextualized, integrative, and affectively meaningful learning. Content analysis, according to Bardin (2016), enabled the identification of categories related to the teaching strategies implemented, the role of history in integrating different areas of knowledge, and the meanings attributed by the subjects to the experience. The results indicate that the transdisciplinary approach, centered on history and linked to the local reality, favored the active participation of students, strengthening community ties, promoting meaningful learning, and contributing to critical reflection on pedagogical practices in the post-pandemic period.

Keywords: History; Transdisciplinary education; Curriculum; Post-pandemic teaching; Experience report.

Rosângela Moura Samaniego*

Mayara Roberta Martins**

* Aluna do Programa de Pós-Graduação em História, professora e supervisora pedagógica das redes municipal e estadual de ensino do município do Rio Grande, RS. Licenciatura Plena em Educação Artística - Artes Plásticas. Pós-graduação em Gestão Escolar e Mídias na Educação. E-mail: rosamaniego13@yahoo.com.br.

** Professora Doutora Permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/FURG). Doutora em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: mayara.martinsfurg@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19¹ impôs desafios significativos ao sistema educacional global, exigindo rápidas adaptações nos currículos e nas metodologias de ensino (Oliveira; Gomes; Barcelos, 2020, p. 555). Em meio a incertezas e restrições, as escolas precisaram repensar suas práticas pedagógicas para garantir a continuidade do aprendizado e lidar com os impactos emocionais, sociais e psicológicos provocados pela crise.

Atenta a essas demandas, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sant'Ana, pertencente à rede pública de Educação Básica do município de Rio Grande/RS, reconheceu na História uma ferramenta transdisciplinar de grande potencial para ressignificar as práticas pedagógicas e recuperar a motivação dos estudantes, abalada durante a pandemia.

A Escola Sant'Ana possui uma longa tradição na implementação de projetos educativos de caráter transdisciplinar, baseados em temas geradores vinculados ao cotidiano dos estudantes (Freire, 1987). Essa abordagem favorece uma aprendizagem mais significativa e promove a integração entre diferentes áreas do conhecimento (Fazenda, 2001). Nesse contexto, a História destaca-se por sua capacidade de articular conhecimentos, experiências e práticas de múltiplos espaços e sujeitos, conectando-os à vida concreta e cotidiana (Aguiar, 2015).

Com o retorno às aulas presenciais, tornou-se evidente a necessidade de estratégias que estimulassem a participação e o engajamento discente. Durante a primeira formação pedagógica de 2022, a equipe docente optou pela adoção de um tema integrador para orientar as práticas pedagógicas. A escolha recaiu sobre a obra *Sonhos de Pedra: a história da construção dos molhes da barra*, de Klécio Santos, que narra a edificação dos Molhes da Barra, marco de engenharia marítima e importante referência histórica e identitária para a comunidade riograndina. Assim, o projeto recebeu o título “A construção dos Molhes da Barra: um sonho que mudou a história do município, apresentando Rio Grande para o mundo”.

Nos anos seguintes, especialmente em 2023, a equipe docente deu continuidade ao projeto, desenvolvendo propostas didáticas que articularam diferentes disciplinas, tendo a História como eixo central. Entre as diversas atividades realizadas, este estudo selecionou aquelas que apresentavam registros mais completos, possibilitando uma análise aprofundada do processo.

A relevância dessa experiência motivou a presente investigação, cujo propósito é compreender de que forma a História contribuiu para a ressignificação do currículo escolar. Sendo assim, o objetivo deste artigo é analisar como a História, enquanto ferramenta transdisciplinar, contribuiu para a ressignificação do currículo e para as propostas didáticas implementadas pela Escola Sant'Ana no período pós-pandemia. A pesquisa parte da seguinte questão: como a História contribuiu para a ressignificação do currículo da Escola Sant'Ana no contexto pós-pandemia, por meio da articulação transdisciplinar com outras áreas do conhecimento?

Parte-se da hipótese de que a utilização da História como ferramenta transdisciplinar, ancorada em um tema gerador significativo para a comunidade escolar, contribuiu para a

¹ O ano de 2020 foi marcado por uma pandemia, causada pelo Coronavírus - Covid-19, uma doença altamente contagiosa que ceifou milhares de vidas. Uma pneumonia de causas desconhecidas detectada em Wuhan, China, foi reportada pela primeira vez pelo escritório da Organização Mundial de Saúde - OMS em 31 de dezembro de 2019. O surto foi declarado como emergência de saúde pública de importância internacional em 30 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ressignificação do currículo e para o engajamento dos estudantes, ao promover uma aprendizagem contextualizada, integradora e afetivamente significativa.

Para compreender as transformações curriculares e pedagógicas vividas pela Escola Sant'Ana, foi essencial considerar as memórias construídas nesse período. Essas memórias não apenas revelam as estratégias adotadas pela instituição, mas também espelham as vivências de outras escolas que enfrentaram desafios semelhantes. Como afirma Hartog (2011), a memória é tanto individual quanto coletiva, desempenhando papel central na construção das identidades sociais.

A pesquisa tem natureza qualitativa, caracterizando-se como estudo de caso, sistematizado por meio de um relato de experiência. Segundo André (2013, p. 97), esse tipo de estudo permite descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações e compreender representações sem desvinculá-las do contexto em que ocorrem.

O corpus de análise foi constituído por registros institucionais do projeto desenvolvido pela Escola Sant'Ana (atas, planejamentos, materiais pedagógicos) e por entrevistas semiestruturadas realizadas com professores que participaram de sua implementação. A análise do material foi conduzida segundo a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), que possibilitou organizar as informações em categorias temáticas, como as estratégias curriculares e metodológicas adotadas, a contribuição do ensino de História e os sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos e, a partir delas, interpretar os dados à luz do referencial teórico sobre Didática da História, Educação Patrimonial e transdisciplinaridade.

Nesse sentido, minha atuação como coordenadora pedagógica da escola durante o período analisado serviu como fonte privilegiada de reflexão crítica. Como defende Nóvoa (2002), é por meio da reflexão sobre a própria prática que o educador transforma a experiência em conhecimento profissional. O relato, portanto, assumiu função não apenas descritiva, mas também formativa, buscando analisar percursos, escolhas, desafios e aprendizagens geradas no cotidiano escolar.

MOLHES DA BARRA: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO EIXO ESTRUTURANTE DO PROJETO TRANSDISCIPLINAR NA ESCOLA SANT'ANA

“A verdadeira riqueza do patrimônio de um povo não está em seus monumentos, em suas obras de arte ou em seu saber coletivo, mas na capacidade desse povo em valorizá-los”.

(Antonio Sanchez del Barrio)

A Educação Patrimonial consolidou-se, a partir da Constituição de 1988 e das reflexões do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como um processo educativo formal e não formal que valoriza as identidades locais e a diversidade cultural. Seu conceito vai além da preservação de monumentos e bens materiais, abrangendo também o patrimônio imaterial e as práticas cotidianas que expressam a memória e a identidade coletiva de um grupo. Introduzida no Brasil em 1983 pela museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta, a proposta busca estimular a consciência crítica, o pertencimento e o cuidado com o patrimônio, compreendido como herança cultural e elemento fundamental na construção da cidadania e da memória social (Doc TRG, p.78 e 79).

Nessa perspectiva, a Escola Sant'Ana, por possuir longa tradição na implementação de projetos educativos, especialmente aqueles que utilizam temas geradores como base para o

desenvolvimento do currículo, ao dialogar com a Educação Patrimonial, possibilitou explorar de forma significativa a realidade dos estudantes, integrando diferentes áreas do conhecimento e fortalecendo os vínculos de pertencimento com a história e a cultura local.

A proposta de temas geradores, que tem forte vínculo com as ideias de Paulo Freire, rompe com a chamada “educação bancária”, em que o conhecimento é simplesmente depositado nos estudantes. Para Freire (1987), os temas geradores são extraídos da realidade concreta do educando e identificados por meio de um processo dialógico entre professores e comunidade, buscando mobilizar o interesse, a curiosidade e a problematização da realidade. Essa concepção aproxima-se da Educação Patrimonial defendida pelo IPHAN, ao reconhecer que a compreensão do patrimônio cultural deve favorecer não apenas a preservação, mas também a transformação da realidade.

Inspirada por esse diálogo entre patrimônio, história e transformação social, a Escola Sant’Ana estruturou, em 2022 e 2023, um projeto pedagógico com tema gerador centrado na história da construção dos Molhes da Barra, importante marco da engenharia marítima brasileira e referência identitária para a cidade de Rio Grande. Naquele período, eu atuava como coordenadora pedagógica dos anos finais e também como professora, o que possibilitou participar ativamente da construção da proposta e de sua execução.

O ano letivo de 2022 iniciou-se com a expectativa de retomar e renovar as práticas pedagógicas após o período crítico da pandemia. Na primeira reunião pedagógica, a direção apresentou à equipe docente a obra *Sonhos de Pedra: a história da construção dos Molhes da Barra*, de Klécio Santos, que havia sido indicada pela Secretaria Municipal de Educação. O grupo reconheceu, de imediato, a relevância histórica e cultural do tema, que fazia parte da memória coletiva local. A proposta foi aceita, e o projeto transdisciplinar recebeu o título “A construção dos Molhes da Barra: um sonho que mudou a história do município, apresentando Rio Grande para o mundo”.

Alguns exemplares do livro foram distribuídos aos professores, de modo que pudessem estudar a narrativa e construir seus planos de ensino a partir dela. Ainda em 2022, a escola promoveu reuniões pedagógicas para aprofundar a compreensão da obra e favorecer a troca entre os docentes, entendendo a formação continuada como processo fundamental para a mudança educacional (Nóvoa, 2002).

Em 2023, os professores desenvolveram propostas didáticas sobre a construção dos Molhes da Barra, articulando diferentes disciplinas e tendo a História como eixo central. Além disso, foi promovida uma roda de conversa com o autor do livro que inspirou o projeto e, como culminância, realizou-se uma Mostra Artístico-Cultural ao final do ano, reunindo toda a comunidade escolar. Essas iniciativas, conforme a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) exemplificaram a categoria das *estratégias curriculares e metodológicas adotadas*, pois traduziram em prática pedagógica o esforço coletivo de integrar conhecimento, cultura e identidade.

As atividades foram desenvolvidas de forma transdisciplinar, em que cada área do conhecimento trouxe sua especificidade, mas todas se conectaram à temática central, utilizando a História como eixo para contextualizar e enriquecer os saberes. Dessa maneira, não se restringiram apenas aos aspectos históricos, mas também incorporaram conceitos de Ciências, Geografia, Educação Física, entre outras, favorecendo a compreensão das transformações e do impacto dessa obra na cidade. Essa experiência evidenciou a categoria da *contribuição do ensino de História para a construção de um currículo significativo*, pois o conhecimento histórico articulou-se à realidade local, ressignificando aprendizagens.

Como explica um dos docentes:

As descobertas científicas feitas na época da construção dos Molhes foram incorporadas ao estudo, mostrando como o avanço da ciência possibilitou a realização de grandes obras de engenharia: a invenção da dinamite para quebrar pedras, a descoberta dos tipos sanguíneos para auxiliar em transfusões diante de acidentes, e a invenção da fotografia para registrar o progresso da obra. Todas as disciplinas foram trabalhadas com um viés histórico, pois os fatos históricos caminham lado a lado com as descobertas científicas, evidenciando que um movimento impulsiona o outro (Professor M, entrevista, 2025).

Essa visão dialoga com Prats (2006), que afirma:

Uma vez que não há nada no presente que não possa ser melhor compreendido através do passado. A História não tem a pretensão de ser a única disciplina que objetiva ajudar a compreender o presente, mas pode-se afirmar que, com ela, a compreensão do presente adquire maior riqueza e relevância (Prats, 2006, p.4).

Essa abordagem integrada, que evidencia a interligação entre História, Ciência e outras áreas do conhecimento, criou condições para que os alunos se tornassem protagonistas de seu próprio processo de aprendizagem. Ao participar ativamente das atividades, investigando, questionando e discutindo múltiplas perspectivas sobre a construção dos Molhes da Barra, os estudantes tiveram a oportunidade de construir um conhecimento mais profundo e significativo. Nesse sentido, a História deixou de ser apenas um conjunto de conteúdos a serem memorizados, tornando-se um campo de conhecimento capaz de contribuir para a formação da identidade dos alunos e para o desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Essa dimensão esteve relacionada à categoria dos *sentidos atribuídos à experiência pelos sujeitos envolvidos*, na medida em que os significados construídos pela comunidade escolar revelaram aprendizagens afetivas, cognitivas e sociais.

Como destaca Luis Fernando Cerri:

A Didática da História passa a exigir um redimensionamento, também, dos objetivos disciplinares, deixando para trás as listas de conteúdos como centro do debate. Esse centro passa a ser a preocupação com a identidade de quem receberá a ação do professor de história” (Cerri, 2010, p.270).

O protagonismo estudantil ficou evidente em diversas atividades do projeto. Conforme relatam os professores:

No nosso trabalho, fizemos entrevistas com os vagoneteiros. Nesse sentido, os estudantes estabeleceram protagonismo durante o processo de entrevistas. Eles auxiliaram a criar um roteiro básico e participaram ativamente das entrevistas (Professor J, entrevista, 2025).

Acredito que eles conseguiram entender a conexão da ciência com a construção dos Molhes e o período histórico, pois adaptaram o roteiro para explicar isso. A ideia original seria que eles 'descobrissem' as coisas, mas eles mesmos reescreveram o roteiro para fazer 'flashbacks' das descobertas, criando falas como: 'Nossa, como será que quebraram pedras tão grandes? Foi devido à invenção da dinamite'; 'E como documentaram tudo isso? Pela invenção da fotografia'. Eles próprios elaboraram as falas e o roteiro” (Professor M, entrevista, 2025).

Essas experiências permitiram que os alunos se engajassem profundamente no processo de aprendizagem, construindo um conhecimento histórico mais significativo e contextualizado. Ao

estudar a construção dos Molhes da Barra, desenvolveram a consciência histórica, compreendendo como grandes obras podem transformar a sociedade e o espaço urbano ao longo do tempo. Segundo Oldimar Cardoso (2008), a consciência histórica vai além do acúmulo de informações sobre o passado; trata-se de uma forma simbólica de organizar e dar sentido ao saber histórico, permitindo compreender a continuidade e as rupturas entre passado, presente e futuro. Rüsen (2006) complementa, afirmando que a consciência histórica fornece uma estrutura ao conhecimento histórico, possibilitando entender o presente e, a partir disso, antecipar o futuro.

Ao investigar o planejamento e a execução dos Molhes da Barra, marco da infraestrutura de Rio Grande/RS, os alunos puderam compreender não apenas os aspectos técnicos, mas também as implicações sociais, econômicas e ambientais da obra. Esse estudo contribuiu para torná-los mais conscientes das transformações urbanas e do impacto das grandes construções de engenharia na vida das comunidades locais. A seguir, apresentamos as práticas pedagógicas planejadas e implementadas pelos professores, que materializaram a proposta transdisciplinar, evidenciando como o patrimônio histórico local foi incorporado ao currículo.

PROJETO TRANSDISCIPLINAR: A CONSTRUÇÃO DOS MOLHES DA BARRA - UM SONHO QUE MUDOU A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO, APRESENTANDO RIO GRANDE PARA O MUNDO

O professor, quando ensina com paixão e autenticidade, pode despertar no estudante o interesse e o prazer pelo conhecimento. Porém, quando a prática docente se reduz à simples transmissão de conteúdos, sem envolvimento real, o aprendizado tende a ser visto apenas como obrigação. Afinal, até os pequenos gestos carregam significados capazes de influenciar profundamente a formação dos alunos (Pelizzari et al., 2002, p. 41). Concordando com essa visão, a primeira iniciativa realizada no projeto teve como objetivo motivar os professores, preparando-os para darem início às atividades. Essa proposta consistiu em uma saída de campo com os docentes para uma formação pedagógica com o escritor Klécio Santos. O local escolhido não poderia ser outro senão o próprio local de estudo: os Molhes da Barra.

A formação revelou-se bastante inspiradora, pois, ao adentrarmos o mar andando de vagoneta, possibilitou uma compreensão mais ampla da potencialidade histórica e cultural do local. Ao contemplar aqueles imensos braços de pedra, vinham à mente os operários que contribuíram para a sua construção e o impacto que essa obra representou para o desenvolvimento do município do Rio Grande. Entre a memória de um passado registrado nos livros e a vivência concreta no presente, surgiram reflexões e propostas que, posteriormente, foram transformadas em práticas pedagógicas.

Diversas atividades foram planejadas e implementadas pelos professores, a fim de, aprofundar o estudo sobre a construção dos Molhes da Barra, destacando sua importância não apenas como uma grande obra de engenharia, mas também como um marco fundamental para o desenvolvimento de Rio Grande/RS. Os Molhes desempenharam um papel importante na expansão do porto, garantindo maior segurança para a navegação e permitindo o crescimento do comércio e da economia local. Para Santos (2022), essa infraestrutura possibilitou que o porto de Rio Grande se tornasse um dos mais importantes do Brasil, influenciando diretamente a dinâmica da cidade e de toda a região.

Ao abordar a construção dos Molhes, os professores buscaram mostrar como essa obra impactou as transformações urbanas, sociais e econômicas, destacando a importância dessa

intervenção para a modernização da cidade e o fortalecimento de sua identidade portuária. As atividades propostas ajudaram os alunos a entender como grandes projetos de infraestrutura podem transformar não apenas o espaço físico, mas também a vida das pessoas e as características de uma cidade. Quando o homem compreende a sua realidade [...] pode transformá-la (Freire, 1997, p.30).

Essas ações buscaram envolver os alunos de maneira prática e interativa, incentivando a pesquisa, a análise crítica e a aplicação dos conhecimentos adquiridos. Nesse contexto, os trabalhos docentes serão apresentados a partir das sequências didáticas que estruturaram o projeto, evidenciando as estratégias pedagógicas adotadas para abordar a construção dos Molhes da Barra e sua relevância histórica, social e urbana para a cidade de Rio Grande. Cabe destacar que diversas outras ações pedagógicas também foram realizadas; no entanto, foram selecionadas para este estudo aquelas que possuíam registros mais completos, permitindo uma análise mais detalhada do processo.

A ORIGEM DAS PEDRAS DO CERRO DO ESTADO, EM CAPÃO DO LEÃO, PARA OS MOLHES DA BARRA

Essa atividade foi desenvolvida na turma do 4º ano A, entre os meses de setembro e novembro de 2023, e buscou articular o ensino de História a outras áreas do conhecimento, em uma perspectiva transdisciplinar.

Dentre os objetivos propostos buscou-se: estimular a pesquisa e a investigação; proporcionar conhecimento em prol de limites da cidade do Rio Grande; reconhecer diferentes tipos de solo e de vegetação; identificar o local onde abrigou a pedreira do estado e reconhecer a profissão dos graniteiros.

A metodologia adotada foi a saída de estudos para o Cerro do Estado, na cidade do Capão do Leão - RS, precedida por estudos prévios da localidade através de fatos jornalísticos, pesquisas em fotografias na internet e arquivos pessoais da professora, neta e filha de profissionais que atuaram na extração. Após os estudantes foram conhecer o local que abrigou por muitas décadas o trabalho dos graniteiros para a extração das pedras (granitos) para a formação dos Molhes da Barra do Rio grande. Essa vivência evidenciou como o conhecimento histórico pode ser mobilizado a partir de diferentes fontes, conectando o passado ao presente.

Durante a aula de campo os alunos visitaram a praça central, o monumento ao graniteiro, a casa da cultura, a antiga estação ferroviária, a pedreira inativa do DEPREC, guindastes e maria fumaça, pracinha, gruta e igreja fundada na época da ativa. Durante o percurso foram acompanhados pelo senhor Jairo Costa, diretor do DEPREC.

A professora também utilizou a História Oral, neta, filha e sobrinha de trabalhadores da pedreira, é portadora de informações que trouxeram detalhes que enriqueceram a pesquisa:

A fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos (Matos; Senna, 2011, p.96)

Em uma das fotografias selecionadas pela professora para mostrar aos estudantes, na qual ela e alguns familiares visitaram a pedreira de onde as pedras foram retiradas para a construção dos Molhes da Barra, consta a seguinte descrição:

Minha origem! Eu, professora Letícia e minha família, no ano de 1991. Ano em que escutamos a explosão das dinamites, que causou acidentes no local. Bisneta e neta, filha, sobrinha de funcionários das pedreiras do Cerro do Estado, é motivo de orgulho reviver essas memórias e apresentar essa localidade tão rica de histórias. João Brasilino, Brasiliano, Paulo, Rubem, Nei, ... nomes que fizeram essa história (Silva, 2024)²

Este relato evidencia a relevância das micro-histórias e memórias familiares, trazendo à tona nomes como João Brasilino, Brasiliano, Paulo, Rubem, Nei e tantos outros que participaram da construção dos Molhes da Barra, mas que não são mencionados no livro *Sonhos de Pedra: A História da Construção dos Molhes da Barra*, uma das maiores obras de engenharia marítima. Ao compartilhar essas experiências com os estudantes, a professora permitiu que eles conhecessem os “personagens esquecidos” (Vainfas, 2002, p.103), enriquecendo a compreensão sobre a obra e aproximando-os da dimensão humana e social por trás da história, complementando e contextualizando o conteúdo registrado nos livros.

Nas aulas seguintes, os estudantes organizaram todas as informações adquiridas a partir de variadas fontes de pesquisa, como matérias de jornais da época, fotos antigas, visitas in loco, relatos de especialistas e testemunhas. Essas variadas fontes de pesquisa, favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma (Caimi, 2008, p. 141).

Essa etapa permitiu que os alunos consolidassem o conhecimento de forma estruturada, além de promover um entendimento mais profundo sobre os processos envolvidos na construção dos Molhes da Barra. Para ilustrar o conhecimento adquirido, os estudantes construíram maquetes detalhadas, utilizando materiais diversos, que representaram as etapas da obra, as pedreiras de onde foram extraídas as pedras para a construção dos Molhes, e os elementos históricos, e urbanos do local, como a igreja e a praça que marcaram a região onde as pedras foram retiradas. A escolha desses locais, com seus significados culturais e históricos, ressaltou a importância do contexto geográfico e social na execução da obra. Essa atividade não só estimulou a criatividade e a capacidade de síntese dos alunos, mas também os desafiou a aplicar conceitos aprendidos de maneira prática, promovendo uma experiência de aprendizagem imersiva e colaborativa.

Ao integrar História, Geografia, Ciências e História Oral, essa atividade exemplifica como a disciplina de História, enquanto ferramenta transdisciplinar, contribuiu para a ressignificação do currículo escolar no contexto pós-pandemia. O estudo das pedreiras e dos graniteiros, aliado à visita ao local de onde as pedras eram extraídas em Capão do Leão para a construção dos Molhes da Barra em Rio Grande, possibilitou aos alunos compreenderem como diferentes territórios se articularam em torno da obra. Nesse processo, destacou-se o papel dos trabalhadores graniteiros, cuja força de trabalho foi decisiva para viabilizar a extração, o transporte e a utilização das pedras. Essa conexão entre as duas cidades revelou como o patrimônio histórico-cultural interfere na organização da vida regional, evidenciando impactos sociais, econômicos e ambientais tanto para a comunidade de Capão do Leão, que fornecia a matéria-prima e a mão de obra, quanto para a cidade de Rio Grande, que recebeu a infraestrutura. Dessa forma, os estudantes puderam relacionar passado e presente, memória e espaço urbano, conectando-os às práticas sociais e às memórias familiares, e construindo aprendizagens significativas vinculadas ao território.

² SILVA. Letícia Madruga Avila. Material concedido a Rosângela Moura Samaniego. Rio Grande, 07 de setembro de 2024.

AS VAGONETAS E OS VAGONETEIROS: MEMÓRIAS, SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA E INVISIBILIDADE SOCIAL DOS TRABALHADORES NO TURISMO DOS MOLHES DA BARRA

Esta atividade foi desenvolvida nas aulas de Educação Física, nas turmas de 9º ano, articulando-se ao projeto transdisciplinar que buscou ressignificar o currículo no período pós-pandemia, ao integrar saberes da História com a Educação Física. O presente trabalho buscou analisar o trabalho dos vagoneteiros, trabalhadores braçais, os quais, na maioria pescadores artesanais, buscam no turismo da região dos Molhes da Barra uma complementação da renda familiar.

Os Molhes da Barra se caracterizam como uma das principais obras de engenharia náutica do mundo. Foi construído com o objetivo de viabilizar a entrada de navios no porto de Rio Grande. Após a construção dessa obra, que atualmente avança mais de 4km dentro do oceano, foi possível vislumbrar o espaço como um interessante lugar para o turismo e para as práticas esportivas. Ao visitar os Molhes é possível observar que lá, pratica-se caminhada, corrida, ciclismo, pesca esportiva, entre outros esportes.

Além disso, um dos movimentos que também chama muito a atenção, é a utilização das vagonetas, veículos posicionados em trilhos os quais são impulsionados pela força do vento e pela força humana, dos vagoneteiros. A atividade foi transformada em Patrimônio Artístico e Cultural do Estado, por meio da Lei 14.885/2016.

Pensou-se esse trabalho, a partir da analogia da obra *Sonhos de pedra: a História da Construção dos Molhes, uma das maiores obras de Engenharia Marítima*, de Klécio Santos (2022) com o conceito de homens infames de Foucault (2009), no qual o autor não utiliza a expressão no sentido valorativo da palavra, mas a partir do conceito de que os sujeitos estudados pelo filósofo francês, não dispunham de fama, ou seja, eram acometidos por uma total invisibilidade social.

Este trabalho se justifica principalmente por lançar um olhar sobre sujeitos que atuam nesse espaço, ao mesmo tempo em que contribuiu para a ressignificação curricular, pois aproximou os estudantes de uma dimensão histórica muitas vezes invisibilizada, articulada com conteúdos de Educação Física e de Ciências Humanas. Nesse sentido, surgiu a ideia de dar voz a esses trabalhadores, para que pudessem compartilhar suas histórias com as vagonetas, relatar suas condições de trabalho e refletir sobre conceitos de saúde e qualidade de vida.

A metodologia utilizou-se da História Oral, a partir de Portelli (2010), e Meihy e Ribeiro (2011). Para Portelli (2010) a História Oral é:

[...] uma narração dialógica que tem o passado como assunto e que brota do encontro de um sujeito que chamarei de narrador e de outro sujeito que chamarei de pesquisador - encontro geralmente mediado por um gravador ou um bloco de anotações (p. 210).

Desta forma, instrumentalizou-se metodologicamente alguns estudantes, para que os mesmos pudessem realizar o processo de pesquisa, vivenciando a prática investigativa e compreendendo a História como eixo estruturante de outras áreas do conhecimento, como Educação Física, ao analisar o esforço físico, a resistência e a qualidade de vida dos vagoneteiros. Para isso, foi construído um roteiro básico de entrevistas, o qual norteou a narração. Foi utilizado um gravador de voz e uma câmera para gravar a entrevista. Após a pesquisa de campo foi construído um pequeno documentário, pois, um dos preceitos da História Oral é dar voz efetiva aos narradores, nesse sentido, entende-se que a melhor opção é que os próprios vagoneteiros sejam

vistos e ouvidos durante a apresentação dessa pesquisa. E em novembro de 2023 durante a Mostra de final de ano da escola, o trabalho foi exibido para toda a comunidade escolar.

Este trabalho proporcionou uma experiência enriquecedora para os estudantes, ao permitir que eles se envolvessem diretamente com a História Oral, aplicando-a na pesquisa sobre os vagoneteiros dos Molhes da Barra. Por meio dessa abordagem, os alunos puderam compreender a importância de valorizar as histórias muitas vezes invisíveis desses trabalhadores, que desempenham um papel fundamental no turismo da região, mas que raramente recebem o reconhecimento que merecem, pois são “personagens anônimos” (Vainfas, 2002, p.103).

A pesquisa não só contribuiu para o aprofundamento do conhecimento sobre a história e a cultura local, mas também ofereceu aos estudantes uma perspectiva crítica sobre as questões de saúde, qualidade de vida e invisibilidade social. Ao interagir com os vagoneteiros e ouvir suas histórias, os alunos experimentaram a História de uma forma prática e significativa, entendendo como a história de indivíduos comuns pode ser fundamental para o entendimento do passado e da realidade social.

Além disso, o trabalho destacou a importância de dar voz a sujeitos que, muitas vezes, são silenciados, como os vagoneteiros, reconhecendo sua relevância histórica, social e cultural. A produção do documentário e sua exibição para a comunidade escolar permitiu resgatar suas memórias e experiências, promovendo uma aprendizagem mais humana e sensível. Nesse contexto, os recursos culturais ganham significado pleno quando beneficiam a própria comunidade em que estão inseridos, valorizando profissionais cuja atuação mantém viva a história local (Tabosa e Seabra, 2012, p.84). Ao mesmo tempo, essas práticas, como a operação turística das vagonetas, possibilitam que o trabalho dos vagoneteiros seja conhecido e apreciado por um público mais amplo, mostrando como a preservação da memória e a atividade turística podem caminhar de forma articulada, fortalecendo o pertencimento e a identidade local.

QR CODE DE MEMÓRIA: HISTÓRIAS NA PALMA DA MÃO

Este projeto foi desenvolvido nas aulas de geografia com os alunos do 9º ano, integrando o ensino de Geografia, História e a Educação Patrimonial como ferramenta transdisciplinar para ressignificar o currículo no contexto pós-pandemia. O objetivo da proposta foi criar uma ferramenta para divulgar os prédios históricos do município de Rio Grande. Ao andar pelas ruas da cidade, é possível encontrar uma série de edifícios históricos que marcam o rico passado do município, o que levanta algumas questões: Qual era a função desse prédio? Quando ele foi construído? Como posso saber mais sobre ele?

Dessas indagações surge o problema de pesquisa deste trabalho: a falta de informações sobre os prédios históricos dificulta a difusão do conhecimento sobre a história local, e evidencia a necessidade de ressignificar o ensino de História, articulando-o a outras áreas para valorizar a memória, o patrimônio cultural e o currículo escolar. Diante desse cenário, o desafio passou a ser elaborar uma forma prática e acessível de disponibilizar informações sobre esses prédios históricos, permitindo que o conhecimento sobre a história local e o patrimônio cultural fosse efetivamente compartilhado.

Como parte do processo metodológico, os estudantes optaram por desenvolver um portal digital informativo sobre os edifícios históricos abordados no projeto, integrando pesquisa histórica, coleta de relatos orais e tecnologias digitais, de modo a ressignificar o currículo e aproximar a História da experiência prática e cotidiana dos alunos. A proposta consistiu na

elaboração de conteúdos descritivos e contextuais sobre cada edificação, organizados em formato acessível e atrativo para o público. Para garantir a difusão dessas informações, foram gerados códigos QR individualizados, que foram fixados nas fachadas das construções. Esses códigos direcionam os visitantes ao portal hospedado no site da Prefeitura Municipal, permitindo o acesso remoto por qualquer dispositivo com conexão à internet. A metodologia integrou pesquisa de campo, coleta de relatos orais, análise documental e produção de textos, vídeos ou imagens, com o objetivo de valorizar a memória local e promover o patrimônio cultural de forma interativa e inclusiva.

Com essa proposta, busca-se fomentar e ampliar o Turismo Cultural, atrair os cruzeiros que chegam ao Porto de Rio Grande e incentivar a participação da população local em eventos como a Noite nos Museus³, a Semana do Patrimônio⁴, e o projeto Jovens Educadores Patrimoniais⁵.

É importante ressaltar que essas iniciativas devem estar fundamentadas em uma perspectiva de Educação Patrimonial, garantindo que a valorização cultural e histórica seja o eixo orientador das ações. Conforme Tabosa e Silva (2012), segundo a definição do Sebrae/RS:

Turismo cultural é o acesso ao patrimônio cultural, ou seja, à história, à cultura e ao modo de viver de uma comunidade. Sendo assim, o turismo cultural não busca somente lazer, repouso e boa vida. Caracteriza-se também, pela motivação do turista em conhecer regiões onde o seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, nas suas tradições e as manifestações culturais, históricas e religiosas (Tabosa e Seabra, 2012, p.84).

A construção dos Molhes da Barra, concluída no final do século XIX, representou um marco importante para o desenvolvimento e a prosperidade de Rio Grande. Esse avanço significou não apenas um crescimento econômico, mas também um fortalecimento da identidade e da importância da cidade no cenário nacional.

Entretanto, ao longo do tempo, muitos dos prédios históricos construídos durante esse período de prosperidade não foram adequadamente preservados e, em muitos casos, desapareceram ou estão em processo de deterioração. A falta de cuidados e de políticas eficazes de preservação do patrimônio histórico tem levado ao desaparecimento de parte da história material da cidade, o que empobrece a memória coletiva e enfraquece a identidade local.

³ A Noite dos Museus no Rio Grande (RS) é um evento que celebra a cultura através de museus e espaços culturais, com atividades que incluem visitas a acervos e programações especiais em um evento anual. Em 2024, a cidade realizou a “Noite do Centro Histórico” nos dias 6 e 7 de setembro, com foco na retomada cultural pós-enchentes. Disponível em: <https://www.riograndetem.com.br/noite-do-centro-historico-marca-retomada-cultural-de-rio-grande/>. Acesso em: 1º de set. 2025.

⁴ A Semana Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural do Rio Grande, tem como principal objetivo, promover a valorização do patrimônio histórico e cultural da cidade do Rio Grande, ampliar o conhecimento da população sobre esse patrimônio em suas mais diversas expressões, estimulando assim o sentimento de pertença e a consciência preservacionista dos rio-grandinos. O evento é realizado anualmente. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/consulta/index.php/noticias/detalhes+36d23,i-semana-municipal-do-patrimonio-historico-e-cultural-do-rio-grande-encerra-com-intensa-programacao.html>. Acesso em: 1º de set. 2025.

⁵ O projeto Jovens Educadores Patrimoniais é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e é destinado a estudantes das escolas municipais. Seu objetivo é apresentar os bens patrimoniais de Rio Grande, incluindo aqueles tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAES). Além desses, o projeto aborda diversos patrimônios estatutários, paisagísticos, arquitetônicos e informativos, contemplando também o patrimônio imaterial da cidade. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/smed/?p=43710>. Acesso em: 1º de set. 2025.

A construção dos Molhes da Barra foi um dos principais motores de desenvolvimento e modernização de Rio Grande, mas, sem a devida preservação de outros elementos históricos, como os prédios da época, a cidade perde parte de sua essência. A preservação do patrimônio histórico não é apenas uma questão estética, mas é fundamental para garantir que as futuras gerações possam entender e se conectar com as raízes de sua cidade. Os prédios históricos são testemunhas de uma época que ajudou a moldar a Rio Grande que conhecemos hoje e, sem eles, a cidade perde uma parte significativa de sua identidade.

Portanto, o projeto de divulgação dos prédios históricos, desenvolvido pelos estudantes e pelo professor de Geografia, assume relevância ao valorizar o patrimônio arquitetônico da cidade e estimular a reflexão sobre a importância de preservar esses marcos históricos, garantindo que a memória e a identidade local permaneçam vivas.

Eles não são apenas construções, mas símbolos de um passado que fundamenta o presente e pode orientar o futuro. Preservar esse patrimônio é essencial para fortalecer a identidade de Rio Grande e para garantir que a cidade, que prosperou com os Molhes da Barra, não perca as referências que a definem.

É importante dizer que este trabalho participou do HACKATHON CriaRG⁶ 2023, no qual foi premiado com o 3º lugar. Essa participação também resultou no convite para o South Summit Brasil 2024⁷, uma das principais plataformas de conexão entre empreendedores e investidores da América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto transdisciplinar sobre a construção dos Molhes da Barra demonstrou o potencial da História como ferramenta integradora do currículo, capaz de articular diferentes áreas do conhecimento e promover aprendizagens significativas. A experiência evidenciou que, quando os conteúdos históricos são contextualizados e conectados à realidade local, os estudantes se tornam protagonistas de seu processo de aprendizagem, desenvolvendo não apenas conhecimentos cognitivos, mas também habilidades sociais, afetivas e críticas.

A articulação entre História, Ciências, Geografia e Artes possibilitou compreender a construção dos Molhes como um fenômeno histórico, técnico e social, fortalecendo vínculos de pertencimento e valorização da memória local. Além disso, as estratégias metodológicas adotadas, entrevistas, rodas de conversa, exposições e atividades práticas, evidenciam que a transdisciplinaridade favorece o engajamento discente e a ressignificação do currículo.

⁶ Esse tipo de evento é uma maratona que une recursos tecnológicos e criativos em busca de soluções inovadoras. As equipes são divididas e precisam desenvolver uma ideia para o problema proposto. Em 2022 este evento foi lançado na cidade com o objetivo de aproximar os alunos das soluções que vão inspirar Rio Grande a atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o que está alinhado ao projeto “Rio Grande - Cidade Inovadora”. O cronograma do Hackathon, que é um dos maiores projetos de educação e inovação do Estado nos últimos anos, inclui lives de apoio durante a preparação e o acompanhamento de equipes técnicas auxiliando os finalistas. Para realização do Hackaton CriaRG, foi necessário a união de parcerias, entre elas a Universidade Federal do Rio Grande. Disponível em: <https://criarg.com.br/index.php/2022/09/06/hello-world/>. Acesso em 09 de mar.2025

⁷ O South Summit é um evento de empreendedorismo, inovação e tecnologia que reúne startups, investidores, empresários e especialistas em negócios de todo o mundo. Durante o evento, ocorrem palestras, mesas-redondas, workshops e apresentações de startups, com foco em áreas como fintech, saúde, energia, transporte e outras. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/>. Acesso em 27 de ago.2025

É fundamental que a Escola Sant'Ana dê continuidade a esse tipo de proposta pedagógica, ampliando as possibilidades de aprendizagem e fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade. Do mesmo modo, recomenda-se que outras instituições escolares explorem temáticas históricas ligadas à realidade local, promovendo a integração de saberes e a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. O relato da experiência da Escola Sant'Ana reforça a importância de práticas pedagógicas reflexivas, colaborativas e contextualizadas, que valorizem tanto o conhecimento quanto a experiência vivida pelos alunos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Edinalva Padre. **Didática da História: uma ciência da aprendizagem histórica? Lugares dos Historiadores :velhos e novos desafios**. Florianópolis. 2015.
- ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Revista da FAEBA- Educação e contemporaneidade. Salvador, v.22, n.40, p.95-103, jul/dez.2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeaba/v22n40/v22n40a09.pdf>. Acesso em: 13 de jul.2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CAIMI, F. E. (2009). **Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?** *Anos 90*, 15(28), 129-150. Disponível em: <http://doi.org/10.22456/1983-201X.7963>. Acesso em: 09 de mar. 2025.
- CARDOSO. Oldimar. **Para uma definição de Didática da História**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.
- CERRI, Luis Fernando. **Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 15, n. 2, p. 264-278, 2010.
- FAZENDA, I.C.A. **Dicionário em Construção: Interdisciplinaridade**. São Paulo, Editora Cortez, 2001.
- FAZENDA, I.C.A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 10ª ed. Campinas: Papirus, 2002.
- FAZENDA, I.C.A. **Educação e a integração dos saberes: o que é e como se faz?** 9. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2016.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos Homens infames. In: **O que é um autor**. 7.ed. Lisboa, Portugal: Nova Vega, 2009. p.89-128
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- HARTOG, François. A testemunha e o Historiador. In: _____. **Evidências da história: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Superintendência do Iphan na Paraíba. **Educação patrimonial: educação, memórias e**

identidades / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Átila Bezerra Tolentino (Org.) -João Pessoa: Iphan, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Superintendência do Iphan na Paraíba. **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** / Átila Bezerra Tolentino (Org.) - João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

MATOS, J.S; SENNA, A.K. **História Oral como fonte: problemas e métodos** .Historiæ, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Salgado Ribeiro. **Guia Prático de História Oral:** para empresas, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: Educa, 2002.

OLIVEIRA, J.B.A; GOMES, M; BARCELLOS, T. **A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 28, n.108, p.555-578, jul/set.2020. Acesso em 12 de janeiro de 2025.

PELIZZARI, Adriana. *et al.* **Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel.** Revista PEC, Curitiba, v.2, n.1, p.37-42, jul. 2001-jul.2012.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral.** São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRATS, Joaquín. **Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos.** Educar em Revista, Curitiba, v. 22, p. 191-218 , 2006.Universidade Federal do Paraná, Brasil. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.406>. Acesso em: 09 de mar. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO. **Documento orientador curricular do território rio-grandino: ensino fundamental** [Recurso Eletrônico] / Felipe Alonso dos Santos (Org) [et al]. Rio Grande: SMED, 2019.

RÜSEN, Jörn. **Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão.** Praxis Educativa, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 07-16, jul.-dez. 2006

SANTOS, Klécio.**Sonhos de pedra: a história da construção dos molhes, uma das maiores obras de engenharia marítima.** 3.ed. -Pelotas: Cabrion, 2022.

TABOSA, Flora Queirosa; SEABRA, Halisson Cardoso. **História e Turismo unidos pela Educação Patrimonial: análise do projeto “O futuro visita o passado”.** In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Superintendência do Iphan na Paraíba.Educação patrimonial: reflexões e práticas. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) - João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. **Os Protagonistas Anônimos da História: micro-história.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

A alegoria do apagamento: colonialidade nas cidades e o Direito ao Patrimônio

La alegoría de la desaparición: colonialidad en las ciudades y el derecho al patrimonio?

Resumo: Este artigo levanta o debate sobre os apagamentos da história e da memória, frutos da colonialidade, contidos nos patrimônios das paisagens urbanas, usando como exemplo um antigo casarão do século XIX na cidade de Rio Grande/RS, conhecido como Centro Municipal de Cultura; e aponta a necessidade contínua de fortalecer a relação entre história local, presenças/ausências e o direito ao patrimônio a partir da proposta da ideia de alegoria do apagamento.

Palavras-chave: Colonialidade; Patrimônio; Direito ao patrimônio.

Resumen: Este artículo plantea el debate sobre la desaparición de la historia y la memoria, fruto del colonialismo, contenida en el patrimonio de los paisajes urbanos. Toma como ejemplo una antigua mansión del siglo XIX en la ciudad de Rio Grande, RS, conocida como el Centro Cultural Municipal. También destaca la necesidad constante de fortalecer la relación entre la historia local, las presencias/ausencias y el derecho al patrimonio a partir de la proposición de la alegoría de la desaparición.

Palabras clave: Colonialidad; Patrimonio; Derecho al patrimonio.

Glênia Caetano Freitas Alves*

José Carlos da Silva Cardozo**

* Graduada em Direito (2015) e em História (2020), Mestra em História (2023) e Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Contato: gleniacaetano@gmail.com.

** Historiador pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Cientista Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Doutorado e Pós-Doutorado em História Latino-Americana. Desde 2016, é Professor Adjunto de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), lecionando nos cursos de graduação em Relações Internacionais e Comércio Exterior. Também atua como Professor, Pesquisador e Orientador junto ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-FURG).

INTRODUÇÃO

Muitas cidades brasileiras tiveram suas origens ainda no período colonial e, por isso, atravessaram o processo de colonização conturbado e diversificado que forjou o país, cada qual dentro de seus contextos locais, mas todas inventadas e estruturadas pelos padrões e ideais daquilo que chamamos, hoje, de colonialidade. A partir disso, podemos considerar as cidades como espaços de “efetivação do processo colonizador” (GODOY, 2011).

Na colonização portuguesa, a criação de povoados, freguesias e vilas - que mais tarde se tornaram as cidades - demonstrava as intenções do projeto de colonização, sendo papel do Estado/Coroa determinar a função econômica e papel da Igreja dar os contornos culturais daquela localidade. Como explica Godoy (2011, p.12):

[o]s núcleos urbanos se caracterizam pela pequena concentração de casas em torno de uma igreja, geralmente localizada no alto de um espigão. À revelia da natureza, os traçados das ruas, das quadras ou da praça central se fazem na medida em que as casas, os edifícios públicos e a igreja são construídos. O costume de se destacar a igreja na paisagem consiste em uma tradição e uma decisão política, estética e simbólica.

Mesmo com essa centralidade da Igreja na paisagem e na vida cultural, determinando regras e valores sociais, as cidades coloniais se tornaram ambientes multiculturais, especialmente as cidades localizadas ao longo do litoral brasileiro. Aquelas que possuíam portos para saída e entrada de mercadorias e para o tráfico de pessoas escravizadas eram lugares de grande circulação de pessoas, e acabavam se tornando o lugar de moradia definitiva para muitos estrangeiros - em especial, de origem europeia.

Com isso, a influência europeia ganhou força nas cidades brasileiras e acabou por determinar padrões culturais que hierarquizam, ainda hoje, nossa sociedade. A supervalorização do que vem da Europa - que também precisa ser analisada em razão de contexto histórico e formação da ideia de nação - refletiu diretamente nas maneiras com que lidamos com memórias e tradições (mesmo as inventadas) e se materializou naquilo que escolhemos como patrimônio.

Muitos lugares no Brasil - e o próprio país - apagaram determinadas presenças das suas histórias e formações. Costumes e tradições indígenas, de povos africanos e seus descendentes, de povos ciganos/Romani¹, muçulmanos e de outros grupos étnicos foram excluídos ou apropriados pelos grupos dominantes na reescrita de suas origens, as quais são sempre destacadas como europeias, numa tentativa de se manter como descendentes dos ditos “desbravadores” do mundo. Com isso, temos cidades construídas por ausências, apagamentos e silêncios que se refletem em um “deslocamento físico, simbólico e social” (SCHWARCZ, 2024, p.8). Ou, nas palavras do historiador Luiz Antonio Simas (2019, ps. 36-37):

Há um epistemicídio em curso na cidade. É isso aí mesmo: assistimos ao processo de destruição de saberes, práticas, modos de vida, visões de mundo, das culturas que se enquadram no padrão canônico. Relegadas ao campo da barbárie, ou acolhidas como pitorescas ou folclóricas, elas são desqualificadas em nome da impressão de que o hemisfério norte representa o ápice civilizatório da humanidade e de que a história humana só pode ser contada a partir dos marcos e códigos que o Ocidente produziu.

¹ Optei por deixar essa nomenclatura para maior compreensão de quem lê e também porque é assim que o Governo Federal faz a referência a estes grupos étnicos. Mais informações disponíveis em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade-em-saude/povos-ciganos-romani> . (set 2025)

Ao olharmos os centros históricos de qualquer cidade, percebemos nos casarões e casarios traços, curvas e detalhes que nos remetem às elites, às riquezas das antigas sociedades, ao poder que possuíam esculpido naquilo que foi escolhido como “história local”. Mas da mesma maneira que é dividida em vários bairros, localidades e distritos, uma cidade também possui camadas, que vão se sobrepondo pelo correr natural da vida, ou sendo sobrepostas, propositadamente, pelas decisões que constroem o patrimônio local, a partir daquilo que é considerado memorável ou preservável - o chamado “bem”.

Como explica Joel Rufino dos Santos (1997, p.7), um bem se torna patrimônio em razão de duas características fundamentais: “pertinência no espaço e duração no tempo”. Para ser considerado pertinente, o bem tem que servir à **finalidade pretendida daquela sociedade**; para durar no tempo, o bem precisa ter sua **pertinência reconhecida pela sociedade em questão** e, por isso, ser cuidado, preservado. Portanto, é o contexto histórico e social que define o que vai ser ou não considerado patrimônio cultural. Sendo assim:

Cidades mantêm características coloniais, museus com objetos e mobília das elites, passeios que remetem aos costumes e aos hábitos de lazer desses grupos específicos. Com isso, “ficam expostas a cidadania precarizada de certos grupos sociais brasileiros e as práticas de segregação a que continuam sujeitos” (SCHWARCZ, 2019, p.65).

UM CASARÃO E A ALEGORIA DO APAGAMENTO

A cidade de Rio Grande teve seu início “oficial” no ano de 1737, durante o Brasil Colônia, com o objetivo de ocupação militar do território pertencente ao reino de Portugal para conter o avanço espanhol. Além disso, a localização da Barra do Rio Grande aumentava as possibilidades de acesso ao território e de comercialização. Dessa forma, Rio Grande faz parte do conjunto de cidades coloniais brasileiras, criadas com o intuito de expansão e domínio - sendo, portanto, fruto da colonização e da colonialidade.

Como exemplo para o que estamos conversando aqui, vou usar um antigo casarão da cidade de Rio Grande/RS, conhecido como Centro Municipal de Cultura. Localizado na rua Marechal Floriano - ou antiga Rua da Praia -, nº 91, a construção de estilo arquitetônico eclético é a materialização das várias camadas que a história local possui.

Figura 1 - Casarão do Centro Municipal de Cultura



Fonte: Blog Café Rio Grande (2010).

Escolhido para ser o Centro Municipal de Cultura em 1985, esconde debaixo de si outras histórias e outras culturas que foram excluídas daquilo que o casarão foi definido como símbolo: a memória rio-grandina. Na parte inferior da construção, existem entradas de ar, como se fosse pequenas janelas, para um amplo espaço que - segundo pesquisas recentes² - serviria como uma senzala urbana.

A questão das senzalas urbanas em Rio Grande é uma discussão eterna. A cidade tem muita resistência em falar do seu passado colonial e escravista, além do fato de boa parte das edificações desse período terem sido derrubadas ou bastante modificadas ao longo dos anos e de documentações relacionadas a este assunto não estarem disponíveis. Tudo isso dificulta o debate e o acesso à história local, impedindo o reconhecimento da existência de grupos não-europeus na formação da cidade.

No caso do Centro Municipal de Cultura, a memória popular afirma que o espaço localizado abaixo da casa era uma senzala, como mostra o comentário (indicado com a seta vermelha) em uma publicação³ sobre o Centro Municipal de Cultura:

² Pesquisas como as do Projeto Caminhos Negros estão (re) descobrindo informações sobre a presença negra na cidade de Rio Grande. Mais informações em: <https://caminhosnegros.wixsite.com/furg/territ%C3%B3rios>. Acesso em: 25 set 2025

³ Página do Facebook Beira Mar. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1234072018752402&id=100064488470282. Acesso em 25 set 2025.

Figura 2 - Comentário em foto do Centro Municipal de Cultural

Fonte: Autora.

Não existem registros oficiais de que este seria o seu uso - se existiram/existem, seu acesso não está disponível, mas também não existe certeza do ano de construção do casarão (TORRES, 2021), pois uma fotografia do ano de 1889 já mostra o imóvel (segundo prédio da esquerda para a direita), mas a divulgação histórica do prédio afirma a data de 1914. A própria dificuldade em encontrar informações, até mesmo sobre o casarão, demonstra o tamanho da sombra do apagamento que paira sobre a história local da cidade de Rio Grande.

Figura 3 - Casarão do Centro Municipal de Cultura em 1889

Fonte: Blog do Professor Torres: História e Historiografia do RS (2021).

Para além das discussões em torno das origens do casarão, o que interessa é o que ele representa, estando à vista ou não. Ao olhar a primeira foto, parece um espaço pequeno, no qual não caberia uma pessoa. Mas ao nos aproximarmos, a visão é diferente. O espaço é amplo, com cerca de 1,70m de altura. Cabe uma pessoa em pé. A estrutura sofreu a ação do tempo e do descaso, mas apresenta características que ajudam a validar a memória popular de que ali ficava uma senzala urbana que, pelo espaço amplo, comportaria um número considerável de pessoas, indo de encontro à memória de comércio clandestino de escravizados naquele local.

Figura 4 - “Senzala Urbana” no Centro Municipal de Cultura



Fonte: Autora.

É impossível negar a existência de senzalas urbanas em Rio Grande. A presença de pessoas escravizadas era notória na cidade desde a sua formação. Registros do processo de colonização e de viajantes já apontavam essas existências aqui. Como explica o historiador Luiz Henrique Torres (2015, p.30):

A frota de João de Magalhães, em 1725, já trouxera de Laguna alguns negros. Quando da vinda de Silva Paes em 1737, **vários escravos estavam presentes** na expedição. Este número foi aumentando na medida em que a localidade foi se capitalizando, pois o custo de compra de um escravo era alto e limitava a poucos a sua aquisição. (grifo meu)

Outro exemplo é a citação clássica do relato de Auguste de Saint-Hillaire (2019, p.106), em sua obra *Viagem ao Rio Grande do Sul*, que diz : “Numa das ruas do Rio Grande, um mercadinho

(quitanda) onde **negros, acorados, vendem legumes, tais como: couves, cebolas, alfaces e laranjas**” (grifo meu).

Essas pessoas estavam aqui, viviam aqui, logo moravam em algum lugar. A maioria não era remunerada pelo trabalho prestado - somente os escravos de ganho, que ainda assim não juntavam quantias consideráveis e ainda tinham que dividi-las com seus senhores. A cidade também era bem menor do que conhecemos hoje, a distribuição do espaço urbano era outro e a situação da moradia naquela época já configurava um problema social, desde a precariedade até a insalubridade - questão recorrente no país inteiro. As senzalas urbanas existiram em Rio Grande. O ponto é: a colonialidade da memória fez desaparecerem na paisagem, formada por camadas de escolhas e esquecimentos deliberados.

A partir do que a estrutura da construção nos oferece e do imaginário e da memória popular, podemos fazer do casarão do Centro de Cultura uma **alegoria do apagamento da história local**: uma linda fachada, um simbolismo de poder e grandiosidade de um passado que, por baixo, esconde e disfarça outras realidades, outras vivências, outra história.

Uma alegoria é uma representação, um “modo indireto de representar uma coisa ou uma ideia sob a aparência de outra”⁴; a alegoria de apagamento aqui proposta seriam as formas com que este apagamento assume, seja num casarão, numa estátua, num objeto, numa marca. Nessa alegoria, o apagamento toma a forma daquilo que consideramos patrimônio.

Um casarão que teria uma senzala urbana ser escolhido como centro municipal de cultura é a maior alegoria de apagamento que se pode ter. Quem construiu aquela casa? Quem limpava, cozinava? Quem abria e fechava as janelas? Quem, de fato, sabia do seu funcionamento, das suas rachaduras, dos seus reparos, de qual o melhor lugar para uma planta pegar a luz do sol? Um espaço de morar, de viver, é testemunha e registro da história.

Como explica o arquiteto e urbanista Alex Nicolaeff, no documentário *Crônica da Destruição* (2015), “A arquitetura é um documento. Quer saber como vivia aquela sociedade, pega uma casa grande, tá tudo lá, como vivia aquela gente. **As relações sociais estão estratificadas em pedra**” (grifo meu).

A fala de Nicolaeff nos relembra que todo patrimônio é uma forma de História Pública. As construções edificadas também contam a história local e também carregam consigo as marcas das escolhas das narrativas oficiais; ou seja, o conjunto arquitetônico/edificado também “emerge como uma história pública que se realiza como mudança na paisagem comunitária para articular um passado”. (SANTIAGO JUNIOR, 2021, p.93). Isto é, um passado dentre muitos.

Uma cidade é composta de camadas que contam a sua história. Existem várias cidades, várias histórias sobrepostas em uma só. Assim como a cidade, uma casa também possui camadas; em um casarão antigo com uma senzala, principalmente - existe uma história em cima, outra embaixo. No caso do Centro Municipal de Cultura, essas camadas se evidenciam. Ao ser escolhido como o centro da cultura local, como símbolo dessa cultura, a alegoria do apagamento se revela: a cultura que está “em cima” não inclui a que está “embaixo”, pelo contrário, a oculta e a silencia, a retira da história local. A torna invisível.

Em razão disso, a alegoria do apagamento também nos confronta com a função social das/dos historiadoras/historiadores. Nós somos os mediadores da relação que uma sociedade tem com a sua história:

⁴ Dicionário Priberam, verbete Alegoria. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/alegoria> . Acesso em: 30 set 2025.

(...) os olhos no passado. Este é um olhar é capaz de presentificar uma ausência, vendo o que outros não vêem, enxergando nas marcas da historicidade deixadas pelos homens de outro tempo, a vida que habitou nelas um dia. Historiadores devem ser mesmo capazes de buscar a palavra onde há silêncio, de encontrar o gesto onde se registra a ausência. Historiadores devem, sobretudo, ver além do que aquilo que é mostrado ou dito. (PESAVENTO, 2004, p.24)

CIDADES AINDA COLONIZADAS E O DIREITO AO PATRIMÔNIO

A colonialidade produziu cidades negadas e que negam histórias e pertencimento aos seus habitantes, assim como também institucionalizou o esquecimento através de narrativas oficiais, monumentalização e patrimonialização, nomes de ruas, escolas, postos de saúde e praças.

Esta soma de negações nos impede de viver a cidade por inteiro, de participar de sua construção e de ser parte dela. Dessa maneira, vivemos a cidade com afastamentos e assistimos o acontecer de uma história na qual não nos enxergamos, numa realidade do “não foi bem assim”.

Toda cidade é um registro, um lugar de memória, mas é um registro fragmentado, recortado, sobreposto ao longo dos anos. Em outras palavras, como aponta Henri Lefebvre (2011, p.106):

a cidade, enquanto realidade acabada, se decompõe. O conhecimento tem diante de si, a fim de decupá-la e recompô-la a partir de fragmentos, a cidade histórica já modificada. Como texto social, esta cidade histórica não tem mais nada de uma sequência coerente de prescrições, de um emprego do tempo ligado a símbolos, a um estilo. Assume ares de um documento, de uma exposição, de um museu.

Os centros históricos das cidades não são apenas um conjunto de casas antigas. São também o resultado das escolhas feitas pelos grupos que detinham o poder da memória e de narrar a história daquela localidade. Preservar, manter, deixar cair, demolir, impedir o acesso, permitir a visita, tudo isso revela o alcance e a persistência da colonialidade nas nossas cidades. Nossos patrimônios são espelhos que ora podem nos revelar o que de fato enxergamos; ora podem distorcer o que está diante de nós.

De acordo com o Dicionário de Conceitos Históricos (SILVA;SILVA, 2009, p.325), patrimônio cultural é “tudo o que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia”. Qual homem e o mundo de quem?

Para que o patrimônio assuma, de fato, esse significado é preciso fortalecer a relação com aquilo que faz parte do cotidiano de quem habita esses lugares e que, ao mesmo tempo, os torna tão singulares. É aqui que a História Pública se mostra uma prática importante contra a colonialidade das cidades: ao tornar acessível outras histórias, outras memórias, o conhecimento histórico se expande e a consciência histórica se torna parte fundamental do uso e da experiência da cidade. Assim, a cidade deixa de ser um espaço de negação e passa a ser um espaço de possibilidades.

Partindo do ponto de que o conhecimento histórico é fundamental para todos os tipos de práticas em sociedade, sejam estas políticas, econômicas, ambientais e/ou éticas, a razão da prática da História Pública se dá no encaixe entre duas ideias - esse encaixe se manifesta no **direito ao patrimônio**. Por quê?

A primeira diz respeito à função da história hoje: “uma das tarefas contemporâneas da história é ensinar e permitir a construção de maneiras de olhar o mundo, de perceber o social, de

entender a temporalidade e a vida humana" (ALBUQUERQUE, 2012, p. 31). A segunda é a importância do patrimônio cultural e os seus usos nas sociedades que construímos e habitamos:

O patrimônio cultural pode e deve ser utilizado por todos que compõem nossa sociedade, sejam na condição de crianças, jovens ou adultos, como fonte para o conhecimento, tanto individual quanto coletivo, sobre o nosso passado, sobre nossas tradições, capacitando-nos para que possamos ser capazes de usufruir e valorizar nossa herança cultural, bem como mediante processos de criação cultural, quando necessário, estejamos capacitados a atos de resignificação, incorporando-a à nossa vida cotidiana, ao nosso dia a dia. (OLIVEIRA, 2019, p.98)

A partir do encaixe dessas duas ideias podemos compreender que a História Pública é um processo de criação cultural que nos permite outras maneiras de olhar o mundo. E toda criação cultural está conectada às origens, à identidade, à memória e ao pertencimento, porque estes são os elementos presentes na formação das culturas e nas trocas culturais.

É por essa razão que Marcos Paulo Miranda (2023) afirma que o direito ao patrimônio é um desdobramento do direito à cultura. Sendo a cultura um direito fundamental, o direito ao patrimônio também assim o é, conforme os artigos 215 e 216 da Constituição Federal⁵. Dessa forma:

O Direito do Patrimônio Cultural, para além de ciência, é um instrumento que se volta à tutela de **uma realidade viva, que está sempre na encruzilhada entre a memória e a criação**, permitindo o enraizamento dos bens culturais materiais e imateriais, da herança transmitida entre as gerações e da memória como garantia de permanência dos valores de nossa sociedade. (MIRANDA, 2023, p.27, grifo meu)

Essa realidade viva na encruzilhada da memória com a criação é o que a colonialidade nos impede de conhecer, de experienciar. Foi essa realidade viva que fez a cidade acontecer com a sua força de trabalho explorada, com os trabalhos de cuidado, com os trabalhos de manutenção, com a produção de alimentos. Foi o trabalho de quem limpou, cozinhou, varreu, pintou, consertou, que possibilitou que o antigo casarão chegasse aos nossos dias. Do contrário, seria mais um espaço vazio por falta de cuidado e interesse. E um espaço vazio não apaga apenas uma história: apaga e nega a existência de todas.

Por isso, uma das formas de garantir o exercício do direito ao patrimônio é a História Pública, que também acaba por se tornar uma garantia ao direito à cidade, ou seja, o direito de usufruir dignamente do seu espaço de viver e de pertencer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um texto de 1933 intitulado *Experiência e Pobreza*, Walter Benjamin nos faz uma pergunta: “Qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?”. Essa é a pergunta-chave quando encaramos a alegoria do apagamento.

Benjamin nos convoca a repensar a relação que temos com nosso patrimônio. Não se trata apenas de falar sobre, mas de transformar a maneira como lidamos com aquilo que foi escolhido, por outras pessoas em outros tempos, como registro do que fomos e de como queremos ser rememorados.

⁵ Constituição Federal disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 29 set 2025.

Enfrentar a colonialidade não significa um apontar de dedos, classificar os bons e os ruins: é muito mais do que isso. É colocar os olhos no passado e, a partir desse olhar, enxergar um passado que segue circulando pelas cidades, seja através do patrimônio, seja pela memória popular ou na narrativa da história local oficial.

É olhar para um casarão antigo e ver além da fachada. É olhar para a senzala escondida debaixo do casarão e ver além daquele estigma. É olhar para a cidade e ver a multiplicidade de formas de contar uma mesma história.

Quando percebemos que dentro de uma história existe uma rede de trajetórias que se cruzam, se confrontam ou se complementam; e que dentro de uma cidade existem muitas outras cidades ainda por descobrir, entendemos que o apagamento é, sim, uma forma de poder, mas não é um destino imposto.

O que descobrimos com as nossas histórias locais é a lição que Lefebvre (2011, p. 106-107) sintetizou em uma frase: “O passado, o presente e o possível não se separam”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et.al. (org). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: **Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política - Ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

Crônica da Destruição. Direção: Eduardo Ades. Produção: Daniela Santos; Eduardo Ades; João Felipe Freitas. Brasil: Boituí; Tela Brasilis; Canal Brasil, 2015. 1 vídeo online. Disponível em: <https://play.ebc.com.br/programas/736/episodios/10091/cronica-da-demolicao>. Acesso em: 23 set. 2025.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A cidade no Brasil - período colonial. Revista **Caminhos da Geografia**, Uberlândia v. 12, n. 38, ps. 8-15, junho de 2011. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em 25 set. 2025.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Introdução ao Direito do Patrimônio Cultural Brasileiro.** Belo Horizonte: 3i Editora, 2023.

OLIVEIRA, Almir. Educação patrimonial. In: **Dicionário de Ensino de História.** Marieta Ferreira e Margarida de Oliveira (orgs.) Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, ps. 98-101.

PESAVENTO, Sandra. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Revista Esboços**, nº11, UFSC, 2004, ps.24-30. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/163491>. Acesso em: mai. 2025.

SAINT-HILLAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

SANTIAGO JUNIOR, Francisco. De São Paulo a Charlottesville: derrubada e questionamento de monumentos como casos de iconoclastia política da história pública. In: **História Pública e história do tempo presente**. Rogério Rodrigues; Viviane Borges (orgs.). São Paulo: Letra e Voz, 2021.

SANTOS, Joel Rufino dos. Culturas negras, civilização brasileira. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Dossiê Negro Brasileiro Negro, nº. 25, 1997, ps. 5-9.

SCHWARCZ, Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Imagens da branquitude: a presença da ausência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SILVA, Antonio Cleber dos Santos. Centro Municipal de Cultura. IN: **Blog Café Rio Grande**. Publicado em: 27 de julho de 2010. Disponível em:
<http://caferiogrande.blogspot.com/2010/07/centro-municipal-de-cultura.html>. Acesso em 25 set. 2025.

SILVA, Kalina; SILVA, Maciel. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

TORRES, Luiz Henrique. **História do Município de Rio Grande**. Rio Grande: Pluscom Editora, 2015.

_____. Prédio do Centro Municipal de Cultura. IN: **Professor Torres: história e historiografia do RS**. Publicado em: 22 de março de 2021. Disponível em:
<https://historiaehistoriografiadors.blogspot.com/2021/03/predio-do-centro-municipal-de-cultura.html>.

Bastos Guerra e o Circuito Teatral em Rio Grande/RS: entre a tradição europeia e a cultura local

Bastos Guerra and the Theatrical Circuit of Rio Grande: Between European Tradition and Local Culture

Resumo: Este artigo propõe uma releitura da história do teatro na cidade do Rio Grande. A investigação articula análises documentais, iconográficas e relatos orais, a fim de compreender como as práticas teatrais se inserem na vida social e urbana da cidade, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX. Busca-se compreender a relação entre a construção arquitetônica dos teatros, a participação da sociedade, as influências europeias e a pluralidade das produções artísticas locais, evidenciada nas atividades do artista Bastos Guerra. Ao analisar essas interações, o estudo contribui para a preservação da memória cultural rio-grandina, destacando a importância de artistas que, muitas vezes, foram invisibilizados, e reforçando o papel do teatro como espaço de sociabilidade, circulação cultural e formação de identidade regional, sendo esse um patrimônio tanto material quanto imaterial do município.

Palavras-chave: Rio Grande; Teatro; Bastos Guerra; História cultural.

Abstract: This article advances a reinterpretation of the history of theater in the city of Rio Grande. The research draws upon documentary, iconographic, and oral sources to examine how theatrical practices became embedded in the city's social and urban fabric from the nineteenth century through the early decades of the twentieth century. It investigates the relationship between the architectural construction of theaters, societal participation, European influences, and the plurality of local artistic productions, particularly exemplified in the work of the artist Bastos Guerra. By analyzing these interconnections, the study contributes to the preservation of Rio Grande's cultural memory, underscoring the significance of artists who have frequently remained marginalized, while reaffirming the role of theater as a locus of sociability, cultural circulation, and regional identity formation. In this sense, theater is understood as a heritage of both tangible and intangible dimensions within the municipality.

Keywords: Rio Grande; Theater; Bastos Guerra; Cultural History.

Lara Freitas de Oliveira*

Vivian Paulitsch**

* Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, especialista em Patrimônio Arquitetônico e Urbano pela Unyleya (2022), bacharel em Artes Visuais pela FURG (2021) e tecnóloga em Conservação e Restauro pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (2024). E-mail: contatolarafreitas@gmail.com.

** Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (2000), é Mestre em História da Arte e da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: vpaulitsch@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo revisitar a história cultural da cidade do Rio Grande/RS, destacando sua importância como centro artístico no extremo sul do Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Para tanto, o trabalho está organizado em três eixos principais: em um primeiro momento, aborda-se o desenvolvimento urbano e cultural da cidade de Rio Grande, enfatizando as transformações ocorridas no início do século passado; em seguida, examina-se o circuito teatral local, com especial atenção a dois espaços de grande relevância - o Teatro Sete de Setembro e o Politeama Rio-Grandense -; e, por fim, apresenta-se a trajetória do artista português Bastos Guerra (1878-1964), cuja carreira multifacetada consolidou sua presença no cenário artístico rio-grandino.

Ao retomar esses três aspectos em diálogo, busca-se compreender como a cidade, seus espaços teatrais e seus artistas se entrelaçam na constituição de uma memória cultural que ultrapassa os limites regionais. Como aponta Bittencourt (2008), investigar o teatro significa não apenas analisar práticas cênicas, mas também compreender sua relação intrínseca com a história social da arte e da arquitetura, dimensões fundamentais para a formação urbana e identitária. Nesse sentido, a análise do teatro rio-grandino implica considerar tanto sua inserção nos ideais da Belle Époque brasileira quanto às práticas locais que marcaram o cotidiano da cidade.

O trabalho também se insere em um esforço de valorização da memória artística do município. Monteiro (1946) já ressaltava a necessidade de cultivar a história cultural de Rio Grande para evitar que ela se perca no esquecimento. Essa perspectiva orienta a presente pesquisa, que, além de resgatar aspectos do circuito teatral, propõe dar visibilidade a artistas que nele atuaram e, muitas vezes, foram marginalizados pela historiografia oficial. É nesse escopo que se insere a análise sobre Bastos Guerra, cuja atuação como cenógrafo, diretor, figurinista, pintor e educador artístico evidencia a pluralidade de funções que compuseram sua carreira e sua relevância para a cidade.

Metodologicamente, articula-se a análise documental e iconográfica, valendo- nos de jornais, fotografias, gravuras, programas de espetáculo, registros arquitetônicos e relatos orais, além de fontes secundárias já consolidadas na historiografia rio-grandina. Essa combinação de materiais permite não apenas reconstruir aspectos materiais da prática teatral, mas também dar lugar às memórias e experiências subjetivas vinculadas ao fazer artístico.

Ao estruturar o estudo nesses três eixos - a cidade, seus teatros e um de seus protagonistas - pretendemos ampliar o conhecimento sobre a história cultural de Rio Grande e reafirmar a importância de preservar e difundir seu patrimônio artístico. Dar visibilidade à trajetória de Bastos Guerra, em diálogo com os espaços e contextos que marcaram sua atuação, significa também contribuir para uma compreensão mais ampla da formação cultural do Brasil, a partir de uma perspectiva regional.

RIO GRANDE NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX: TRANSFORMAÇÕES URBANAS E CULTURAIS

Para compreender o contexto em que se desenvolveram os teatros e a carreira de Bastos Guerra, é fundamental situar a cidade do Rio Grande em suas dimensões urbanas, sociais e culturais. Ao longo do século XIX e início do XX, a cidade passou por transformações significativas, resultado da expansão econômica, do crescimento populacional e da influência de ideais culturais europeus, especialmente os associados à Belle Époque. Essas mudanças impactaram

diretamente a vida cotidiana, os espaços públicos e a sociabilidade dos habitantes, criando condições favoráveis ao surgimento de expressões artísticas diversificadas. Nesse panorama, a cidade não se apresenta apenas como um cenário para o desenvolvimento do teatro, mas como um agente ativo na constituição de uma vida cultural própria, que dialoga com práticas locais e com influências externas, consolidando-se como espaço de produção, circulação e consumo de manifestações artísticas.

A cidade do Rio Grande, localizada estrategicamente às margens da Lagoa dos Patos e em contato direto com o Oceano Atlântico, possui uma história profundamente marcada por sua função portuária e comercial. Desde sua fundação, no século XVII, o município esteve intimamente ligado às disputas marítimas entre Portugal e Espanha, resultando na consolidação de um complexo portuário que se tornaria central para a economia da capitania do Rio Grande do Sul (TORRES, 2015). Ao longo do século XIX, a cidade passou de uma localidade de caráter militar e agrícola para um importante polo comercial, marcado pelo escoamento de produtos pecuários como charque, couro e sebo, e pela importação de manufaturados europeus e norte-americanos. A instalação da Alfândega em 1804 consolidou o papel do Rio Grande como centro de exportação e importação, fortalecendo sua posição no comércio regional e nacional (BITTENCOURT, 2007).

O processo de industrialização, embora tardio em relação à Inglaterra, iniciou-se de forma efetiva em meados da segunda metade do século XIX, com a instalação de indústrias estrangeiras nos setores têxtil e alimentício. Essas transformações impulsionaram o crescimento urbano, o surgimento de novas áreas residenciais e a modernização da infraestrutura, incluindo a implementação de iluminação a gás, calçamento, esgotos, bonde elétrico e saneamento urbano (TORRES, 2015). Entre 1845 e 1878, a cidade expandiu-se de 36 hectares para 458 hectares, registrando a transição da Cidade Antiga para a Cidade Nova, refletindo o aumento populacional e a diversificação econômica.

Esse crescimento econômico gerou uma série de transformações urbanas. A cidade, que até meados do século XIX possuía características coloniais marcantes, começou a adotar novos padrões arquitetônicos e de organização espacial. O calçamento das ruas, a iluminação pública - primeiro a gás e, mais tarde, elétrica -, a construção de praças e jardins e o surgimento de bairros planejados imprimiram ao espaço urbano um aspecto moderno, sintonizado com o ideário da Belle Époque que se difundia pelo mundo ocidental. Como ressalta Bittencourt (2008), pesquisar as manifestações artísticas e culturais desse período significa também refletir sobre a formação de uma história social da cidade, de sua arquitetura e da identidade de seus habitantes.

No plano social, a industrialização atraiu trabalhadores de diferentes origens, tanto brasileiros de outras regiões quanto imigrantes estrangeiros. Esse movimento populacional contribuiu para diversificar a vida urbana e intensificar a circulação de ideias, práticas e valores culturais.

Paralelamente às transformações urbanas e industriais, ocorreram mudanças significativas nos hábitos sociais e culturais da população. A burguesia local, influenciada pelos modelos europeus, sobretudo franceses, promoveu um processo de europeização urbana e cultural, traduzido no estilo arquitetônico dos sobrados, no embelezamento de praças e na constituição de espaços de sociabilidade como clubes, cafés, bibliotecas, sociedades musicais e teatros (BITTENCOURT, 2007). Esses locais não apenas configuravam a estética da cidade, mas também serviam como instrumentos de afirmação social e de difusão cultural, estabelecendo padrões de prestígio e distinção entre as camadas urbanas. Ao lado desses ambientes, os teatros se firmaram como verdadeiros centros de encontro da burguesia local, servindo não apenas para a fruição de

espetáculos, mas também para a afirmação de um estilo de vida moderno e distinto.

Entre os espaços mais significativos destacaram-se o Theatro Sete de Setembro e o Politeama Rio-Grandense. Ambos funcionavam como palcos privilegiados para companhias teatrais itinerantes, grupos locais e manifestações artísticas variadas. Nessas casas de espetáculo, o público tinha acesso a peças dramáticas, óperas, concertos e eventos sociais que reforçavam a identidade cultural da cidade. A experiência teatral em Rio Grande, portanto, não se limitava ao entretenimento: era também um instrumento de distinção social, de educação estética e de integração a um circuito mais amplo de circulação de repertórios artísticos (BITTENCOURT, 2008).

O final do século XIX e início do XX, portanto, representa um período de intensa transformação cultural e social no Rio Grande. A cidade, envolvida no grande comércio marítimo, assimilou hábitos, costumes e práticas artísticas oriundos da Europa, ao mesmo tempo em que consolidava sua identidade local. Essa conjuntura favoreceu o surgimento e a proliferação de atividades culturais, como o teatro, que passou a desempenhar papel central na vida social e artística do município. O contato com espetáculos nacionais e estrangeiros, aliado à crescente urbanização, possibilitou a criação de espaços adequados para a performance e circulação de diferentes linguagens artísticas, estabelecendo as bases para a rica trajetória cultural que se desenvolveria nos primeiros anos do século XX.

Como mencionado anteriormente, esse contexto cultural esteve profundamente vinculado à chamada Belle Époque brasileira (c. 1890-1920), período em que várias cidades do país passaram por reformas urbanas, modernização de infraestruturas e difusão de práticas culturais associadas ao ideal de progresso. Em Rio Grande, a Belle Époque se manifestou na construção de edifícios com traços ecléticos e art nouveau, no fortalecimento das artes cênicas e musicais e no florescimento de reuniões artísticas e literárias em residências particulares.

É nesse ambiente que se insere a trajetória de Bastos Guerra (1878-1964), artista português que escolheu Rio Grande como sua cidade de atuação por grande parte da vida. A cidade, em pleno processo de transformação material e cultural, ofereceu condições para que Guerra desenvolvesse sua prática artística multifacetada. Pintor, cenógrafo, figurinista, diretor e educador, ele dialogou intensamente com o ambiente cultural rio-grandino, deixando marcas tanto nas artes visuais quanto no circuito teatral. Sua contribuição se deu justamente na confluência entre os espaços de sociabilidade, os teatros e os movimentos culturais que caracterizaram a cidade nas primeiras décadas do século XX.

A pluralidade da obra de Bastos Guerra não pode ser dissociada desse contexto de efervescência cultural. Como cenógrafo e figurinista, encontrou no Politeama e no Sete de Setembro a possibilidade de exercer plenamente sua criatividade, trazendo para o palco soluções visuais que dialogavam com os repertórios internacionais, mas que também respondiam às demandas locais. Como pintor, dialogou com uma tradição que buscava afirmar identidades regionais ao mesmo tempo em que se abria a referências externas. Como diretor e educador, participou do esforço coletivo de consolidar em Rio Grande um ambiente artístico vibrante, contribuindo para a formação de públicos e para a valorização das artes.

Dessa forma, compreender a vida cultural e urbana de Rio Grande no final do século XIX e início do XX é fundamental para situar a atuação de Bastos Guerra. O artista, ao mesmo tempo que se beneficiou do contexto de modernização e europeização da cidade, também foi responsável por potencializar essa atmosfera cultural, tornando-se figura central para a consolidação do circuito teatral local. A história de Bastos Guerra, portanto, entrelaça-se à história de Rio Grande, revelando

como a cidade ofereceu o cenário ideal para a emergência de uma prática artística plural e inovadora.

O TEATRO NA CIDADE DO RIO GRANDE

A história do teatro brasileiro remonta ao século XVI, mas ganha maior impulso no início do século XIX, especialmente após a vinda da Corte Portuguesa. O período imperial corresponde ao auge e à intensa proliferação de casas de espetáculo no país, em sintonia com a ascensão da burguesia e a apropriação dos espaços urbanos. Lima (2010) descreve como, no decorrer do século XIX, a sociedade parisiense passou a ocupar semipúblicos como teatros e cafés, transformando-os em espaços de sociabilidade e rompendo com a ideia de um teatro submetido à autoridade régia. Nesse novo contexto, “estimularam a participação do espectador em uma cena não mais estabelecida pelos laços autoritários que o ligavam ao soberano, mas, sim, a um teatro visual imaginativo, que projetasse meios estéticos significativos coerentes com sua realidade” (LIMA, 2010, p. 3).

Esse processo dialoga com uma retomada do espírito barroco, em que o teatro rompe as barreiras físicas e se expande ao meio social, fundindo realidade e arte, transformando a própria população em atores sociais. No Brasil do século XIX, tal movimento se traduziu na construção de teatros imponentes, em posição de destaque no tecido urbano, inspirados especialmente nos modelos neoclássicos europeus (LIMA, 2010).

Em Rio Grande, a presença do teatro é antiga, mas sua trajetória inicial apresenta lacunas documentais. O registro mais remoto data de 1809, quando o comerciante inglês John Luccock descreveu, em suas Notas, as ruínas de um antigo teatro de madeira próximo à residência do governador, possivelmente destruído por um incêndio. Monteiro (1946) e Bittencourt (1996) sugerem que essa construção poderia remontar ao final do século XVIII, possivelmente nas décadas de 1780 ou 1790. Outros vestígios aparecem em 1829 e 1830, até que, em 1832, é erguido o Theatro Sete de Setembro, marco inaugural da história teatral estruturada da cidade. Um documento de 1833, citado por Monteiro (1946), registra a autorização concedida a Luiz Ferran, mestre de música do Batalhão de Infantaria e Artilharia, para estabelecer um teatro de divertimento público. Pouco depois, em 1834, o francês Arsène Isabelle, em seu *Voyage à Buenos Ayres et Porto Alegre*, relatou a existência de uma sala adquirida para espetáculos teatrais em Rio Grande (MONTEIRO, 1939). Esses indícios confirmam que, desde as primeiras décadas do século XIX, a cidade buscava consolidar seus espaços de representação cênica.

Durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), a atividade teatral sofreu oscilações. Embora Rio Grande não tenha sido ocupada, Monteiro (1946) registra o fechamento temporário do teatro em 1840, enquanto Bittencourt (1996) sugere que as apresentações se mantiveram em menor frequência. O prestígio da arte teatral, contudo, se reafirma em 1845, quando D. Pedro II e Teresa Cristina visitam a cidade. O jornal *O Rio-Grandense* relatou a ida da comitiva imperial ao Theatro Sete de Setembro para assistir à peça *Almançor* ou *O Último Rei do Algarve*, de Serpa Pimentel, encenada pela companhia de Frutuoso Dias (BITTENCOURT, 1996, p. 127).

As apresentações seguiam um ritual típico: abriam-se com a ouverture da orquestra, seguiam-se peças divididas em atos, e a noite podia encerrar-se com declamações, saraus musicais, bailados ou pequenas esquetes. Mais do que simples entretenimento, o teatro representava um espaço de contato com culturas de outras regiões e países, universalizando a experiência das cidades em um tempo em que os meios de comunicação ainda eram precários. Nesse sentido, “para além de sua função de divertimento, os teatros eram vistos como instrumentos ao aprimoramento

civilizacional, sinônimos de progresso e lazer instrutivo” (BITTENCOURT, 2008, p. 47-48).

A partir da segunda metade do século XIX, surgiram em Rio Grande diversas sociedades dramáticas, reunindo grupos locais que produziam espetáculos, muitas vezes a partir de peças consagradas. Essas associações, de vida longa ou efêmera, marcaram o circuito cultural da cidade. O processo de popularização do teatro foi reforçado pela inauguração, em 1876, do anfiteatro Albano Pereira - mais tarde transformado no Politeama Rio-Grandense, inaugurado em novo prédio em 1885. Diferente do Sete de Setembro, voltado sobretudo às elites, o Politeama foi erguido já com caráter mais inclusivo, permitindo maior acesso às camadas populares (BITTENCOURT, 2007).

Faria (2000) aponta que o teatro brasileiro sofreu uma ruptura em 1865, quando gêneros mais leves e musicados, como operetas, mágicas (fêries) e revistas de ano, ganharam espaço, ao lado da comédia de costumes. Essa mudança também repercutiu em Rio Grande, em que os palcos acolheram tanto o teatro dramático e lírico quanto espetáculos de variedades: declamações, transformismo, ilusionismo, atividades circenses e, posteriormente, projeções cinematográficas (BITTENCOURT, 2007).

A cidade se destacou também por seu expressivo número de dramaturgos locais. Bittencourt (2001) lista cerca de 150 obras de autores nascidos ou atuantes em Rio Grande, como Manoel José da Silva Bastos, Apolinário Porto Alegre, Julieta de Melo Monteiro e Ernani Fornari, entre outros. Essa produção autoral, somada à presença de artistas estrangeiros que se fixaram no município, fortaleceu o circuito teatral local. Entre eles, cabe ressaltar o português Bastos Guerra, cuja trajetória entre as décadas de 1920 e 1940 será analisada posteriormente nesta pesquisa.

A consolidação do teatro em Rio Grande, com os edifícios do Sete de Setembro e do Politeama, fez da cidade um polo cultural relevante no Rio Grande do Sul. Esses espaços atraíram importantes companhias nacionais e internacionais, ao mesmo tempo em que serviram de palco para a criatividade local. Já no final do século XIX e início do XX, a chegada do cinema impôs novas demandas, levando teatros a serem adaptados, reconstruídos ou mesmo demolidos. Hoje, muitos desses prédios encontram-se descaracterizados, transformados em estabelecimentos comerciais, restando apenas vestígios de sua importância no passado.

A TRAJETÓRIA DO ARTISTA BASTOS GUERRA

A partir de uma entrevista e de documentos cedidos pelo advogado e estilista Mauro Pery Bastos Guerra, filho do segundo matrimônio de Joaquim Ribeiro Figueiredo Bastos Guerra, foi possível vislumbrar parte da trajetória desse exímio artista. A entrevista, realizada em novembro de 2020, foi conduzida em dois momentos, com roteiros distintos. Atendendo ao pedido do entrevistado, as respostas foram entregues por escrito, o que contribuiu para preservar suas memórias com maior precisão.

Figura 1 - Retrato do artista Bastos Guerra.



Fonte: Acervo da família.

O já mencionado pintor da cúpula do Theatro Sete de Setembro e brilhante diretor e cenógrafo de peças que ocuparam o palco do Politeama Rio-Grandense, Bastos Guerra (1878-1964) destacou-se como uma das personalidades mais atuantes no cenário artístico da cidade do Rio Grande. Nascido em Águeda, distrito de Aveiro, Portugal, no dia 15 de janeiro de 1878, era filho de Francisco de Figueiredo Bastos e Josefa Maria de Jesus.

Após concluir seus estudos em Portugal, mudou-se para o Brasil em meados de 1894, acompanhado do pai e do irmão, fixando residência em Pelotas (RS). Na cidade, casou-se com Anna Porto Guerra (1884-1937?), com quem teve oito filhos, entre eles, as gêmeas Ondina e Olga, os gêmeos Otto e Oscar, além de Hércio e Joaquim. Em Pelotas, Bastos Guerra trabalhou intensamente na ornamentação de clubes sociais, como o Clube Diamantinos, Clube Brilhante e Clube Caixeiral, onde produziu decorações internas e carros alegóricos para os desfiles carnavalescos. Também atuou nos teatros locais, entre eles o Theatro Sete de Abril, o Theatro Guarany e o Teatro Avenida.

Figura 2 - Fotografia do carro alegórico idealizado e construído pelo artista Bastos Guerra.



Fonte: Acervo da família.

Sua habilidade como cenógrafo já era reconhecida nesse período. Em 1913, foi escolhido pelo Clube Diamantinos para criar o carro alegórico que conduziu a corte carnavalesca, cuja rainha era a filha da Baronesa Déia Maciel.

Figura 3 - Carro Alegórico do Club Diamantinos em 1913.



Fonte: Acervo da família.

Em 1915, retornou à Europa acompanhado da esposa e dos demais filhos, Ondina, Joaquim e Hércio. Nesse período, Bastos Guerra iniciou seus filhos no canto lírico, promovendo apresentações em diversas cidades europeias.

Figura 4 e 5 - Fotografia de Hercio e Ondina vestidos para apresentações, possivelmente de canto.



Fonte: Acervo da família.

Figura 6 e 7 - À esquerda retrato de Hércio Guerra e, à direita, retrato de Joaquim Guerra.



Fonte: Acervo da família.

O retorno ao Brasil deu-se entre 1921 e 1922, quando a família residiu brevemente no Rio de Janeiro, como comprova a carteira de identidade da Casa dos Artistas de Ondina Guerra. Pouco depois, retomaram a vida em Pelotas, onde passaram a circular em apresentações artísticas por diferentes cidades do Rio Grande do Sul.

Figura 8 - Carteira de Identidade da Casa dos Artista de Ondina Guerra.



Fonte: Acervo da família.

Nesse contexto, Bastos Guerra foi responsável pela criação e direção da Companhia Lírica Dramática Guarani, formada com atores locais. A estreia ocorreu em 6 de janeiro de 1923, no Cine-Teatro Guarany, com o drama *A Rosa do Adro* (BITTENCOURT, 2007). O artista atuava em todas as etapas da produção: concebia os figurinos, elaborava os cenários e dirigia os espetáculos. Entre as obras encenadas, destacam-se *A Rosa do Adro*, *Milagres de Santo Antônio* e *O Mártir do Calvário*. Os espetáculos eram frequentemente acompanhados pela orquestra da escola de música da Sra. Lili Shimith, combinando dramaturgia, canto lírico e música ao vivo, em uma síntese artística que marcou a cena cultural rio-grandina.

Com a morte de Anna Porto Guerra, possivelmente em 1937, Bastos Guerra contraiu novo matrimônio com Elza Passos (1916-19??) em 1938, fixando-se na cidade do Rio Grande. Dessa união nasceram Ligia Maria Bastos Guerra (1940-1989), Livia Alcina Bastos Guerra (1942-2010), Esther Badelaide Bastos Guerra (1947-2010) e Mauro Pery Bastos Guerra (nascido em 30 de outubro de 1948). Segundo o próprio Mauro, “todos estes filhos com formação musical e artística trabalharam na Companhia Lírica Dramática ‘Guarani’ por ele [Bastos Guerra] fundada em todos os teatros desta cidade” (GUERRA, 2020, s/p.).

Figura 9 e 10 - À esquerda Companhia Lírico Dramática Guarany no palco do Politeama Rio-Grandense com cenários de Bastos Guerra e, à direita, Anúncio de Jornal de apresentação da Companhia Lírico Dramática Guarani no Politeama Rio-Grandense.



Fonte: Figura da esquerda:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1105570399804278&set=g.1509648409266249&type=1&theater&ifg=1>. Acesso em: 10 set. 2023.

Figura da direita:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1105570559804262&set=g.1509648409266249&type=1&theater&ifg=1>. Acesso em: 10 set. 2023

Ondina colaborou ativamente com o pai até se casar com o escultor e pintor italiano Ângelo Marin, mudando-se para Caxias do Sul. Entre as produções dirigidas por Bastos Guerra, figuram peças de grande renome, como O Mártir do Calvário, Conde de Monte Cristo, Morro dos Ventos Uivantes, Os Milagres de Santo Antônio, Três Almas para Deus, Rosas de Todo Ano e Adúltera. Essas montagens ocuparam repetidamente os palcos do Politeama Rio-Grandense e do Theatro Sete de Setembro, além de outros espaços, como os teatros Carlos Gomes, Avenida e União Operária.

Figura 11 e 12 - À esquerda Fotografia de Ondina com figurino para apresentação idealizado por Bastos Guerra e, à direita, Fotografia de Ondina Guerra com figurino de Condessa de Morcéf para o drama Conde de Monte Cristo com Figurino idealizado pelo artista Bastos Guerra,



Fonte: Acervo da Família.

Figura 13 e 14 - À esquerda fotografia do ator Tranquedo Leonel como Jesus para a peça Mártir do Carvalho com figurino idealizado por Bastos Guerra e, à direita, Retrato de Ondina Guerra.



Fonte: Acervo da Família.

Sua atuação, contudo, não se restringiu aos grandes palcos. Bastos Guerra também produziu cenários para os teatros escolares da cidade do Rio Grande, como os colégios Joana D'Arc, Juvenal Miller e Salesianos. Como recorda Mauro Guerra:

No palco da escola Joana D'Arc existia o 'pano de boca' por ele pintado tendo ao centro belíssima imagem de 'Santa Joana D'Arc', além de inúmeros cenários encomendados a ele pela irmandade [...] (GUERRA, 2020, s/p.).

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, Bastos Guerra consolidou-se como expoente da cenografia no sul do estado. Como aponta Bittencourt (2001, p. 125- 126):

A arte cenográfica desenvolvida na cidade durante os Anos Vinte e os Trinta tinha como expoente o português Joaquim Ribeiro Figueiredo Bastos Guerra (1882¹-1964), hábil artista na confecção de cenários, fornecendo-os a todas as casas de espetáculos. Bastos Guerra trabalhava também em decorações de bailes de carnaval e na construção dos carros alegóricos do Clube Arara, memoráveis por sua grandiosidade e originalidade. Dessas artes efêmeras só restam algumas imagens apreendidas em fotografia de época, nas quais as matizes de preto sobre o papel branco pouco revelam.

Como já mencionado, o artista esteve igualmente ligado às festividades carnavalescas, projetando carros alegóricos que marcaram a memória visual da região. Entre suas criações destacam-se os desfiles do Clube Araras e do Clube Espia Só, em Pelotas, os carros da Festa da Uva de 1958 e da 1ª Festa do Mar, bem como trabalhos realizados em Porto Alegre em 1954 e 1955. Sua versatilidade revela um domínio pleno das artes efêmeras, unindo espetáculo, plasticidade e técnica.

¹ O ano de nascimento do artista diverge do mencionado por seu filho Mauro Guerra, o qual registrar ter sido em 1878.

Figura 15 e 16 - Fotografias do carro alegórico para a Festa da Uva em Caxias do Sul/RS no ano de 1958. Em cima da águia, encontra-se a filha de Bastos Guerra, Ligia, e, na parte inferior, as filhas Livia e Esther e a neta Iara.



Fonte: Acervo da família.

Amigo e colaborador do escultor e pintor italiano Matheus Tonietti (1882-1960), Bastos Guerra compartilhou com ele experiências artísticas nos palcos do Teatro Carlos Gomes, reforçando a intensa rede de sociabilidade entre artistas imigrantes e locais.

Ainda que os registros materiais sejam escassos, a memória de Bastos Guerra permanece viva nos relatos familiares e nas marcas que deixou nos espaços culturais da cidade. Seu último ateliê localizava-se no prédio da Alfândega, na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 300, em Rio

Grande. Ele faleceu em 1964, aos 86 anos, deixando um legado multifacetado: pintor, escultor, cenógrafo, figurinista, diretor, teatrólogo e carnavalesco, sua obra abrangeu o teatro, a música, as artes visuais e o carnaval, contribuindo de modo singular para a formação cultural do extremo sul do Brasil.

Figura 17 - Carnaval de 1954 em Porto Alegre. Ao centro, com suspensórios, está Bastos Guerra.



Fonte: Acervo da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Bastos Guerra permite compreender a riqueza e a complexidade do circuito teatral do extremo sul do Rio Grande do Sul especialmente na primeira metade do século XX. Sua atuação não se restringiu à produção de espetáculos: ao transitar entre cenografia, direção, pintura, carnaval e ensino artístico, o artista português inscreveu-se no tecido cultural da cidade de Rio Grande como figura polivalente, responsável por conectar diferentes linguagens em torno da cena.

Sua obra dialoga diretamente com o espírito da Belle Époque brasileira, período em que o teatro assumiu papel central como espaço de sociabilidade e instrução, combinando valores artísticos e civilizatórios. Ao lado de outros artistas locais e imigrantes, Bastos Guerra consolidou um repertório que uniu referências europeias a práticas populares, revelando a pluralidade da formação cultural brasileira.

Nesse sentido, a análise de sua trajetória não apenas ilumina a importância de um artista pouco lembrado pela historiografia, mas também reforça a relevância dos espaços teatrais como depositários de memória coletiva. Como já indicava Bittencourt (2008), o estudo das manifestações teatrais se articula à história social da arte e da arquitetura, possibilitando compreender como a cidade se constrói a partir de suas práticas culturais. Reconstituir a obra de Bastos Guerra é, portanto, revisitar a história da cidade do Rio Grande, valorizando um patrimônio imaterial que,

muitas vezes, sobrevive apenas nos relatos, nos jornais e na memória familiar.

Assim, ao dar visibilidade à pluralidade de suas atuações - do palco às ruas, dos teatros às escolas - este trabalho busca preservar não apenas a biografia de um artista, mas também o lugar da cidade no cenário mais amplo da história cultural do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGORA JORNAL DO SUL. **As artes no passado**, Edição especial 6 cadernos 250 anos de Rio Grande, p. 10-11, 19 fev. 1987.

BITTENCOURT, Ezio da Rocha. Apontamentos sobre o movimento teatral em Rio Grande no século XIX. **Biblos**, v.8, p. 117-137, Dep. de História, FURG, Rio Grande, 1996.

_____. Apontamentos sobre o movimento teatral em Rio Grande no século XIX. **Biblos**, Dep. de História, FURG, Rio Grande, v. 8, p. 117-137, 1996.

_____. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade**: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional (Panorama da história de Rio Grande). 1.ed. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

_____. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade**: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional. 2.ed. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

_____. Os primeiros teatros do Rio Grande do Sul (século XVIII-primeira metade do XIX). In: **XXIV Simpósio Nacional de História** - ANPUH, 2007. História e Multiplicidade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo, 2007.

CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande**: do big bang a 2015. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

DAMASCENO, Athos. **Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: Globo, 1956.

DANCKWARDT, Voltaire P. **O edifício teatral**: resultado edificado da relação palco- platéia. 2001. 245f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. **Anúncios**, p. 1-2, 22 dez. 1881.

FARIA, João Roberto. Um sólido panorama do teatro brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, v. 44, p. 342-346, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30101>>. Acesso em: 17 set. 2020.

GUERRA, Mauro. **Memórias de meu pai**. Entrevista concedida a Lara Freitas de Oliveira. Rio Grande, 2020.

LIMA, Evelyn. F. W. **Espaço e Teatro**. Do edifício teatral à cidade como palco. 1.ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

_____. Arquitetura teatral no Brasil: da Colônia às formas contemporâneas. **Textos do Brasil**, n. 16, p. 84-115, Brasília, 10 maio 2010. Disponível em:
<<http://www.unirio.br/espacoteatral/arquivos/anexo/artigos/arquitetura-teatral-e-cidade>>.
Acesso em: 10 set. 2020.

LUSTOSA, Isabel. O período joanino e a eficiência analítica de alguns textos desbravadores. **Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa)**, v. 2, p. 353- 371, 2008.

MEIRELLES, J.G. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)**. São Bernardo do Campo: UFABC, 2015. 91p.

MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Rebuscos - Coisas e Factos da Cidade: Theatro 7 de setembro. **Jornal O Tempo**, Rio Grande, 5 jul. 1935.

_____. Rebuscos - Coisas e Factos da Cidade: Theatro 7 de setembro. **Jornal O Tempo**, Rio Grande, 4 jul.1935.

_____. Rebuscos - Coisas e Factos da Cidade: o Polytheama. **Jornal O Tempo**, Rio Grande, 4 dez. 1937.

_____. Rebuscos - Coisas e Factos da Cidade: o Polytheama. **Jornal O Tempo**, Rio Grande, 5 dez. 1937.

_____. Rebuscos - Coisas e Factos da Cidade: Theatro 7 de setembro. **Jornal O Tempo**, Rio Grande, 12 abr. 1939.

_____. Rebuscos - Coisas e Factos da Cidade: Theatro 7 de setembro. **Jornal O Tempo**, Rio Grande, 13 abr. 1939.

_____. Coisas de Teatro I. **Jornal Rio Grande**, Rio Grande, s/p., 19 ago. 1946.

_____. Coisas de Teatro II. **Jornal Rio Grande**, Rio Grande, s/p., 21 ago. 1946.

_____. Coisas de Teatro III. **Jornal Rio Grande**, Rio Grande, s/p., 24 ago. 1946.

NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil: República - da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O NOTICIADOR. **Interior Rio Grande**, n. 70, p. 01, 10 set. 1832.

ORTIGARA, Andrea Maio. Belle Époque no Rio Grande-RS: memória e cotidiano urbano. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, p. 1/1362-21, 2019.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2008. PEIXOTO, Fernando. **O que é teatro**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais do município de Rio Grande**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertudini. **A vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822**. Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1985. p. 352

RIO GRANDE DO SUL REVISTA ILUSTRADA **Theatros**, anno I, n. 7, p. 164, jun. 1911.

ROCHO, Lara. **Senhoras e senhores, respeitável público: alvano pereira e seus circos estáveis em Porto Alegre e Rio Grande, 1875-1887**, 2018, 220 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SIQUEIRA, Sônia. **A teatralidade do Barroco**. 2.ed. São Paulo: Centro Cultural Teresa D'Avila, 1996.

TORRES, Luiz Henrique. **História do Município do Rio Grande: fundamentos**. 1.ed. Rio Grande: Pluscom, 2015.

_____. **Fontana e o Álbum Ilustrado**. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2019.

Entre a Memória e o Manifesto: o teatro como espaço de pertencimento e a voz de Coriolano Benicio na crise cultural em Rio Grande (1977)

Between Memory and Manifesto: Theater as a Space of Belonging and the Voice of Coriolano Benicio in the Cultural Crisis of Rio Grande (1977)

Resumo: O presente capítulo busca examinar a crise cultural e o esvaziamento dos espaços teatrais na cidade do Rio Grande/RS, na década de 1970, a partir do documento redigido em 1977, pelo artista e intelectual negro Coriolano Mário de Araujo Benicio. Para tanto, o estudo investiga o contraste entre a efervescência artística local na primeira metade do século XX e o declínio de seus espaços culturais - processo atrelado a reconfigurações econômicas e transformações urbanas que alteraram as dinâmicas de sociabilidade da época. A partir de uma perspectiva historiográfica, o texto analisa o documento como um expressivo ato de cidadania cultural, demonstrando como Coriolano Benicio, ao transitar e atuar como mediador cultural, entre camadas populares e instituições, defendeu o teatro enquanto espaço democrático e lugar de pertencimento coletivo. Diante desse cenário, o trabalho problematiza em que medida a mobilização do autor transcende a simples demanda material por palcos físicos, evidenciando uma reivindicação profunda pela formulação de políticas públicas e pela preservação da prática teatral como elemento essencial da memória coletiva e da identidade cultural rio-grandina.

Palavras-chave: Manifesto; Coriolano Benicio; Rio Grande; Teatro.

Abstract: The present chapter seeks to examine the cultural crisis and the decline of theatrical spaces in the city of Rio Grande, Rio Grande do Sul, during the 1970s, based on a document written in 1977 by the Black artist and intellectual Coriolano Mário de Araujo Benicio. To this end, the study investigates the contrast between the local artistic effervescence of the first half of the twentieth century and the subsequent deterioration of its cultural spaces - a process linked to economic reconfigurations and urban transformations that reshaped the social dynamics of the period. From a historiographical perspective, the text analyzes the document as a significant act of cultural citizenship, demonstrating how Coriolano Benicio, by moving across and acting as a cultural mediator between popular sectors and institutional spheres, defended the theatre as a democratic space and a site of collective belonging. In light of this context, the chapter problematizes the extent to which the author's mobilization transcended the mere material demand for physical stages, revealing instead a profound claim for the formulation of public cultural policies and for the preservation of theatrical practice as an essential element of the collective memory and cultural identity of Rio Grande.

Keywords: Manifesto; Coriolano Benicio; Rio Grande; Theatre.

Carmem G. Burgert Schiavon*

Thiago Gonzaga Telles**

* Professora Titular do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado Profissional em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH-FURG); Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Coordenadora do Centro de Documentação Histórica Prof. Hugo Alberto Pereira Neves (CDH-FURG). Contato: cgbschiavon@yahoo.com.br

** Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH-FURG); Bacharel em História pela FURG, Bolsista do Projeto de Extensão “Núcleo de Memória Virtual da População Negra Rio-Grandina” e Estagiário Voluntário do Centro de Documentação Histórica Prof. Hugo Alberto Pereira das Neves. Contato: gtelles@furg.br

PALAVRAS INICIAIS

No presente texto, objetiva-se abordar aspectos relacionados à cultura rio-grandina, mais especificamente, o teatro no município do Rio Grande/RS, na década de 1970, a partir da produção de um manifesto escrito pelo multifacetado artista Coriolano Benicio.

Coriolano Mário de Araujo Benício (1911-1984) foi uma das figuras mais versáteis e significativas da cena cultural do município do Rio Grande/RS, no século XX, fato que torna a sua trajetória tão rica quanto complexa de caracterizar. Jornalista, teatrólogo, escritor, dramaturgo, quadrinista, artista circense e carnavalesco, iniciou sua trajetória ainda na adolescência, quando de forma artesanal produziu dezesseis edições da revista em quadrinhos *O Beija-Flor*. No jornalismo fundou e dirigiu *O Tagarella* e colaborou em diversos periódicos locais, consolidando presença ativa na imprensa rio-grandina. Sua contribuição estendeu-se ao campo artístico, com a fundação do clube carnavalesco Irresistíveis, em 1930 e, três anos depois, da Companhia Beira-Mar de Amadores de Teatro¹, onde exerceu múltiplas funções, formando gerações de artistas e estruturando uma rede de sociabilidade cultural. Nas décadas seguintes, fortaleceu sua militância cultural em instituições como a Casa do Poeta Rio-Grandino, da qual foi fundador em 1972, e a Academia Rio-Grandina de Letras, na qual foi um dos membros fundadores² (1981) e onde assumiu a cadeira de número 11. Em 1977, publicou o livro *Cinzeiro*, dedicado à vida e obra de Aparício Torelly, o Barão de Itararé.

Coriolano percebeu a cultura como uma ferramenta emancipatória, mas também social. Entendia que a cultura era capaz de ressignificar as experiências e através de suas ações culturais promoveu eventos em prol das crianças carentes, do Asilo dos Pobres, Clube de Senhoras, garis, engraxates e apenados. Muito embora a amplitude de sua atuação, sua trajetória foi marcada pela invisibilização em uma sociedade estruturalmente racista, na qual espaços de prestígio cultural são majoritariamente reservados às elites brancas. Coriolano faleceu em 1984, deixando como herança ao Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira das Neves - CDH, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), um repositório fundamental da memória artística e intelectual do Rio Grande.

Mas, o que leva Coriolano Benicio a se manifestar de forma tão veemente com relação ao cenário cultural local? Para responder a tal questionamento, há que se entender o contexto cultural vivenciado pela cidade, naquele momento. Tal intento será feito, na sequência deste texto.

CORIOLOANO BENICIO E A CRÍTICA À CULTURA RIO-GRANDINA

Em 27 de março de 1977, data consagrada como Dia Internacional do Teatro, Coriolano Benicio, então presidente da Companhia Beira-Mar de Amadores de Teatro, elabora um texto que rompe deliberadamente com o tom comemorativo do costumeiro calendário. O documento - que assume a forma de um manifesto - não se volta para a celebração da arte cênica enquanto valor abstrato, mas para a descrição minuciosa de um quadro de desamparo institucional vivido pelos grupos teatrais rio-grandinos. Trata-se de um documento produzido por um agente de extrema relevância no campo cultural local, oferecendo um importante relato sobre o contexto cultural e o

¹ Enquanto em atividade, era o Grupo de Amadores de Teatro mais antigo do Brasil, título que hoje pertence ao Grupo de Amadores Teatrais Viriato Corrêa, fundado em 1937, na cidade de Três Rios/RJ.

² Coriolano Benicio presidiu a sessão de fundação da Academia em 14 de março de 1981; contudo, o reconhecimento é dado à um triunvirato.

esvaziamento dos espaços de representação teatral na cidade. O contraste entre a memória de uma cidade que tinha o cenário teatral como "centro artístico de primeira ordem" (Benicio, 1977, p. 1) e o contexto do ano de 1977 é o que confere ao discurso de Coriolano sua força retórica e seu valor como fonte histórica. Nesse horizonte, seu "manifesto" apresenta-se como registro privilegiado de uma inflexão na política cultural urbana, em um momento em que espaços historicamente acessíveis às práticas teatrais amadoras passam, de modo progressivo e sistemático, a serem negados a esses grupos.

Antes de adentrar o conteúdo do documento em si, é preciso compreender quem o assina e a partir de qual lugar ele está falando. Natural da cidade do Rio Grande/RS, Coriolano Mário de Araújo Benício (1911) consolidou-se, ao longo do século XX, como uma das figuras centrais do cenário artístico e cultural do município, configurando-se como um agente cultural polivalente que articulou diferentes saberes e fazeres em sua atuação pública. Sua trajetória extrapolou os limites do fazer artístico, alcançando também o campo do engajamento social, contribuindo de forma significativa para a construção e afirmação de uma identidade cultural rio-grandina, bem como para a ampliação do sentimento de pertencimento das classes populares ao universo simbólico da arte. Portanto, quando assina seu "manifesto", em 1977, Coriolano fala na posição de alguém que havia dedicado sua vida à construção de uma prática cultural, como testemunha e protagonista de um processo histórico que ele conhecia de dentro e do qual era parte constitutiva. É essa trajetória plural e profundamente enraizada, que chancela o valor histórico e a legitimidade dos apontamentos presentes no documento.

Há uma dimensão adicional nessa autoridade que merece atenção historiográfica, Coriolano Benicio era um intelectual negro que atuou em espaços que, no Brasil do século XX, frequentemente excluíam homens - e principalmente mulheres - de sua origem social e étnica. Suas ações culturais foram - cada uma a seu modo - atos de presença e de afirmação num campo simbólico profundamente atravessado por hierarquias de classe e raça. Sobre este aspecto, Ribeiro e Gonçalves apontam que:

A abolição da escravidão, em 1888, e a instituição do regime republicano, em 1889, equipararam legalmente todos os sujeitos na condição de livres e iguais, mas a hierarquia social continuou firmando, sob novas roupagens, suas bases na cor da pele, origem racial, condição social e gênero das pessoas. (Ribeiro; Gonçalves, 2024, p. 4)

Nesse horizonte, sua atuação em diferentes campos culturais foram, antes de tudo, a construção de uma presença que contrariava as expectativas raciais e de classe inscritas nesses espaços. Coriolano Benicio habitou ambientes em que a hierarquia social do Brasil, do século XX reservava, na prática, a outros perfis sociais, e o fez com a persistência de quem sabia, ainda que intuitivamente, que estar ali - para além do campo de disputas apontado por Pollak (1989) -, era uma disputa pelo direito de existir.

Sua capacidade de transitar entre as camadas populares e os circuitos institucionais da cultura - que Roger Chartier descreveu como "ligas culturais", onde "os elementos se encontram tão solidamente incorporados uns nos outros como ligas metálicas" (Chartier, 1990, p. 56) - partiu de uma estratégia de intervenção cultural que permitia a ele construir pontes onde o sistema produzia muros. Nessa esteira, o manifesto de 1977 é inseparável dessa trajetória de pertencimento ativo ao tecido cultural da cidade, afinal, trata-se de um sujeito histórico que, após contribuir decisivamente para a tessitura desse campo, posiciona-se na salvaguarda contra a sua desarticulação, sendo um porta-voz daqueles(as) que viviam pelo e para o teatro.

Entre a Memória e o Manifesto: o teatro como espaço de pertencimento e a voz de Coriolano Benicio na crise cultural em Rio Grande (1977)

Além disso, cabe destacar que durante o século XX, a cidade do Rio Grande consolidou-se como um expressivo polo cultural do sul do Brasil. O desenvolvimento urbano do município, impulsionado pela atividade portuária, pela industrialização e pelo crescimento populacional, foi acompanhado pela ampliação de espaços destinados ao lazer, sociabilidade e circulação de bens simbólicos. Tal processo gerou um cenário no qual a experiência cultural assumiu protagonismo na sociedade.

Com relação a este ponto, Bittencourt observa que os processos de modernização da cidade intensificaram as práticas culturais e ampliaram os espaços públicos de convivência, fazendo com que os ambientes teatrais se tornassem locais privilegiados para a criação, difusão e compartilhamento de experiências coletivas, constituindo-se em verdadeiros “sinônimos de urbanidade e modernidade” (Bittencourt, 2007, p. 21). Nesse contexto, os espaços teatrais assumiram um papel profundamente integrado à dinâmica urbana, inseridos nas transformações sociais que marcaram a cidade, sendo responsáveis por estabelecer conexões entre arte, cultura, política, lazer e vida pública. Eram espaços de encontro, de representação social e de construção de pertencimentos, lugares onde diferentes grupos sociais compartilhavam experiências e elaboravam formas de compreender a si mesmos e à cidade que habitavam.

Foi nesse contexto de intensa efervescência cultural que os espaços teatrais e de espetáculo assumiram posição central na vida urbana rio-grandina, constituindo importantes núcleos de sociabilidade, encontro e circulação de ideias, integrando uma ampla rede de práticas culturais que contribuía para a construção das identidades coletivas e para a vitalidade da cidade, concebido como um espaço associado à:

[...] criação e difusão artístico-cultural, à representação social, à informação e formação... eles adquiriram grande importância nas dimensões da vida social e cultural da cidade, constituindo-se em sinônimos de urbanidade e modernidade. Ícones dos prazeres de uma cidade. (Bittencourt, 2007, p. 21)

Ao mesmo tempo, a ampliação e diversificação desses espaços possibilitou a incorporação de públicos cada vez mais heterogêneos, acompanhando transformações sociais que, ainda que de forma limitada, contribuíram para ampliar o acesso às atividades culturais. A consolidação dos cine-teatros ao longo do século XX revela, por sua vez, a capacidade dessas instituições de se reinventarem diante das mudanças tecnológicas e das novas linguagens artísticas, preservando sua relevância em uma sociedade marcada por constantes processos de transformação.

Ao alcançar a década de 1940, Rio Grande possuía uma estrutura cultural notavelmente diversificada, contando simultaneamente com diferentes espaços - como exemplo dos Cine-Teatro 7 de Setembro, Politeama Rio-Grandense, Cine-Teatro Carlos Gomes, Cine-Teatro Avenida, Teatro Guarani e a Sociedade União Operária de Rio Grande - que funcionavam de forma contínua, alternando apresentações cinematográficas, espetáculos teatrais e eventos híbridos de palco e tela (Bittencourt, 2007, p. 82). A eles somava-se ainda o Rádio-Teatro, ampliando as possibilidades de acesso à produção artística local e nacional através de “espetáculos dramáticos e musicais também irradiados para as residências locais” (Bittencourt, 2007, p. 82). Tal configuração evidencia a densidade da vida cultural rio-grandina, permitindo compreender por que a cidade era frequentemente reconhecida como referência regional na circulação de companhias, artistas e produções culturais.

Imagem 1: Espaços teatrais do Rio Grande contemporâneos à Coriolano Benicio



Fonte: Google Earth. Adaptado por Thiago G. Telles.

Sob uma perspectiva historiográfica, investigar o teatro implica “olhar para além do ato cênico” (Oliveira; Paulitsch, 2021, p. 184), compreendendo os modos pelos quais uma comunidade expressa suas tensões, valores e sensibilidades históricas. Nesse horizonte, os teatros rio-grandinos podem ser compreendidos como espaços de produção de identidade cultural, locais onde diferentes narrativas sobre a cidade eram continuamente encenadas, disputadas e ressignificadas. Essa leitura aproxima-se das reflexões de Pierre Nora acerca da memória coletiva, a qual, para o historiador francês, constitui uma experiência viva, encarnada por grupos vivos, permanentemente sujeita às transformações do tempo (Nora, 2008, p. 20-21). Assim, os espaços teatrais de Rio Grande podem ser pensados a partir dessa lente interpretativa como suportes materiais de experiências coletivas, depositários de lembranças, afetos e práticas culturais que contribuíram para a constituição de uma identidade cultural.

É precisamente por essa razão que o cenário descrito por Coriolano Benicio, em 1977, adquire densidade histórica. Seu manifesto não se limita apenas ao cerceamento de acesso a palcos ou a ausência de espaços físicos para a realização de espetáculos, o que emerge de sua narrativa é a percepção de uma ruptura mais profunda, relacionada ao progressivo enfraquecimento de uma prática cultural que durante décadas estruturou parte significativa da vida pública rio-grandina.

Nessa perspectiva, há que se evidenciar que durante a década de 1970, a cidade do Rio Grande vivenciou o declínio da produção fabril, materializada pela falência da Fábrica Rheingantz e o consequente encerramento de suas atividades. De acordo com a historiadora Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, o fim deste ciclo industrial impactou não somente a economia local mas, reverberou na própria salvaguarda do patrimônio cultural, haja vista que “os remanescentes do complexo fabril figuram hoje como restos de passado num presente tensionado entre as reivindicações patrimoniais e a lógica do mercado urbano, marcados por visíveis sinais de abandono” (Ferreira, 2013, p. 70).

Nesse cenário, houve uma nova reconfiguração econômica. Agora, com destaque para a criação do “corredor de exportações” ligado aos investimentos do governo federal no superporto do Rio Grande. Conforme aponta o historiador Luiz Henrique Torres, essa transição representou uma ruptura no desenvolvimento econômico da cidade do Rio Grande, tendo em vista que “a mudança mais radical se deu no período militar, na década de 1970, com o Distrito Industrial do Rio Grande e o corredor de exportações para o Porto do Rio Grande (terminais de grãos), surgindo o SuperPorto” (Torres, 2014, p. 297).

No aspecto educacional, a cidade também apresentava alterações com a fundação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 20 de agosto de 1969, através do Decreto-Lei nº 774³. Esta legislação unificou as primeiras faculdades que existiam no formato isolado (com datação inicial de 1955), no município. Originalmente, a instituição foi administrada como uma fundação e, em 1987, ocorreu a sua federalização, tendo adotado em seu estatuto o direcionamento para a vocação dos ecossistemas costeiros e oceânicos.

Por outro lado, os antigos teatros que haviam funcionado como centros de sociabilidade, circulação de ideias e formação cultural encontravam-se descaracterizados, inviabilizados economicamente, convertidos para outras finalidades ou simplesmente fechados, resultando no esvaziamento de uma rede de relações sociais e culturais construída ao longo de gerações. Esta alteração na fisionomia cultural rio-grandina também foi observada por Villas Bôas (2023), no momento em que o autor relata o abandono do centro histórico da cidade do Rio Grande:

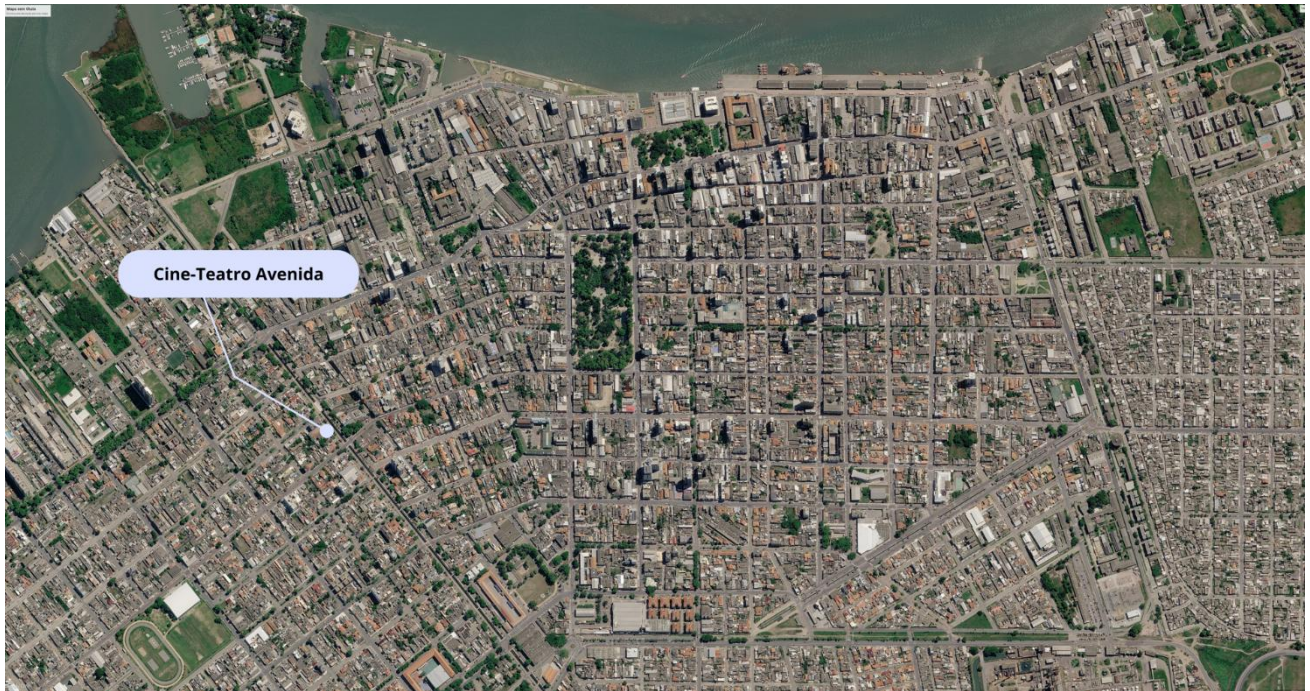
Ao final dos anos 1970, o centro histórico de Rio Grande, assim como de outras cidades brasileiras, se encontrava em progressivo abandono no que tange a sua função residencial, passando cada vez mais a ter um papel comercial e de serviços, com a instalação de rede de lojas, a diminuição e consequente fechamento de estruturas de lazer. (Villas Bôas, 2023, p. 27)

Sob essa perspectiva, o manifesto de Coriolano pode ser lido como o testemunho de um momento de transição, no qual a memória de uma cidade marcada pela intensa circulação artística confrontava-se com uma realidade caracterizada pela redução dos espaços destinados a atividades culturais e pela escassez de investimentos, resultando na dificuldade crescente de manutenção das práticas teatrais.

Em outras palavras, o contraste entre a abundância de espaços de representação, que marcaram a primeira metade do século XX, e o cenário de escassez observado nas décadas de 1970, revela uma transformação nas formas de vivenciar a cultura e ocupar a cidade. Assim, antes mesmo de discutir os argumentos específicos mobilizados por Coriolano Benício, torna-se necessário reconhecer que sua denúncia emerge de uma trajetória histórica mais ampla, ou seja, a passagem de uma cidade cuja identidade cultural foi profundamente marcada pela centralidade de seus espaços teatrais para outra em que esses mesmos lugares já não ocupavam a posição estruturante que haviam desempenhado por décadas.

³ A íntegra deste Decreto encontra-se disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-774-20-agosto-1969-374739-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10 jun. 2026.

Imagem 2: Cenário rio-grandino na atualidade (2026)



Fonte: Google Earth. Adaptado por Thiago G. Telles.

Um dos argumentos mais potentes que atravessa seu manifesto, ainda que não formulado nesses termos, é o de que o teatro é um espaço democrático, ou deveria sê-lo. O teatro, em sua concepção, não era percebido como um privilégio, um espaço de distinção reservado à elite cultural urbana, mas sim, uma forma de presença pública, um lugar de encontro e de reconhecimento coletivo, uma prática capaz de criar pertencimento. Quando Coriolano descreve em seu manifesto a luta "contra o indiferentismo, contra os interesses utilitários, contra o imediatismo e a incompreensão" (Benicio, 1977, p. 1), ele está falando de algo que vai muito além de dificuldades administrativas de oferecimento de espaço, está falando da resistência de uma concepção de cultura como bem comum, diante de uma lógica que a reduz a mercadoria ou a instrumento de distinção. Nesse sentido, o manifesto pode ser lido como um documento sobre cidadania cultural, sobre o direito de existir no espaço público da cidade através da arte.

O quadro que Benicio traça dos espaços teatrais da cidade é, em sua dimensão historiográfica, um documento sobre a transformação do espaço urbano e sobre o que se perde quando o critério econômico coloniza a decisão sobre o uso cultural das edificações. O ponto de partida é a memória de uma Rio Grande que havia sido uma cidade com uma infraestrutura teatral viva, com presença de companhias e artistas de renome nacional, com uma vida cultural que circulava por espaços reconhecidos e acessíveis. Essa memória não se atém apenas ao campo da nostalgia, ela representa um parâmetro para mensurar o retrocesso e como argumento central em favor da contingência histórica, demonstrando que o cenário de 1977 não configurava um destino inevitável, mas sim o produto de escolhas deliberadas. As edificações que o texto percorre são marcas no tecido da cidade que registram o recuo do espaço cultural diante da lógica especulativa e comercial. A descrição do Teatro Carlos Gomes com "suas portas cerradas" no "calçadão" da Bacellar, transformado em "melancólico monumento à incapacidade" (Benicio, 1977, p. 2), é uma

metáfora poderosa, demonstrando o espaço no coração da cidade como sintoma de um esvaziamento mais profundo da vida cultural.

Vale ressaltar que o documento é redigido em 1977, treze anos após o golpe cívico-militar-empresarial de 1964, momento em que a ditadura havia construído, ao longo da década de 1970, mecanismos sofisticados de controle da vida cultural, e os agentes culturais que desejavam continuar operando precisavam escolher cuidadosamente o registro de suas intervenções públicas. Sobre este aspecto, Garcia demonstra que os agentes do campo teatral desenvolveram estratégias específicas de sobrevivência diante dessa pressão, valendo-se de “linguagem figurativa” e recursos de desvio para que seus objetivos não ficassem expostos à interdição (Garcia, 2018, p. 163). Esse teor é evidente em seu manifesto, evitando o confronto político direto e se mantendo em um registro de reivindicação cultural e cívica, apelando a prefeitos, vereadores, diretores de entidades e à comunidade em geral. A denúncia do cerceamento sistemático dos espaços culturais, a descrição do “estrangulamento” da atividade teatral (Benício, 1977, p. 1), o apelo pela construção de um Teatro Municipal que os poderes públicos vinham prometendo e adiando, tudo isso adquire conotações políticas precisas quando situado no contexto de uma ditadura que, paradoxalmente, promovia políticas culturais de caráter nacional-desenvolvimentista enquanto sufocava, em nível local, as condições materiais das práticas culturais independentes, atuando “menos pelo controle do conteúdo em si e mais pelo controle dos circuitos socioculturais pelos quais as obras deveriam circular, aprofundando a dependência financeira dos criadores e produtores em relação ao Estado” (Napolitano, 2011, p. 211).

Em determinado momento, o manifesto abandona o tom reivindicativo e assume uma dimensão profundamente afetiva e simbólica, ao tratar da União Operária. A descrição desse espaço funciona, simultaneamente, como elegia e denúncia:

[...] que tanta Arte abrigou, que tanto talento iluminou, que tanto entusiasmo aqueceu, só ela, a velha e sempre valente “Caixa”, permaneceu de pé, sintomaticamente, simbolicamente, desesperadamente, acusadoramente. E, agora, também ela irá desaparecer. Assim o determinou interesse que não chegamos a bem compreender. (Benício, 1977, p. 4).

Se, anteriormente, Benício lamentava a perda de um espaço que simbolizava décadas de produção artística e convivência cultural; na continuidade, sua argumentação dirige-se ao discurso do progresso utilizado para justificar a transformação urbana. O autor deixa claro que o que está em jogo é a possível ruptura de uma memória coletiva associada à experiência cultural da cidade, aspecto expressado nos seguintes termos:

No seu lugar, diz-se, surgirá um moderno edifício, filho de um progresso bastante discutível, por vezes. Também se comenta que no seu corpo de cimento, aço e vidro, o novo prédio abrigará um auditório. Com que características, entretanto? Em que posição estará ele situado? Terá finalidade específica? Como será cedido aos que o pretenderem ocupar? Terá recursos que o caracterizem como autêntico teatro? Não sabemos. Ficanos, isso sim, a pungente certeza que não será, nem na forma nem no conteúdo, a velha e sempre lembrada “União”, casa de artistas, casa de amigos. (Benício, 1977, p. 4)

Sua inquietação concentra-se na ausência de garantias de que a nova estrutura seja capaz de preservar as funções sociais, culturais e afetivas desempenhadas pela antiga União Operária. Por meio de uma série de questionamentos retóricos, evidencia-se a desconfiança em relação a um modelo de modernização que privilegia a materialidade da obra em detrimento dos vínculos

simbólicos construídos ao longo do tempo. A União Operária era percebida por Benício como um espaço de sociabilidade popular, um lugar onde o teatro convivia ao lado do carnaval, dos bailes e das associações de trabalhadores. Sua descrição concentra, de forma mais intensa do que qualquer outro exemplo, o que está em jogo no manifesto, não apenas a perda de um espaço democrático para realização de espetáculos, mas o apagamento de um lugar de pertencimento coletivo, de um espaço que havia sido - por décadas - uma casa comum para a cultura popular rio-grandina.

As propostas que Coriolano formula em seu manifesto, como a criação de um Teatro Municipal e a implementação do PROTEATRO (Programa de Incentivo ao Teatro), devem ser entendidas como expressão de uma ideia de pertencimento cultural. Em seu apelo final, ao dizer "que na terra que nunca a ninguém negou agasalho, o Teatro tenha a sua Casa!" (Benício, 1977, p. 6), o autor transcende a simples reivindicação por infraestrutura cultural e atribui ao teatro uma dimensão simbólica vinculada à própria identidade da cidade do Rio Grande. A metáfora da "casa" evoca um espaço físico destinado às apresentações artísticas, um lugar de acolhimento, permanência e reconhecimento para os sujeitos que constroem a vida cultural do município. Nesse horizonte, a demanda por um teatro municipal revela a preocupação de Coriolano Benício com a necessidade de institucionalizar e preservar práticas culturais que, durante décadas, foram sustentadas pelo esforço de artistas, grupos amadores e entidades civis. Sua defesa de políticas públicas voltadas ao setor teatral evidencia a compreensão de que a cultura não deveria depender exclusivamente da dedicação individual de seus agentes, mas constituir-se como um compromisso coletivo e permanente da sociedade e do poder público.

Enquanto fonte histórica, o manifesto de Coriolano Benício é um documento potente para a compreensão do contexto cultural rio-grandino do final do século XX, ao registrar, num momento preciso, as tensões entre memória e presente, entre pertencimento e exclusão, entre a concepção do teatro como espaço democrático e a lógica que o torna inacessível. A autoridade de quem o escreve, um homem que dedicou mais de quarenta anos a construir, contra inúmeros obstáculos, uma cultura teatral popular e inclusiva em Rio Grande não é ornamental; ela é parte do argumento. Quando Coriolano insiste que não está pedindo favores, nem privilégios, mas tão somente "as condições mínimas com que possamos exercer nosso mister com dignidade e com segurança de continuidade cumprir a missão que nos impomos" (Benício, 1977, p. 5), ele fala a partir de uma trajetória que confere ao pedido o peso de uma reivindicação histórica. Sua identidade cultural, construída ao longo de décadas, como fundador de instituições, articulador entre camadas sociais diversas, intelectual negro que fez da cultura um instrumento de presença, é o que transforma o manifesto de um simples protesto em um documento político - no sentido mais amplo da palavra - um ato de cidadania cultural, um gesto de recusa ao silêncio que o "vendaval do indiferentismo que, no caso, é criminoso" (Benício, 1977, p. 2) ameaçava impor. Ler o manifesto à luz da trajetória de Coriolano é, portanto, mais do que contextualizar uma fonte, é perceber que o documento e o homem que o escreveu são, juntos, expressão de um mesmo projeto.

PALAVRAS FINAIS

O manifesto lançado por Coriolano Benício, em 1977, configura um verdadeiro testemunho histórico acerca da realidade cultural da cidade do Rio Grande/RS. Mais do que um testemunho da crise dos teatros neste período, o documento retrata o processo de esvaziamento da cena cultural local por intermédio do processo de descontinuidade destes espaços - inclusive, falência física dos locais.

Ciente do seu tempo e das transformações vivenciadas, em linhas gerais, o documento expressa a crítica à falta de apoio à continuidade dos cine-teatros como polos de urbanidade e modernidade coletiva. Além disso, a força política e retórica desse manifesto torna-se indissociável da própria identidade de seu autor. Como intelectual negro e agente cultural polivalente, a trajetória de Coriolano Benício desafiou de forma persistente as barreiras tidas como “invisíveis”, mas rígidas, de classe e raça, as quais estruturavam o Brasil do século XX - e, por tabela, a cidade do Rio Grande/RS.

A capacidade de trânsito de Coriolano Benicio por diferentes circuitos institucionais e populares permitiu-lhe agir como um legítimo mediador cultural, levando-o à condição de porta-voz da classe artística local. Nessa perspectiva, o seu protesto em pleno Dia Internacional do Teatro, não representou apenas uma defesa técnica de espaços cênicos locais mas, constituiu uma reivindicação profunda pelo direito de existência e de representação simbólica de corpos e vozes tradicionalmente invisibilizadas na esfera pública.

Sob essa ótica, a denúncia de Coriolano Benicio joga luz sobre o caráter contraditório das transformações urbanas e patrimoniais operacionalizadas na urbe rio-grandina. Desse modo, as reconfigurações do espaço público - leia-se centro histórico - são denunciadas pelo artista como as responsáveis pelo sacrifício das estruturas de lazer e de sociabilidade da comunidade rio-grandina em prol do investimento no aspecto comercial e de serviços mas, como consta na canção “Comida”, dos Titãs, “a gente não quer só comida, a gente quer diversão e arte” e Coriolano - antecipando-se à canção - já defendia isto.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Arnaldo; FROMER, Marcelo; BRITTO, Sérgio. Comida. Intérprete: Titãs. In: TITÃS. **Jesus não tem dentes no país dos banguelas**. Rio de Janeiro: WEA, 1987. 1 disco sonoro (LP), lado A, faixa 2.

BENICIO, Coriolano. **Companhia Beira-Mar de Amadores de Teatro**: em cena aberta. Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira das Neves. Rio Grande: Companhia Beira-Mar de Amadores de Teatro, 1977.

BITTENCOURT, Ezio. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade**: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional - Panorama da história de Rio Grande/ Ezio Bittencourt. 2. ed. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, nº 39, p. 69-98, jan./jun. 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**: arte, resistência e lutas culturais durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1980). 2011. 374 f. Tese (Livres-Docência em História do Brasil Independente) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NORA, Pierre. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Ediciones Trilce, 2008.

OLIVEIRA, Lara Freitas de; PAULITSCH, Vivian da Silva. Entre os edifícios teatrais e o fazer cênico: um panorama histórico do teatro em Rio Grande/RS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (RIHGRGS)**, Porto Alegre, nº 160, p. 183-205, jul. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Jonatas Roque; GONÇALVES, Wellington Carlos. **A invenção do Brasil negro: intelectuais negros e sua produção cultural no pós-abolição**. PerCursos, Florianópolis, v. 25, p. e0101, 2024.

TORRES, Luiz Henrique. 1964 na visão de O Peixeiro. **Historiæ**, Rio Grande, v. 5, nº 2, p. 297-311, 2014.

VILLAS BÔAS, Alexandre. Legislação de patrimônio cultural na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul: um estudo comparativo com as cidades de Pelotas e Jaguarão. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 25, nº 2, p. 08-27, jul./dez. 2023.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Class of 1928: The Controversy of Ruy Cirne Lima and Alberto Pasqualini on the Post-War Mentality

Resumo: Pesquisa sobre a controvérsia entre Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini ocorrida nas páginas do jornal Diário de Notícias ao longo do ano de 1928. Os dois formandos da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre protagonizaram uma discussão pública a respeito dos efeitos da grande guerra na Europa, aquela que seria chamada futuramente de Primeira Guerra Mundial, suas consequências sobre a sociedade, as pessoas e o conhecimento humano. A pesquisa é uma contextualização da vida dos dois até aquele momento, então muito jovens, mas que seriam aclamados, um, Cirne Lima, como o maior jurista do Rio Grande do Sul no seu tempo e o outro, Pasqualini, como uma das mais importantes vozes para a formação do pensamento trabalhista brasileiro. A pesquisa se volta a compreender o contexto pessoal, social e político dos contestantes até chegarem aquele momento, assim como identificar os argumentos e autores utilizados por ambos ao longo das oito colunas na qual confrontam suas ideias. **Palavras-chave:** Pensamento filosófico no Rio Grande do Sul; Filosofia Política; Positivismos; Formação de Políticos e Juristas.

Abstract: Research on the controversy between Ruy Cirne Lima and Alberto Pasqualini that took place on the pages of the journal Diário de Notícias throughout 1928. The two undergraduates of the Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre had a public discussion about the effects of the great war in Europe, the one that would be called the First World War in the future, its consequences on society, people and human knowledge. The research is a contextualization of their lives up to that moment, then very young, but which would be acclaimed, one, Cirne Lima, as the greatest jurist of Rio Grande do Sul of his time and the other, Pasqualini, as one of the most important voices for the formation of Brazilian labor thinking. The research intends to understand the personal, social and political context of the contestants until that moment, as well as to identify the arguments and authors used by both along the eight columns in which they confront their ideas.

Keywords: Philosophical thinking in Rio Grande do Sul; Political philosophy; Positivism; Formation of Politicians and Jurists.

Wagner Feloniuk*

* Professor Adjunto de Direito Constitucional (2019) e Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutorado (2013-2016), mestrado (2012-2013), especialização (2011) e graduação (2006-2010) em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutorado na Mediterranea International Centre for Human Rights Research, Università degli Studi Mediterranea di Reggio Calabria/Itália (2021).

INTRODUÇÃO

Neste texto, é feita a apresentação e contextualização de uma polêmica ocorrida no ano de 1928, entre Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini, semelhante a outras controvérsias travadas em páginas dos jornais nesta época. As discussões analisadas trataram especialmente dos efeitos da Guerra na Europa sobre seus afetados lá e no Brasil - aquela guerra que se chamaria, futuramente, de Primeira Guerra Mundial. Alguns dos seus tópicos mais candentes são: a morte, o sofrimento, o sentimento religioso. O tema maior da disputa: os efeitos que a guerra tinha sobre o modo de agir dos homens - estaria surgindo uma nova mentalidade? Esta é a opinião de Cirne Lima, logo debatida e parcialmente negada por Pasqualini.

Será visto como acontecimentos marcantes têm o condão de alterar a visão das pessoas. A dúvida naquele momento era como - e, para alguns autores "se" - a Europa sobreviveria à crise. Ela sobreviveria, e ascenderiam violentos regimes autoritários e totalitários, viveria ainda outra grande guerra pouco tempo depois, uma destruição que levaria décadas para ser desfeita. Tudo isso era desconhecido aos interlocutores dessas controvérsias, que se viam diante apenas de dúvidas e diálogos ligados ao seu contexto local no Rio Grande do Sul e sua posição de colegas e amigos, ambos no último ano de graduação na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre.

O artigo tem uma estrutura dual. Primeiro, dados biográficos dos autores, com especial foco nas suas vidas durante o ano de 1928 e seu contexto familiar anterior, esclarecendo o quadro no qual se deu o embate. Essa apresentação não é sobre o assunto debatido em si, mas é uma contribuição da pesquisa pois a vida dos autores, naquele momento, é muito pouco acessível para um leitor atual, pois os fatos ocorreram antes de suas trajetórias políticas e jurídicas. A segunda parte é uma apresentação dos debates e seu contexto utilizando os textos originais, o objetivo é interpretá-los e traçar os assuntos mais relevantes.

É uma oportunidade de ver discussões que ocorriam no período entreguerras no estado, também período de superação do paradigma castilhistas e ascensão de Getúlio Vargas. Ela envolvia duas pessoas, então muito jovens, que seguiriam trajetória de proeminência entre seus pares e elevada relevância social.

Mostra-se, assim, dois exemplos de trajetórias, ambos concluíram suas graduações rodeados de reconhecimento e respeito dos pares. Um deles, Cirne Lima, vindo de uma família de profissionais liberais e juristas, bem estabelecida socialmente e descendente da nobreza no Império. O outro, Alberto Pasqualini, descendente de imigrantes italianos cujas famílias não participavam da elite da sociedade porto-alegrense e que, por esforço individual e familiar, conseguiam, algumas vezes, auxiliar seus filhos a concluir o ensino superior no período. Uma comparação em favor da hipótese de que, na época, a conclusão do curso de Direito em um centro prestigiado poderia gerar ascensão social e aproximar, em oportunidades, pessoas nascidas em contextos sociais e familiares diversos.

Imagem 1: Faculdade de Direito e sede da Reitoria em 1930.

Fonte: Autor desconhecido. Repositório Digital da LUME/UFRGS.

1 O RUY CIRNE LIMA DE 1928

O jurista nasceu em Porto Alegre, no dia 23 de dezembro de 1908. Seu pai foi Elias Cirne Lima, dentista, professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, fundador e primeiro diretor do curso de Odontologia da PUCRS¹. Seu avô foi o nobre e magistrado pernambucano Francisco de Sousa Cirne Lima, Barão de Santa Cândida, agraciado com o título nobiliárquico por Luis I de Portugal, em 1882. Apesar de iniciar seus estudos no Rio de Janeiro, seu pai veio jovem para Porto Alegre e aqui nasceu o futuro jurista. Cirne Lima teve sua formação inicial no Colégio Sevigné e logo passou para o Ginásio Anchieta², uma instituição jesuíta³.

Ele se formou no colégio em 1922 e, depois, passou um ano no preparatório das aulas do prof. Emílio Meyer antes de ingressar, em 1924, na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, atual Faculdade de Direito da UFRGS. Durante sua graduação, ele publicou os livros de versos *Felicidade* (1925)⁴, *Minha Terra* (1926)⁵ e *Colônia Z e outros Poemas* (1928)⁶, suas obras na área do Direito só vieram mais tarde.

¹ PEREIRA, Francisco Castilhos Marques. Professor Elias Cirne Lima. Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, Porto Alegre, v. 26, p. 181-182, 1966. P. 182.

² A respeito do colégio, em informação produzida pela instituição: "O Colégio dos Padres mudou de nome em 1897, passando a se chamar São José, e depois, Ginásio Anchieta. Em ritmo cadenciado, o colégio avançava. A denominação que entraria na história do Rio Grande do Sul, Colégio Anchieta, foi adotada em 1901, por sugestão do então diretor, Pe. Conrado Menz, em uma homenagem a José de Anchieta, "Apóstolo do Brasil", indivíduo de saúde frágil que se aventurou pelo Brasil disposto a converter os pagãos". COLÉGIO ANCHIETA. História. Disponível em: <www.colegioanchieta.g12.br/historia/>. Acesso em: 7 jun. 2020.

³ TARCITANO, Terezinha. A obra do Prof. Cirne Lima é tema em encontro sobre Direito e Literatura. Disponível em: <<http://iargs.blogspot.com/2015/08/a-obra-do-prof-cirne-lima-e-tema-em.html>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

⁴ CIRNE LIMA, Ruy. Felicidade. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & C., 1925. A referência é indicação de Miguel Frederico do Espírito Santo, que apontou coluna no jornal O Paiz, Rio de Janeiro, de 17 de outubro de 1925.

⁵ CIRNE LIMA, Ruy. Minha Terra. Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, 1926.

⁶ CIRNE LIMA, Ruy. Colônia Z e outros poemas. Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, 1928.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

Imagem 2: Ruy Cirne Lima em setembro de 1926.



Fonte: Um Ciclo de Cultura Social. SANMARTIN, Olyntho. Um Ciclo de Cultura Social. P. 203. Conferência do escritor Osvaldo Orico, realizada em 25 de setembro de 1926. Na foto, da esquerda para direita, em pé: Augusto Meyer, Rui Cirne Lima, Mário Totta, Vargas Neto, Raul Totta e Walter Spalding. Da esquerda para direita, sentados: João Neves da Fontoura, Sergio Ulrich de Oliveira e um não identificado.

A sua atuação ao longo da vida profissional, especialmente após o ingresso como professor de Direito Administrativo em 1932, é bem documentada. A controvérsia, no entanto, ocorre em 1928, iniciada e terminada enquanto o autor tinha dezenove anos.

Era um Rio Grande do Sul marcado pelo predomínio de Borges de Medeiros e do PRR, que governou durante quase todo o período entre 1898 e 1927 e, conforme negociado ao final da Revolução de 1923, permaneceria até o final de seu mandato, em acordo com os revolucionários. As eleições de 1924, apesar do movimento revolucionário de oposição, haviam sido muito favoráveis ao PRR. No entanto, mesmo com o resultado eleitoral favorável⁷, Borges foi cumpridor do Pacto de Pedras Altas, o que permite a transição para esse novo quadro no qual vivem e atuam politicamente os jovens formandos, rompendo com o paradigma castilhistas no sentido de se aproximar do grupo antagonista e permitir a ascensão de Getúlio Vargas ao governo em um Rio Grande do Sul - pacificado e mais capaz de atuar no cenário nacional⁸.

Está-se diante de um Cirne Lima jovem antes da consagração como jurista de grande aceitação e respeitado doutrinador de Direito. Sobre suas atividades conhecidas, é o período inicial

⁷ Os resultados foram amplamente desfavoráveis, não apenas na competição pelos deputados federais, mas também pela derrota e baixa votação recebida por Assis Brasil se comparado com o candidato borgista, Vespúcio Abreu. FEDERAÇÃO. As eleições de 3 de Maio. A Federação, Porto Alegre, 8 mai., 1924.

⁸ BALBINOT, Jonas. Relações de Poder. Getúlio Vargas e Borges de Medeiros (1922-1928). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, em 2008. Ler o capítulo com os diversos telegramas e negociações em âmbito estadual e federal sobre a pacificação de 1923. P. 95-106.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

de sua vida social e profissional em Porto Alegre. Algumas narrativas podem ser encontradas no início de um livro de Elmar Bones⁹. No livro, Theodomiro Tostes é outro dos frequentadores das reuniões em que Cirne Lima ia e escreveu linhas especificamente sobre seu comportamento. Cirne Lima era mais um no "grupo de intelectuais" que se reunia na Livraria do Globo e na Confeitaria Colombo, no centro de Porto Alegre. Também ia, mas era "menos assíduo nas chopadas do Antonello ou do Franz". Narra-se um Cirne Lima austero, mais inibido que seus pares e, já nesse momento, conhecido por ser um leitor de muitos autores e poetas.

No Um Ciclo de Cultura Social, de Olyntho Sanmartin, narram-se atividades sociais de Cirne Lima em Porto Alegre no ano de 1928 e em anos anteriores¹⁰, mas não há passagens sobre seu comportamento ou suas atividades jurídicas. O autor narra que ele apareceu no cenário intelectual¹¹ de Porto Alegre em 1926, com o lançamento do livro *Minha Terra*. Dentre tantos que se tornariam célebres políticos e artistas naquele grupo e são citados nominalmente por Sanmartin em seu livro está até Getúlio Vargas, mas que naquela altura já despontara como um expoente na política após dois mandatos de deputado federal e sua posição no Ministério da Fazenda. Sanmartin trata Cirne Lima, Osvaldo Aranha, Dionélio Machado, tantos outros¹² (mas não Pasqualini) como alguns dos que faziam parte das atividades daquele grupo de pessoas - intelectuais, políticos, juristas, poetas. Um grupo que se encontrava com frequência na sede da Livraria do Globo¹³ e em outras atividades sociais e acontecimentos da cidade, formando uma vida social que estava entrelaçada com a cultura e política local e estadual.

É possível encontrar, também, outras publicações de Cirne Lima na imprensa naquele ano. Ele chegou a publicar poesia na *Revista de Antropofagia*, duas vezes em 1928¹⁴, a publicação expoente

⁹ BONES, Elmar. 1966: a conciliação impossível: a candidatura de Ruy Cirne Lima ao governo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Carmen Langaro Produção Cultural, 2014. P. 15-16. Estas passagens de Theodomiro Tostes são *apud*, os originais não foram encontrados.

¹⁰ SANMARTIN, Olyntho. Um Ciclo de Cultura Social. Porto Alegre: Sulina Editôra, 1969. P. 98, 123.

¹¹ Nas palavras do autor, participante de acontecimentos do livro no qual o ambiente é narrado: "Homens que se dedicavam à pintura, escultura, música, e ainda os cantores, iluminaristas, decoradores, catedráticos e amadores, uma preciosa gama de artistas em rotação e criação, davam à cidade um clima cultural invulgar e de irradiação que se refletia em todas as escalas sociais". SANMARTIN, Olyntho. Um Ciclo de Cultura Social. Porto Alegre: Sulina Editôra, 1969. P. 43 e 58.

¹² No interesse de mostrar os nomes de seus pares em atividades intelectuais e artísticas, cabe repetir os presentes em três momentos relevantes naquele ano de 1928, eventos sociais publicados nos quais ele aparece acompanhado de mais pessoas deste grupo. Chamado na imprensa, em momentos diversos, de poeta, jurista, intelectual, ele assina, em primeiro lugar, uma mensagem a Mário Totta junto de amigos e admiradores reunidos na Livraria do Globo em janeiro daquele ano - o grupo é formado por: "Mansueto Bernardi, Paulo Arinos, Rubens Rosa, Luís Vergara, Renato Costa, Carlos T. Brazil, Valdemar de Vasconcellos, Vargas Neto, João Carlos Machado, Sotero Cosme, Augusto Meyer, Dionélio Machado, Roque Callage e Otávio Teles de Freitas". Em outro momento, ele é citado com um grupo de poetas que foram declamados no mesmo clube, ao lado de "Menotti del Picchia, Corrêa Junior, Cleómenes Campos, Alfonsus de Guimarães, Belmiro Braga e Raul Machado". Em abril daquele ano, em homenagem ao poeta Vargas Neto, que estava mudando-se para São Borja, ele estava novamente reunido com: "João Pinto da Silva, Ruben Rosa, Osvaldo Aranha, Mário Totta, Augusto Meyer, De Souza Junior, Valter Sarmanho, Carlo Dante de Moraes, Eurico Rodrigues, João Carlos Machado, Oтелo Rosa, Dionelio Machado, Ernani Fornari, Paulo Arinos, Mansueto Bernanrdi, Darci Azambuja e Mário Totta". SANMARTIN, Olyntho. Um Ciclo de Cultura Social. Porto Alegre: Sulina Editôra, 1969. P. 129-140.

¹³ SANMARTIN, Olyntho. Um Ciclo de Cultura Social. Porto Alegre: Sulina Editôra, 1969. P. 147.

¹⁴ Transcrição do original da sua primeira publicação no periódico:

"Madrugada:

A lancha da lenha vem chegando, ainda escuro,
mansa, com a sua tosse miúda de gasolina
e o seu motorzinho fumegando na popa.

Vem vindo na volta do rio.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

do movimento modernista brasileiro, e foi chamado de membro do primeiro grupo modernista do estado¹⁵, ainda que não fosse seguir fazendo obras deste estilo ao longo da vida. Ele também utilizou com frequência a página literária do *Diário de Notícias*, na qual diversos jovens de seu grupo social publicavam colunas e discutiam entre si. Theodomiro Tostes escreveu que "Ruy entrava com seu artigo ou poema enfiado no bolso do paletó" na redação do jornal. Seria nesse periódico, o *Diário de Notícias*, que sete das oito publicações da controvérsia foram publicados, tanto os textos dele quanto os de Pasqualini, salvo um único, o segundo, publicado por Cirne Lima no jornal A.B.C., do Rio de Janeiro.

Após sua formatura e da ascensão de Vargas ao governo federal, um fato importante ocorre, Cirne Lima não ingressa na política partidária, como tantos de seus colegas, ainda que vá exercer posições jurídicas elevadas rapidamente. Ele só teria cargos mais tipicamente ligados à política mais tarde, depois de já ser um profissional consagrado.

A sua carreira como jurista, então, é conhecida e elogiada - suas aulas, sua evocada erudição, sua religiosidade católica¹⁶ (tão pouco presente nessas controvérsias da juventude com Pasqualini¹⁷ apesar de afirmar-se, na última coluna, um neoconverso). Destacam-se, na linha amplamente repetida em suas biografias: o ingresso no Ministério Público (1930); as posições como Presidente da Comissão de Revisão das Terras pertencentes ao estado em Santa Catarina¹⁸ e Presidente da

Para traz, os matos cochilam na nevoa da madrugada
onde escorre a aza negra dos biguás.

Um silvo claro demora no ar.

Chegou.

A lenha veio coberta de folhas verdes, palmas, bambus,
e a lancha parou, em silencio, no meio do rio,
pequenina, esmagada, como uma formiga orgulhosa.
(Porto Alegre) Ruy Cirne Lima".

CIRNE LIMA, Ruy. Madrugada. Do Livro "Colônia Z e outros poemas". Revista da Antropofagia, São Paulo, ano 1, núm. 2, p. 5, jun. 1928. A segunda foi em outubro, um pequeno conto sob o título "Literatura", o tema foi a criação de um conto por uma criança entediada. CIRNE LIMA, Ruy. Literatura. Revista da Antropofagia, São Paulo, ano 1, núm. 6, p. 2, out. 1928.

¹⁵ No conto, o movimento contaria com Darcy Azambuja e Vieira Pires, na poesia, além de Rui Cirne Lima, com Vargas Neto, Pedro Vergara, Augusto Meyer. Essas pessoas teriam formado efetivamente um "grupo", debatido ideias modernistas, se envolvido em polêmicas e ajudado a menter uma página literária no *Diário de Notícias*. A doutrina - Ligia Chiappini, Guilhermino Cesar, debatem a capacidade do movimento em criar um movimento renovador ou inovar nas temáticas. ALMEIDA, Marlene Medaglia. Na trilha de um Andarengo: Alcides Maya (1877-1944). Porto Alegre: EdIPUCRS, 1994. P. 221. Sanmartin narra que o movimento passara a influir no panorama literário do Rio Grande do Sul a partir de 1922, nas palavras do autor, seu "indiscutível mérito foi despertar o espírito dos intelectuais de Porto Alegre que jazia apático e sem nenhum índice de avanços originais e definidos no roteiro da literatura". SANMARTIN, Olyntho. Um Ciclo de Cultura Social. Porto Alegre: Sulina Editôra, 1969. P. 51.

¹⁶ A respeito, pode ser lida a tese de Fabiano Engelmann, que enfoca o pensamento católico presente na Faculdade de Direito a partir daí, inicialmente liderado por Armando Câmara e tendo Cirne Lima como expoente, inclusive com entrevistas de Carlos Cirne e Lima sobre sua atuação nesse âmbito. ENGELMANN, Fabiano. Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2004. P. 93-102.

¹⁷ É interessante notar a diferença desses textos de 1928 e os publicados em 1958, no seu "Preparação à Dogmática Jurídica", especialmente a parte final, "Os Fundamentos de um Direito Cristão", nas páginas 233 e seguintes. Por exemplo, na página 251: "Partindo, pois, da idéia de que Deus veio até nós, e está entre nós, a caridade cristã havia que fazer-lhe lugar em todas as relações de convívio humano e, conseqüentemente, nas relações jurídicas". CIRNE LIMA, Ruy. Preparação à Dogmática Jurídica. 2a ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1958. *Passim*.

¹⁸ Informações no A República, jornal de Florianópolis, em 4 de junho de 1931.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

Bolsa de Fundos Públicos de Porto Alegre (1931); professor interino e, logo, catedrático de Direito Administrativo da Faculdade Livre de Direito (1932 e 1933); o convite, de Flores da Cunha, para integrar Comissão de Juristas que elaborariam o anteprojeto da futura Constituição do Estado (1934); a presidência da Companhia de Seguros Previdência Sul (1940 até 1970); a secretaria da Fazenda do governo estadual (1964 e 1965); o raro processo de união dos parlamentares estaduais por seu nome como Governador, em tentativa de eleição estadual por consenso que seria frustrada pelo governo central em 1966, e, por fim, sua ascensão à Direção da Faculdade de Direito (1971)¹⁹.

O Ruy Cirne Lima maduro é comemorado por seus contemporâneos e alunos como um jurista de profunda erudição. No livro sobre a Faculdade de Direito de Porto Alegre, ele é descrito como a maior celebridade jurídica do Rio Grande do Sul de seu tempo²⁰. Para as diversas pessoas que escreveram a seu respeito por conhecerem-no, de dentro e fora do Rio Grande do Sul, especialmente após seu falecimento em 30 de junho de 1984, essa admiração é fundamentada por sua competência enquanto professor, doutrinador e por qualidades pessoais. José Sperb Sanseverino escreveria: "[c]om ampla visão da História e da Filosofia do Direito, se constituiu, sem sombras, na mais alta fulguração jurídica surgida no Rio Grande do Sul e num dos maiores jurisconsultos brasileiros"²¹. Celso Antonio Bandeira de Mello se refere a ele como um dos maiores administrativistas brasileiros, e sua obra de maior relevo, *Princípios de Direito Administrativo*, como "obra monumental, de valor inestimável"²². Diversos outros alunos e pares escreveram palavras semelhantes nas décadas que seguiram sua morte²³.

¹⁹ BONES, Elmar. 1966: a conciliação impossível: a candidatura de Ruy Cirne Lima ao governo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Carmen Langaro Produção Cultural, 2014. Sobre as eleições, esta obra é o principal guia. Ao fim da obra, sua biografia é inserida em linha de tempo, entre páginas 127 e 131.

²⁰ SANTOS, João Pedro dos. A Faculdade de Direito de Porto Alegre: subsídios para sua história. Porto Alegre: Síntese, 2000. P. 272.

²¹ SANSEVERINO, José Sperb. Apresentação de Ruy Cirne Lima. Revista Justiça & História, v. 3, n. 5, p. 1-3. <https://www.tjrs.jus.br/novo/revista-justica/revista-justica-historia-volume-3/>. Acesso em: 5 mai. 2020. P.1.

²² A referência é à obra LIMA, Ruy Cirne. Princípios de Direito Administrativo. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1964, que teria sete edições, a última pela Editora Malheiros em 2007, revisada por Paulo Alberto Pasqualini, sobrinho de Alberto Pasqualini (que não teve filhos), e com quem se passa a controvérsia e, como o autor, professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Prefácio. In: LIMA, Ruy Cirne. Princípios de Direito Administrativo. 7a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007. P. 12.

²³ Vale citar, entre colegas, correspondentes e alunos: ATALIBA, Geraldo. Nota Prévia à 6a edição. In: LIMA, Ruy Cirne. Princípios de Direito Administrativo. 7a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007. BROSSARD, Paulo. A história pode ser outra. 2008. BROSSARD, Paulo. Relembrando um fato histórico. Zero Hora, Opinião, 2 de junho de 2014. FRANCO, Sérgio da Costa. Personalidade Impar. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Prefácio. In: LIMA, Ruy Cirne. Princípios de Direito Administrativo. 7a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007. PASQUALINI, Paulo Alberto. Discurso em homenagem ao centenário do Professor Ruy Cirne Lima. Revista de Doutrina do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Porto Alegre, n. 25, ago. 2008. Discurso proferido no dia 10 de junho 2008, sede do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (IARGS) em homenagem ao centenário de nascimento do Professor Ruy Cirne Lima. PASQUALINI, Paulo Alberto. Ruy Cirne Lima: jurista e professor Emérito. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 23, p. 177-197, 2003. FACULDADE DE DIREITO DE PORTO ALEGRE. Homenagem a Ruy Cirne Lima. Revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre, n. 5, Porto Alegre, p. 7, 1971. SANSEVERINO, José Sperb. Apresentação de Ruy Cirne Lima. Revista Justiça & História, v. 3, n. 5, p. 1-3, 2020. SANTOS, João Pedro dos. A Faculdade de Direito de Porto Alegre: subsídios para sua história. Porto Alegre: Síntese, 2000.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

Imagem 3: Ruy Cirne Lima, em homenagem à retomada da revista da Faculdade em 1971.



Prof. Ruy Cirne Lima

Fonte: Revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre, n. 5, 1971.

2 A INTERLOCUÇÃO DE ALBERTO PASQUALINI

Alberto Pasqualini nasceu em 23 de setembro de 1901, em uma família de descendentes de italianos, na região da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, chamada posteriormente de Colônia Silveira Martins ou Quarta Colônia. Ela passou a ser ocupada por imigrantes a partir de 1877 e foi a primeira fora da Serra Gaúcha, constituída no Planalto Central. Na sua época, o local era distrito do Município de Júlio de Castilhos e, desde 1988, Município de Ivorá - região próxima à Santa Maria²⁴.

Sua educação inicial foi no Seminário dos Jesuítas de São Leopoldo, mas ele a conclui, assim como Cirne Lima, no Ginásio Anchieta. Era um momento de pouca acessibilidade à educação superior no Brasil - o que não significava, no entanto, que exclusivamente os filhos da elite social

²⁴ "O surgimento da Quarta Colônia está presente na história de Santa Maria da Boca do Monte, podendo-se dizer, até mesmo, que Santa Maria faz parte deste conjunto de municípios que formam a chamada Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Estado do Rio Grande do Sul. O Padre Luizinho Sponchiado, experiente estudioso da imigração na região, afirmou que Santa Maria já fez parte da Quarta Colônia por Silveira Martins ter sido durante anos distrito de Santa Maria". Sobre a criação da colônia e posterior desenvolvimento da região, ver FENALTI, Naiani Machado da Silva. Gaspar Silveira Martins e o Município "Silveira Martins": memória, identidade e patrimônio. Dissertação apresentada ao Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio Cultural em 2011. P. 9 e 23.

e econômica acessassem os cursos. Alberto Pasqualini, segundo Gunter Axt, precisara trabalhar na Viação Férrea para sustentar seus estudos²⁵. Diego Almeida, em sua tese, narra que, no período, Pasqualini, além do trabalho na Viação Férrea, era professor informal de alunos de ginásio.

Ele, como diversos outros descendentes de imigrantes, estudou em locais como o Seminário dos Jesuítas de São Leopoldo e o Ginásio Anchieta, que abriam as portas para um posterior ingresso no ensino superior e, assim, uma via de ascensão social. Assim como Cirne Lima, sua biografia o narra como um defensor de valores católicos cuja formação inicial fora como a de seu antagonista²⁶. Naquele momento, a conclusão do nível superior em Direito ainda poderia ser a chave para abertura de portas sociais e políticas²⁷ - ou, em outro modo de ver, ainda era um requisito e símbolo de adequação a essas posições.

Perto de Cirne Lima, na perspectiva dos debates de 1928, Pasqualini era experiente - contava com 27 anos quando a controvérsia é encerrada. Esse distanciamento etário, tão pequeno em uma idade madura, é visível nos artigos, a juventude de Cirne Lima é um dos temas que serve de argumento quando se inicia a disputa entre ambos. Já no seu primeiro artigo, chamado "A mentalidade pós-guerra", ele chama Cirne Lima de "jovem pensador" ao citar sua suposta confusão de pensamentos.

Apesar das falas acaloradas e da diferença de idade, eram colegas de turma na faculdade. Alberto Pasqualini é colega de Cirne Lima como concluinte do curso de graduação²⁸ em Direito na Faculdade Livre de Porto Alegre em 1928²⁹. Foi aluno laureado, apenas o sétimo na história da faculdade³⁰, orador da turma - e era, também, o motivo para não haver a formatura ainda naquele ano de 1928. Uma doença renal o acometera no final do ano e foi decidido adiar a colação de grau

²⁵ AXT, Gunter. A Faculdade de Direito de Porto Alegre (Memória, ensino e espaço político desde 1900). Porto Alegre: Leitura XXI/Paiol, 2014. P. 52-53. ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955). Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para obtenção do título de Doutor em História, Área de Concentração História das Sociedades Ibéricas e Americanas na Linha de Pesquisa Sociedade, Política e Relações Internacionais em 2015. P. 16-17.

²⁶ ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955). Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para obtenção do título de Doutor em História, Área de Concentração História das Sociedades Ibéricas e Americanas na Linha de Pesquisa Sociedade, Política e Relações Internacionais em 2015. P. 16-17.

²⁷ ADORNO, Sergio. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 77-80.

²⁸ Gunter Axt narra que as aulas ainda seguiam o método de conferências, com pouca interação com os alunos, havia o cultivo às línguas clássicas, as avaliações eram feitas por textos e provas orais, e haviam exames anuais que permitiam acessar o ano seguinte. As matrículas e taxas eram pagas anualmente e eram de valor elevado - semelhante ao que vinha ocorrendo desde os 1900. AXT, Gunter. A Faculdade de Direito de Porto Alegre (Memória, ensino e espaço político desde 1900). Porto Alegre: Leitura XXI/Paiol, 2014. P. 52-53.

²⁹ Vinte alunos concluíram a graduação naquela turma de 1928, que se tornaria aclamada como um das mais brilhantes turmas formadas em função de seus juristas, magistrados, professores, diplomatas e políticos: Alberto Pasqualini, Adalberto Tostes, Antonio Carlos Cesar, Armando Fay de Azevedo, Arthur Germano Fett, Bento Santana, Carlos Menna Barreto, Carlos Thompson Flores Neto, Cristiano Fetermann, Eloy José da Rocha, Elpidio Ferreira Paes, Ernani Frota, João Pereira de Almeida, Mem de Sá, Ruy Cirne Lima, Sylvio Soares de Souza, Vicente Marques Santiago, Victório Obino, Ely Costa e Walter Schneider. Diversos deles se tornariam, a frente, professores - a primeira geração de professores da Faculdade Livre formados na própria casa, tendência que se manteria. A turma seria notória pela quantidade de eminentes juristas. AXT, Gunter. A Faculdade de Direito de Porto Alegre (Memória, ensino e espaço político desde 1900). Porto Alegre: Leitura XXI/Paiol, 2014. P. 52-53.

³⁰ SANTOS, João Pedro dos. A Faculdade de Direito de Porto Alegre: subsídios para sua história. Porto Alegre: Síntese, 2000. P. 148.

para o início do ano seguinte. Na turma, Mem de Sá³¹, Carlos Thompson Flores³² e Eloy José da Rocha³³, dentre tantos, alcançariam posições relevantes na política e nas carreiras jurídicas³⁴. Narra-se que Alberto Pasqualini era respeitado, assim como Cirne Lima, por sua erudição e cultura já nessa época - e sua imagem, daquele momento, está até hoje emoldurada no Pantheon Acadêmico da Faculdade de Direito, a sala reservada aos cursos de mestrado e doutorado.

Ao contrário de Cirne Lima, e apesar de sua origem de menos contatos sociais, Alberto Pasqualini participou partidariamente daquele momento de superação do período borgista. Pasqualini ingressou no Partido Libertador em 1928, ano de criação do partido. Era um movimento que começara anteriormente, com a disposição de Assis Brasil de fundar a Aliança Libertadora para evitar que Borges ou algum afiliado seu fosse candidato após o fim de seu mandato em 1927 e, com o tempo, parece ter tido alguma recepção até mesmo do governante, uma relação tensa, negociada e cuidadosamente construída em âmbito local e nacional que levou com sucesso a sua sucessão.

A Aliança era, também, defendida nas páginas do *Diário de Notícias*, o jornal dos debates. Diversos colunistas utilizaram-na em sua ideia de renovação cultural e modernismo, mas também na tentativa de sensibilizar a sociedade pela causa³⁵. O movimento de negociação levaria ao apoio a Getúlio Vargas, então um nome de conciliação e, não sem dificuldades, aceito por Borges de Medeiros (e aceitável, havia um pouco mais de tempo, para o grupo de Assis Brasil). Logo após a posse de Vargas como governador do estado em 1928, os dois partidos, o Partido Republicano Riograndense e o Partido Libertador, se unem na Frente Única Gaúcha (FUG).

Assim, o recém-criado partido de Pasqualini ganhava espaço político naquele período. Ele foi candidato a deputado federal pelo partido, ainda em 1928, e eleito suplente³⁶. Sobre o tema Diego Almeida, analisando esse período da vida de Pasqualini, refere:

A entrada de Pasqualini no quadro político-partidário local também acompanhou a projeção nacional da figura política de Getúlio Vargas. A

³¹ "Eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul, pelo Partido Libertador – PL (de 1947 a 1954), senador pelo mesmo estado, pelo PL e pela Aliança Renovadora Nacional – Arena (1956 a 1971) e ministro da Justiça no governo Castelo Branco (em 1966)". Mem de Sá pediria demissão do cargo de Ministro de Interior e Justiça quando ocorre a cassação de deputados estaduais e Ruy Cirne Lima perde a maioria na Assembleia Legislativa durante o processo eleitoral em 1966 - conforme história oral. SILVA, Roberto Bitencourt. Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista. Tese de doutorado em história apresentada perante o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012. P. 15.

³² "...desempenhou, entre outros, as funções de presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (1955-1956) e de ministro do Supremo Tribunal Federal (1968-1972)". SILVA, Roberto Bitencourt. Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista. Tese de doutorado em história apresentada perante o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012. P. 15.

³³ "... professor do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS e da UFRGS e ministro do Supremo Tribunal Federal (1966-1977)". SILVA, Roberto Bitencourt. Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista. Tese de doutorado em história apresentada perante o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012. P. 15.

³⁴ SILVA, Roberto Bitencourt. Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista. Tese de doutorado em história apresentada perante o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012. P. 15.

³⁵ ALMEIDA, Marlene Medaglia. Na trilha de um Andarengo: Alcides Maya (1877-1944). Porto Alegre: EdiPUCRS, 1994. P. 222.

³⁶ ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955). Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para obtenção do título de Doutor em História, Área de Concentração História das Sociedades Ibéricas e Americanas na Linha de Pesquisa Sociedade, Política e Relações Internacionais em 2015. P. 17.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

formação da FUG (Frente Única Gaúcha) materializou a união, ainda que relativa, entre as forças políticas estaduais: PRR e PL deram seu apoio para que Vargas fosse alçado como candidato à presidência da República ainda em 1928. O clima relativamente pacífico entre PRR e PL, depois da eleição de Vargas à presidência estadual, possibilitou que o Rio Grande do Sul tivesse mais peso na disputa que até então era restrita aos estados de Minas Gerais e São Paulo³⁷.

No discurso de formatura, no início de 1929, poucos meses após a controvérsia, há marcas de sua futura atuação política que não aparecem nas disputas com Cirne Lima. A preocupação mostrada no discurso é com uma organização econômica e social injusta, que não fornece, em troca de trabalho, uma subsistência digna a milhões de desafortunados. Defende um processo lento e progressivo para traçar novas linhas econômicas capazes de estabelecer um estado de Justiça social e adequar a organização econômica, social e jurídica à sociedade presente e suas necessidades³⁸. Muitos anos depois, em mensagem a Getúlio Vargas, em 1940, comentando a vigência da Carta de 1937, Pasqualini reafirmaria essas palavras ditas no final de sua graduação como sendo as que mantinha enquanto ideal político³⁹. Pouco disso, no entanto, é parte das controvérsias.

Apenas dois anos depois, enquanto iniciava o exercício da advocacia e do magistério superior, atuaria ativamente na Revolução de 1930, participando da luta armada e continuando o caminho da sua trajetória política⁴⁰, que logo se afastaria de Vargas após a malsucedida Revolução Constitucionalista de 1932⁴¹ e o consequente rompimento, em âmbito local, da FUG com Vargas. Naquele momento, Pasqualini ainda não fora eleito, ele se tornaria vereador apenas em 1934. No que tange à trajetória, dos artigos até sua participação no antigo PTB, fundado em 1945, ou sua eleição ao Senado em 1950, ainda faltam quase vinte anos.

³⁷ ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo background, entrada e estratégias de ascensão na política-partidária (1928-1937). *História, Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 19, n. 4. p. 636-658, dez. 2019. P. 643.

³⁸ SILVA, Roberto Bitencourt. Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista. Tese de doutorado em história apresentada perante o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012. P. 17-18. Discurso publicado em: PASQUALINI, Alberto. Saudação ao Presidente Getulio Vargas, em Nome do Departamento Administrativo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 nov. 1940. In: PASQUALINI, Alberto. *O Pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005. P. 35-42.

³⁹ PASQUALINI, Alberto. Saudação ao Presidente Getulio Vargas, em Nome do Departamento Administrativo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 nov. 1940. In: PASQUALINI, Alberto. *O Pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005. P. 35-42.

⁴⁰ SILVA, Roberto Bitencourt. Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista. Tese de doutorado em história apresentada perante o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012. P. 18.

⁴¹ ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo background, entrada e estratégias de ascensão na política-partidária (1928-1937). *História, Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 19, n. 4. p. 636-658, dez. 2019. P. 45.

Imagem 3: Alberto Pasqualini.



Fonte: Jornal Zona Curva.

3 POLÊMICA ENTRE RUY CIRNE LIMA E ALBERTO PASQUALINI

Os artigos seguem esta ordem, locais e dias de publicação:

- a) "A Era de Leviathan", Ruy Cirne Lima, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 02/08/1928;
- b) "O após guerra", Ruy Cirne Lima, A.B.C., Rio de Janeiro, em 04/08/1928;
- c) "Novo renascimento", Ruy Cirne Lima, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 10/08/1928;
- d) "Renascença católica (A Alberto Pasqualini)", Ruy Cirne Lima, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 01/09/1928;
- e) "A mentalidade de após guerra (A propósito de um artigo)", Alberto Pasqualini, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 05/09/1928;
- f) "A mentalidade nova (A Alberto Pasqualini)", Ruy Cirne Lima, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 07/09/1928;
- g) "A falência do racionalismo", Alberto Pasqualini, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 13/09/1928;
- h) "Racionalismo e catolicismo", Ruy Cirne Lima, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 15/09/1928.

Sobre o Diário de Notícias, fonte primária principal, era um jornal de Porto Alegre publicado entre 1º de março de 1925 e dezembro de 1979. Foi dirigido por Adroaldo Mesquita da Costa, Francisco de Leonardo Truda, José Pedro Moura e outros, e não era órgão de um partido, era parte da imprensa gaúcha de maior circulação, mas bastante inserido no cenário político e cultural.

Em tese de doutorado a respeito da imprensa gaúcha⁴², Derocina Sosa defende que o periódico tinha uma postura mais independente do que o habitual nos jornais rio-grandenses sobre

⁴² Estudo realizado com os periódicos Diário de Notícias, O Rio Grande, O Tempo, Correio do Povo, Diário Popular, Opinião Pública, Gazeta de Alegrete, A Razão, Correio Rio-grandense ou Staffetta Rio-grandense, mostrando variações de postura e atuação crítica em diversos acontecimentos políticos entre 1930 e 1946.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

o cenário nacional no final dos anos 1920 e início dos 1930, antes da ascensão de Vargas. Fez referências mais diretas, críticas e anunciou precocemente situações ocorrendo no Brasil. Nos acontecimentos estaduais, tal postura não se repete com o mesmo destaque, publicou em geral acompanhando a posição do restante dos jornais na virada da década, em mais precoce ou tardia adesão a Vargas. O Diário, por exemplo, apoiou a formação da Aliança Liberal e a Revolução de 30. A respeito desta última, noticiou insistentemente a morte de João Pessoa e atuou pela movimentação estadual contra o governo federal⁴³. Publicou, também, diversas críticas à Revolução de 1932, já em um contexto de acompanhar as posições de Vargas⁴⁴. O Diário possuía também uma destacada folha cultural, no qual publicaram, no final dos anos 1920, Cirne Lima, Pasqualini, e diversas outras pessoas citadas por Sanmartin e ligadas ao movimento modernista no estado, à crítica literária - e também à defesa de suas causas políticas⁴⁵.

A abordagem a respeito das oito publicações que formam a polêmica procura não intervir no argumento dos autores, propôs-se uma pesquisa histórica sobre o contexto político, social e da vida dos autores durante essas publicações e, agora, uma busca de seus argumentos.

O jovem Cirne Lima mostra diversidade. Há uso de muitos autores, são principalmente filósofos, mas há também juristas, biólogos, historiadores, desde autores antigos e medievais até aqueles que publicavam em seu tempo, como se vê na tabela abaixo. Ele via no positivismo o desembocar de uma tradição racionalista iniciada séculos antes, um período no qual o pensamento positivista ainda é visto, no Rio Grande do Sul, com grande destaque e é, em parte por meio dele, que seus argumentos são defendidos. Apesar de citações a autores de tantas épocas, os seus argumentos desembocam principalmente para o uso de autores positivistas para a defesa de suas conclusões. Suas citações mostram sua familiaridade com o francês, espanhol, inglês - e seus interlocutores narram seu acesso, ao longo da vida, aos idiomas latino, grego e alemão.

Tabela 1 - Autores citados na controvérsia

"A Era de Leviathan", Ruy Cirne Lima	Alexis Carrel Étienne de La Boétie Friedrich Nietzsche Gaston de Pawlowski Isaac Vossius Johann Caspar Bluntschli Platão Sócrates Thomas Hobbes
--------------------------------------	---

⁴³ SOSA, Derocina Alves Campos. A História Política do Brasil (1930 -1946) sob a ótica da imprensa gaúcha. Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em História. P. 59, 75-76, 90, 106.

⁴⁴ A respeito da Revolução de 1932, e ilustrando o modo de atuação da imprensa estadual quando havia disputas políticas locais envolvidas, vale a passagem da conclusão da tese: "A Revolução Constitucionalista de 1932 foi tratada diferentemente de acordo com a posição de cada jornal, ou seja, situacionista, a favor do governo estadual, na figura emblemática de Flores da Cunha, que apoiou o movimento até um determinado ponto, mas depois o repudiou; ou contrário ao movimento revolucionário paulista desde seu início. Estiveram ao lado do governo estadual, o Rio Grande e o Diário Popular; os demais assumiram uma posição favorável ao governo federal. Questões políticas ligadas às rivalidades partidárias do PRR-PL, de um lado, e do grupo que acabaria fundando o PRL, explicam essa questão". SOSA, Derocina Alves Campos. A História Política do Brasil (1930 -1946) sob a ótica da imprensa gaúcha. Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em História. P. 186.

⁴⁵ ALMEIDA, Marlene Medaglia. Na trilha de um Andarengo: Alcides Maya (1877-1944). Porto Alegre: EdiPUCRS, 1994. P. 221.

"O após guerra", Ruy Cirne Lima	Charles Richt Désiré Félicien-François-Joseph Mercier Friedrich Nietzsche Gaston de Pawlowski Waldo David Frank
"Novo renascimento", Ruy Cirne Lima	Augusto Meyer Gregório de Heimburg Henry Malherbe Michel de Montaigne
"Renascença católica (A Alberto Pasqualini)", Ruy Cirne Lima	Armando Pereira da Câmara Bertrand Russel Edmund Husserl Ernst Haeckel Henri Malherbe Henri Massis Jackson de Figueiredo Jacques Maritain Johann Reuchlin Lazarus Geiger Renato Almeida Tasso da Silveira
"A mentalidade de após guerra (A propósito de um artigo)", Alberto Pasqualini	Leão XII ⁴⁶
"A mentalidade nova (A Alberto Pasqualini)", Ruy Cirne Lima	Alberto zum Felde Augusto Comte Bertrand Russel Émile Boutrox Henri Bergson Herbert Spencer Immanuel Kant René Descartes William James
"A falência do racionalismo", Alberto Pasqualini	Augusto Comte Bertrand Russell Désiré-Félicien-François-Josep Mercier Georg Wilhelm Friedrich Hegel Henri Bergson Immanuel Kant
"Racionalismo e catolicismo", Ruy Cirne Lima	Alberto Zum Felde Augusto Comte Bertrand Russell Carlos Vaz Ferreira Émile Boutroux Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling Georg Wilhelm Friedrich Hegel Henri Bergson Immanuel Kant Jacques Rivière

⁴⁶ Citação genérica em provável indicação do Papa de então.

	Michel de Montaigne Tristão de Athayde William James
--	--

Cirne Lima demonstra cultura, assim como uma intensidade nos seus pensamentos, uma vontade de chegar a conclusões e defendê-las enfaticamente. Via na guerra o surgimento de uma nova mentalidade, menos racional, menos ligada ao método científico, mais emotiva, fruto do sofrimento, da dor e da proximidade da morte. Era um movimento de virada contra o racionalismo que existia de Descartes até Comte e Spencer, um racionalismo ao qual ele mesmo parecia se posicionar como defensor. Essa reação ao racional era debatida na filosofia por autores desconhecidos do público, mas, pelos horrores da guerra, agora estava sendo incorporada ao restante da sociedade europeia de uma maneira prática, mais concreta do que as discussões poderiam ser, como consequências dos horrores da guerra.

Pasqualini, por outro lado, ingressa no meio da discussão, pois antes do seu primeiro artigo são feitas quatro publicações de Cirne Lima e muitos dos argumentos centrais já estão apresentados e não são rediscutidos por ele. Os seus textos são marcados pela citação a um número mais restrito de autores, normalmente em resposta à citação anterior de Cirne Lima, ele pouco introduz autores novos e tem a postura de discutir os já citados. Sua argumentação demonstra preocupação com movimentos sociais e psicológicos, e de ceticismo com as posições de Cirne Lima que viam, com a guerra, o surgimento de uma mudança profunda e de caráter mais duradouro no comportamento dos afetados. A mudança existia e ele concordava com traços importantes do que é narrado por Cirne Lima, mas ele parece ver mais transitoriedade e capacidade de superação do homem, defendendo que as ideias filosóficas racionalistas continuariam dominantes, a racionalidade não iria mudar, e o comportamento humano poderia voltar à normalidade na medida em que houvesse paz.

Apesar do papel de Pasqualini no debate, pelo jornal *A Federação*, ainda em 1925, é aparente o interesse de Pasqualini no tema discutido também sob um viés também filosófico. Este era um assunto que abordou enquanto palestrante do Centro de Acadêmicos do Direito no seu segundo ano de graduação⁴⁷. Isso denota que os efeitos da guerra eram ponto de debate entre os estudantes do Rio Grande do Sul e o papel do positivismo, assim como de outras vertentes filosóficas, eram um meio para interpretar os acontecimentos e seus efeitos.

Por fim, é possível que parte dessa disputa tenha se dado oralmente também e não esteja inteiramente acessível. A possibilidade decorre da proximidade dos autores no período e por uma relação e amizade que perduraria por toda a vida de ambos e, especificamente, pelo fato de que o

⁴⁷ A conferência proferida por Alberto Pasqualini foi sobre os limites do conhecimento. Ela teria a seguinte divisão: "Este thema obedece á seguinte divisão:

- 1) Breve retrospecto sobre algumas soluções ao problema da percepção objectiva; a) soluções da metaphysica espiritualista; b) soluções da metaphysica materialista.
- 2) Ponto de vista científico na materia, esquema das operações intellectuales.
- 3) Exame das condições subjectivas do conhecimento; a relação "conceito-objectivo"; concepção da metaphysica classica, da metaphysica critica e ponto de vista científico.
- 4) Exame das condições objectivas do conhecimento; processos logicos do espirito na aquisição dos conhecimentos; analyse e synthese, relatividade do conhecimento.

Caracteres diferentes de conhecimento científico, de conhecimento metaphysico e do conhecimento mathematico. Conclusões". PASQUALINI, Alberto. Conferencias do "Centro dos Academicos de Direito". A Federação, Porto Alegre, 11 jun, 1925. P. 5. É uma construção não distante daquela presente em disciplinas da área desde o início do século com Alcides Cruz. Ver outra pesquisa sobre a Faculdade e seus membros em: FELONIUK, Wagner. O Pensamento Político de Alcides Cruz: conceitos, separação de poderes, atuação estatal. In: CRUZ, Alcides. Alcides Cruz: perfil parlamentar. Porto Alegre: ALRS, 2017. P. 140-142.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

quarto artigo de Cirne Lima, o último antes do ingresso de Pasqualini, é explicitamente endereçado a ele, mas não havia nenhuma intervenção anterior de Pasqualini na publicação para justificar um endereçamento, dando a ideia de que outros momentos de discussão podem ter ocorrido fora do âmbito dos jornais.

3.1 "A Era de Leviathan", Ruy Cirne Lima, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 02/08/1928

Cirne Lima afirma que o povo⁴⁸ continua sendo, na modernidade, o fundamento do Estado democrático - continua porque já o era durante o absolutismo, pois a servidão voluntária daquela época era necessária para a manutenção do tirano, que não teria, sem ela, mais do que cinco ou seis indivíduos que o rodeiam para o seu apoio. O fundamento, o povo, não havia se modificado naquele momento. A diferença era antes de tudo na cultura presente, as culturas que moldam as instituições para o autor, dando estabilidade ou a retirando. No entanto, a cultura que agora se formava após o final da Primeira Guerra Mundial - naquele momento, a única guerra mundial - seria capaz de criar um Estado ideal ou geraria uma degradação? Misturando exemplos de biologia, Cirne Lima cita Carrel para lembrar que, destacados do corpo humano, tecidos vivos deixam de cumprir suas funções mesmo quando sobrevivem. Ocorreria o mesmo com o homem nessa nova sociedade que se formava? Seria possível à Teoria do Estado usar os exemplos de laboratório? Qual era a mentalidade que se formava? Essas eram suas perguntas.

Cirne Lima tem como cerne do artigo um questionamento: como seria a vida cultural, religiosa, política, no novo Estado surgindo no início do século XX? Ele chama o Estado de Leviathan, prevê que nele haja mais avanço econômico, em vista dos progressos industriais. Sua dúvida surge, no entanto, porque ele teme que em uma vida de mais recursos também haveria mais ócios, e poderia surgir alguma fórmula religiosa ou cultural para cessar as inquietações desses tantos homens vivendo em conjunto, em certa obscuridade, dentro de uma sociedade nova. A intelectualidade, de maneira interessante, é um dos elementos que formaria o contexto de surgimento dessa fórmula de obscura quietude.

Em troca de um "equilíbrio particularizado, de uma felicidade estrita e vitalícia", o velho animal político se ajustaria integralmente às curvas inflexíveis da disciplina social? Era esse o seu temor, aquilo que ele chama de monstro, e o artigo pergunta se é possível pressentir algo dele já na sociedade em que ele vivia agora, sob a aparência de certa normalidade.

Uma pista é dada a esse respeito: a arte. Ela teria perdido seu universalismo, sua ligação com o infinito, ido na direção do particularismo, de admitir o tempo, fenômeno que tudo dividiria e fragmentaria. A arte, única capaz de realizar, também era a única capaz de revelar completamente o homem - e ela era diferente agora. O homem moderno poderia estar cativo em uma caverna semelhante à descrita por Sócrates e, assim como no mito, não notar sua condição.

Ainda que não seja a finalidade do artigo, Cirne Lima parece se apoiar em Gaston de Pawlowski para afirmar que "[a]mbas, consequências da eversão formal em que importou a Grande Guerra. Ambos, prenúncios do Leviathan". Parece que as dúvidas são levantadas porque o autor vê indícios da concretização de seus temores. Uma consequência desses acontecimentos, um momento no qual a racionalidade dá lugar à afetividade, não mais em uma discussão de filósofos, mas em um profundo fenômeno social de consequências graves.

⁴⁸ Publicação original: CIRNE LIMA, Ruy. A Era de Leviathan. Diário de Notícias, Porto Alegre, 02 ago. 1928.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

O artigo inaugura uma série de considerações sobre o estado do mundo alguns anos após o fim da guerra na Europa, ainda sem citar sequer a possibilidade de uma segunda guerra. Marca com vivacidade o momento, como se ele fosse um precipício histórico a partir do qual uma sociedade muito diferente poderia surgir - uma sensação tida por muitos autores de grande capacidade ao longo do tempo - e que se mostrou, até hoje, apenas parcialmente correta. Avanços sociais e tecnológicos fizeram a vida das pessoas irreconhecível dentro de alguns âmbitos, como previam vários desses autores que acompanham Cirne Lima. No entanto, os problemas envolvendo as ações dos homens, sua compreensão do mundo, suas insatisfações, o foco da maior atenção dos artigos, estes se mostraram resilientes, semelhantes ao longo do tempo.

3.2 "O após guerra", Ruy Cirne Lima, A.B.C., Rio de Janeiro, em 04/08/1928

O segundo artigo⁴⁹ de Cirne Lima continua tematicamente o primeiro. O tema da guerra como sinal dos novos tempos reaparece com força, assim como são reforçadas as críticas ao intelectualismo surgido após sua ocorrência - ou ainda, à derrocada de um intelectualismo baseado na razão. As preocupações com isso, afirma, eram anteriores, mas os acontecimentos na Europa renovaram-nas. No entanto, o foco sai do Estado enquanto um Leviathan, estabelecido sobre um povo com progresso material e anestesiado sob uma nova cultura. Ele não demonstra convicção sobre haver "uma mentalidade após-guerra" envolvendo toda a sociedade, mas afirma que uma nova mentalidade existe para alguns e teve efeitos severos sobre o pensamento e a cultura.

Essa nova mentalidade retirou o equilíbrio e entregou o homem ao "puro intelectualismo" e à "pura estética". Ela teve o condão de trazer o pensamento sobre a morte, a dor e agiu como um castigo sobre um "cientismo desdenhoso" que buscava explicar o universo, o absoluto, e que encontrava nessa busca uma inércia constante. A guerra teria rompido as barreiras desse "cientismo" e, ao acabar, refluíu, deixando um vácuo, e este foi preenchido por um silêncio humilde, um silêncio que havia subvertido a ética, a estética, a economia e a política para tentar reconduzir a novos valores e novas formas. Um campo no qual a afetividade e a emoção teriam um papel bastante maior.

E um outro elemento é acrescentado para ser discutido no artigo seguinte em mais detalhes: o momento levou a uma ascensão do sentimento religioso. O fenômeno, no entanto, não é visto de maneira inteiramente positiva. Cirne Lima afirma que esse sentimento encontrou uma expressão totalista que os norte-americanos chamam, por vezes, de "retorno ao medievalismo". A fórmula religiosa pós-guerra exprimiria um retorno porque ela corresponderia a uma tradição de culto, e os elementos assimilados nesse retorno não são os mesmos que existiam, eles eram mais intensos que os anteriores.

3.3 "Novo renascimento", Ruy Cirne Lima, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 10/08/1928

O terceiro artigo⁵⁰ de Cirne Lima é o primeiro a citar o Brasil com centralidade. Os temas principais continuam: em quatro anos, a guerra teria feito desaparecer quatro séculos de cultura em determinado sentido de racionalização. Pais e avós, antes da guerra, teriam passado tanto tempo

⁴⁹ Publicação original: CIRNE LIMA, Ruy. O após guerra. A.B.C., Rio de Janeiro, 04 ago. 1928.

⁵⁰ Publicação original: CIRNE LIMA, Ruy. Novo renascimento. Diário de Notícias, Porto Alegre, 10 ago. 1928.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

como o mesmo espírito de análise, variedade, de decompor o mundo até sua menor parte e tentar encontrar o segredo do todo.

A nova "agonia", no entanto, afirmou um pensamento novo. As conquistas da ciência continuaram, até se aperfeiçoaram, mas as linhas da vida espiritual foram mudadas. Dando as costas à unidade de um mundo físico, feito pela ciência, houve uma volta à unidade mística, uma tentativa de explicar o universo que a ciência também faz, mas agora buscada por meio de outros métodos, com destaque para religião. A "ânsia totalista", já citada nos artigos anteriores, é retornada, novamente citando o tema da morte como impulsionador do movimento que gerou estes efeitos. A guerra geraria essa derrocada, essa queda do formal no qual todos os sistemas científicos haviam se erguido por séculos e que servia como ponte sobre mistérios, mistérios acessados sem os instrumentos da razão.

Cirne Lima afirma expressamente que o efeito era de sair de "um ambiente de luminosa clareza" e partir para outro. Não havia um ambiente anterior de "complicada e obscura elaboração psicológica", antes havia busca de claridade. O que ficou no lugar é que um horizonte espiritual, na forma de uma esperança por purificação, em que o método anterior já não era o principal.

Na segunda parte do artigo, o autor migra para um tema novo na discussão - o Brasil. Ele afirma que o país não continuou singelamente as suas expressões culturais anteriores, com suas manifestações em muitas formas locais e de origem tradicional, ele também foi afetado pelo novo momento, apesar da distância da guerra. Passou-se a buscar ideias lineares e as "penetrantes sensações dos primitivos". Ele afirma que havia um trilha central de latinidade no qual estavam os três troncos étnicos gerando três linhas culturais, e cita as tradições do ameríndio e também as crenças do negro. No entanto, o esforço e a continuidade cultural teriam saído dos trilhos. Isso não seria uma abdicação da cultura brasileira, mas o novo momento teria voltado a uma expressão mais primitiva, mais simples, decorrente do restante do cenário mundial. No entanto, afirma que, apesar do momento, o que importa não havia se modificado, a tendência brasileira ainda se manteria.

No horizonte intelectual, Cirne Lima vê o movimento da estética. E, nele, a morte é citada novamente com importância. O tema da morte como impulsionador, algo capaz de criar uma sombra sobre os objetos que antes eram "banhados pela luz", levando-os a um momento anterior, a um "mistério germinal, que era no princípio...". A seu ver, tal sombra irradiaria e apagaria as coisas em uma incerteza noturna. Era parte da nova mentalidade.

Esses fatores inauguravam uma nova Renascença, um momento de novo nascimento, uma época que seria olhada de maneira distante e com caráter próprio em relação às anteriores. Menos racionalidade era um dos efeitos mais palpáveis.

3.4 "Renascença católica (A Alberto Pasqualini)", Ruy Cirne Lima, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 01/09/1928

Cirne Lima continua suas considerações⁵¹ falando do renascimento do pensamento religioso católico no pós-guerra. O texto não é marcado pela ligação com a morte desta vez, e nem trata da guerra em si, mas seus efeitos, e encaminha o ponto mais profundo das discussões nos artigos, assim como o ingresso de Pasqualini e a disputa dos dois.

⁵¹ Publicação original: CIRNE LIMA, Ruy. Renascença católica (A Alberto Pasqualini). Diário de Notícias, Porto Alegre, 01 set. 1928.

Ele escreve que a mentalidade que surgiu após a guerra marca uma derrocada do formal, da falência do racionalismo e da ascensão de outros valores, inclusive religiosos, que agem quase como uma antítese ao pensamento cientificista, mais formal, de construção do pensamento com base na pesquisa e no método. Em um primeiro momento, poderia se discutir se isso ocorre com uma volta do sentimento religioso, Cirne Lima afirma, categoricamente, que essa é a única explicação visível para o retorno da religiosidade. Junto dela, uma oposição à lógica, menos racionalismo e pragmatismo, um retorno à busca da realização pessoal e da valorização da estética.

Seria um acontecimento inédito? Longe disso. O exemplo dado para mostrar a recorrência, citando vários autores do século XV e XVI, é a Reforma Religiosa que veio após o ocaso do humanismo alemão. Assim como ele agora comentava o pensamento em crescimento, os italianos daquele período anterior se espantavam com a ascensão da fé na Alemanha levado por aquele movimento posterior ao humanismo.

Ainda que a guerra não tivesse se passado na América, esses efeitos pareciam ter chegado aqui também. A afirmação é feita com nomes: "na Inglaterra, Bertrand Russel; na França, Jacques Maritain e Henri Massis. E no Brasil, Jackson de Figueiredo, Renato Almeida e Tasso da Silveira. E no Rio Grande do Sul, Armando Pereira Câmara". Cirne Lima afirma que a inexistência de conflito nestas terras pode até ter contribuído, pois não houve as constrições materiais e dificuldades existentes nos palcos do acontecimento.

3.5 "A mentalidade de após guerra (A propósito de um artigo)", Alberto Pasqualini, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 05/09/1928

Em 5 de setembro de 1928⁵², afinal, inicia-se o diálogo com Alberto Pasqualini. Ele é estabelecido sem igualdade por parte do novo interlocutor, isso pode se ver por essa passagem: "[p]ercebe-se, porém, ainda que confusamente, através das afirmações do jovem pensador". Pasqualini trata Cirne Lima com respeito, mas como um jovem pensador que não se fizera suficientemente claro no seu pensamento.

Apesar dessa afirmação, Alberto Pasqualini embarca na discussão. Suas considerações podem ser compreendidas a partir da crença de que a guerra trouxera dificuldades sociais relevantes, e isso afetaria aspectos psicológicos das pessoas. Estava parcialmente em linha com Cirne Lima, no que tange aos efeitos da guerra, mas se afastando das considerações sobre queda do racionalismo e ascensão da emotividade e, até certo ponto, da religiosidade. Expressões utilizadas por Pasqualini como "psiquismo" e "sistema nervoso" dão a dimensão da ligação dos comportamentos pessoais nessa construção, com a visão interna das pessoas, e que, dada a escala da guerra, afetariam sociedades inteiras. Seu argumento não se baseia fortemente na filosofia, mas em argumentos psicológicos e sociais.

Ele afirma que, durante a guerra, alguns pensavam que a Europa inteira poderia ser aniquilada, mas isso não ocorreu e nem seria possível, há capacidade de resistir às mudanças nas pessoas. No entanto, era um momento de adaptação, de mudanças nas instituições, ideologias, sistemas políticos, filosóficos, morais e religiosos. Isso ocorre pelo impacto que a guerra trouxe. O sofrimento psicológico profundo geraria os efeitos da grande guerra, alteraria o passo quase

⁵² Publicação original: PASQUALINI, Alberto. A mentalidade de após guerra (A propósito de um artigo). Diário de Notícias, Porto Alegre, 05 set. 1928.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

imperceptível de alterações sociais, como ocorre em tempos mais normais, e criaria uma mudança brusca, fruto da desorientação do psiquê de tantas pessoas.

Além de atribuir as alterações à psique do homem afetado pela guerra, ele ainda sistematiza os efeitos em três grupos. Primeiramente, seria um período de surgimento dos referidos novos sistemas morais, políticos, literários, filosóficos - todos seriam exageros daquele momento de sofrimento. O segundo, é que haveria mais vontade de buscar o prazer, de novas sensações, uma vontade de gozo e de esquecimento do momento vivido. Por fim, igualmente, haveria um espaço propício para a busca por religiosidade - o ponto central de Cirne Lima - como decorrência dos acontecimentos.

Ele adentra, então, no argumento central de renascimento religioso e o acata em parte - ainda mais, afirma que não apenas é uma possibilidade, mas é normal, um fruto da dor e do medo daquele momento. No entanto, a discordância do restante dos elementos começa a aparecer depois desse ponto. Pasqualini discorda que essa aproximação da religião tenha mudado de alguma forma a lógica humana, levando a sua falência ou a um comportamento permanentemente novo. O pensamento humano não teria mudado em definitivo.

Pasqualini afirma, no final de seu artigo, que a guerra trouxe mudanças sociais e individuais profundas, isso resultou em um desequilíbrio das atividades psíquicas, mas o fenômeno só mostra a adaptação dos indivíduos e da sociedade como um todo, era uma demonstração de capacidade do homem. Esse desequilíbrio seria temporário, em algum momento iria passar, e só então, alguma nova mentalidade poderia ser vista, caso existisse realmente. A ideia de Pasqualini, no entanto, era que a normalidade traria a volta das questões anteriores: "[c]om a volta do equilíbrio espiritual, os homens preocupar-se-ão novamente com os transcendentais problemas do universo, procurando resolvê-los com mais serenidade e seriedade". As diretrizes do pensamento humano não poderiam ser modificadas pela guerra.

Ao contrário da profusão de autores trazidas nos textos de Cirne Lima, além do seu próprio interlocutor, não há a citação de nenhum autor no artigo.

3.6 "A mentalidade nova (A Alberto Pasqualini)", Ruy Cirne Lima, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 07/09/1928

Cirne Lima responde⁵³ com grande contrariedade à parte final do artigo de Pasqualini, sobre passagens em que ele sofre admoestação sobre como seria o pensamento humano no pós-guerra, a possibilidade de sua modificação. Inicialmente, ele retoma a ideia de que a razão seria o ponto central desde Descartes até chegar a Comte e Spencer, passando por grandes expoentes como Kant, e que o século que se iniciava sob a ocorrência da grande guerra estava se desviando dessa tradição de pensamento. O "espírito" racional, científico, tão desenvolvido nesse período anterior estava mais distante.

Um dos nomes filosóficos dessa reação ao racionalismo seria Bergson, que teria desenvolvido o seu intuicionismo em revisão ao positivismo trazido por autores como Comte e Spencer, representantes mais recentes e desenvolvidos da linha racionalista. Na interpretação dada por zum Felde a Bergson, e aparentemente aceita por Cirne Lima como representante do momento, aquele seria o século da intuição, definida como vivência de uma realidade espiritual

⁵³ Publicação original: CIRNE LIMA, Ruy. A mentalidade nova (A Alberto Pasqualini). Diário de Notícias, Porto Alegre, 07 set. 1928.

imane. Cirne Lima afirma que razão e intuição são faculdades complementares, colocá-las em antagonismo seria uma falsa oposição, e que uma ou outra poderiam ter um protagonismo temporário, inversão de papéis que parecia ocorrer agora e que ele estava trazendo à discussão.

Essa primeira reação ao racionalismo teria se popularizado com o fim da guerra. E, junto dela, outros movimentos já citados anteriormente também haviam crescido, como a tradição religiosa em seu neotomismo. Nos países latinos, este último havia sido o mais importante na sociedade, recriando o sentimento religioso e a tradição de culto. Esse é o cenário do final do século que ele comentava.

A guerra teria o papel de acelerar o processo nessa direção. O racionalismo podia ter caído em função de pensamentos como o de Bergson, mas disso não tomou conhecimento a maior parte das pessoas. Foi a guerra quem teve o papel de afastar, de modo acelerado, a racionalidade, aumentando o papel da afetividade, uma reação ao positivismo racionalista que eventualmente não foi conhecida por seus autores filosóficos pelas pessoas, mas foi, ainda assim, incorporada à sociedade, sob a luta física e a onipresença da morte daquele momento. Era o ambiente do despertar do sentimento religioso, especialmente entre latinos.

Isto apresentado, Cirne Lima termina o artigo com alguns parágrafos de crítica aberta a Pasqualini. Afirma que ele não seguiu seu pensamento. Ele escreve que nunca afirmou que houve a falência da lógica, que parte de seu artigo não fora trazido à discussão de Pasqualini, por um esquecimento do interlocutor, e que não apenas falhara em apanhar sua lógica no todo, como havia seguido com uma imputação injusta de confundir termos e ideias filosóficas. Ele também escreve que nunca negou que após a guerra, em um período de mais serenidade, os homens podiam se voltar novamente ao racionalismo, não havia, na afirmação da falência, uma impossibilidade de reabilitação.

Ao fim, como última frase do artigo, ele afirma que a discussão era "uma deferência e um prazer", em movimento de aparente apaziguamento do debate, apesar das críticas apresentadas.

3.7 "A falência do racionalismo", Alberto Pasqualini, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 13/09/1928

A resposta de Pasqualini⁵⁴ dá mais combustível à discussão, que se torna acalorada - ele inicia a resposta dizendo que seu interlocutor perdera a serenidade própria do filósofo, e o fizera em dois momentos, por sugerir que seu pensamento fora mal compreendido e por imputar uma deslealdade que jamais seria perpetrada por ele com uma omissão intencional. Poderia ter havido um erro de interpretação, mas, agora, essas outras afirmações estavam escritas e nada poderia modificá-las.

Pasqualini estrutura sua resposta, então, a partir de uma repetição de recortes dos trechos disputados. Ele afirma que sua memória fora inocente e as afirmações de Cirne Lima eram temerárias. Escreve, Cirne Lima atribuiu à lógica funções que não lhe eram próprias e só em função disso havia concluído que ela havia falido - ele afirma, afinal, que Cirne Lima seria um discípulo de Hegel, que saborearia com volúpia o paradoxo e a contradição.

A religião, na sua parte racional, ele afirma, seria também uma afirmação eloquente do racionalismo. O corpo de doutrinas pretendia ser essencialmente racional. O neotomismo seria a

⁵⁴ Publicação original: PASQUALINI, Alberto. A falência do racionalismo. Diário de Notícias, Porto Alegre, 13 set. 1928.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

escolástica adaptada ao progresso das ciências, apta a ser alvo do intelecto humano enquanto investigava e buscava a verdade.

Em encontro frontal com o pensamento que permeia todos os artigos de Cirne Lima, Pasqualini afirma que ele se contradiz ao afirmar que o pensamento do pós-guerra era caracterizado pela derrocada da racionalidade e de uma mentalidade ligada à afetividade. Afirma que Comte não iria se reconciliar com as afirmações de Cirne Lima e que a mentalidade vindoura não era intuicionista. A sua sugestão é que ele releia, com mais atenção, o único autor que deveria ser citado naquele momento, Bertrand Russel. Apesar desses enfrentamentos, em diversos momentos, não há uma explicação evidente da posição de Pasqualini e, prioritariamente, a apresentação de dúvidas e negação da validade da estrutura do pensamento de Cirne Lima, citando várias vezes a inconsistência de conceitos.

3.8 "Racionalismo e catolicismo", Ruy Cirne Lima, Diário de Notícias, Porto Alegre, em 15/09/1928

Cirne Lima não continua a polêmica⁵⁵ no início da última peça da disputa, parece retomar a sua passagem de apaziguamento anterior. Afirma que Pasqualini não estava mais discutindo os seus argumentos e as suas afirmações, mas, sim, a obscuridade de expressões e a busca de contradições nos argumentos apresentados, fora do assunto inicialmente proposto. Afirma que aquilo era abandonar o campo de discussão, mas que, ainda assim, ele lhe oferecia este artigo final, em função de sua admiração e estima, que Pasqualini merecia, e para defender a integridade de seu pensamento.

Se ele era chamado de discípulo de Hegel, Pasqualini era de Montaigne e seus descendentes. E via, para se explicar, a necessidade de entrar em sete contradições que Pasqualini lhe atribuía. Sobre eles, o autor faz a separação numérica e dá fundamentos específicos para cada.

Na maior parte do tempo, ele escreve reafirmando declarações de artigos anteriores de maneira curta e definindo alguns de seus conceitos, tentando mostrar que eles não são contraditórios se aceitos dentro daquelas definições na construção dos argumentos. Algumas vezes, Cirne Lima afirma que suas construções estão concordando com o pensamento de Pasqualini, em diversas outras, suas explicações detalhadas terminam por negar a visão apresentada pelo interlocutor. Seu tom, até o final, no entanto, é de que Pasqualini enganara-se em sua compreensão. E, encerrando, ele afirma que aquele é o seu ponto final à discussão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate inicia apenas na sua metade final. Cirne Lima defende suas posições até o fim, entrando analiticamente nos argumentos de Pasqualini para isso. Ainda que aparentemente acalorado, as relações futuras dão a entender que não houve um rompimento pessoal. O debate serve para mostrar, de maneira breve, as preocupações e os autores lidos na época, bem como o nível cultural de dois estudantes que se tornariam, em poucos meses, egressos da Faculdade de Direito - e, com os anos, dois célebre ex-alunos, com contribuições duradouras à política e cultura jurídica nacional.

⁵⁵ Publicação original: CIRNE LIMA, Ruy. Racionalismo e catolicismo. Diário de Notícias, Porto Alegre, 15 set. 1928. Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

Nota-se um Cirne Lima apoiado em dezenas de autoras das mais diferentes áreas, sem desviar de seu foco de discussão e procurando contribuir com os temas que acha mais importante. Não há uma situação de vencedor ou perdedor na disputa, ela só chega ao ponto de mostrar as contrariedades, a construção de Cirne Lima é um profundo desenvolvimento filosófico com os autores daquela época, Pasqualini nega os efeitos da guerra sobre a racionalidade e apresenta um estágio passageiro trazido pela calamidade em nível social e psicológico.

Eram ambos representantes da Turma de 1928, que seria conhecida até a atualidade pelos seus formados, sua importância social e para a formação do pensamento jurídico e político brasileiro. O nível dos debates, ainda na juventude, mostra o elevado patamar cultural de membros daquele grupo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo background, entrada e estratégias de ascensão na política-partidária (1928-1937). **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 4. p. 636-658, dez. 2019.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. **Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para obtenção do título de Doutor em História, Área de Concentração História das Sociedades Ibéricas e Americanas na Linha de Pesquisa Sociedade, Política e Relações Internacionais em 2015.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. **Na trilha de um Andarengo: Alcides Maya (1877-1944)**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 1994.

AXT, Gunter. **A Faculdade de Direito de Porto Alegre (memória, ensino e espaço político desde 1900)**. Porto Alegre: Leitura XXI/Paiol, 2014.

BALBINOT, Jonas. **Relações de Poder. Getúlio Vargas e Borges de Medeiros (1922-1928)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, em 2008.

BONES, Elmar. **1966: a conciliação impossível: a candidatura de Ruy Cirne Lima ao governo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Carmen Langaro Produção Cultural, 2014.

BROSSARD, Paulo. **A história pode ser outra. 2008**. Disponível em: <www.dacostaex.net/livros/RUY_CIRNE_LIMA_CENTENARIO.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2020.

BROSSARD, Paulo. **Relembrando um fato histórico**. Zero Hora, Opinião, 2 de junho de 2014. Disponível em: <www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/PauloBrossard/ArtigosJornais/1003790.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2020.

CIRNE LIMA, Ruy. **A Era de Leviathan**. Diário de Notícias, Porto Alegre, 02 ago. 1928.

Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Turma de 1928: a Controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a Mentalidade Pós-Guerra

CIRNE LIMA, Ruy. **A mentalidade nova (A Alberto Pasqualini)**. Diário de Notícias, Porto Alegre, 07 set. 1928.

CIRNE LIMA, Ruy. **Colônia Z e outros poemas**. Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, 1928.

CIRNE LIMA, Ruy. **Felicidade**. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & C., 1925.

CIRNE LIMA, Ruy. **Literatura**. Revista da Antropofagia, São Paulo, ano 1, núm. 6, p. 2, out. 1928.

CIRNE LIMA, Ruy. **Madrugada**. Do Livro "Colônia Z e outros poemas". Revista da Antropofagia, São Paulo, ano 1, núm. 2, p. 5, jun. 1928.

CIRNE LIMA, Ruy. **Minha Terra**. Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, 1926.

CIRNE LIMA, Ruy. **Novo renascimento**. Diário de Notícias, Porto Alegre, 10 ago. 1928.

CIRNE LIMA, Ruy. **O após guerra**. A.B.C., Rio de Janeiro, 04 ago. 1928.

CIRNE LIMA, Ruy. **Preparação à Dogmática Jurídica**. 2a ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1958.

CIRNE LIMA, Ruy. **Princípios de Direito Administrativo**. 7a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

CIRNE LIMA, Ruy. **Princípios de Direito Administrativo**. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1964.

CIRNE LIMA, Ruy. **Racionalismo e catolicismo**. Diário de Notícias, Porto Alegre, 15 set. 1928.

CIRNE LIMA, Ruy. **Renascença católica (A Alberto Pasqualini)**. Diário de Notícias, Porto Alegre, 01 set. 1928.

CIRNE LIMA, Ruy. **Revisão das concessões de terras**. Jornal República, Florianópolis, 4 jun. 1931.

COLÉGIO ANCHIETA. **História**. Disponível em: <www.colegioanchieta.g12.br/historia/>. Acesso em: 7 jun. 2020.

ENGELMANN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2004.

FACULDADE DE DIREITO DE PORTO ALEGRE. Homenagem a Ruy Cirne Lima. **Revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre**, n. 5, Porto Alegre, p. 7, 1971.

FEDERAÇÃO, A. **As eleições de 3 de Maio**. A Federação, Porto Alegre, 8 mai., 1924.

FELICIDADE - Ruy Cirne Lima - Pimenta de Mello & C. - Rio, 1925; PONTAS DE FOGO - Barroso de Carvalho - Fux - 1925; MUSA JUDICIARIA - José do Canto - LUX, Rio, 1925. O Paiz, Rio de Janeiro, 17 out. 1925.

FELONIUK, Wagner. **O Pensamento Político de Alcides Cruz: conceitos, separação de poderes, atuação estatal.** In: CRUZ, Alcides. Alcides Cruz: perfil parlamentar. Porto Alegre: ALRS, 2017. P. 140-142.

FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Gaspar Silveira Martins e o Município "Silveira Martins": memória, identidade e patrimônio.** Dissertação apresentada ao Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio Cultural em 2011.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Personalidade Impar.** Disponível em: <www.dacostaex.net/livros/RUY_CIRNE_LIMA_CENTENARIO.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2020.

IMAGEM de Alberto Pasqualini. Disponível em: <<https://www.zonacurva.com.br/>>. Acesso em: 7 jul. 2020.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Prefácio.** In: LIMA, Ruy Cirne. Princípios de Direito Administrativo. 7a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

PASQUALINI, Alberto. **A falência do racionalismo.** Diário de Notícias, Porto Alegre, 13 set. 1928.

PASQUALINI, Alberto. **A mentalidade de após guerra (A propósito de um artigo).** Diário de Notícias, Porto Alegre, 05 set. 1928.

PASQUALINI, Alberto. **Conferencias do "Centro dos Academicos de Direito".** A Federação, Porto Alegre, 11 jun., 1925

PASQUALINI, Alberto. **O Pensamento político de Alberto Pasqualini.** Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005.

PASQUALINI, Alberto. **Saudação ao Presidente Getulio Vargas, em Nome do Departamento Administrativo.** Correio do Povo, Porto Alegre, 17 nov. 1940. In: PASQUALINI, Alberto. O Pensamento político de Alberto Pasqualini. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005.

PASQUALINI, Paulo Alberto. Ruy Cirne Lima: jurista e professor Emérito. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS,** Porto Alegre, n. 23, p. 177-197, 2003.

PEREIRA, Francisco Castilhos Marques. **Professor Elias Cirne Lima.** Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, Porto Alegre, v. 26, p. 181-182, 1966.

SANMARTIN, Olyntho. **Um Ciclo de Cultura Social.** Porto Alegre: Sulina Editôra, 1969.

SANSEVERINO, José Sperb. Apresentação de Rui Cirne Lima. **Revista Justiça & História**, v. 3, n. 5, p. 1-3. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/revista-justica/revista-justica-historia-volume-3/>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

SANTOS, João Pedro dos. **A Faculdade de Direito de Porto Alegre**: subsídios para sua história. Porto Alegre: Síntese, 2000.

SILVA, Roberto Bitencourt. **Alberto Pasqualini**: trajetória política e pensamento trabalhista. Tese de doutorado em história apresentada perante o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A História Política do Brasil (1930 -1946) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em História em março de 2005.

TARCITANO, Terezinha. **A obra do Prof. Cirne Lima é tema em encontro sobre Direito e Literatura**. Disponível em: <<http://iargs.blogspot.com/2015/08/a-obra-do-prof-cirne-lima-e-tema-em.html>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Imagem da Faculdade de Direito e sede da Reitoria em 1930**. Repositório Digital da LUME/UFRGS. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/9379>>. Acesso em: 7 jul. 2020.

Correio do Sul e as elites políticas de Bagé: educação, memória e disputas de poder (1944-1992)

Correio do Sul and the Political Elites of Bagé: Education, Memory, and Power Struggles (1944-1992)

Resumo: Este artigo analisa a atuação das elites políticas de Bagé, entre 1944 e 1992, e suas formas de mobilização da educação como instrumento de poder, memória e legitimidade social, tendo como fonte central o jornal Correio do Sul. A pesquisa, vinculada à tese de doutorado Da pedra ao amanhecer: a constituição do espaço educacional em Hulha Negra (1944-1992), articula imprensa, legislação municipal, documentação escolar e memória oral para compreender como a escola foi representada nas narrativas públicas e utilizada como recurso político pelas lideranças locais. Partindo dos pressupostos da Educação Histórica, o trabalho evidencia que a imprensa não apenas registrava os acontecimentos, mas produzia sentidos, configurando a escola como palco simbólico de disputas de poder e como elemento central na construção da memória coletiva. O estudo também discute as aproximações entre o ensino de História, a BNCC e as práticas pedagógicas, propondo atividades didáticas que utilizam a imprensa local como fonte histórica e recurso pedagógico para desenvolver consciência histórica, leitura crítica e multiperspectividade entre os estudantes. Ao inserir-se no Simpósio Temático 1 - Prática e pesquisa no ensino de História, este artigo busca reafirmar o papel do historiador-docente como sujeito ativo na produção do conhecimento histórico e na mediação de sentidos do passado no espaço escolar.

Palavras-chave: Imprensa local; Elites políticas; Educação; Educação Histórica; Bagé.

Abstract: This article examines the role of the political elites of Bagé between 1944 and 1992 and their use of education as a tool of power, memory, and social legitimacy, using the newspaper Correio do Sul as a central source. The research, based on the doctoral thesis From Stone to Dawn: the constitution of the educational space in Hulha Negra (1944-1992), articulates the press, municipal legislation, school documentation, and oral memory to understand how schools were represented in public narratives and mobilized politically by local leaderships. Grounded in the principles of History Education, the study demonstrates that the press not only recorded events but also produced meanings, framing schools as symbolic arenas of power disputes and as central elements in the construction of collective memory. It also discusses the intersections between History teaching, the BNCC, and pedagogical practices, presenting didactic activities that use local newspapers as historical sources and pedagogical tools to foster historical consciousness, critical reading, and multiperspectivity among students. By situating itself within Thematic Symposium 1 - Practice and research in History teaching, this article seeks to reaffirm the role of the historian-teacher as an active subject in the production of historical knowledge and in mediating meanings of the past within the school environment.

Keywords: Local press; Political elites; Education; History Education; Bagé.

Simone Gomes de Faria*

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação.

INTRODUÇÃO

A formação do professor de História, nas últimas décadas, tem sido atravessada por um movimento de reconceitualização profunda do seu papel, que ultrapassa a função de transmissor de conteúdos para assumir a condição de sujeito que investiga, interpreta e atribui sentidos históricos ao mundo em que vive. No centro desse debate está a Educação Histórica, campo teórico-metodológico que propõe compreender o ensino de História como prática formadora da consciência histórica - um tipo específico de consciência temporal que permite aos sujeitos articularem passado, presente e futuro de forma crítica e situada (Rüsen, 2001). A partir dessa perspectiva, ensinar História não se limita à exposição de narrativas já legitimadas, mas exige problematização, análise de fontes, construção de argumentos e reflexão sobre os usos do passado. É nesse horizonte que a pesquisa histórica local e o trabalho com fontes primárias - como jornais, documentos oficiais e discursos políticos - adquirem centralidade.

Neste artigo, propomos uma reflexão sobre os vínculos entre pesquisa e ensino de História, a partir da análise da imprensa local de Bagé (RS), com ênfase no jornal *Correio do Sul*, e sua relação com os projetos educacionais promovidos pelas elites políticas entre os anos de 1944 e 1992. Trata-se de um recorte temporal que abrange momentos decisivos da história política e social brasileira - do fim do Estado Novo à redemocratização - nos quais a educação foi frequentemente mobilizada como instrumento de poder, seja sob o discurso da modernização, seja como mecanismo de controle social.

As lideranças políticas municipais, ao longo desse período, utilizaram a imprensa como meio para divulgar, justificar e legitimar suas ações, compondo um imaginário social que associa progresso educacional à autoridade governamental. A hipótese que sustenta este estudo é a de que a imprensa local, ao representar e interpretar as políticas públicas de educação, operou como dispositivo simbólico de poder e, por isso, pode ser explorada como fonte privilegiada para o ensino de História sob a ótica da Educação Histórica.

Essa abordagem se justifica por dois motivos principais. Em primeiro lugar, por reconhecer o potencial das fontes locais na formação de uma prática pedagógica mais enraizada no território e mais próxima da realidade dos estudantes. Em segundo lugar, por defender que o historiador-docente é, necessariamente, um pesquisador, cuja prática investigativa não deve se restringir à academia, mas deve ser integrada ao cotidiano escolar, alimentando o processo de ensino e aprendizagem com problemas históricos reais, fontes contextualizadas e perguntas significativas.

Logo, a análise da imprensa local permite, nesse sentido, desconstruir as versões oficiais do passado, revelando contradições, disputas e silenciamentos - elementos essenciais à formação de uma consciência histórica crítica (Schmidt, 2009). Ao interpretar o modo como a imprensa representou a educação, é possível compreender como se formaram os discursos que ainda hoje influenciam as políticas públicas e a visão social sobre a escola.

Neste viés, ao lado das contribuições internacionais, especialmente de Rüsen (2001) com a noção de consciência histórica e de Schmidt (2009) ao refletir sobre a mediação do ensino de História, é fundamental considerar também a produção brasileira no campo. Pesquisadoras como Circe Bittencourt (2008) enfatizam que o ensino de História deve ser compreendido em diálogo com a cultura histórica dos sujeitos e com as múltiplas linguagens que circulam no espaço escolar, sendo a imprensa uma dessas linguagens privilegiadas para a construção de narrativas.

Selva Guimarães (2011), por sua vez, destaca a importância de práticas pedagógicas que problematizem as representações do passado no cotidiano escolar, entendendo a sala de aula como

Correio do Sul e as elites políticas de Bagé: educação, memória e disputas de poder (1944-1992)

espaço de disputas e de múltiplos usos sociais da História. Esse entendimento se aproxima diretamente da análise da imprensa local, que não apenas noticia, mas constrói sentidos, revelando tanto o que é dito quanto os silêncios produzidos.

Já Marieta de Moraes Ferreira (2000) contribui com reflexões sobre a relação entre História, memória e identidades, ressaltando como as fontes - especialmente as midiáticas - participam da tessitura da memória coletiva. Sua abordagem reforça a necessidade de trabalhar criticamente os jornais locais como lugares de memória em disputa, alinhando-se à proposta da Educação Histórica de desenvolver a consciência crítica dos estudantes.

Essa articulação entre referências internacionais e nacionais amplia a densidade teórica do trabalho, permitindo situar o uso da imprensa local de Bagé tanto em um quadro global da Educação Histórica quanto no campo consolidado da historiografia e da didática da História no Brasil.

Neste limiar, a questão que norteia esta investigação é: como a análise das representações da educação na imprensa local de Bagé, entre 1944 e 1992, pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas que articulem pesquisa histórica e Educação Histórica no ensino básico?

A partir dessa pergunta, delinea-se o objetivo geral de refletir sobre o uso da imprensa como fonte para o ensino de História, com base em uma pesquisa sobre as elites políticas de Bagé e suas intervenções no campo educacional. Para isso, o artigo se organiza em torno de quatro objetivos específicos: (1) analisar como as elites políticas de Bagé utilizaram a educação como estratégia de poder, a partir da imprensa local; (2) identificar e interpretar as representações da educação publicadas no *Correio do Sul*; (3) apontar propostas didáticas para o uso dessas fontes no ensino de História, com base na Educação Histórica; e (4) discutir o papel do historiador-docente como pesquisador e mediador da consciência histórica.

Teoricamente, o artigo apoia-se nos fundamentos da Educação Histórica, conforme propostos por Jörn Rüsen (2001; 2010), e nos estudos brasileiros que tratam do ensino de História como prática social e política (Bittencourt, 2008; Guimarães, 2011). Utiliza também contribuições da História Cultural, especialmente no que diz respeito à imprensa como linguagem histórica (Chartier, 1990; Burke, 2005), e da Sociologia da Educação, com destaque para os estudos de Pierre Bourdieu (1989) sobre a relação entre capital cultural, escolarização e reprodução social. Esses referenciais oferecem suporte para compreender como os discursos educacionais circulam nos meios de comunicação e como esses discursos são apropriados pelos diferentes agentes sociais.

Ao centrar-se na imprensa como fonte histórica e como ferramenta pedagógica, este trabalho busca reafirmar o compromisso com uma formação docente que valoriza a pesquisa como parte indissociável do ensino, possibilitando a emergência de práticas educativas mais críticas, criativas e socialmente comprometidas. Inserido no Simpósio Temático 1 - *Prática e pesquisa no ensino de História*, este artigo pretende contribuir com o debate sobre o historiador-docente como sujeito ativo na produção do conhecimento histórico e na mediação dos sentidos do passado no espaço escolar.

Assim, ao reconhecer a história e o papel da imprensa local na construção de narrativas sobre educação e poder, torna-se fundamental olhar mais de perto para o *Correio do Sul*. No próximo tópico, analisaremos esse jornal como espaço de disputa simbólica e palco de legitimação das elites políticas. A palavra impressa será compreendida aqui como verdadeira trincheira, onde se forjaram memórias e se negociaram sentidos coletivos.

CORREIO DO SUL: A PALAVRA COMO TRINCHEIRA

O Correio do Sul, nascido em Bagé em 20 de setembro de 1914, não foi apenas um jornal: foi uma trincheira de ideias, uma praça pública impressa, uma arena em que a palavra se convertia em espada. Suas páginas pulsavam como veias abertas da política rio-grandense, ecoando debates que atravessaram o século XX. Movido por uma tipografia elétrica, símbolo de progresso, tornou-se o vigésimo segundo jornal da cidade - mas sua força não residia na técnica, e sim no gesto de inscrever o federalismo em cada linha, como quem grava na pedra uma memória coletiva.

João Fanfa Ribas, seu fundador, parecia saber que jornais são mais que folhas voláteis: são testemunhas. Ao escolher Bagé como berço do Correio do Sul, entrelaçou sua biografia à própria tessitura da cidade. Nascido em Porto Alegre em 1869, Ribas carregava consigo uma experiência que ia do *Jornal do Comércio* à *Gazeta de Notícias*, transitando por campanhas cívicas e batalhas eleitorais. Quando ergueu a primeira edição, transformou o jornal em porta-voz do Partido Federalista, um espaço de oposição ao castilhismo e, mais tarde, de sustentação do Partido Libertador. Não era apenas registro: era combate. As páginas, deliberadamente, recusavam a neutralidade. Ao ponto de serem chamadas de “Bíblia do Federalismo” - e de custar ao próprio Ribas perseguições, exílios temporários e até ameaças de morte. Era como se cada editorial fosse um facho de luz, iluminando os becos escuros da política regional.

O Correio do Sul circulava além dos limites de Bagé: alcançava Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais. Por meio de convênios de troca, seus exemplares viajavam como sementes lançadas ao vento, espalhando discursos, moldando consciências, disputando memórias. Não se tratava apenas de um jornal local, mas de um nó de convergência em rede, onde cada município podia ressoar sua voz. Era espaço de trânsito entre intelectuais, advogados, estancieiros e políticos que faziam da escrita o prolongamento de suas armas. Colaboradores como Assis Brasil, Júlio Costa Cabral e Guilherme Barbosa compunham uma constelação de nomes que, ao redor de Ribas, davam ao periódico um peso quase institucional.

Se em 1930 o jornal saudou a Revolução e seus ideais, logo retomou o fio oposicionista, recusando-se a se alinhar de forma estável a qualquer poder que restringisse a constitucionalidade. A cada crise, seu papel se reconfigurava: por vezes tribuna, por vezes escudo, por vezes lança. Em 1923, na conflagração que abalou o Rio Grande do Sul, o próprio jornal foi silenciado durante dias - uma suspensão estratégica, que revelava como a imprensa podia ser alvo e instrumento na disputa política. A raridade está em que o Correio do Sul não buscava esconder sua parcialidade: antes, assumia-se como espaço de luta, onde a flexibilidade de Ribas permitia oscilar sem perder de vista a bandeira maior - o federalismo, a descentralização, a autonomia das localidades. Era uma neutralidade impossível, porque o silêncio em Bagé já era, em si, um grito.

Bagé, descrita como polo de convergência militar, comercial e político, encontra no Correio do Sul seu reflexo impresso. O município irradiava influência, produzia debates, exportava gado e ideias. O jornal foi, nesse sentido, a própria tradução gráfica da cidade: pastoreava letras como quem cuida de rebanhos, organizava colunas como quem cerca poteiros, enviava notícias como quem conduz tropas. A cada editorial, inscrevia Bagé no mapa nacional, conferindo-lhe uma densidade histórica que ultrapassava o papel. Ali, o jornalismo se confundia com pedagogia política: educava leitores para reconhecer que o poder não é destino, mas disputa.

Editado até 2008, em formato tabloide, o Correio do Sul resistiu quase um século. Sua trajetória é testemunho da longevidade de um projeto que começou com Ribas e sobreviveu a mudanças de regime, golpes, revoluções e transformações técnicas. O que permanece, ao revisitar

essas páginas, é a percepção de que o jornal foi mais que veículo: foi ritual de memória coletiva, uma voz que se erguia das margens da campanha para dialogar com o centro do país. O *Correio do Sul* não foi apenas testemunha da história: foi também autor de sua narrativa, fiador de disputas e guardião de um projeto de país que se escrevia - diariamente - com tinta e tipografia.

Ao reconhecer sua centralidade, é possível avançar para compreender como as elites políticas de Bagé, entre 1944 e 1992, mobilizaram a educação como estratégia de poder e legitimação.

DINÂMICAS DE PODER: A INFLUÊNCIA DAS LIDERANÇAS LOCAIS EM BAGÉ (1944-1992)

A pesquisa que fundamenta este trabalho tem origem na tese de doutorado intitulada “*Da pedra ao amanhecer: a constituição do espaço educacional em Hulha Negra (1944-1992)*”, na qual se investigou a articulação entre poder local, política educacional e memória coletiva a partir de múltiplas fontes: jornais locais, legislações municipais, documentos escolares e atas de Câmara Municipal. Tais fontes permitiram uma leitura complexa da formação do espaço educacional em Bagé e na sua zona distrital - mais tarde emancipado como município de Hulha Negra -, destacando o papel das elites políticas locais na organização, simbolização e uso da educação como instrumento de poder.

A Educação Histórica, enquanto campo teórico e didático, oferece as ferramentas conceituais adequadas para compreender esse processo como produção de sentidos sobre o passado. Em vez de nos limitarmos a uma narrativa factual sobre a criação de escolas ou a atuação de prefeitos, propomos uma leitura que considere as intencionalidades dos discursos, os silenciamentos das fontes e as disputas simbólicas que se desenrolam no cotidiano e nos rituais públicos. Como defende Rüsen (2001), formar a consciência histórica é compreender que o passado não é dado, mas construído; e que, nesse processo, atores locais transformam a memória em mecanismo de legitimação social e política.

Entre 1944 e 1992, Bagé vivenciou uma série de mudanças profundas - tanto no cenário nacional quanto em sua política local. Três grandes fases estruturam esse percurso: o fim do Estado Novo e o processo de redemocratização (1944-1964); a Ditadura Civil-Militar e o controle centralizado do Estado (1964-1985); e a transição democrática com a Nova República (1985-1992). Esses períodos não devem ser compreendidos apenas como marcos institucionais, mas como contextos que moldaram, tensionaram e redesenharam os modos de atuação das lideranças locais, os modelos de cidadania vigentes e os sentidos atribuídos à escola pública.

A atuação das elites políticas de Bagé, composta por nomes como Jerônimo Mércio Silveira, João Baptista Fico, Carlos Kluwe, Luiz Maria Ferraz, Jerônimo Mércio da Silveira, Gil de Souza, Camilo Gomes, Simão Kalil, Carlos Sá Azambuja, entre outros, revela um cenário onde a educação foi mobilizada tanto como bandeira de progresso quanto como instrumento simbólico de controle social. Essas lideranças, ao se articularem com os veículos de imprensa como o *Correio do Sul*, construíram uma narrativa pública onde cada escola inaugurada ou cada campanha de alfabetização era convertida em capital político, criando uma imagem de governabilidade associada à benesse, ao favor e à centralidade do prefeito - e não a políticas públicas de direito.

Essa dinâmica é observada não apenas nos textos jornalísticos, mas também nas leis municipais de criação de escolas, nos discursos proferidos nas inaugurações e na escrituração escolar, em que o registro das ações administrativas reforça o papel heroico do gestor em detrimento da participação coletiva. A Educação Histórica nos permite identificar essas operações

discursivas como usos do passado voltados à construção de uma memória pública seletiva, onde a escola assume duplo papel: o de espaço de instrução e o de palco simbólico de legitimação das elites.

A própria cidade de Bagé - e posteriormente sua zona distrital Hulha Negra - se configura, assim, como espaço de disputas simbólicas e rituais de poder, onde a política educacional se entrelaça com práticas culturais, festas escolares, inaugurações públicas, e a atuação cotidiana de professores e diretores. Essas práticas não apenas formaram sujeitos sociais, mas produziram identidades coletivas alinhadas a valores locais e nacionais, projetando uma ideia de pertencimento que servia, muitas vezes, à reprodução das hierarquias estabelecidas.

Ao investigar esse longo período, buscamos compreender como a educação se tornou parte da coreografia política das lideranças locais, seja como instrumento de controle, seja como capital simbólico, seja como meio de disputar a memória. A análise das elites nesse processo é, portanto, uma chave para ler não apenas a história da educação em Bagé, mas os modos como a cidade construiu sua própria narrativa sobre si mesma, entre a rocha do conservadorismo e o amanhecer da emancipação política.

Dessa forma, a compreensão das elites políticas só se completa quando observamos como seus discursos circularam e foram legitimados nos meios de comunicação. A imprensa de Bagé, especialmente o *Correio do Sul*, emerge como fonte privilegiada para desvendar essas representações, silenciamentos e disputas. A seguir, analisaremos seu papel não apenas como registro histórico, mas também como recurso pedagógico central para o ensino de História.

A IMPRENSA DE BAGÉ COMO FONTE HISTÓRICA E PEDAGÓGICA

O jornal, enquanto objeto histórico, é simultaneamente fonte e linguagem. Ao registrar acontecimentos, ele os seleciona, interpreta e os insere em uma narrativa situada, carregada de valores, intencionalidades e silenciamentos. No contexto de Bagé, o *Correio do Sul*, principal periódico da cidade ao longo do século XX, desempenhou papel crucial não apenas como cronista da vida política local, mas como agente ativo na construção simbólica do poder e da identidade municipal. Suas páginas revelam um universo denso de representações sobre educação, cidadania, progresso e autoridade, que articulam o local ao nacional, o cotidiano ao ideológico, o ensino à política.

Ao longo do período compreendido entre 1944 e 1992, o jornal *Correio do Sul* foi uma das principais plataformas pelas quais as elites políticas bageenses legitimaram suas ações administrativas, especialmente na área da educação. A cada inauguração de escola, campanha de alfabetização, distribuição de merenda ou capacitação de professores, o jornal não apenas noticiava os fatos, mas os narrava de modo a exaltar a figura do prefeito, o esforço do governo e a civilização do povo. Essas representações, longe de serem neutras, revelam o uso da educação como instrumento simbólico de poder, algo amplamente reconhecido por autores como Pierre Bourdieu (1989), que aponta para o papel da escola na reprodução das hierarquias sociais por meio da consagração de valores dominantes.

A análise da imprensa de Bagé, especialmente do *Correio do Sul*, revela como o jornal atuava como mediador entre elites políticas e comunidade, ao mesmo tempo informando e moldando percepções coletivas sobre a educação. Um exemplo emblemático é a nota publicada em 29 de janeiro de 1944, que tratava da concessão de matrículas gratuitas nos ginásios municipais. Embora apresentada como medida de democratização, a exigência de declaração de pobreza e a submissão

à sindicância do Conselho Consultivo mostravam como o acesso à educação estava condicionado a processos burocráticos e estigmatizantes.

Outros recortes reforçam o caráter simbólico da escola como vitrine política. Em reportagens dos anos 1950 e 1960, o jornal anunciava inaugurações de escolas acompanhadas de homenagens a secretários de educação, destacando o prefeito como benfeitor, e silenciando o protagonismo de professores e comunidades. Do mesmo modo, notícias sobre reuniões de professores rurais e eleições de diretorias de associações docentes eram enquadradas como eventos administrativos, ocultando tensões e reivindicações da categoria.

Até mesmo as comemorações cívicas, como o 7 de setembro de 1947, eram narradas como espetáculos públicos que articulavam educação, civismo e poder, consolidando uma imagem de ordem e progresso vinculada às elites locais. Essa diversidade de matérias permite, portanto, exercitar em sala de aula uma leitura crítica da imprensa, destacando como cada notícia não apenas informa, mas também produz sentidos sobre a escola, o civismo e a própria cidade.

Ao analisar reportagens publicadas em momentos-chave - como os mandatos de Jerônimo Mércio Silveira, João Baptista Fico, Carlos Kluwe e Luiz Maria Ferraz - é possível perceber como a educação era frequentemente inscrita em uma lógica de paternalismo e assistencialismo. A criação de escolas rurais, a distribuição de sopa escolar, a feminização do magistério e a ampliação da rede de ensino eram descritas como conquistas do “esforço governamental”, mas raramente problematizadas em termos de qualidade, equidade ou participação popular. A narrativa oficial construída pela imprensa contribuía para reforçar o protagonismo das elites locais, ocultando as limitações estruturais, os conflitos de interesse e as vozes subalternizadas.

Um adendo, para a análise da imprensa local, optamos por um recorte qualitativo, tomando como referência exemplares-chave do *Correio do Sul* publicados entre 1944 e 1992. A seleção não buscou exaustividade, mas privilegiou edições representativas de momentos políticos e educacionais significativos, como inaugurações de escolas, campanhas de alfabetização e discursos oficiais sobre a educação municipal. Essa escolha metodológica permite compreender como as elites locais mobilizaram a imprensa para construir narrativas de poder e memória, sem perder de vista os limites e silêncios próprios de uma fonte jornalística.

Essa materialidade discursiva do jornal - suas manchetes, editoriais, entrevistas e reportagens - constitui uma fonte histórica de grande valor didático, sobretudo quando inserida em uma proposta de ensino baseada na Educação Histórica. Ao propor o trabalho com esse tipo de fonte em sala de aula, rompe-se com a lógica de que apenas os “grandes eventos” são dignos de estudo, e amplia-se a noção de que a História se constrói também nas práticas cotidianas, nos discursos públicos e nas disputas por sentidos.

No contexto da Educação Histórica, conforme argumenta Rüsen (2001), o trabalho com fontes históricas deve visar ao desenvolvimento da consciência histórica por meio da leitura crítica dos vestígios do passado. Isso significa, na prática, ensinar os estudantes a desconfiar do que está escrito, a perguntar quem escreveu, por que escreveu, para quem e com que efeitos. Nesse sentido, os textos jornalísticos do *Correio do Sul* tornam-se um excelente recurso para o exercício de leitura de múltiplas temporalidades e intencionalidades, além de promover o letramento historiográfico.

A análise do periódico também permite abordar os usos públicos da história e da memória. A forma como certos prefeitos foram exaltados, enquanto outros foram apagados; a maneira como as campanhas de alfabetização foram noticiadas como “presentes” à população; a presença de discursos higienistas e nacionalistas em torno da escola - tudo isso pode ser problematizado com os alunos como formas de construção de um imaginário político e educacional. Como enfatiza

Chartier (1990), os textos impressos não apenas veiculam ideias, mas constituem práticas sociais de produção e circulação de sentidos.

Do ponto de vista pedagógico, o uso da imprensa local como fonte histórica possibilita uma série de estratégias que colocam o aluno como sujeito ativo do processo de aprendizagem. A partir de fragmentos de reportagens, editoriais ou imagens veiculadas pelo jornal, é possível propor atividades como:

- a) Análise de discursos políticos sobre educação e suas intenções (ex: quem é valorizado? quem é silenciado?);
- b) Comparação entre o discurso jornalístico e os resultados práticos das políticas educacionais;
- c) Identificação de permanências e rupturas nos modelos de escolarização, gênero e cidadania;
- d) Elaboração de contranarrativas a partir de outras fontes (como memórias orais, fotografias, dados estatísticos);
- e) Criação de "jornal histórico escolar" em que os alunos reescrevam os fatos do passado com diferentes pontos de vista.

Essas práticas favorecem a aproximação entre o ensino de História e a pesquisa histórica, permitindo que o estudante compreenda a História como um campo de produção ativa, e não como um conjunto de verdades fixas. Além disso, ao trabalhar com uma fonte próxima à realidade do aluno - tanto temporal quanto espacialmente -, amplia-se o potencial de engajamento e identificação, estimulando o pertencimento e a reflexão sobre os processos históricos que moldam o presente.

Por fim, é importante destacar que o trabalho com a imprensa local de Bagé também permite discutir a história da educação como um campo de disputas e tensões, e não como um processo linear de progresso. Ao revelar os bastidores do poder, os limites da ação governamental, os conflitos sociais e os apagamentos históricos, essa fonte contribui para formar estudantes críticos, capazes de reconhecer os diferentes projetos de sociedade embutidos nas políticas públicas e nos discursos oficiais.

Nesse horizonte, torna-se essencial examinar como as elites políticas de Bagé mobilizaram a educação como linguagem de poder e estratégia de legitimação. A próxima seção analisa os discursos produzidos entre 1944 e 1992, evidenciando como prefeitos e lideranças locais utilizaram a escola como palco simbólico de autoridade. Tal movimento possibilita compreender a educação não apenas como prática administrativa, mas como narrativa histórica atravessada por disputas e intencionalidades.

Assim, ao evidenciar como a imprensa funcionava como espaço de legitimação das elites e de ritualização da memória coletiva, abre-se caminho para compreender de que modo essas mesmas lideranças utilizaram a educação como linguagem privilegiada de poder e distinção social.

AS ELITES POLÍTICAS DE BAGÉ E OS DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO (1944-1992)

Entre 1944 e 1992, a política local de Bagé foi marcada pela atuação contínua de lideranças que, embora representassem diferentes partidos e conjunturas, partilharam práticas semelhantes de mobilização da educação como ferramenta de capital político, construção simbólica e legitimação de poder. O discurso educacional, amplamente difundido pela imprensa local - especialmente o

Correio do Sul -, funcionou como estratégia de visibilidade das gestões municipais, ocultando, muitas vezes, os conflitos, contradições e limites das políticas públicas implementadas. Nesse cenário, a Educação Histórica oferece instrumentos para compreender a construção dessas narrativas e promover, com os estudantes, uma leitura crítica do passado, atenta às intenções e disputas que moldam os usos sociais da história.

Prefeitos como Frederico Petrucci, Washington Bandeira, José Wilson Barcellos, Antônio Cândido Silveira Pires, João Baptista Fico, Camilo Moreira, Luiz Alberto Corrêa Vargas, Carlos Kluwe, Luiz Maria Ferraz, Carlos Sá Azambuja, Simão Kalil, Jerônimo Mércio Silveira, Carlos Mário Mércio Silveira, Hugo Almeida e Camillo Gomes configuram um conjunto de lideranças que atuaram diretamente sobre a rede de ensino do município. Suas ações, discursos e simbolizações sobre a educação revelam tanto os limites estruturais da escola pública quanto os projetos políticos das elites bageenses.

Durante os anos de governo de Frederico Petrucci e Washington Bandeira, observou-se a intensificação da retórica da benesse política. A criação de escolas, programas de merenda e fomento à alfabetização eram apresentados como realizações pessoais dos prefeitos, reforçando uma lógica clientelista de prestação de favores à população. O jornal Correio do Sul, ao noticiar essas ações, contribuía para a construção de uma narrativa onde o cidadão aparecia como destinatário passivo das dádivas do poder - nunca como sujeito de direitos. A Educação Histórica, ao propor o trabalho com a análise crítica das fontes, permite desnaturalizar essa lógica e interrogar com os alunos: quem são os agentes ausentes dessas histórias? Que vozes foram silenciadas?

A gestão de José Wilson Barcellos e Antônio Cândido Silveira Pires manteve o padrão discursivo da modernização educacional. O investimento em infraestrutura escolar e a ênfase nos símbolos de civismo e ordem foram apresentados como estratégias para a promoção do “progresso”. Entretanto, essa concepção de progresso era profundamente seletiva, privilegiando regiões centrais e reforçando distinções sociais. As camadas populares, embora beneficiadas pontualmente, permaneciam à margem do processo decisório. Aqui, a multiperspectividade, princípio basilar da Educação Histórica, possibilita reconstruir o passado com base em outras fontes - orais, visuais, comunitárias - e resgatar as experiências que a narrativa oficial excluiu.

No período da ditadura civil-militar, prefeitos como João Baptista Fico, Carlos Kluwe incorporaram elementos da ideologia autoritária na gestão educacional. A imprensa local reforçava os valores de disciplina, civismo e moralidade, naturalizando uma concepção de escola como espaço de conformidade social. A repressão a manifestações pedagógicas alternativas, o controle sobre currículos e a centralização administrativa foram práticas comuns. A Educação Histórica, ao privilegiar a análise dos usos públicos do passado, convida os estudantes a problematizar essas construções, revelando como o discurso oficial pode ser ferramenta de silenciamento e exclusão.

Nos anos seguintes, com figuras como Luiz Alberto Corrêa Vargas, Camilo Moreira, Luiz Maria Ferraz, Carlos Sá Azambuja, Hugo Almeida e Camillo Gomes, observa-se uma tentativa de renovar o vocabulário político com termos como “democratização”, “participação” e “cidadania”. No entanto, conforme indica a análise do Correio do Sul, essas expressões foram frequentemente esvaziadas de conteúdo, servindo mais à construção de uma imagem pública favorável do gestor do que à transformação efetiva da realidade educacional. A lógica de invisibilização das contradições estruturais persistia, camuflada sob o verniz da linguagem democrática.

A figura de Simão Kalil representa a permanência de lideranças tradicionais no circuito de poder local. Sua trajetória exemplifica como a elite política bageense, mesmo diante de mudanças

no cenário nacional, conseguiu manter práticas de controle simbólico sobre o campo educacional, garantindo a reprodução de sua influência sobre o imaginário coletivo.

A análise dessas lideranças e seus discursos revela que a educação, em Bagé, esteve menos associada a um projeto emancipador e mais subordinada a estratégias de legitimação simbólica. Para os propósitos da Educação Histórica, esse quadro se apresenta como campo fértil para desenvolver com os alunos uma consciência histórica crítica, capaz de identificar as intencionalidades por trás dos discursos, as ausências nas fontes e as disputas por memória no espaço público.

Ao utilizar a imprensa como fonte, o ensino de História pode promover atividades que incentivem os estudantes a ler o passado como construção, desconfiar de narrativas totalizantes e reconstruir, por meio de múltiplas vozes, versões mais plurais e democráticas da história da educação local. Nesse sentido, a imprensa de Bagé não apenas registra os feitos das elites, mas também fornece as pistas para desvelar as estratégias pelas quais elas moldaram - e moldam - os sentidos da escola na memória social da cidade.

Dessa forma, torna-se necessário compreender como os princípios da Educação Histórica podem dialogar com as diretrizes atuais da BNCC, especialmente quando mediadas pela imprensa local. A seguir, discutiremos as articulações possíveis entre currículo, ensino de História e cultura histórica, evidenciando o papel da mídia regional na produção de sentidos. Esse movimento permitirá aprofundar a análise sobre como a educação pode ser entendida como campo de disputa e de formação crítica da consciência histórica.

A IMPRENSA LOCAL COMO FONTE HISTÓRICA NO ENSINO DE HISTÓRIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Embora este estudo esteja centrado em Bagé, dinâmicas semelhantes foram observadas em outros municípios do Rio Grande do Sul. Em cidades como Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria, a imprensa local também desempenhou papel ativo na construção de narrativas sobre a escola, associando prefeitos ao progresso educacional e reforçando discursos de paternalismo político. Esse paralelo evidencia que a imprensa regional não apenas registrava fatos, mas produzia sentidos compartilhados em escala local e estadual, sempre ancorados em disputas políticas.

Neste sentido, o uso da imprensa local como fonte no ensino de História tem se consolidado como prática pedagógica potente, especialmente quando articulada aos pressupostos da Educação Histórica. A perspectiva teórica adotada neste trabalho reconhece que os jornais não apenas registram fatos, mas os constroem discursivamente, sendo instrumentos de poder simbólico, memória seletiva e representação ideológica do passado. Como fontes de circulação pública, os jornais locais como o *Correio do Sul* participam ativamente da construção de uma memória coletiva, muitas vezes orientada por interesses das elites políticas, econômicas e culturais.

Segundo Rüsen (2001), a consciência histórica se forma a partir da experiência temporal e da capacidade de dar sentido ao passado para agir no presente e projetar o futuro. Nesse processo, a imprensa se torna um objeto privilegiado para o ensino, pois permite o exercício da leitura crítica, a identificação de silenciamentos e a desconstrução de narrativas hegemônicas. Ao trabalhar com jornais, o aluno deixa de ser mero receptor de conteúdos e passa a atuar como sujeito histórico investigativo, construindo significados a partir da análise de fontes primárias.

Tais fundamentos teóricos dialogam com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a importância de desenvolver, nos alunos, competências de investigação

histórica, pensamento crítico e capacidade de argumentação baseada em evidências (BNCC, 2018). A abordagem da imprensa como fonte histórica atende plenamente à proposta de um ensino de História voltado à formação de cidadãos reflexivos, conscientes dos conflitos e disputas que permeiam a memória pública.

A imprensa local - neste caso, o *Correio do Sul* - ganha centralidade em Bagé como meio privilegiado de construção da imagem pública das lideranças políticas e das ações educacionais. Ao analisá-la com os alunos, é possível revelar como a representação da escola como favor político, a figura do prefeito como benfeitor, e a ausência da comunidade nas decisões educacionais são elementos de uma narrativa historicamente construída, e não neutra. Esse exercício estimula os estudantes a entenderem que a história não é dada, mas é sempre produzida, disputada e reinterpretada - no presente e para o presente.

Assim, compreender a imprensa como construtora de sentidos sobre a escola abre caminho para refletirmos sobre como tais narrativas podem dialogar com o ensino de História. É nesse horizonte que se torna fundamental articular a BNCC, os pressupostos da Educação Histórica e o uso da imprensa local como recurso pedagógico.

O ENSINO DE HISTÓRIA, A BNCC E A IMPRENSA LOCAL: ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS SOB A LENTE DA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, reorganizou profundamente os parâmetros do Ensino de História na educação básica, estabelecendo competências e habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo da escolarização. Em linhas gerais, a BNCC propõe um ensino de História centrado em temáticas de identidade, diversidade, temporalidade, direitos humanos e consciência histórica. Essa proposta se aproxima, em diversos pontos, dos fundamentos da Educação Histórica, sobretudo ao reconhecer a História como saber formativo, interpretativo e não meramente conteudista.

Contudo, apesar dessas aproximações, a BNCC opera por uma lógica de competências gerais e habilidades fragmentadas, que nem sempre contemplam a densidade crítica que a Educação Histórica propõe. Por isso, é fundamental que o professor de História atue como mediador, preenchendo os espaços vazios deixados pela prescrição normativa com estratégias pedagógicas que provoquem a reflexão histórica profunda, o pensamento interpretativo e o engajamento ético dos estudantes diante dos múltiplos usos do passado.

É nesse contexto que o uso da imprensa local - neste caso, o *Correio do Sul* - emerge como recurso didático importante. A imprensa, além de fonte histórica, é também dispositivo pedagógico que permite a leitura crítica da realidade, a desconstrução de narrativas hegemônicas e a problematização das relações entre memória, poder e identidade. Associar os pressupostos da Educação Histórica à análise de jornais locais possibilita transformar a BNCC em um ponto de partida - e não de chegada - para a formação da consciência histórica.

A seguir, detalhamos algumas articulações possíveis entre as habilidades da BNCC, os pressupostos da Educação Histórica e exemplos concretos de atividades didáticas com imprensa:

A habilidade EF09HI01, prevista para os anos finais do Ensino Fundamental, orienta os estudantes a “identificar os usos da História e das memórias nas disputas de diferentes grupos sociais por direitos”. No contexto da imprensa local, essa habilidade pode ser mobilizada de maneira particularmente potente, já que as reportagens do *Correio do Sul* entre 1944 e 1992 oferecem múltiplos exemplos de como a educação foi narrada como um “favor político” e não como um

direito social. Ao analisar esse tipo de fonte, os alunos são convidados a reconhecer diferentes registros das experiências humanas e a problematizar suas relações com identidade, memória e pertencimento.

Essa perspectiva encontra ressonância direta na teoria da Educação Histórica, sobretudo nas formulações de Jörn Rüsen (2001), que compreende a História como narrativa que cumpre também uma função política no presente. Desse modo, ao propor que os estudantes analisem as representações da escola na imprensa, não se trata apenas de reconstruir fatos, mas de compreender como o passado é mobilizado como instrumento de disputa simbólica. A escola apresentada como dádiva do prefeito, por exemplo, encobre silenciamentos importantes, como o protagonismo de professores, estudantes e famílias, e revela como narrativas oficiais foram utilizadas para legitimar o poder das elites locais.

No espaço escolar, essa articulação teórica pode se transformar em atividade concreta por meio da seleção de editoriais e reportagens do *Correio do Sul* que noticiaram ações educacionais de prefeitos no período. A partir dessa seleção, os estudantes podem investigar como os textos jornalísticos constroem imagens positivas dos governantes e quais sujeitos populares permanecem ausentes dessas narrativas. Em seguida, um debate em sala de aula pode ser promovido em torno de questões como: “*Para quem essas histórias foram contadas? Quem ficou de fora dessa memória pública?*” Esse exercício de problematização estimula a percepção da História como campo de disputas e não como narrativa neutra.

A atividade pode ganhar ainda mais densidade quando comparada com relatos orais de professores antigos ou com fotografias de escolas da época, permitindo que os alunos confrontem diferentes registros do mesmo processo histórico. Esse confronto amplia o olhar crítico sobre os usos do passado e possibilita o desenvolvimento de uma consciência histórica capaz de identificar intencionalidades, interesses e exclusões.

O objetivo formativo é, portanto, duplo: de um lado, fortalecer a competência de leitura crítica e multiperspectiva das fontes; de outro, fazer com que os alunos compreendam que a História não é neutra, mas carregada de disputas de memória e de significados sociais. Assim, o uso da imprensa local em sala de aula, articulado à habilidade EF09HI01, contribui para formar estudantes capazes de perceber o entrelaçamento entre poder, narrativa e memória - e de se posicionar criticamente diante das versões do passado que circulam em sua própria comunidade.

Deste modo, a imprensa local, quando incorporada como objeto de análise no ensino de História, abre espaço privilegiado para desenvolver competências previstas na BNCC em diálogo com os pressupostos da Educação Histórica. Outro exemplo significativo é a habilidade EM13CHS104, que orienta o estudante do Ensino Médio a “analisar criticamente os meios de comunicação e as diferentes linguagens como produtores de narrativas sobre a realidade social”. Essa diretriz encontra ressonância direta no princípio da leitura crítica das fontes, defendido por Rüsen (2001) e Schmidt (2009), que compreendem a consciência histórica como competência fundamental para questionar narrativas cristalizadas e reconhecer o caráter discursivo da história. Nesse sentido, a imprensa de Bagé - em especial o *Correio do Sul* - torna-se um objeto ideal para explorar como a educação foi narrada, filtrada e disputada pelas elites políticas entre 1944 e 1992.

Para tornar essa habilidade operativa em sala de aula, uma proposta didática potente é a criação de grupos de análise jornalística, nos quais diferentes equipes de alunos recebem notícias sobre ações educacionais vinculadas a prefeitos específicos. A análise pode se concentrar em elementos como o vocabulário utilizado pelo jornal, os adjetivos empregados para descrever o governante, a presença ou ausência de professores, alunos e comunidades escolares nos relatos. Na

sequência, cada grupo é convidado a reescrever a notícia a partir da perspectiva de outros sujeitos - como uma professora, um aluno ou um morador da comunidade. Essa reescrita, por sua vez, é seguida de uma roda de conversa que problematiza a maneira como as versões do passado se transformam conforme o ponto de vista, mostrando que a história não é estática nem definitiva, mas sempre situada e disputada. O objetivo formativo é claro: fortalecer a multiperspectividade, permitindo que o estudante compreenda a História como construção discursiva, marcada por tensões e interesses.

Outro caso de exercício encontra ressonância no Ensino Fundamental, sobretudo com a habilidade EF09HI08, que prevê o confronto entre diferentes versões de processos históricos, problematizando silenciamentos e intencionalidades. A comparação entre os discursos do *Correio do Sul* e relatos orais de ex-alunos e professores constitui um campo fértil para perceber divergências entre a narrativa oficial e a memória social. Enquanto a imprensa frequentemente projetava prefeitos como benfeitores e a escola como símbolo de progresso, os relatos orais podem revelar precariedades, resistências e práticas invisibilizadas. A atividade didática, nesse contexto, não apenas aproxima os estudantes das fontes, mas os convida a interpretar como as disputas de poder se refletem na forma de narrar a educação.

Assim, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, a imprensa local serve como dispositivo pedagógico que integra BNCC e Educação Histórica, ao mesmo tempo em que estimula a leitura crítica, a multiperspectividade e o reconhecimento da História como campo de disputas simbólicas. Ao confrontar a narrativa jornalística com outras vozes, o ensino de História supera a reprodução de conteúdo e se transforma em prática investigativa, capaz de formar sujeitos autônomos, críticos e conscientes de que o passado não é dado, mas construído, negociado e permanentemente reinterpretado no presente.

Além disso, uma atividade pedagógica possível consiste em realizar um mapeamento das figuras políticas mais recorrentes nas reportagens entre 1944 e 1992, seguido do cruzamento desses nomes com dados sobre a expansão escolar efetiva no município. Esse cruzamento permitiria verificar quais regiões foram contempladas com escolas, se houve ou não equidade no acesso e quais setores da população permaneceram marginalizados. Na sequência, os estudantes podem comparar essas informações com fontes secundárias, como dados do IBGE ou relatórios municipais, para problematizar as contradições entre o discurso jornalístico e a realidade social. O trabalho culmina na produção de uma linha do tempo crítica, na qual se registram as ações educacionais, as contradições percebidas e as lacunas identificadas, compondo um quadro visual e interpretativo das tensões que marcaram a política educacional de Bagé.

Logo, a BNCC, quando lida de forma crítica e interpretativa, pode dialogar com os fundamentos da Educação Histórica e com as especificidades dos contextos locais. Nesse processo, o uso da imprensa como fonte didática oferece uma via acessível e rica para promover a consciência histórica, ao mesmo tempo em que problematiza as narrativas produzidas no cotidiano das comunidades. Essa abordagem permite que os estudantes:

- a) Compreendam a História como campo de disputa simbólica;
- b) Desenvolvam autonomia para questionar fontes e discursos;
- c) Se reconheçam como sujeitos históricos inseridos em tradições e rupturas;
- d) Estabeleçam conexões entre passado, presente e futuro com base em análise crítica.

Se, por um lado, a análise histórica evidencia como a imprensa moldou narrativas sobre educação, por outro, é preciso refletir sobre como esse material pode ser mobilizado em sala de aula. Nesse sentido, a BNCC e os princípios da Educação Histórica oferecem o referencial para a

construção de práticas pedagógicas que tornem o jornal local uma ferramenta viva de aprendizagem. A próxima seção apresenta três modelos de propostas didáticas que articulam imprensa, ensino de História e consciência histórica.

PROPOSTAS DIDÁTICAS COM A IMPRENSA LOCAL: TRÊS MODELOS INTEGRADOS À EDUCAÇÃO HISTÓRICA

Como já apontado, a imprensa local, enquanto fonte histórica e produtora de sentidos, constitui um material de altíssimo potencial pedagógico para o ensino de História. Em cidades como Bagé, cujas narrativas políticas e educacionais se consolidaram por meio de jornais regionais como o *Correio do Sul*, esses registros não apenas documentam os fatos, mas interpretam o cotidiano a partir de determinadas intencionalidades. Esse caráter interpretativo torna o jornal local uma ferramenta fundamental para desenvolver competências de leitura crítica, análise contextual e construção da consciência histórica, conforme defendem Rüsen (2001) e Schmidt (2009).

A Educação Histórica, ao valorizar a multiperspectividade, a problematização das fontes e o trabalho com diferentes temporalidades, abre espaço para que as práticas escolares extrapolem a simples transmissão de conteúdos e se tornem experiências formativas. Ao integrar a imprensa local ao ensino, propicia-se o contato dos estudantes com discursos historicamente situados, reveladores de conflitos, disputas de memória e usos públicos do passado. O jornal, nesse contexto, deixa de ser um documento passivo e passa a operar como artefato de cultura histórica - ou seja, como um objeto por meio do qual a sociedade interpreta e reinterpreta a si mesma.

No caso de Bagé, entre 1944 e 1992, a imprensa exerceu papel central na legitimação das ações das elites políticas, na produção de uma memória oficial da cidade e na construção simbólica da educação como instrumento de progresso e autoridade. Explorar essas fontes no espaço escolar permite não apenas resgatar vozes silenciadas, mas também exercitar com os alunos o pensamento histórico crítico, o confronto de perspectivas e o reconhecimento dos usos políticos da História.

As propostas didáticas que seguem foram elaboradas com base nesse referencial e buscam articular os conteúdos curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) às competências da Educação Histórica. Elas foram pensadas para o Ensino Fundamental - Anos Finais e o Ensino Médio, mas podem ser adaptadas a outros contextos escolares. Cada modelo propõe uma sequência articulada de atividades, com objetivos, procedimentos e sugestões de avaliação, partindo de recortes da imprensa local de Bagé como fonte de análise histórica.

O trabalho com a imprensa local de Bagé como fonte didática abre múltiplas possibilidades para o ensino de História, especialmente quando articulado às habilidades da BNCC e aos fundamentos da Educação Histórica. Mais do que apresentar modelos fechados, trata-se de construir plataformas que incentivem a prática docente criativa, crítica e situada na realidade dos estudantes. Nesse horizonte, três propostas didáticas se destacam, cada uma voltada a problematizar diferentes dimensões da relação entre imprensa, política educacional e memória coletiva.

A primeira proposta, “Quem conta a história da educação? - Análise crítica do discurso político na imprensa de Bagé (1944-1992)”, tem como objetivo examinar como os jornais locais representaram prefeitos e suas ações educacionais, identificando estratégias de legitimação política por meio da linguagem midiática. Essa proposta mobiliza as habilidades EF09HI01 e EM13CHS104, que orientam o estudante a reconhecer os usos da História nas disputas sociais e a

analisar criticamente os meios de comunicação como produtores de narrativas sobre a realidade social.

A fundamentação teórica parte da crítica ao paternalismo político como representação recorrente nos jornais, em que conquistas educacionais eram personalizadas na figura do prefeito, apagando a coletividade. Como defendem Rüsen (2001) e Schmidt (2009), cabe ao ensino de História capacitar os alunos a identificar tais usos públicos do passado e a desnaturalizar narrativas oficiais. Na prática, a atividade pode ser desenvolvida em etapas: abertura reflexiva sobre o papel da imprensa, leitura de reportagens do *Correio do Sul*, análise guiada do vocabulário e da construção dos sujeitos, debate coletivo sobre os padrões discursivos, reescrita crítica das notícias a partir de outras perspectivas sociais e, por fim, produção de um mural com as versões oficiais e alternativas lado a lado. O produto final - mural ou dramatização - evidencia que a História não é neutra, mas construída a partir de disputas e silenciamentos.

A segunda proposta, “Silenciamentos e memórias da escola pública - Escavando vozes invisibilizadas”, busca ampliar a perspectiva histórica ao confrontar o discurso midiático com memórias de sujeitos que viveram a realidade escolar. Seu objetivo é contrapor o protagonismo conferido aos prefeitos pela imprensa às experiências de professores, alunos e funcionários que ficaram à margem das narrativas oficiais. As habilidades ativadas são EF08HI22 e EM13CHS202, voltadas ao reconhecimento dos diferentes agentes envolvidos nas políticas públicas educacionais e à interpretação contextualizada de fontes históricas e culturais.

A fundamentação teórica ancora-se na Educação Histórica ao defender a multiperspectividade e o uso de fontes variadas para reconstruir o passado de forma mais complexa. Em termos práticos, os alunos podem entrevistar ex-professores e ex-alunos da rede pública de Bagé entre as décadas de 1950 e 1980, comparar esses relatos com reportagens do *Correio do Sul* do mesmo período e organizar as vozes em painéis que evidenciem convergências e silêncios. Como culminância, os grupos elaboram uma edição especial de um jornal escolar contra-hegemônico, no qual apresentam versões críticas da história educacional. Mais do que um produto final, a atividade constitui um exercício de valorização das vozes populares, reforçando a compreensão de que a memória coletiva é sempre seletiva e disputada.

A terceira proposta, “Cartografando a educação pública - História local, geografia social e memória”, articula espaço, memória e política para compreender como a expansão da rede escolar refletiu desigualdades sociais e interesses políticos. O objetivo é relacionar as escolhas de localização das escolas à produção de desigualdades, questionando quais comunidades foram contempladas e quais permaneceram excluídas. As habilidades da BNCC mobilizadas são EF09HI05 e EM13CHS401, que incentivam a análise da atuação de grupos sociais na produção de desigualdades e a reflexão crítica sobre as transformações dos espaços urbanos e rurais.

A fundamentação teórica parte da constatação de que a imprensa e os relatórios oficiais tendem a narrar a expansão da educação como progresso universal, sem evidenciar a geografia da exclusão. A Educação Histórica, nesse caso, convida a olhar para os “vazios do mapa” como indícios políticos. A atividade envolve o levantamento de dados em jornais e documentos sobre as escolas fundadas entre 1944 e 1992, a construção de um mapa físico ou digital de Bagé com a localização dessas escolas e a análise crítica das áreas privilegiadas ou negligenciadas. Em debate coletivo, os estudantes podem discutir os interesses políticos subjacentes às escolhas de localização e propor um planejamento alternativo baseado em critérios de justiça espacial. O produto final, um mapa temático acompanhado de relatório analítico, incentiva a reflexão sobre os vínculos entre espaço, poder e educação.

Em conjunto, essas três propostas demonstram como a imprensa de Bagé pode ser ressignificada no ensino de História: de instrumento de propaganda política a objeto de leitura crítica. Cada atividade, ao seu modo, estimula os estudantes a problematizar narrativas, escavar silêncios e propor novas interpretações, fortalecendo a consciência histórica e a formação cidadã. Dessa forma, o ensino de História deixa de ser transmissão de conteúdos prontos e se transforma em prática investigativa, dialogando com o território, desconstruindo a memória oficial e valorizando os saberes populares.

Assim, ao integrar teoria, fontes e prática pedagógica, as propostas reafirmam o papel da Educação Histórica como mediação crítica entre passado e presente. Nesse percurso, a imprensa local emerge não apenas como registro, mas como campo de disputas e aprendizagens. É a partir dessa reflexão que avançamos agora para as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória das elites políticas de Bagé, entre 1944 e 1992, permitiu compreender como a educação foi mobilizada historicamente como instrumento simbólico de poder, de controle social e de afirmação de legitimidade. Longe de ser um campo neutro ou puramente técnico, o sistema educacional foi entrelaçado às estratégias das lideranças locais, que se utilizaram de práticas discursivas, gestos públicos e intervenções na infraestrutura escolar para construir narrativas de autoridade e progresso alinhadas aos seus interesses políticos.

Ao longo do trabalho, a imprensa local - especialmente o *Correio do Sul* - revelou-se como uma fonte privilegiada para identificar essas narrativas e os mecanismos de produção simbólica do poder. Não se tratava apenas de noticiar eventos educacionais, mas de participar ativamente da construção de imagens públicas, da legitimação de ações governamentais e da produção de uma memória oficial, frequentemente excludente e seletiva. O uso desse tipo de fonte, conforme discutido com base em Rüsen (2001), Schmidt (2009) e nos estudos contemporâneos sobre imprensa e ensino de História propicia uma abordagem didática orientada à problematização, à multiperspectividade e à formação da consciência histórica dos alunos.

Nesse sentido, a Educação Histórica se apresenta não apenas como um referencial teórico, mas como um caminho epistemológico e pedagógico para aproximar o ensino da História das práticas investigativas e formativas. O trabalho com fontes como jornais locais, legislação municipal e documentação escolar abre possibilidades para que o aluno se torne sujeito do conhecimento histórico, desenvolvendo competências de análise crítica, interpretação contextual e argumentação com base em evidências.

Além disso, o artigo buscou demonstrar que a escola, longe de ser apenas um reflexo da política, constitui-se como espaço de disputa simbólica, onde se produzem memórias, se negociam identidades e se reproduzem - ou se desafiam - as relações de poder. O caso de Bagé e da emancipação de Hulha Negra mostrou como o discurso educacional foi mobilizado tanto para justificar ações políticas quanto para construir projetos de futuro ancorados em narrativas seletivas do passado.

Portanto, o estudo aqui apresentado não se encerra em si mesmo, mas se abre para novas investigações. É necessário avançar na escuta de memórias orais, na análise comparativa com outros municípios, e na produção de propostas pedagógicas que promovam o uso didático da imprensa como fonte histórica. Como recomendação, propõe-se o fortalecimento de práticas formativas que

preparem os professores para trabalhar com fontes locais, incorporando o território e a memória comunitária como componentes estruturantes do currículo de História, em consonância com os princípios da BNCC (2018) e da Educação Histórica.

Em tempos de disputas intensas em torno dos sentidos do passado, o ensino de História precisa formar sujeitos capazes de questionar, interpretar e reconstruir as narrativas que moldam a experiência histórica coletiva. Que as páginas dos jornais locais não sejam apenas arquivos do passado, mas janelas para pensar o presente - criticamente, coletivamente, historicamente.

Por fim, cabe destacar que este estudo não se encerra em si mesmo, mas abre espaço para novas investigações sobre a relação entre educação, poder e memória em Bagé. Além do jornal *Correio do Sul*, outras fontes locais - como a imprensa radiofônica, os registros iconográficos, a documentação escolar dispersa e, sobretudo, as memórias orais de professores, alunos e lideranças comunitárias - oferecem vasto potencial para ampliar a compreensão das disputas simbólicas em torno da escola. Explorar essas fontes em diálogo com a Educação Histórica permitirá aprofundar a análise sobre os usos públicos do passado e enriquecer as práticas didáticas, ao aproximar o ensino de História da experiência viva das comunidades locais.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2025.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CORREIO DO SUL (Bagé, RS). Jornal editado entre 1944 e 1992. Acervo consultado em exemplares diversos. Arquivo Público Municipal de Bagé.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, n° 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

GUIMARÃES, Selva. **Ensino de História e Educação Histórica: sentidos e práticas**. Campinas: Papirus, 2011.

RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história: formas de consciência histórica**. Brasília: Editora UNB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da História**. Brasília: Editora UNB, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (orgs.). **Educação Histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

Histórias de um futebol à sombra: relatos do Projeto Atletas Livres - Polo Pelotas

Stories of Football in the Shadow: Reports from the Projeto Atletas Livres - Polo Pelotas

Resumo: A análise apresentada neste estudo se dá acerca dos mais relevantes desafios de atletas que estão em busca da carreira de jogador de futebol profissional. Através das categorias historicidade e totalidade, ambas próprias do materialismo histórico dialético, o presente artigo amplifica e aprofunda a pesquisa realizada por este autor em sua dissertação de mestrado. Através de uma pesquisa bibliográfica e documental direcionada à crítica da trajetória do futebol inserida no contexto da espetacularização da modalidade e ao contextualizar o jogador de futebol enquanto uma mercadoria, a análise traz consigo reflexões sobre as precárias relações de trabalho existentes nos mais diversos rincões do Brasil, locais distantes do futebol glamourizado. Por fim, as entrevistas realizadas com os jogadores do Projeto Atletas Livres - Polo Pelotas culminam na obtenção de dados e considerações relevantes à discussão. Os relatos e narrativas desses atletas contribuem para uma análise crítica de um futebol não só espetacularizado, mas também cada vez mais precarizado.

Palavras-chave: Futebol; História; Espetacularização; Precarização do Trabalho.

Abstract: The analysis presented in this study focuses on the most relevant challenges faced by athletes who are seeking a career as a professional soccer player. Using the categories of historicity and totality, both inherent to dialectical historical materialism, this article expands and deepens the research conducted by this author in his master's dissertation. Through bibliographical and documentary research aimed at criticizing the trajectory of soccer within the context of the spectacularization of the sport and by contextualizing the soccer player as a commodity, the analysis brings with it reflections on the precarious labor relations that exist in the most diverse corners of Brazil, places far from the glamorized soccer. Finally, the interviews conducted with the players of the Projeto Atletas Livres - Polo Pelotas culminate in the collection of data and considerations relevant to the discussion. The accounts and narratives of these athletes contribute to a critical analysis of a soccer that is not only spectacularized, but also increasingly precarious.

Keywords: Football; History; Spectacularization; Precarious Work.

Gabriel Gonçalves Ribeiro*

Mauro Dillmann Tavares**

* Licenciado em História e bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, especialista em Ciências da Comunicação, mestre em Política Social e Direitos Humanos e doutorando em História (PPGH/UFPel). Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-2114-6329>. E-mail: gabrielribeirojornal@gmail.com.

** Professor Adjunto no Departamento de História e no Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

INTRODUÇÃO

Dos 203,1 milhões de pessoas que compõem a sociedade brasileira (IBGE, 2023), um levantamento aponta para que a cada cinco brasileiros com 16 anos ou mais, quatro deles torcem para algum time de futebol (Simões, 2023). Além de ser um número bastante considerável, o dado estatístico remete ao dito popular que sentencia: o Brasil é o país do futebol. Assim, é possível afirmar que o consumo oriundo de produtos dessa modalidade se torna corriqueiro no cotidiano do cidadão brasileiro. O futebol está nas ruas, nos centros urbanos, nas zonas rurais, em lugares onde boa parte das vezes sequer as políticas públicas chegam.

Assim como a sociedade do presente passa por seguidas transformações, o futebol também. De seu nascimento em terras chinesas (Galeano, 2024) até a modalidade que acompanhamos hoje, inúmeras foram as inovações nesse esporte. A mais gritante delas, eleita para a análise deste estudo, se dá através das transmissões televisivas dos jogos de futebol. “Hoje em dia, o estádio é um gigante estúdio de televisão, que oferece a partida em casa. E a televisão manda” (Galeano, 2024, p. 165).

O início dessas transmissões não foi ao acaso. A Federação Internacional de Futebol (FIFA), enxergou na década de 1970 que elas seriam o principal instrumento para reconfigurar as relações existentes no mercado do futebol. As transmissões televisivas são consideradas por Matias (2020) o momento principal para a transformação do futebol naquilo que hoje conhecemos.

Assim, com essa nova reconfiguração no mundo da bola, o principal produto desse esporte, o jogador de futebol, também adquiriu uma nova formatação. Por mais que antes disso ele já fosse visto com uma mercadoria é nesse momento em que ele passa a se inserir em um cenário espetacularizado. Após as transmissões de TV, a carreira dos atletas mudou, sendo bastante visível a influência da mídia - positiva e negativa - nessa nova ordem. Afinal, aqueles que conseguem se inserir no mercado de espetáculo passam a ter acesso a grandes salários, publicidade e premiações. De outro lado, aqueles que não possuem tanta sorte continuam entre os esquecidos da modalidade.

A espetacularização esconde um cenário lamentável e corriqueiro quando dada atenção somente àqueles jogadores que transitam seguidamente na mídia. Um levantamento feito pelas empresas Statista e Ernst Young junto à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em 2021 e, posteriormente publicado pelo portal CupomVálido, apresenta a triste realidade da profissão jogador de futebol. O estudo apresenta que mais de 50% dos 360 mil atletas registrados no país vivem só com um salário mínimo e que nem 25% deles possui o futebol como sua principal fonte de renda (Edição do Brasil, 2021).

Outra estatística desse levantamento traz à luz a grande desigualdade social e econômica do país. Ele aponta que o futebol movimenta R\$ 52 bilhões por ano, sendo que 80% desse valor está concentrado em apenas 7% dos profissionais registrados. Esses expressivos números moldaram a inquietude deste autor na busca de uma resposta para o seguinte problema: como a espetacularização do futebol incide sobre o mercado de trabalho dos atletas de futebol?

Para compreender as manifestações da espetacularização do futebol nesse mercado de trabalho tão precarizado, foram utilizadas entrevistas realizadas junto aos jogadores do Projeto Atletas Livres - Polo Pelotas. Esse projeto, de responsabilidade do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul (SIAPERGS), tem por finalidade revelar e reinserir jogadores em clubes de futebol profissional. Existem três polos de atuação do projeto no Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

Figura 1 - Primeiro treino do Projeto Atletas Livres



Fonte: Autor, 2024.

Figura 2 - Primeiro treino após as enchentes de maio de 2024 em Pelotas/RS



Fonte: Autor, 2024.

O Polo Pelotas foi eleito como objeto de pesquisa deste trabalho por dois motivos: ser realizado na cidade onde reside este autor e por ter proporcionado a ele que conclísse as etapas da pesquisa obedecendo ao cronograma estabelecido durante a realização do seu mestrado. Este artigo carrega consigo análises e reflexões contínuas na dissertação deste autor, assim como avança em tópicos específicos.

A intenção de estabelecer uma análise crítica do jogador de futebol enquanto mercadoria no contexto do futebol espetacularizado é apresentada neste trabalho perpassando: os conceitos do materialismo histórico e dialético; a historiografia do futebol; as implicações do mundo do trabalho; e os resultados obtidos com as entrevistas junto aos jogadores do Projeto Atletas Livres - Polo Pelotas.

O JOGADOR DE FUTEBOL ENQUANTO MERCADORIA

Todos os jogadores possuem um valor de uso - aquilo que entregam em campo - e um valor de troca - aquilo que valem no mercado. Tal como definido por Carcanholo (1998), se um objeto não tiver essas duas unidades ele não é uma mercadoria. A força-esportiva¹, nesse contexto, é um conceito fundamental. Ela não se limita à habilidade técnica ou desempenho atlético: é a cristalização da força de trabalho esportiva enquanto mercadoria moldada para gerar lucro. Essa visão, como já apontado por Brohm (1982), aproxima-se da análise marxista tradicional da produção capitalista.

O corpo do jogador, ao ser inserido na lógica produtiva, é duplamente manipulado: serve tanto ao trabalho concreto - que busca a vitória, o desempenho, o resultado esportivo - quanto ao trabalho abstrato, que representa o tempo socialmente necessário para formar essa mercadoria. Como diz Marx (2017, p. 60), “prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade a de serem produtos do trabalho”. E é justamente esse produto - o jogador como mercadoria - que se torna passível de troca, de investimento, de especulação e, inevitavelmente, de descarte.

A lógica do mercado, como destaca Bauman (2008, p. 51), é impiedosa: “a economia consumista se alimenta do movimento das mercadorias [...] alguns produtos de consumo estão viajando para o depósito de lixo”. E o jogador, nessa engrenagem, é apenas mais um objeto pronto para ser substituído. A alienação do atleta, portanto, é total: não apenas está apartado do produto do seu trabalho, mas também de si mesmo enquanto sujeito. Koch (2024) sintetiza bem esse processo ao apontar que os jogadores são bens, produtos e mercadorias que perdem o valor facilmente.

O capitalista, como em qualquer setor da economia, visa o lucro. Ele compra a força de trabalho por um valor e se apropria de seu uso, que é mais valioso. Netto e Braz (2009, p. 100) explicam que “o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) - e este último é maior que o primeiro”. Essa lógica se aplica de forma cruel ao futebol: o clube adquire a força-esportiva e extrai dela o máximo valor possível, seja em campo ou fora dele, por meio de publicidades, engajamento digital e vendas de camisas.

Essa dinâmica evidencia-se ainda mais na distinção entre mais-valia absoluta e relativa. Enquanto a absoluta exige o prolongamento da jornada de trabalho - algo hoje impraticável no futebol por limitações fisiológicas e jurídicas -, a mais-valia relativa se expressa no investimento em centros de treinamento, psicologia esportiva, análise de desempenho e marketing pessoal. A força-esportiva é moldada em todos os aspectos para elevar sua valoração no mercado.

Kurz (2017, p. 19) afirma que o trabalho produtivo é duplo: “em referência ao valor de uso [...] e ao valor de troca [...] como metabolismo social dos seres humanos entre si”. Assim, o futebol profissional não escapa da lógica do capital: o jogador é simultaneamente força produtiva e objeto de fetichismo. A performance em campo e o carisma fora dele convertem-se em moeda. Essa espetacularização ofusca a percepção crítica do torcedor, que passa a ver o jogador como ícone e não como trabalhador. Como aponta Bazanini et al. (2014, p. 141): “os jogadores são

¹ A expressão força-esportiva é utilizada por Brohm (1982) ao correlacionar o sistema de produção capitalista com o sistema esportivo.

transformados em vedetes [...] comprar produtos do clube ou dos jogadores faz o indivíduo ser parte integrante do espetáculo”.

Outro aspecto relevante é o *exército de reserva*. A superpopulação de jogadores - em sua maioria sem contrato ou jogando em condições precárias - garante a manutenção dos baixos salários e a flexibilidade desejada pelo capital. O futebol brasileiro é o exemplo mais contundente dessa realidade. Segundo Machado (2024), após os campeonatos estaduais, 86% dos jogadores ficam sem clube. Esse contingente forma uma reserva estratégica que pressiona os demais atletas e normaliza relações de trabalho altamente precarizadas.

Marx (2017, p. 721) já alertava: “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria [...] no polo oposto, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. No futebol, poucos vivem o estrelato. A imensa maioria permanece à margem, em clubes pequenos, em categorias de base saturadas e com escassas perspectivas de ascensão. Fonseca e Consoli (2022) apontam que de sete mil atletas, apenas um se profissionaliza. Isso demonstra como a promessa de sucesso é usada como instrumento de controle e esperança ilusória.

Essa esperança está ligada a outra categoria: o *fetichismo da mercadoria*. Os jogadores, ao se tornarem ícones do espetáculo, se distanciam das suas condições reais de trabalho. A espetacularização transforma o futebol em produto e o atleta em marca. As relações sociais e de produção tornam-se invisíveis. Como afirma Kurz (2017, p. 50), “o capital não se interessa [...] pela criação absoluta de valor”, mas sim pelas formas superficiais de mais-valia, muitas vezes construídas sobre especulações e investimentos financeiros abstratos.

A alienação é, portanto, dupla: o jogador aliena-se do seu corpo e da sua imagem, e o torcedor aliena-se da crítica ao sistema que transforma homens em coisas. O futebol, em sua forma atual, encarna de maneira aguda todas as contradições do modo de produção capitalista. A mercadoria jogador de futebol é, assim, símbolo de um tempo em que a espetacularização esconde a exploração.

BERÇO INGLÊS E EUROCENTRISMO: O FUTEBOL QUE CONHECEMOS

É no ventre do capitalismo industrial inglês que o futebol moderno nasce e encontra as condições necessárias para sua transformação em mercadoria global. Este estudo prescinde de historicizar o desenvolvimento do futebol, desde suas origens até sua consolidação como espetáculo mercantilizado, com a FIFA atuando como agente central nesse processo. Ao percorrer essa linha do tempo, identifica-se a imbricação entre futebol, capital e estrutura de dominação, evidenciando como o esporte foi apropriado pela lógica do modo de produção capitalista, tornando-se parte de um processo mais amplo de espetacularização e alienação da força de trabalho.

O futebol moderno, com regras formalizadas e estrutura institucional, floresceu na Inglaterra do século XIX. Como apontam Elias e Dunning (1992), entre 1845 e 1862 ocorreram as primeiras tentativas de regulamentar a prática, sendo o marco formal a reunião de doze clubes em 1863, que selaram o acordo de Cambridge. Galeano (2024, p. 33) descreve com ironia e precisão esse momento: “Os pontapés só devem ser dirigidos para a bola, advertia uma das regras: um século e meio depois, ainda há jogadores que confundem a bola com o crânio do rival, por sua forma parecida”.

A padronização do esporte atende à lógica da disciplina burguesa. O futebol passa a ser instrumento de formação moral e controle social dos operários, que agora, com o aumento do

tempo de não-trabalho, podiam ser cooptados para práticas recreativas ordeiras (Matias, 2020). Como observa Proni (1998, p. 58), “o futebol servia para combater a delinquência e estimular aptidões relativas ao mundo do trabalho, como a obediência e a resistência física”.

Essa organização refletia a modernidade industrial, onde o esporte, assim como a fábrica, exigia regras, produtividade e eficiência. Sevcenko (1994, p. 3) resume: “Desempenhos medidos na linguagem abstrata dos números, desenvolvidos num espaço abstrato, num tempo padronizado, segundo um andamento meticulosamente normatizado”.

Com o tempo, a elite britânica percebeu que a profissionalização era inevitável e lucrativa. Em 1885, a Football Association da Inglaterra oficializou o pagamento aos atletas. Segundo Matias (2020, p. 47), os dirigentes já vislumbravam a necessidade de superávits: “Era preciso garantir melhores condições de trabalho [...] bem como adquirir os melhores profissionais dentro e fora de campo”.

No Brasil, a profissionalização só se efetivou em 1933, com regulamentações tardias como a Lei Zico (1993), a Lei Pelé (1998) e o Estatuto do Torcedor (2003). Magalhães (2010, p. 18) resume o embate das décadas iniciais: “Os que buscavam democratizar o futebol também lutavam pela sua profissionalização”.

A prática do futebol no Brasil, inicialmente elitista, logo foi apropriada pelas classes populares. O Corinthians, fundado em 1910 por operários e imigrantes, e o Bangu, ligado a uma fábrica têxtil, foram marcos dessa transição. “A fundação do Bangu e do Corinthians representou a abertura do futebol para as massas” (Magalhães, 2010, p. 19).

Entretanto, as barreiras raciais persistiram. A exclusão sistemática de negros e mestiços revela o racismo estrutural do Brasil pós-escravidão. Fernandes (1965, p. 13) afirma: “Tornava-se difícil dissociar o contrato de trabalho de transações que envolviam, diretamente, a pessoa humana”. A figura de Arthur Friedenreich, que disfarçava sua negritude para jogar, e os episódios de resistência de clubes populares são evidências dessa luta. Ainda hoje, num futebol espetacularizado, ainda há resistência.

A espetacularização do futebol foi potencializada a partir da década de 1970 com a ascensão de João Havelange à presidência da FIFA. “Vim vender um produto chamado futebol”, declarou (Galeano, 2024, p. 142). Sob seu comando, a entidade passou de uma instituição deficitária para um império bilionário. Ribeiro Júnior et al. (2014) destacam: de menos de US\$ 20 em caixa em 1974, para US\$ 4 bilhões em 1998.

Havelange firmou parcerias estratégicas com multinacionais como a Adidas e a Coca-Cola, promovendo eventos como a Copa do Mundo Sub-20, e expandindo o futebol para além da Europa. O capitalismo encontrou na FIFA um braço de sua lógica de expansão.

Os clubes, por sua vez, passaram a operar como empresas. Segundo Matias (2020), houve investimento em capital constante (infraestrutura, departamentos médicos e marketing) e capital variável (a força de trabalho, os jogadores). A venda de atletas tornou-se uma das principais receitas, ao lado dos direitos de TV e dos patrocínios.

No caso da FIFA, o quadro é ainda mais evidente. Em 1930, 85% da receita vinha das associações nacionais; em 2020, menos de 1%. Atualmente, 75% da receita da entidade advém de direitos televisivos e patrocínios. A expansão mercadológica com gênese na Europa, encontrou espaço no mundo inteiro.

A lógica da dominação se aprofundou com o Acórdão Bosman (1995), que eliminou restrições à contratação de jogadores da União Europeia e permitiu o livre trânsito de atletas após

o fim de seus contratos. O futebol europeu passou a recrutar os melhores talentos do mundo, consolidando-se como o centro do sistema.

Galeano (2024, p. 201) sintetiza o itinerário do jogador sul-americano: “Do povoado para a cidade, do time pequeno ao grande, e finalmente à Europa”. A Europa tornou-se o destino final da força-esportiva, concentrando riqueza e qualidade técnica, como mostram os dados: de 1996 a 2023, os europeus venceram 23 títulos mundiais de clubes contra apenas 6 dos sul-americanos.

Na esfera das seleções, a disputa ainda é equilibrada: América do Sul e Europa dividem 34 títulos² (17 para cada). Porém, como aponta Quijano (2005), a estrutura de dominação persiste sob outras formas. Mignolo (2010) propõe a necessidade de pensar e fazer o futebol de maneira decolonial, rompendo com o pensamento europeu.

Porém, na sociedade contemporânea, se faz necessário compreender a espetacularização do futebol como um processo histórico, midiático e capitalista que visa a maximização do lucro a partir da mercantilização da modalidade e da alienação do espectador. A espetacularização não apenas transforma o futebol em mercadoria, mas encobre relações de exploração e precarização do trabalho, sobretudo daqueles atletas que vivem à margem do estrelato midiático.

ESPETACULARIZAÇÃO X PRECARIZAÇÃO

A centralidade do espectador no sistema de espetacularização é incontestável. Ribeiro (2025, p. 68) destaca que “não seria possível espetacularizar a modalidade se não houvesse pessoas interessadas em consumir o esporte como uma mercadoria” (p. 68). A televisão, com seu poder de massificação e padronização de conteúdos, reorganiza a experiência do futebol em torno do consumo. Como explica Martín-Barbero (1997, p. 191), “as modalidades de comunicação que aparecem com os meios [...] só foram possíveis porque a tecnologia materializou mudanças que, a partir da vida social, davam sentido a novas relações e novos usos”.

O conceito de indústria cultural é chave nesta análise. Adorno e Horkheimer (1985) elucidam como a cultura, em seu formato industrial, produz mercadorias padronizadas, promovendo uma homogeneização da experiência. No futebol, isso é evidente na produção em massa de jogos, debates esportivos e produtos licenciados. “Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 105).

No campo das contradições, enquanto poucos lucram com a espetacularização, a imensa maioria dos jogadores sobrevive em condições precárias. As casas de apostas surgem como um dos elementos mais evidentes da nova fase do capital especulativo no futebol. Segundo Pio (2024), dos 20 clubes da Série A do Campeonato Brasileiro, 19 deles recebem patrocínio de empresas desse segmento”, totalizando mais de R\$ 630 milhões em patrocínios. A relação entre apostas e manipulação de resultados revela o desespero financeiro de atletas alijados do futebol espetáculo.

Neste sentido, a alienação não é apenas do espectador, mas também dos jogadores. Antunes (2020, p. 147) observa que “a origem desses processos de adoecimento tem também como pano de fundo o crescente processo de individualização do trabalho e a ruptura do tecido de solidariedade antes presente entre os trabalhadores”.

² As disputadas mencionadas abarcam: Copa do Mundo, Copa das Confederações e Copa dos Campeões UEFA-Conmebol.

O futebol, então, não apenas reflete, mas também reforça a estrutura social vigente. Damatta (1982, p. 21) afirma que "o futebol é um ópio da sociedade brasileira, do mesmo modo que o domínio do econômico é a sua base". Tal constatação ganha corpo no uso do futebol como distração massiva durante regimes autoritários e em países que buscam mascarar suas contradições sociais através do patrocínio de atletas-celebridades.

Dorfman e Mattelart (2010, p. 116) sintetizam essa estratégia midiática ao afirmar que "a diversão, tal como a entende a cultura de massa, trata de conciliar o trabalho com o ócio [...] esquecendo as contradições que subsistem". Em complemento, Lipovetsky e Serroy (2013, p. 171) discutem o surgimento da "sociedade do hiperespetáculo", onde até as esferas antes protegidas da espetacularização são colonizadas pelo entretenimento massivo.

Neste contexto, o futebol é transformado em vitrine de consumo, e a imagem do jogador passa a ter mais valor que sua performance. Debord (2003, p. 29) destaca que "o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existem acima dele". Dessa forma, a força esportiva abstrata supera a concreta, sendo moldada segundo os interesses da mídia e dos conglomerados econômicos.

As transferências mais caras do futebol indicam que o valor do atleta é determinado por seu potencial de espetacularização. A força esportiva abstrata, ou seja, a capacidade simbólica do jogador, é o que interessa. Adorno e Horkheimer (1985, p. 129) denunciam essa lógica: "as estrelas mais bem pagas assemelham-se a reclames publicitários para artigos de marca não especificada".

O fetiche da mercadoria, absorvido inclusive pelas famílias dos atletas, é um fator determinante para a possibilidade de mobilidade social. O modo de produção capitalista, portanto, molda até mesmo os sonhos. Como diz Engels (1984, p. 193), "o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado". O futebol é um reflexo disso. Mais do que jogo, é engrenagem da exploração.

A espetacularização, por fim, é também um campo de disputa simbólica. Se, por um lado, alimenta a alienação, por outro, oferece brechas para resistências. Cabe ao pensamento crítico desvelar essas contradições e iluminar as relações entre futebol, capital e poder.

O FUTEBOL À SOMBRA DOS JOGADORES DO PROJETO ATLETAS LIVRES - POLO PELOTAS

A centralidade A pesquisa realizada no Projeto Atletas Livres - Polo Pelotas ocorreu entre o período de 10/08/2023 e 12/08/2024. O número de atletas entrevistados foi de 11, sendo que a quantidade de jogadores observados compreendeu aqueles que participaram do projeto no período descrito, resultando em aproximadamente 60 atletas. O estudo garantiu o anonimato dos entrevistados, por isso os 11 participantes das entrevistas foram representados por letras do alfabeto, ficando assim denominados: Atleta A, Atleta B, Atleta C, Atleta D, Atleta E, Atleta F, Atleta G, Atleta H, Atleta I, Atleta J e Atleta K. Quanto à faixa etária, foram pesquisados atletas de 18 a 28 anos.

Figura 3 - Card de convite para a inauguração do Projeto Atletas Livres - Polo Pelotas



Fonte: Revista do Siapergs, 2023.

O projeto desenvolvido pelo Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul visa a reinserção de jogadores desempregados ou ainda não profissionalizados no mercado da bola. A pesquisa analisa, portanto, a condição do atleta enquanto força de trabalho à margem da espetacularização midiática.

Os atletas do projeto Atletas Livres enfrentam condições ainda mais adversas, pois estão fora de qualquer contrato. A exploração não é exceção, é regra. “Tudo estava atrelado ao clube e, em muitas situações, os atletas tinham dificuldades nas renovações dos contratos em função de que poderiam ter sua carreira paralisada” (Revista do Siapergs, 2021, p. 3), foi o comentário feito pelo ex-jogador e responsável pela Associação de Atletas Profissionais do Rio Grande do Sul sobre o porquê da criação de uma entidade que representasse a categoria.

Historicamente, o movimento sindical dos atletas no RS nasce em 1973 como uma tentativa de resistência à dominação estrutural do capital. As conquistas do Siapergs, como o direito de arena e o intervalo mínimo entre partidas, são vitórias pontuais em um sistema que tende a precarizar a vida do jogador.

O projeto Atletas Livres é também um reflexo da ausência de políticas públicas estruturantes. Sua atuação em Pelotas e região, desde 2023, representa mais uma tentativa de permanência no sonho da profissionalização. Seus treinos, amistosos e rotinas revelam a insistência de um exército de reserva, termo marxista que aqui ganha carne e osso. Como aponta Damo (2005, p. 362), os empresários dominam “os códigos de reciprocidade vigentes entre os grupos populares”, manipulando a esperança como capital simbólico.

Os dados coletados revelam que a maioria dos jogadores está entre 18 e 28 anos e concilia treinos com trabalho ou estudo. Vivem a chamada dupla carreira, realidade que, segundo o Ministério do Esporte, é foco de discussão internacional (Brasil, 2024). Entretanto, para os clubes,

a formação acadêmica é vista como obstáculo, não como potencial. Isso reitera a visão de Damo (2005) de que o atleta vive o duplo estatuto de pessoa e coisa.

As categorias de base surgem como a primeira etapa de um processo de mercantilização que raramente se converte em contrato. Toledo (2002) estima que menos de 1% dos jovens aspirantes conseguem se profissionalizar. A formação esportiva serve, antes de tudo, ao mercado. "A racionalidade neoliberal [...] está associada à construção de um modo de ser e de agir em que os valores da lógica de mercado vão sendo internalizados" (César; Scherer, 2023, p. 10).

O resultado é a normalização da informalidade. Salários atrasados, bichos e promessas não cumpridas são rotinas. "Quando é assim eu retorno e vou pra Colônia. Jogo uns 'campeonatinhos' e consigo levantar uma grana" (Atleta G, 2024). O futebol amador vira alternativa e armadilha, aliviando a urgência financeira enquanto perpetua a exclusão.

Figura 4 - Primeiro amistoso do Projeto Atletas Livres - Polo Pelotas



Fonte: Autor, 2024.

O consumo do futebol se dá em dois planos: o simbólico e o material. Quase todos os atletas acompanham jogos e programas na TV, mas não consomem os produtos anunciados. "O que interessa é se o produto é bom. Tem muito jogador famoso fazendo propaganda de muita porcaria" (Atleta C). Aqui se manifesta a distinção entre pertencer ao espetáculo e apenas assisti-lo.

O parentesco com ex-jogadores profissionais não garante inserção. O Atleta H, primo de Emerson, capitão da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2006, segue no projeto. A meritocracia é um mito, pois a profissionalização está condicionada à visibilidade, não ao talento. Como apontam Adorno e Horkheimer (1985, p. 108), "quem resiste só pode sobreviver integrando-se".

A pesquisa identificou 65 jogadores no projeto entre 2023 e 2024, com 60 sendo recolocados, ainda que temporariamente. A instabilidade é regra. Gomes e Souza (2022, p. 12) apontam que "as mudanças que aconteceram tanto no futebol quanto no mundo do trabalho foram [...] visando à reprodução das atuais relações injustas do trabalho capitalista".

Ao final, todos os entrevistados afirmaram que jogariam futebol em qualquer parte do mundo. O sonho é mais forte que a precarização. Mas este sonho não é apenas de se tornar jogador profissional, mas de tornar-se mercadoria. Assim, o Projeto Atletas Livres é vitrine e abrigo, mas também revela os limites e violências de um sistema onde, para sobreviver, é preciso ser visto jogando. O futebol, nesse estágio, é a encarnação perfeita da relação entre espetacularização e exploração no mundo da bola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica realizada neste artigo amplia e ao mesmo tempo aprofunda os principais resultados alcançados ao longo da pesquisa da dissertação de mestrado do autor intitulada *Ente a espetacularização e a exploração no mundo da bola - o jogador de futebol enquanto mercadoria: Estudo de Caso Projeto Atletas Livres - Polo Pelotas do Siapergs*. Ao articular elementos do materialismo histórico-dialético com a realidade do futebol brasileiro, o foco do estudo recai sobre a condição do jogador de futebol como mercadoria, ou melhor, como força-esportiva - conceito que evita a desumanização do atleta e permite compreender como sua capacidade de trabalho é forjada, vendida e descartada dentro do mercado da bola.

A partir das categorias historicidade e totalidade, a análise percorre a relação entre futebol e modo de produção capitalista. A espetacularização, intensificada a partir dos anos 1970 com o advento da televisão e o protagonismo da FIFA, transforma o futebol em mercadoria midiática. Isso implica na mercantilização da vida cotidiana dos jogadores e na produção de um exército de reserva constante e precarizado, como evidenciado no estudo de caso do Projeto Atletas Livres - Polo Pelotas.

A espetacularização é compreendida aqui como forma de alienação: encobre as condições reais de produção do futebol, em que 25% dos atletas sequer têm o esporte como principal fonte de renda e mais da metade ganha até um salário mínimo. A dupla carreira é não uma opção, mas uma imposição, e demonstra a contradição entre o futebol-glamour da mídia e o futebol-real da maioria dos atletas.

Os elementos apresentados no referencial teórico deste estudo ajudam a entender o futebol como campo de disputa simbólica, onde o capital econômico, cultural e simbólico molda os destinos dos jogadores. A desmaterialização da economia, com foco no imaterial e na aparência, desloca o valor do atleta da performance concreta para a imagem vendável. Nem sempre quem joga mais vale mais: vale quem mais vende.

O Projeto Atletas Livres emerge como espaço de resistência, mas também como expressão da lógica capitalista: vitrine de um exército de reserva que circula entre contratos breves, promessas não cumpridas e informalidade. A pesquisa evidencia a alienação do atleta, que internaliza a lógica de que é meio, não fim: ferramenta de lucro alheio, à espera de ser visto para, quem sabe, ser escolhido.

A análise também aponta para a urgência de regulamentações que garantam proteção trabalhista desde a base, bem como diretrizes que priorizem o bem-estar físico e mental dos atletas. Sem isso, o futebol tende a seguir sendo palco de uma meritocracia ilusória que esconde desigualdades brutais.

Por fim, o estudo mostra que a espetacularização do futebol contribui para a perpetuação da precarização laboral no esporte. O sonho de se tornar jogador profissional transforma-se, na prática, em um projeto de mercantilização de corpos juvenis. Cabe, portanto, a todos os sujeitos

envolvidos - atletas, dirigentes, torcedores, comunicadores e pesquisadores - questionar esse modelo, sob pena de o futebol perder sua potência emancipadora e se tornar, definitivamente, mais uma engrenagem de exploração a céu aberto.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

BAZANINI, Roberto; SANTOS, Renato; RIBEIRO, Hewdy; BAZANINI, Homero. Empreendedorismo na sociedade do espetáculo: gestão do futebol no universo globalizado. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 135-160, jan./jun. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. **Ministério do Esporte reúne especialistas e gestores para discutir transição e dupla carreira esportiva**. Ministério do Esporte. 18 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/ministerio-do-esporte-reune-especialistas-e-gestores-para-discutir-transicao-e-dupla-carreira-esportiva>. Acesso em: 6 ago. 2024.

BROHM, Jean-Marie. **Sociología Política del Deporte**. México: Fondo e Cultura Económica, 1982.

CARCANHOLO, Reinaldo. Uma interpretação anti-ricardiana da teoria do valor de Adam Smith. **Revista Economia-Ensaio**, v. 13, n. 1, p. 153-180, Uberlândia, 1998. Disponível em: <https://www.calameo.com/books/000140749ee93affb7aef>. Acesso em: 04 mar. 2024.

CÉSAR, Maurício.; SCHERER, Giovani. Trajetórias juvenis em um campo de contradições: precarização do trabalho e violações no direito do futebol masculino profissional. **Textos e Contextos**, v. 12, n. 1, p. 1-16, Porto Alegre, Jan-dez, 2023. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/44003>. Acesso em: 13 ago. 2024.

DAMATTA, Roberto. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: **Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1982.

DAMO, Arlei. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5343>. Acesso em: 12 jun. 2024.

DEBORD, Guy. **Sociedade do espetáculo**. ebooksbrasil.com, 2003. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html>. Acesso em: 10 jun. de 2024.

DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. **Para ler o Pato Donald - comunicação de massa e colonialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

EDIÇÃO DO BRASIL: **Mais da metade dos jogadores de futebol vivem com um salário mínimo.** 09 jul. 2021. Disponível em: <https://edicaodobrasil.com.br/2021/07/09/mais-da-metade-dos-jogadores-de-futebol-brasil-vivem-com-um-salario-minimo/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ELIAS, Norbert.; DUNNING, Eric. **A busca da excitação.** Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Civilização Brasileira, 9. Ed: Rio de Janeiro, 1984.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** vol. 1. O legado da raça branca. São Paulo: Dominus Editora. 1965.

FONSECA, Guilherme; CONSOLI, Pedro. De sete mil jogadores, apenas um vira profissional: o estreito funil das categorias de base do futebol brasileiro. Esquinas. **Revista Digital Laboratório da Faculdade Casper Líbero.** 31 jan. 2022. Disponível em: <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/esportes/de-sete-mil-jogadores-apenas-um-vira-profissional-o-estreito-funil-das-categorias-de-base-do-futebol-brasileiro/>. Acesso em: 06 jun. 2024.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra.** Porto Alegre: L&PM, 2024.

GOMES, Gabriel; SOUZA, Maristela. **Futebol e o mundo do trabalho: uma relação dialeticamente estabelecida.** Recorde, v. 15, n. 1, p. 1-16, Rio de Janeiro, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/52791>. Acesso em: 10 ago. 2024

IBGE. **De 2010 a 2020, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões.** Agência IBGE. Notícias, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20pa%C3%ADs%20chegou,foi%20de%200%2C52%25>. Acesso em: 20 jan. 2024.

KOCH, Rodrigo. **Bauman e a transformação dos jogadores de futebol em mercadorias.** 15 jul 2024. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/bauman-e-a-transformacao-dos-jogadores-de-futebol-em-mercadorias/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

KURZ, Robert. **A crise do valor de troca.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean **A estetização do mundo - viver na era do capitalismo artista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MACHADO, Heitor. **De personal a motorista: fim dos estaduais expõe vácuo e faz atletas buscarem outras profissões.** Globoesporte.com 08 abr. 2024. Disponível em: <https://ge.globo.com/pr/futebol/noticia/2024/04/08/de-personal-a-motorista-fim-dos-estaduais-expoe-vacu-e-faz-atletas-buscarem-outras-profissoes.ghtml>. Acesso em: 06 jun. 2024.

MAGALHÃES, Lívía. **Histórias do Futebol.** São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2010

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATIAS, Wagner. **Futebol de Espetáculo**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2020.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistêmica. Retórica de la modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Ediciones del Signo, Colección Razón Política. Buenos Aires, Argentina, 2010. Disponível em: https://monoskop.org/images/9/9b/Mignolo_Walter_Desobediencia_epistemica_retorica_de_la_modernidad_logica_de_la_colonialidad_y_gramatica_de_la_descolonialidad_2010.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIO, Juliana. **Em meio à regulamentação, patrocínios das bets no futebol já passam de R\$ 630 milhões**. Revista Exame. 1 out. 2024. Disponível em: <https://exame.com/marketing/em-meio-a-regulamentacao-patrocínios-das-bets-no-futebol-ja-passam-de-r-630-milhoes/>. Acesso em: 3 out. 2024.

PRONI, Marcelo. **Esporte-espetáculo e esporte-empresa**. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas, 1998. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/170399>. Acesso em: 20 mar. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. IN: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Clacso, 2005.

REVISTA DO SIPERGS. **Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul**. Mar. 2021 Disponível em: https://www.siapergs.com.br/revista-do-siapergs/#flipbook-df_2093/1/. Acesso em: 6 jun. 2024.

RIBEIRO JÚNIOR, Amauri; CIPOLONI, Leandro; AZENHA, Luís Carlos; DMASTINET, Tony. **O lado sujo do futebol: a trama de propinas, negociatas e traições que abalou o esporte mais popular do mundo**. São Paulo: Planeta, 2014. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/crfb/acervo/605756/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

RIBEIRO, Gabriel. **Entre a espetacularização e a exploração no mundo da bola - o jogador de futebol enquanto mercadoria: Estudo de caso Projeto Atletas Livres - Polo Pelotas do Siapergs**. Pelotas: Editora Morus, 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bPOLYEFoMA-4E4tIu9NqDts2nh9mrPVI/view?usp=sharing>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SIMÕES, Alexandre. **“O maior raio-x do torcedor”: 79% dos brasileiros tem time; jovens são mais fanáticos**. CNN Brasil, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/outros-esportes/o-maior-raio-x-do-torcedor-79-dos-brasileiros-tem-time-jovens-sao-mais-fanaticos/?hidemenu=true#:~:text=%E2%80%99CO%20Maior%20Raio%20DX%20do%20Torcedor>

edor%E2%80%9D%3A%2079%25,time%3B%20jovens%20s%C3%A3o%20mais%20fan%C3%A1ticos&text=Quatro%20em%20cada%20cinco%20brasileiros,perfil%20desse%20amante%20da%20boa. Acesso em: 29 jan. 2024.

TOLEDO, Luiz Henrique. de. **Lógicas do futebol**. São Paulo: Hucitec, 2002.

